UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

TARCÍSIO ROLDÃO DA ROSA

ATUAÇÃO DE CONDUTORES DE VISITANTES NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC: Estudo de caso da Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo - APCE

CRICIÚMA
2026

TARCÍSIO ROLDÃO DA ROSA

ATUAÇÃO DE CONDUTORES DE VISITANTES NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC: Estudo de caso da Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo - APCE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais

Orientador: Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos.

CRICIÚMA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R788a Rosa, Tarcísio Roldão da.
Atuação de condutores de visitantes no município de Praia Grande/SC : Estudo de caso da Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo – APCE / Tarcísio Roldão da Rosa. – 2026.
302 p. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2026.
Orientação: Juliano Bitencourt Campos.

1. Ecoturismo – Praia Grande (SC). 2. Parques nacionais – Praia Grande (SC). 3. Geoparques. 4. Condutor de visitantes. 5. Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo. 6. Desenvolvimento sustentável. 1. I. Título.

CDD 23. ed. 338.47918164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back – UNESC

PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Tese de Doutorado apresentada pelo candidato **TARCÍSIO ROLDÃO DA ROSA**, sob o título: **"ATUAÇÃO DE CONDUTORES DE VISITANTES NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO PRAIAGRANDENSE DE CONDUTORES PARA ECOTURISMO – APCE"**, para obtenção do grau de **DOUTOR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, os membros são de parecer pela **"APROVAÇÃO"** da Tese.

Criciúma/SC, 25 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br CAROLINA BRAGHIROLLI STOLL
Data: 25/03/2026 21:07:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Carolina Braghirolli Stoll
Primeira Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO
Data: 26/03/2026 19:38:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ricardo Eustaquio Fonseca Filho
Segundo Examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME ALVES ELIAS
Data: 26/03/2026 17:49:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Guilherme Alves Elias
Terceiro Examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br GERALDO MILIOLI
Data: 27/03/2026 15:19:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Geraldo Milioli
Quarto Examinador

JULIANO BITENCOURT CAMPOS:98883163991
Assinado de forma digital por JULIANO BITENCOURT CAMPOS:98883163991
Dados: 2026.03.25 18:34:28 -03'00'

Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos
Presidente e Orientador

Dedico esta tese a Jesus Cristo a qual sempre depositei minha fé!
Dedico também a minha companheira, Enia da Silva Freitas, por ter me incentivado a superar todas as etapas do doutorado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família no apoio fundamental e estendeu a mão para que este sonho fosse realizado!

Agradeço especialmente ao professor Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos por aceitar ser o meu orientador, era um sonho estudar na UNESC, ainda mais no Programa de Pós-Graduação (PPGCA) em Ciências Ambientais.

Agradeço a Dra. Jucelia Dalpiás, amiga e conterrânea, por me apresentar ao Professor Dr. Juliano e assim iniciarmos uma parceria em produções científicas acadêmicas.

Agradeço o colega Dr. José Gustavo Santos da Silva pelo apoio, por compartilhar conhecimentos e pelo suporte constante.

Agradeço ao excelente Professor Dr. Geraldo Milioli. Um “ser humano”, que aprendi a respeitar e admirar, realmente é um homem de um conhecimento gigante.

Agradeço a todos os meus incríveis colegas, que durante o curso, fomos alavancas para que todos conseguíssemos alcançar nossos objetivos seja no Mestrado ou no Doutorado.

Agradeço imensamente a todos os professores do PPGCA/UNESC.

Agradeço aos professores Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho, Dr. Guilherme Alves Elias e Dra. Carolina Braghirolli Stoll, por aceitarem fazer parte da banca de defesa. Com certeza, a presença de vocês engrandeceu e iluminou esta pesquisa acadêmica.

Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugere que, se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui (Ailton Krenak – Futuro Ancestral).

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação dos condutores de visitantes no município de Praia Grande/SC, com foco na Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE), que atua nos Parques Nacionais de Aparados da Serra (PNAS) e da Serra Geral (PNSG). A APCE é uma sociedade civil organizada sem fins lucrativos. A pesquisa busca responder em que medida os condutores associados à APCE contribuíram para o desenvolvimento do turismo no município. O objetivo é analisar a atuação desses profissionais no desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC. Parte-se da hipótese de que o trabalho coletivo desenvolvido pela APCE, ao longo de sua trajetória, contribuiu para o turismo sustentável por meio da valorização dos parques nacionais e de seus patrimônios natural e cultural, promovendo benefícios relacionados à conservação ambiental, biodiversidade, qualidade de vida, interação com o ambiente e senso de pertencimento. A atuação coletiva também favorece a gestão das trilhas, a oferta de serviços e a promoção do turismo responsável. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e estudo de caso, desenvolvida em três etapas. A pesquisa bibliográfica abordou turismo, ecoturismo, condutores de visitantes, áreas protegidas e desenvolvimento regional. A pesquisa documental analisou documentos da APCE, órgãos públicos e materiais promocionais do turismo de Praia Grande, com apoio do software online Ecodocs. Na etapa de campo, foram aplicados questionários estruturados para caracterizar o perfil socioeconômico dos condutores e realizadas entrevistas semiestruturadas com dois grupos: condutores associados desde a fundação da APCE e condutores credenciados a partir de 2020. Ao todo, foram entrevistados 22 condutores. O estudo também dialogou com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 8, 9 e 11). Os resultados evidenciam, na pesquisa bibliográfica, que os condutores contribuem para a justiça ambiental, sustentabilidade, educação ambiental, interpretação do patrimônio e integração entre visitantes, comunidades e áreas protegidas, além de colaborarem com a missão do ICMBio de proteção do patrimônio natural. Na pesquisa documental, verificou-se que a parceria entre UNESC e IBAMA foi relevante para a criação de estratégias turísticas e o incentivo ao ecoturismo. Atas e ofícios demonstram que a APCE participou diretamente da agenda turística municipal entre 1997 e 2024, orientando e fortalecendo a atuação dos condutores. As entrevistas evidenciaram que a APCE constitui importante parceira do setor turístico na promoção do desenvolvimento sustentável e da conservação ambiental. Os

condutores atuam como elo entre turistas e comunidade e buscam continuamente qualificação profissional e conhecimento sociocultural para promover a educação ambiental. Entretanto, apontaram a falta de valorização por parte do poder público municipal e da gestão dos parques, além de críticas à atuação da concessionária Urbia Cânions Verdes, considerada distante da realidade das comunidades do entorno. Para o futuro, destacam-se a necessidade de maior organização pública, fortalecimento das parcerias com comunidades tradicionais, como a Comunidade Quilombola São Roque, e integração com o Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO. Conclui-se que a APCE desempenhou papel protagonista no desenvolvimento do turismo em Praia Grande desde 1997, contribuindo para a consolidação do ecoturismo e de suas vertentes ecológica, agroecológica e rural.

Palavras-chave: Parques Nacionais. Turismo. Sociedade Civil Organizada. Desenvolvimento sustentável. Geoparque.

ABSTRACT

This study analyzes the role of visitor guides in the municipality of Praia Grande, Santa Catarina State, Brazil, focusing on the Praiagrandense Association of Ecotourism Guides (APCE), which operates in the Aparados da Serra and Serra Geral National Parks. APCE is a nonprofit civil society organization. The research investigates the extent to which visitor guides affiliated with APCE have contributed to tourism development in the municipality. The objective is to analyze the role of these professionals in tourism development in Praia Grande. The study hypothesizes that the collective work developed by APCE throughout its history has contributed to sustainable tourism by enhancing the value of the national parks and their natural and cultural heritage, while promoting environmental conservation, biodiversity, quality of life, interaction with the environment, and a sense of belonging. Collective action also contributes to trail management, service provision, and the promotion of responsible tourism. The research adopts a qualitative, exploratory, case-study approach and was conducted in three stages. The literature review addressed tourism, ecotourism, visitor guiding, protected areas, and regional development. Documentary research analyzed records from APCE, public agencies, and tourism promotional materials from Praia Grande, supported by the online software Ecodocs. Field research involved structured questionnaires to characterize the socioeconomic profile of visitor guides and semi-structured interviews with two groups: guides affiliated with APCE since its foundation and guides accredited from 2020 onward. In total, 22 visitor guides were interviewed. The study also establishes a dialogue with the Sustainable Development Goals (SDGs 3, 8, 9, and 11). The findings indicate, based on the literature review, that visitor guides contribute to environmental justice, sustainability, environmental education, heritage interpretation, and the integration of visitors, local communities, and protected areas, while also supporting the mission of ICMBio to protect natural heritage. Documentary analysis revealed that the partnership between UNESC and IBAMA was relevant to the development of tourism strategies and the promotion of ecotourism. Minutes and official correspondence demonstrate that APCE has participated directly in the municipal tourism agenda from 1997 to 2024, contributing to the organization and strengthening of visitor guiding activities. The semi-structured interviews indicate that APCE is an important partner in the tourism sector, contributing to sustainable development and environmental conservation. Visitor guides act as

a vital link between tourists and the local community and continuously seek professional training and sociocultural knowledge to promote environmental education. However, participants identified insufficient recognition by the municipal government and park management, as well as concerns regarding the performance of Urbia Cânions Verdes, perceived as distant from the realities of surrounding communities. Future priorities include stronger public-sector coordination, enhanced partnerships with traditional communities, such as the São Roque Quilombola Community, and greater integration with the Caminhos dos Cânions do Sul UNESCO Global Geopark. The study concludes that APCE has played a leading role in tourism development in Praia Grande since 1997, contributing to the consolidation of ecotourism and its ecological, agroecological, and rural dimensions.

Keywords: National Parks. Tourism. Organized Civil Society. Sustainable Development. Geopark.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Reunião e entrega da jaqueta corta-vento, parceria da APCE com a CRESOL. 60
Figura 2 - Reunião com o chefe dos Parques Nacionais. 61
Figura 3 - Assembleia de Eleição e posse de nova coordenação da APCE. 62
Figura 4 - Localização dos PNAS e PNSG. 64
Figura 5 - PNAS. Cânion Itaimbezinho. Praia Grande/SC. Trilha do Rio do Boi. 66
Figura 6 - Dados de visitação nos PNAS e PNSG: 67
Figura 7 - Controle de Visitação do PNAS (SC/RS). 68
Figura 8 - PNSG. Trilha das Piscinas do Malacara. Praia Grande/SC. 69
Figura 9 - Controle de visitação no PNSG - RS/SC. 70
Figura 10 - Mapa do Plano de Uso Público dos PNAS e PNSG. 83
Figura 11 - Localização de Praia Grande (SC). 92
Figura 12 - Formação sociocultural do Município de Praia Grande/SC. 95
Figura 13 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, SC/RS. 96
Figura 14 - Frequência por indicadores. 102
Figura 15 - Distribuição das temáticas. 103
Figura 16 - Indicadores. 105
Figura 17 - Evolução temporal (documentos por ano). 106
Figura 18 - Conexão entre indicadores. 107
Figura 19 - Certidão de fundação da APCE. 110
Figura 20 - Antiga sede da APCE. 116
Figura 21 - Foto oficial de divulgação da trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, PNAS. 122
Figura 22 - instalação de uma placa informativa. 124
Figura 23 - Localização geográfica do CCSUGGp. 131
Figura 24 - Condutores reunidos com a chefia do PNAS e PNSG na sede da APCE. 141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos para condutores de visitantes. 25
Quadro 2 - Leis referentes ao turismo no Brasil. 32
Quadro 3 - Normas técnicas no ecoturismo e no turismo de aventura. 45
Quadro 4 - Matriz Síntese sobre a noção de Turismo de Base Comunitária (TBC). 48
Quadro 5 - Pesquisa de ação voluntária da APCE – controle de entrada Parque Nacional da Serra Geral trilha das piscinas do Malacara, Praia Grande/SC. 71
Quadro 6 - Unidade de Conservação de Proteção Integral e Sustentável. 74
Quadro 7 - Universo da Pesquisa. 88
Quadro 8 - Caracterização socioeconômica do município de Praia Grande/SC. 91
Quadro 9 - Quadro Pesquisa Documental - Indicadores conceituais. 99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura

ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Rio Mampituba

APA – Área de Proteção Ambiental

APCE – Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo

ATP – Antes do Tempo Presente

CBHRM – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

EA – Educação Ambiental

EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IGR – Instância de Governança Regional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

PARNA – Parque Nacional

PNT – Plano Nacional de Turismo

PNCV – Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

PNAS – Parque Nacional de Aparados da Serra

PNSG – Parque Nacional da Serra Geral

OMT – Organização Mundial do Turismo (atualmente ONU - Turismo)

OSC – Organização da Sociedade Civil

SGS – Sistema de Gestão de Segurança

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TBC – Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 OBJETIVOS 19
1.1.1 Objetivo Geral 19
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 19
2 MARCO TEÓRICO 20
2.1 CONDUTOR DE VISITANTES 20
2.2 DO TURISMO AO ECOTURISMO 28
2.2.1 Sociedade Civil Organizada 50
2.2.2 Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo - APCE 52
2.2.3 Unidades de Conservação – PNAS/PNSG 63
3 METODOLOGIA 84
3.1 PROCEDIMENTO DE PESQUISA 86
3.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental 87
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA 88
3.2.1 Entrevistas semiestruturadas – Técnicas de coleta de dados 89
3.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC 91
3.3.1 Aspectos vinculados à ocupação do município de Praia Grande/SC 92
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 98
4.1 ANÁLISE DAS ATAS E OFÍCIOS 98
4.1.1 Análise documental Relatório Analítico EcoDocs 101
4.1.2 (1997 a 2004) Formação da APCE e as primeiras ações em prol do turismo 108
4.1.3 (2004 a 2010) Turismo pelo viés do ecoturismo, ecologia e agroecologia 121
4.1.4 2007- 2010, 2011 - 2014, 2015 - 2016, 2017 – Atual 129
4.1.5 (2019 a 2025) Geoparque, Concessão, Plano de manejo e Uso público 136
4.2 ANÁLISE REFERENCIAL DOS ARQUIVOS IMPRESSOS (1997 A 2018) E DIGITAL (2019 A 2024) DA APCE 142
4.2.1 JORNADA 2018-2024 150

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 156
5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS 156
5.2 ANÁLISES DAS RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS 160
5.2.1 O trabalho do condutor de visitantes nos Parques 160
5.2.2 Conhecimento dos aspectos bióticos e abióticos pelos condutores 163
5.2.3 Conhecimento histórico e sociocultural do PNAS e PNSG pelos condutores 165
5.2.4 Participação nas atividades de Educação Ambiental nas escolas da região .. 168
5.2.5 Importância do credenciamento para condução de visitantes 171
5.2.6 Valorização da atuação dos condutores pela gestão dos Parques 175
5.2.7 Valorização da atuação dos condutores pela prefeitura municipal 178
5.2.8 Preparação do condutor local para receber turistas diversos 181
5.2.9 O condutor de visitantes como um elo entre o turista e a comunidade local 184
5.2.10 O condutor local como ferramenta de conservação para a regeneração da biodiversidade 188
5.2.11 Importância da associação APCE para os condutores 190
5.2.12 Conhecimentos dos condutores no tema geoparque 193
5.2.13 Relação profissional dos condutores com a concessionária 196
5.2.14 Relação dos condutores com a Comunidade Quilombola 199
5.2.15 Integração dos condutores nas estratégias de governança 204
5.2.16 Visão do condutor sobre o desenvolvimento do turismo 210
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 227
7 REFERÊNCIAS 234
APÊNDICE A - QUADRO DE PESQUISA DOCUMENTAL COMPLETO. 258

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um conjunto de atividades, serviços e indústrias que oportunizam uma experiência de viagem e outros serviços de hospitalidade disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa. Abrange todos os fornecedores de serviços para visitantes. Entende que o turismo encoraja toda a indústria mundial de viagens, hotéis, transporte, incluindo a promoção, que atendem às necessidades e desejos dos viajantes (Goeldner, 2012). Portanto, o turismo tem sido amplamente estudado e pode ser considerado uma relevante atividade econômica sendo capaz de impulsionar o crescimento de algumas regiões. Entre os benefícios do turismo cita-se o potencial em contribuir com a conservação ambiental, a redução das desigualdades regionais, a geração de renda e empregos, podendo motivar o crescimento da economia de regiões ou mesmo países (Beni, 2012; Rabahy, 2019; Silva, 2025).

Neste contexto, insere-se o município de Praia Grande/SC, a qual em seu território de abrangência estão os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral (SC/RS). Os dois parques são Unidades de Conservação Integral a qual é possível fazer visitação em trilhas de natureza previamente autorizada pelo ICMBio. Essas trilhas de natureza (Silva, 2023; Miranda, 2025) podem ser facultativas ou de contratação obrigatórias de condutor de visitantes, isso vai depender do cenário de perigo do ambiente a ser visitado (Pereira, 2022; ICMBio, 2022). Paralelo a isso, está o foco na questão da gestão do uso público, nas estratégias e instrumentos em relação à visitação em Ucs impulsionando assim o turismo de natureza (Honorato, 2022).

Contudo, historicamente houve uma evolução nesse sentido, pois o visitante (turista) pode contratar o condutor de visitantes que é o profissional formalmente credenciado pelo órgão gestor da unidade de conservação, devidamente qualificado por meio de capacitação específica. Este profissional possui a responsabilidade de conduzir grupos de visitantes com segurança pelos locais permitidos, promovendo a interpretação do patrimônio natural e cultural da área. Adicionalmente, este agente atua de forma colaborativa no monitoramento dos impactos socioambientais decorrentes do turismo nos espaços de visitação (Kinker, 2002, Rosa, 2025).

Diante disso, no município de Praia Grande destaca-se a Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE), fundada em 1997. Uma associação comumente representativa dos condutores de visitantes (Ribas; Hickenbick, 2012), muitas vezes chamados de condutores de ecoturismo. Os condutores que fazem parte da associação são devidamente credenciados, ou seja, receberam autorização para desenvolver trabalho de atividades informativas e interpretativas nesse contexto do ambiente natural e cultural que enseja este estudo (ICMBio, 2025), bem como o empenho nos projetos de educação ambiental (Dalpiaz, 2025).

Nesse contexto, esse trabalho se propõe a explorar a atividade do condutor de visitantes a qual inserido no contexto do ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Barbosa, 2022; Maboni, 2023).

Desse modo, a presente pesquisa justifica-se pelo reconhecimento do profissional condutor de visitantes aqui representado pela APCE, a qual as associações vão se superando nos desafios históricos, econômicos, sociais, ambientais e representam este elo fantástico entre os visitantes e os parques nacionais com suas belezas e paisagens naturais (Bortolin, 2017). Sendo capazes de incentivar o desenvolvimento sustentável do tuirsmo abrangendo todos os espaços possíveis de inclusão social, Fleig (2022), Rebellato (2023), Santos et al. (2024), MTur (2026).

Por sua vez, no percurso da pesquisa alguns temas destacaram-se por estar atrelado ao trabalho do condutor de visitantes: o Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da Unesco (Ferreira e Valdati, 2023; Silva, 2024, 2025), a concessão de serviços nos PARNAs pela concessionária Urbia Cânios Verdes (Rosab, 2024) e a Comunidade Quilombo São Roque sendo estratégica na formação cultural do Município de Praia Grande, principalmente quando se fala em crescimento econômico inclusivo e sustentável (Salvaro, 2017; Santos Carmo, 2018). Por sua vez, a nova Lei Geral do Turismo (LGT), favorece a aplicação das ações em âmbito global, da Organização das Nações Unidas que lançou no ano de 2015, 17 objetivos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

(ODS), que é o grande trunfo para a valorização da qualidade de vida e identidade cultural (Schneider, 2025).

Para tal, a metodologia empregada nessa pesquisa é qualitativa, do tipo exploratória e estudo de caso, que seguem as etapas: Pesquisa bibliográfica, revisão de literatura sobre turismo, ecoturismo, condutores de visitantes, áreas protegidas e desenvolvimento regional. Pesquisa documental, análise de documentos da APCE, órgãos públicos e materiais promocionais do turismo em Praia Grande, nesta parte a análise usou o software online Ecodocs. Entrevistas Estruturadas, aplicação de questionários para mapear o perfil socioeconômico dos condutores e semiestruturadas, e foram entrevistados 22 condutores sendo que havia 49 associados no momento da entrevista, (Gil, 1996).

A partir dessas constatações e da necessidade de compreender a atuação do condutor de visitantes no ambiente natural e cultural e contribuir com a valorização dessa profissão, tem-se **o problema da pesquisa: Em que medida o condutor de visitantes nas trilhas dos PNAS e PNSG representado pela APCE tem contribuído para o desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC?**

Nesse sentido, o presente trabalho traz a necessidade de refletir sobre a capacidade de uma associação de condutores de visitantes de contribuir para o desenvolvimento de turismo e a possível resposta ao questionamento pode revelar as vantagens do trabalho coletivo em direção à valorização de Unidades de Conservação em territórios com grandes potenciais turísticos, cuja conservação da natureza beneficiará a todos os cidadãos por causa da melhora na qualidade de vida, fontes de água limpa, regeneração da biodiversidade, possibilidade de interação com ambiente natural e cultural pelo ecoturismo nas trilhas nos parques e ao entorno, um propósito de pertencimento ao lugar em que se vive, uma efetiva contribuição para a conservação do meio ambiente e valorização dos povos originários (Krenak, 2022). Pois, o desenvolvimento local deve partir dos interesses da comunidade, isto contribui para o sentimento de pertencimento de comunidade fortalecendo os laços comunitários e a luta para manter as características naturais e culturais (Scótolo, 2015).

A fim de contribuir com alternativas ao problema de pesquisa o trabalho se orienta pelos seguintes objetivos:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo desta tese é analisar a atuação dos condutores de visitantes com relação ao desenvolvimento do turismo na região turística dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, município de Praia Grande/SC.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a importância dos condutores de visitantes atuantes em unidades de conservação;
- Apresentar a formação histórica e o desenvolvimento da APCE;
- Caracterizar a formação histórica dos PNAS e PNSG;
- Compreender a relação da associação de condutores com os PNAS e PNSG enquanto sociedade civil organizada;
- Relacionar a governança do turismo na região turística dos PNAS e PNSG a partir do olhar dos condutores de visitantes.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 CONDUTOR DE VISITANTES

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

De início, é necessário diferenciar Guia de Turismo, Condutor de Visitantes, Monitor de Turismo e *Tour Leader*. São títulos de profissões que confundem pelas semelhanças das atividades seja pelo aspecto natural, social ou cultural. O objeto da pesquisa é o Condutor de Visitantes, que a maior parte dos turistas chamam por Guia de Turismo. Normalmente não são corrigidos, porém fica esta lacuna por ser um termo falado mundialmente no turismo e é mais conhecido pelas pessoas, no entanto, há razões importantes para diferenciar as atribuições de cada uma das profissões.

Para Meira; Kusano; Hintze (2018) Apud Hintze (2007), o guia de turismo é a única profissão do trade turístico regulamentada por lei e que requer a realização de um curso preparatório para que o profissional possa qualificar-se como guia de turismo (nas categorias Regional e Nacional, incluindo América do Sul).

Dessa forma, Meira; Kusano; Hintze (2018) traz uma revisão histórica da profissão de Guia de Turismo, indaga que os cursos de Condutor de Visitantes e Agente de Informações Turística, em relação às atribuições, conflitaram, não estão em acordo em todas as partes, com as funções do Guia de Turismo. Diz que a Portaria Ministerial nº. 027 (Brasil, 2014), parte significativa dela, no que se refere ao Condutor de visitantes, suprimiu algumas dúvidas do impasse que foi ocasionado pela sua oferta.

> Art. 8º A atividade de guia de turismo não se confunde com o exercício das atividades de condutor de visitantes em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais e de monitor de turismo.
>
> § 1º Nos termos da legislação pertinente, considera-se condutor de visitantes em unidades de conservação o profissional que recebe capacitação específica para atuar em determinada unidade, cadastrado no órgão gestor, e com a

> atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área.

Em relação ao Monitor de Turismo e ao Condutor de Turismo e a necessidade de aclarar as funções:

> § 2º Considera-se monitor de turismo a pessoa que atua na condução e monitoramento de visitantes e turistas em locais de interesse cultural existentes no município, tais como museus, monumentos e prédios históricos, desenvolvendo atividades interpretativas fundamentadas na história e memória local, contribuindo para a valorização e conservação do patrimônio histórico existente, não sendo permitido ao monitor de turismo a condução de visitantes fora dos limites do respectivo local.
>
> § 3º A necessidade ou obrigatoriedade de acompanhamento de condutor durante visitações deverá ser verificada pelo guia de turismo que se deslocar com o grupo de turistas a uma determinada unidade de conservação.

Em relação ao Guia de Turismo, num primeiro momento, ao consultar a Lei Federal nº.8623/93 verifica-se em seu Art.1º que:

> É considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado na EMBRATUR -Instituto Brasileiro de Turismo, nos termos da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, exerça as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

No segundo momento, sobre a categoria Guia de Turismo Especializado em Atrativos Naturais ou Culturais, de acordo com a EMBRATUR, por meio da Lei nº. 8623/93 teve a função de recepção e o acompanhamento de visitantes em locais como museus, sítios históricos, parques nacionais, entre outros, foi mencionada na Portaria Ministerial nº. 027/0214, com a seguinte redação:

> Guia Especializado em Atrativo Turístico – quando suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o profissional se submeteu à formação profissional específica. (Art. 3º, § IV)
>
> Art. 4º Para requerer o cadastro na categoria de Guia de Turismo especializado em atrativo natural ou em atrativo cultural, o interessado deve, primeiramente,

> ser habilitado como guia de turismo regional, em cursos específicos de qualificação profissional.
>
> Parágrafo único. A atividade de Guia Especializado em Atrativo Natural ou atrativo cultural somente poderá ser exercida por aquele que tiver formação profissional específica para o Estado do atrativo turístico no qual atuará.

Para Sheng-Hshiung (2017) o *Tour Leader* (líder turístico ou líder de excursão) é uma pessoa que leva grupos para outros países, por exemplo, que leva grupo para cidades famosas da Europa, ou para *Machu Picchu* no Peru, *Torres del Paine* no Chile etc. O *tour leader* é responsável pelo grupo, é contratado normalmente por agências de viagens. A agência de viagem regulamentada, que faz todo o procedimento burocrático, seguro viagem, notas fiscais etc., é que tem o papel de organizar toda a viagem, todos os contratos do início ao fim da viagem.

Para Sheng-Hshiung (2017) os líderes turísticos devem cumprir os seus deveres interagindo com os turistas durante todo o percurso da viagem, e desempenhar múltiplas funções para servir os turistas. O trabalho de um líder turístico é complexo, desafiador e fundamental nos pacotes turísticos em grupo. E, o *tour leader* acompanha o grupo sem necessariamente ser um guia de turismo, não há, para esse caso, a obrigatoriedade de cursos específicos, porém é recomendável que o tour líder, também possua o curso de guia de turismo.

No entanto, o *tour leader* acompanha o grupo e não tem a obrigação de passar todas as informações que normalmente um guia de turismo passa, ele é um ponto de referência para o grupo chegar ao destino. O *tour leader* pode se especializar num determinado lugar famoso, por exemplo, El Chalten, na Argentina, e pode possuir uma agência, que faz todo o processo e trâmites da viagem, ele acompanha o grupo de forma que dê tudo certo, porém não é um guia de turismo.

Afirma-se que alguns pontos legais sustentam as atividades dos condutores de visitantes, entre eles: as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, 20 de abril de 1994. Muito embora o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo não trate especificamente do Guia de Turismo, Condutor de Visitantes (Lummertz, 2013), Monitor de Turismo ou *Tour Leader* observa-se em diversos trechos a articulação entre o ecoturismo e as visitas aos espaços naturais e culturais. O ecoturismo

pode trazer um retorno de qualidade de vida significativa para uma região, assim, enquanto segmentação do turismo:

> O ecoturismo, em especial, configura-se no momento como uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação. Neste segmento diversos nichos de mercado são identificados, como por exemplo o safári fotográfico, a observação de aves, dentre outras atividades (Brasil, 1994, p. 49).

Nem todos os Condutores de Visitantes credenciados no PNAS e no PNSG são associados em alguma associação de ecoturismo. Aqueles que são credenciados e associados seguem o Regimento Interno e o Estatuto a qual norteia o pensamento coletivo do grupo. Através de reuniões extraordinária e ordinária, somado a participação no conselho consultivo dos parques, e nos diversos conselhos de instituições e entidades caracterizam a classe como sociedade civil organizada. De certa forma, estar em grupo cria uma força maior e um respaldo perante o ICMBio.

De acordo com Ribas e Hickenbick (2012) à medida que se entende o papel dos condutores ambientais locais e o quanto o tipo de curso que este se insere, gradua-se, como capacitação no ecodesenvolvimento turístico, remodelam-se e disseminam-se perspectivas de valorização social, uma vez que em unidades de conservação o líder de um grupo de turistas é o condutor de visitantes (ICMBio – Portaria nº 769, de 10 de dezembro de 2019), Instrução Normativa que vem alinhando-se nesta linha de orientação de 08/2008 a qual considera que:

> (...) condutor de visitantes a pessoa cadastrada pelo órgão gestor da unidade de conservação, que recebeu a capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação (Kinker, 2002, p. 147).

É possível perceber a seguridade de lei a qual o condutor de visitantes está respaldado, é pela "Portaria nº 769 de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de prestação de serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais" (Pãozinho; Figueiredo, 2022, p. 951).

De acordo com esta IN – Instrução Normativa, para atuarem em unidades de conservação o candidato a condutor de visitantes submete-se às orientações do edital de credenciamento divulgado pelo próprio órgão gestor do parque nacional, a qual obrigatoriamente deve conter: (1) temas referentes ao meio ambiente e cultura; (2) temas referentes ao trabalho do condutor; e (3) temas relacionados à segurança e equipamentos.

Conforme documento do Diário Oficial da União, órgão: MMA/ICMBio, Portaria nº 769 de 10 de dezembro de 2019:

> VII - Condutor de visitantes: pessoa física autorizada pelo ICMBio a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação, desenvolvendo atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos nas áreas de visitação.
>
> CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES Art. 3° A Autorização para prestação do serviço de condução de visitante poderá ser concedida somente pela unidade de conservação que dispuser de plano de manejo ou outro instrumento de gestão vigente.
>
> Art. 5º A obrigatoriedade do acompanhamento por condutor de visitante poderá ser adotada, a partir de justificativa técnica da unidade de conservação, com posterior análise e aprovação da Coordenação Geral de Uso Público e Negócio - CGEUP, embasada nos seguintes critérios: I - proteção do patrimônio histórico, arqueológico, paleontológico, espeleológico ou cultural, caso não existam alternativas de manejo de impacto ou de monitoramento da visitação implementados;
>
> Art. 6º A prestação do serviço de condução de visitante em unidade de conservação federal depende de autorização específica, que será emitida pela administração da unidade de conservação federal, após cumprimento de procedimento formalizado segundo as etapas descritas: I - elaboração e divulgação pelo ICMBio do edital para credenciamento, contendo as especificidades para emissão da Autorização para a prestação do serviço de condução de visitantes na unidade de conservação.

Após estas informações selecionadas do documento mais importante do condutor de visitantes, que o ampara perante o ICMBio e, permite-lhe conduzir visitantes nas Unidades de Conservação, um dos principais itens para formalizar é fazer cursos que contenham os conteúdos estipulados neste edital:

> §3º Os cursos de capacitação de condutores de visitante poderão ser organizados pelo ICMBio, por outras instituições ou pessoas físicas, respeitando os critérios quanto à formação estabelecidos no Art. 10.
> §4º Os certificados de cursos de capacitação emitidos por outras instituições poderão ser validados pelo ICMBio, para fins de credenciamento de condutor

> de visitantes, mediante avaliação do conteúdo curricular em relação aos critérios mínimos estabelecidos.
> §5° As capacitações devem possuir carga horária mínima total de 12 horas de aulas, e, quando couber, a necessidade de aulas práticas avaliativas para a realidade de cada unidade de conservação.

A ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e de Turismo de Aventura) oferece o curso, Líderes de Ecoturismo e Turismo de Aventura – Competências Mínimas de Condutor NBR ABNT 15.285; sendo este treinamento uma base sobre as atividades e proporciona aos participantes uma maior qualificação profissional.

O Ministério do Meio Ambiente tem como objetivo: "Incentivar o desenvolvimento de atividades turísticas de condução ambiental aliada a processos de educação ambiental, além de oferecer conhecimentos teóricos e práticos para condução de visitantes no entorno de Unidades de Conservação e outras áreas naturais" (ICMBio, 2019, p. 4). Outras empresas oferecem estes cursos que são aceitos pelo ICMBio no momento do Edital. Outro curso obrigatório é o curso de Primeiros Socorros, à qual deve ser renovado de dois em dois anos.

Para maior entendimento do que vem sendo exposto, segue abaixo um quadro que mostra as obrigatoriedades em relação à capacitação dos condutores de visitantes.

Quadro 1 - Documentos para condutores de visitantes.

Da capacitação dos condutores de visitantes
Art. 10. No edital para credenciamento, o ICMBio deverá exigir uma capacitação dos interessados em adquirir Autorização para prestar serviços de condução de visitantes.
§1° As capacitações, a serem exigidas em todos os Editais de credenciamento, conterão os seguintes temas e conteúdo como obrigatórios:
I - Temas referentes ao meio ambiente e cultura (ênfase na unidade de conservação). a) Conteúdos com informações sobre o ICMBio com seus objetivos e missão. b) Conteúdos com informações sobre a caracterização geral da unidade de conservação, normas e demais regras dos atrativos da unidade de conservação.
II - Temas referentes ao trabalho do condutor. a) Conteúdos com informações sobre ética, apresentação pessoal e relações interpessoais. b) Conteúdos com informações sobre técnicas de condução de visitantes. c) Conteúdos com informações sobre os princípios de conduta consciente e minimização de impactos em ambientes naturais.
III - Temas referentes à segurança e equipamentos. a) Conteúdos com informações sobre gestão de segurança da unidade de conservação. b) Conteúdos com informações sobre primeiros socorros.
§2° As capacitações, poderão ter os seguintes temas e conteúdo como desejáveis: I - Temas referentes ao meio ambiente e cultura (ênfase na unidade de conservação). a) Conteúdos com informações sobre legislações pertinentes ao ICMBio. b) Conteúdos com informações sobre a história e geografia regional. c) Conteúdos com informações sobre turismo e sustentabilidade.

II - Temas referentes ao trabalho do condutor. a) Conteúdos com informações sobre os princípios de interpretação ambiental. b) Conteúdos com informações sobre monitoramento de impactos ambientais. c) Conteúdos com informações sobre normas da ABNT, especialmente para atividades que exijam habilidades e conhecimentos técnicos específicos. III - Temas referentes à segurança e equipamentos. a) Conteúdos com informações sobre prevenção e combate a incêndios florestais. b) Conteúdos com informações sobre busca e salvamento.
§3º Os cursos de capacitação de condutores de visitante poderão ser organizados pelo ICMBio, por outras instituições ou pessoas físicas, respeitando os critérios quanto à formação estabelecidos no Art. 10.
§4º Os certificados de cursos de capacitação emitidos por outras instituições poderão ser validados pelo ICMBio, para fins de credenciamento de condutor de visitantes, mediante avaliação do conteúdo curricular em relação aos critérios mínimos estabelecidos
§5° As capacitações devem possuir carga horária mínimo total de 12 horas de aulas, e, quando couber, a necessidade de aulas práticas avaliativas para a realidade de cada unidade de conservação.
§6° Poderá ser estabelecido em edital a existência do período de transição para interessados no serviço de condução de visitantes sem as comprovações referentes às capacitações, conforme critérios do Art. 10, tornando-se habilitados e apenas após comprovações autorizados.

Fonte: ICMBio (2019).

Amplia-se o debate no sentido de que o "estabelecimento de espaços especialmente protegidos é uma das ferramentas mais utilizadas para a conservação da natureza" (Sutil, 2022, p. 29). Neste viés, de criação de áreas protegidas surge por inúmeras razões, Capra (2007), explana um aporte bem realista sobre os problemas ambientais que se agravaram desde o começo do século XX, complexando as condições de vida na terra pelo excesso de consumo. O consumo desenfreado, o consumo propagado pelas mídias controladas pelo capital, mesmo que em paralelo as conquistas no ramo da ciência para múltiplas soluções; a falsa impressão de que os bens naturais são infinitos levou o ser humano a um desequilíbrio socioambiental sem precedentes. Será necessário criar Unidades de Conservação ou Áreas Protegidas, espaços assim destinados a salvaguardar um pouco da natureza mais preservada, na recuperação de áreas, na vinculação através da educação ambiental nas escolas, por exemplo, onde as crianças, adolescentes e jovens podem ver a natureza a favor delas e não contra.

De acordo com Brandenburg (1996) o excesso de bens de consumo e o desgaste ambiental na exploração dos recursos naturais não renováveis levou o ser humano a rever este pensamento, no entanto, é persistente a falta de sensibilidade humana frente a destruição do meio ambiente. Logo, a ciência tratou de mostrar que a maioria dos recursos naturais utilizados como matéria-prima não são renováveis, uma vez tirados da

natureza, o mínimo de reaproveitamento seria pela reciclagem, pelo reuso, etc. e que em termos de interdisciplinaridade todos os campos do conhecimento, todo o espaço de conhecimento cultural, povos originários e outras manifestações tradicionais, seguem o mesmo contexto e fluxo.

Diante dessas noções elementares a qual o condutor de visitantes deve e pode encarar a natureza não apenas numa perspectiva de consciência sobre o meio ambiente, mas de uma perspectiva de sensibilização perante todos os elementos que compõem a Terra. Nesta perspectiva Krenak (2022) coloca sobre a valorização da vida:

> Para além de onde cada um nasce - um sítio, uma aldeia, uma comunidade, uma cidade -, estamos todos instalados num organismo maior que é a Terra. Por isso dizemos que somos filhos da terra. Essa Mãe constitui a primeira camada, o útero da experiência da consciência, que não é aplicada nem utilitária. Não se trata de um manual de vida, mas de uma relação indissociável com a origem, com a memória da criação do mundo e com as histórias mais reconfortantes que cada cultura é capaz de produzir - que são chamadas, em certa literatura, de mitos (Krenak, 2022, n.p.).

A partir dessa relação de sensibilização são criadas nas mais diversas partes dos continentes áreas protegidas que pudessem resguardar a biodiversidade das intensas ações antrópicas. Neste sentido, a IUCN (*International Union for Conservation of Nature*) define área protegidas como:

> Espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e manejado por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (Dudley, 2008, p. 8).

Bensusan *apud* Sutil (2006) e Delfino (2017), colocam que a área protegida considerada como marco na história nacional brasileira é o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, no estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo era atender a pesquisas científicas e proporcionar o lazer para as populações urbanas. Com isso, as primeiras áreas protegidas brasileiras foram criadas a partir de uma visão preservacionista, corrente que pressupõe a proteção integral de determinadas áreas. Dois anos depois, foi criado o Parque Nacional de Iguaçú (criado em janeiro de 1939) e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (criado em novembro de 1939).

O condutor ambiental acaba se diferenciando dos outros profissionais de turismo, o que marca essa informação é o “uso respeitoso e contextualizado dos saberes locais e memórias populares em suas interpretações” (Kinker, 2012, p. 152), de um jeito que não banaliza nem descaracteriza o etnoconhecimento frente aos conhecimentos científicos. Com isso, pensando e agindo nesses dois vieses dos conhecimentos culturais, empíricos e dos conhecimentos científicos demonstrando a sua postura respeitosa e ética, valorizando a comunidade a qual ele está inserido, considerando que os conhecimentos devem ser contextualizados, uma vez que ao dizer, não se pode afirmar veemente, uma vez que a realidade é relativa.

Com isso, o condutor ambiental possui um grande comprometimento com a comunidade em que atua e seu grande trunfo está em valorizar as atividades tradicionais sustentáveis e o estímulo ao envolvimento comunitário.

> Sob a perspectiva sustentável da atividade turística, o condutor de visitantes é um componente essencial, pois ao mesmo tempo em que cumpre as finalidades educativas do visitante e auxilia na conservação da localidade, também torna possível a geração de emprego e renda para moradores da região (Da Cruz, 2021, p. 583).

Considera-se o ecoturismo nesta perspectiva um movimento que tende a dar certo pelas ações vinculadas ao homem e a natureza, no entanto, não se explora toda a sua potencialidade.

2.2 DO TURISMO AO ECOTURISMO

Neste capítulo vamos entender de forma concisa as definições básicas que envolvem os conceitos de turismo e a importância do ecoturismo para valorização da comunidade local e o espaço natural.

> O turismo pode ser definido como os processos, atividades e resultados decorrentes das relações e das interações entre turistas, fornecedores de serviços turísticos, governos anfitriões, comunidades anfitriãs e ambientes circundantes que estão envolvidos na atração e recepção de visitantes. (Goeldner et al., 2012, p. 4).

Para os autores Goeldner (Op. cit. 2012), o turismo é um conjunto de atividades, serviços e indústrias que oportunizam uma experiência de viagem, quais sejam, transporte, hospedagem, restaurantes e bares, lojas, entretenimento, atividades instalações e outros serviços de hospitalidade disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa. Abrange todos os fornecedores de serviços para visitantes e serviços relacionados a visitantes. Entende que o turismo encoraja toda a indústria mundial de viagens, hotéis, transporte e todos os outros componentes, incluindo a promoção, que atendem às necessidades e desejos dos viajantes.

O turismo contemporâneo surgiu do *Grand Tour* e na necessidade de deslocamento do ser humano, pelas ambições econômicas, culturais, bélicas, pelas descobertas de novos mundos. O Grand Tour representa, no entanto, o que mais se parece com a definição de turismo hoje, embora o que caracterizava esta denominação fosse o alto poder aquisitivo daqueles que podiam pagar por tais viagens que envolvia, certamente, conhecimentos, paisagens novas, arquitetura, e novas experiências (Beni, 2007; Fernandes, 2011; Assunção, 2012; Rabahy, 2019; Berto De Alamada, 2020).

E, o turismo evoluiu a partir dos avanços técnicos-científicos originados do capitalismo, as viagens feitas por quem detinha poder econômico para bancar estas viagens, possibilitou que fossem desenvolvidas também pela classe média aumentando assim o número de pessoas viajando com o propósito de conhecer novos lugares, culturas, e tudo o que uma viagem pode proporcionar.

No entanto, neste trabalho inicial não se pretendeu fazer um panorama geral do turismo. No primeiro momento, abordou-se sobre a importância do turismo na relação econômica e distribuição de renda, colocar o turismo enquanto planejamento de território e, ainda, o turismo voltado para a prática de ecoturismo.

É importante salientar que o turismo pode ser compreendido como um "fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar nos mercados de trabalho nos locais visitados (Arendt, 1999, p. 17)." Este é um dos principais conceitos da Organização da Nações Unidas Turismo (ONU).

O turismo é uma importante fonte de renda, emprego, capaz de gerar renda de forma regional e local. Embora o turismo possa preponderar em regiões mais ricas, é

nas regiões mais pobres que acaba tendo um benefício social maior fazendo a diferença na diminuição das desigualdades regionais em termos de renda, este é apenas mais um dos benefícios do turismo (Rabahy, 2019).

Chega-se a um resultado no qual o setor dos serviços é bem valorizado sendo a mão de obra o que mais se destaca. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), o turismo no Brasil correspondia a 6% do emprego total do país. No caso do Brasil, o turismo receptivo ainda não é muito expressivo, sendo a força e resultado do turismo interno, ou seja, os próprios brasileiros viajando no próprio país. Ao contrário, de outros países da América do Norte, Europa e Ásia a qual o receptivo representa uma força econômica de 80% do emissivo mundial (Rabahy, 2019). Sendo assim, a força do turismo no Brasil é o turismo doméstico com tendência a crescimento, sendo um país grande e com diversa biodiversidade, impulsionando para os brasileiros a conhecerem seu próprio país. O turismo receptivo tende a crescer no Brasil, também, e a organização do turismo doméstico ajuda no desenvolvimento do turismo receptivo uma vez que as principais instalações de serviços estão instaladas.

O impacto do turismo na distribuição de renda é notável como atividade econômica:

> O turismo pode ser considerado uma importante atividade econômica, capaz de impulsionar o crescimento de algumas regiões que apresentem condições para a sua propagação. Entre os benefícios que podem ser gerados por esta atividade destacam-se os de contribuir para a redução das desigualdades regionais e pessoais de renda, para a geração de divisas e para a criação de empregos. Neste aspecto em particular, por se constituir preponderantemente numa atividade do setor serviços, que notadamente utiliza mão-de-obra de forma intensiva, o potencial gerador de empregos do turismo é muito relevante, sendo, também por isso, a base do crescimento da economia de regiões ou mesmo países (Rabahy, 2019, p. 4).

O turismo teve importantes desenvolvimentos, fez surgir novas demandas e tendências influenciadas por novos padrões e valores da sociedade. O setor se consolida a partir das tecnologias da globalização, consideráveis mudanças ocorreram devido as questões climáticas, meteorológicas e geológicas; até questões de epidemiologia e pandemia influenciam, crises econômicas abalam o setor, porém o mercado turístico é desafiado a superar tais questões.

O turismo encontra uma escala de relevância em todas as esferas sociais de forma global, sendo assim:

> O turismo é um fenômeno inter e transdisciplinar. Tal qual um sistema aberto, ele está em contínua simbiose com quatro amplos e complexos cenários conectados à base de um conjunto de relações ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, está sujeito a vetores de diferentes origens (Beni, 2012).

Em relação às políticas estabelecidas pelo governo federal para o turismo brasileiro delimitam três épocas distintas:

> Primeira: no período compreendido entre 1938, ano em que foi estabelecido o primeiro ato governamental para o setor – através do Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938 -, até 1966, com a criação do Sistema Nacional do Turismo (SNT), da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), atual Instituto Brasileiro de Turismo, e do Conselho Nacional do Turismo (CNTur).
> Segunda: da criação da SNT e dos citados órgãos acima, ocorrida através do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro 1966 até o advento do Ministério do Turismo (Mtur), instituído pela medida provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003.
> Terceira: da criação do MTur aos dias atuais, mantido pelo governo eleito para o período de 2011/2014, conforme compromisso assumido em campanha pela nova presidente (Fernandes, 2011).

Sobre as características do Turismo, Beni (2007, p. 39) coloca o Turismo como um meio eficiente para:

- promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
- abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
- integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
- desenvolver a criatividade em vários campos;
- promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

A história do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX em relação às viagens, ao espaço e à cultura:

> O fenômeno turístico é extremamente complexo pela relação que estabelece com diversas áreas das ciências sociais e humanas. A categoria **turismo** é ainda um termo que necessita ser desconstruído, tendo em vista a complexidade que envolve o turismo e as práticas culturais do lazer. O turismo é uma atividade baseada em três elementos operativos: o tempo livre, o rendimento, e as condições e sanções locais que permitem a atividade turística. O turismo pode ser entendido como um conjunto de técnicas baseadas em princípios científicos as quais tem como objetivo prestar diferentes tipos de serviços às pessoas que utilizam seu tempo livre para viajar (Assunção, 2012).

Cabe aqui salientar os Aspectos Regulatórios do Turismo no Brasil em especial atenção a Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024, Lei Geral do Turismo (LGT), conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Leis referentes ao turismo no Brasil.

• Lei nº 11.771, de 17/09/2008	Estabelece normas para a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal quanto ao planejamento, ao desenvolvimento e ao estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos e o cadastro, a qualificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (atualizada pela Lei nº 14.978, de 18/09/2024);
•Lei nº 14.002/2020, de 25/05/2020	Efetivou a transformação da EMBRATUR, então Instituto Brasileiro de Turismo, de autarquia para agência de serviço social autônomo, de direito privado, integrante do sistema S, que passou a ser chamada EMBRATUR (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo);
•Lei nº 14.476, 4 de14/12/2022	Dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo e passa a denominá-lo Novo FUNGETUR;
•Decreto nº 12.136, de 09/08/2024	Aprovou o Plano Nacional de Turismo (PNT) do Brasil para o quadriênio 2024-2027, com a finalidade de ordenar as ações e orientar a atuação do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo nacional;
•Lei nº 14.978, de 18/09/2024 - Lei Geral do Turismo (LGT)	Novo marco legal, que moderniza e adequa o setor à atual dinâmica da atividade no mundo. Essa Lei desburocratiza procedimentos, aprimora o ambiente de negócios e favorece maior aproximação entre poder público e iniciativa privada, valorizando destinos e garantindo mais competitividade ao Brasil. Marcou a validação dos acordos com a ONU Turismo que possibilitarão a instalação, no Rio de Janeiro (RJ), do 1º Escritório da ONU Turismo nas Américas e no Caribe. A unidade vai proporcionar ao Brasil e aos demais países da região uma atuação mais integrada com o principal braço das Nações Unidas para o turismo (Brasil, 2024).

Fonte: adaptado de Silva (2025, p. 7).

Para Silva (2025, p. 1), “o turismo é o segmento do setor de serviços com relevante contribuição para a economia, na geração de empregos e de renda, bem como na conservação e preservação ambiental do País.” Isso se justifica pelo aumento destes serviços no Brasil, com alta de 2,8% de junho de 2024 para junho de 2025, na série com ajuste sazonal (IBGE, 2025).

Neste sentido, se reforça a seguinte situação atual do setor de turismo no Brasil:

> O setor de turismo no Brasil encontra-se em expansão em 2025, com destaque para a entrada de divisas da ordem de US$ 4,19 bilhões em receitas geradas, por 5,33 milhões de turistas estrangeiros, exclusivamente por atividades turísticas. No período de janeiro a junho de 2025, alta de quase 13% na comparação com o mesmo período de 2024, além de ser o segundo maior da série histórica. Esses resultados positivos são decorrentes de ações implementadas para a melhoria de infraestrutura, segurança jurídica e promoção turística. A expectativa do Ministério do Turismo é continuar crescendo, e alcançar a marca de 10 milhões de turistas internacionais, ainda em 2025. Em 2024, o setor gerou 2,6 milhões de empregos formais no País. Desse total, 569.364 foram gerados na região Nordeste e 871.074 na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Apesar do cenário econômico desafiador, a perspectiva é de crescimento, em especial, o turismo interno, impulsionado pela alta do dólar e pelo elevado custo das viagens internacionais (Silva, 2025, p. 1).

Para Schneider (2025), a nova Lei Geral do Turismo (LGT), favorece a aplicação das ações em âmbito global, da Organização das Nações Unidas que lançou no ano de 2015, 17 objetivos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo esta conexão muito relevante, pois traz para dentro das ações do setor de turismo as ações das ODS’s que é o grande trunfo para a valorização da qualidade de vida e identidade cultural.

Nas condições atuais, supondo que municípios do Brasil busquem novas formas de atender a demanda econômica, aquele município cujos munícipes percebem em seu território a vocação para o turismo, seja de natureza, seja cultural, por exemplo, desperta-se para um novo olhar sobre seu próprio lugar. Com isso, “o Turismo é, na realidade, uma atividade de prestação de serviços eminente e, consequentemente, enquadra-se no setor terciário da economia” (Fernandes, 2011, p. 44). A grande força do

turismo é a capacidade de interagir nos três setores econômicos (primário, secundário e terciário), em se desenvolvendo os benefícios vão além em seus limites de atuação, incrementando negócios em todos os setores, gerando empregos diretos e indiretos.

Para Sarti e Queiroz (2012, p. 6) há “uma estreita relação entre paisagem e turismo”. O turismo intensifica a valorização da paisagem, transformando-a em recursos turísticos do ambiente natural ao ambiente antropizado. Relaciona-se a esta informação as razões que direcionam as demandas turísticas aos aspectos ambientais e paisagísticos.

Segundo Santos (2007, p. 61), “A cada fase histórica, o papel de cada estrutura assim como seu conteúdo variam”. Numa época a economia gira em torno da agricultura, em outra em torno das fábricas, noutro em torno do turismo, variando as perspectivas reformulando o lugar. “É por isso que a sociedade não se distribui uniformemente no espaço: essa distribuição não é obra do acaso. Ela é o resultado de uma seletividade histórica e geográfica, que é sinônimo de necessidade” (Santos, 2007, p. 61) . São processos que ocorrem devido a determinada função, é a energia social que se muda em formas novas, a sociedade produz a paisagem, mas que isso jamais ocorre sem mediação.

O turismo nos Aparados da Serra sinaliza para uma via mais ecológica e não um turismo em massa, predatório. Chagas de Almeida e Luiz Emmendoerfer (2022) fazem um paralelo entre o Turismo de Base Comunitária (TBC) que é um turismo que valoriza a cultura das comunidades tradicionais, estimulando a economia local e a noção de coletividade, ainda cumpre um papel de ações socioeducativas de conservação ambiental, e, na mesma linha de raciocínio está o Desenvolvimento Local Sustentável em que tende a fortalecer a sociedade civil, a economia local, o bem-estar social, a preocupação com o meio ambiente, dentre as ações em prol da natureza, a noção de guarnecer os recursos locais.

Uma leitura indispensável para se compreender o princípio de organização do ecoturismo no Brasil é ler a “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, (Brasil, 1994). Este trabalho foi realizado pelo grupo Interministerial composto pelo ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e Amazônia Legal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),

pelo Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) e contou com as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Deram-se os primeiros passos em relação a ideia de ecoturismo a qual se estabeleceu com a Política Nacional do Ecoturismo:

> Política voltada à melhoria da qualidade de vida da população, com a preocupação de manutenção do patrimônio ambiental como um legado cultural, apontando caminho para o desenvolvimento sustentável da atividade turística do Brasil (Brasil, 1994).

Como afirma Western (2005, p. 17), "Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local". Mesmo que o ecoturismo ocorra mais no final de semana, feriados e nas férias escolares, percebe-se uma busca maior pelo contato com a natureza com muito mais frequência, principalmente por aqueles que vivem nos centros urbanos e que tem dificuldade de acesso ao ambiente natural com mais frequência. Para ele (Op. cit., p.18), "Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando a conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética". E ainda, (Op. cit., p. 20), para os turistas mais exigentes, o verdadeiro ecoturismo é o turismo de baixo volume que prioriza questões de ordem ambiental.

Já para *The International Ecotourism Society* – TIES (2015),

> Ecoturismo é agora definido como viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação. A educação deve incluir funcionários e convidados .

Conforme as Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, Brasil (1994, p. 32):

> Objetivo – Divulgar aos turistas atividades inerentes ao produto ecoturístico e orientar a conduta adequada nas áreas visitadas.
> Apoiar programas de Educação Ambiental formal, em todos os níveis, de maneira interdisciplinar.
> Promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Conforme Brasil (1994, p. 19) reforça que o ecoturismo é:

> Um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Considera-se a participação social com muito afinco nas tomadas de decisões relativas "ao planejamento e uso e ocupação do solo e dos recursos naturais" (Eltz, 2021, p. 324). Ainda, há muitas coisas a se compreender deste tema, principalmente relacionado a governança, e mais sobre a atuação dos líderes, atores, cidadãos frente a todas as questões que dependem da contribuição de todos no trato da conservação dos recursos de uso comum.

Oliveira (2011, p. 63), coloca um pensamento acerca do ecoturismo que pouco avançou, que é o ecoturismo étnico, a liderança indígena, como mencionado em sua pesquisa, "observa o ecoturismo étnico como uma importante atividade da aldeia". Certamente, a forma de comunicação dos condutores indígenas e os visitantes na unidade de conservação despertam em ambos os reconhecimentos de modos de vidas e respeito mútuo. Para a comunidade é uma oportunidade de obter renda, além disso de expressar seus elementos culturais e reafirmar sua etnia.

Para Matos (2019), possibilitar novas e diferentes aproximações do visitante para que se sinta mais sensível e presente no turismo de natureza proporciona resultados tanto ao meio ambiente quanto ao ser humano. Um desses caminhos através do uso público seria pelo ecoturismo.

> O ecoturismo é uma forma de promover mudanças nas atitudes das pessoas que otimiza os benefícios ao ser humano à natureza por meio dos pressupostos do segmento. O visitante não precisa ser ecoturista, mas na natureza é importante atender às premissas do ecoturismo para um contato mais profundo, permitindo a transformação interna e no meio inserido (Op. cit., p. 53).

Destacam-se nas experiências dos condutores de ecoturismo de Praia Grande/SC e a importância que estes dão à educação profissional no setor do turismo (Selau, 2011; Luz, 2018). Para se tornar um excelente condutor de visitantes a partir dos seus saberes ancestrais e pelos conhecimentos científicos são fundamentais para evoluir seu processo formativo, tornando-se profissionais que realmente adquirem habilidades que serão úteis para um bom desempenho profissional de suas atividades. Considerando

que o turismo como um todo é um sistema complexo, pois envolve as relações humanas nos fazeres turísticos, sendo assim é necessário em sua formação tornar-se mais "reflexivos e crítico sobre a atividade que desenvolve" (Silva; Franco, 2014, p. 8), com isso sendo capaz de progredir diante de suas condições no setor turístico.

Uma crítica interessante em relação aos setores operacionais do turismo a qual as diretrizes levantadas pela ONU-Turismo, neste caso, contempla aqui os condutores de visitantes, em que cursos e treinamentos oportunizados buscam treinamentos mínimos para este setor, razão a qual o que importa é tão somente suprir a "necessidade do empresariado que atua em diversos setores do turismo" (Silva; Franco, 2014, p. 8), não se importando com os possíveis avanços profissionais de fato.

Para esta reflexão, Kinker (2021) apud Silva (2002, p. 372), ressalta a importância relacional entre condutores de visitantes, ecoturismo e educação ambiental, porque ambos se relacionam de forma intrínseca tendo em vista que um dos principais propósitos do ecoturismo é a educação ambiental, por esse olhar o caráter educacional é o grande diferencial. Sendo assim, só é possível concretizar esta ideia central uma vez que todas as populações sejam contempladas e envolvidas nas atividades turísticas, começando por ações de conscientização ambiental, priorizando a coletividade, interligando e fazendo interagir a comunidade receptora com os visitantes que chegam à comunidade. Ainda, Kinker (2002, p. 372) revê a "Lei 9.985 (2000), Art. 4º entre os quais o de promover a educação ambiental e o turismo ecológico".

O condutor de visitantes devidamente preparado com o curso Competências Mínimas para Condução de Visitantes tem certas obrigações inerentes ao seu trabalho no sentido de promover, deveras, diálogos de saberes em suas atividades interpretativas em ambiente natural e cultural, firmando assim, o "comprometimento social com a comunidade local e respeito ao etnoconhecimento associado, como pelo conhecimento científico adquirido em cursos de capacitação" (Op. cit., p. 150). Refletindo sobre isso, o sucesso do condutor de visitantes pode estar ligado à maneira como interage na "promoção desse diálogo" (Op. cit., p. 150).

Neste ponto de estudo, necessita-se fazer uma conexão entre turismo, ecoturismo e geoturismo. Até aqui debateu-se os dois primeiros, no entanto, há a necessidade de contemplar neste contexto o geoturismo, pois desde o dia 13 de abril de

2022 foi chancelado pela UNESCO Global Geopark - UGGp Caminhos dos Cânions do Sul. Desta forma, houve um incremento de informação que vem impulsionando a região turística dos Aparados da Serra, em que o condutor de visitantes tem absorvido os objetivos centrais do geoparque, educacional, econômico e cultural, na sua atuação.

Nesse intuito, em algumas regiões do Brasil vem se instalando o Geoparque, é necessário deixar claro que a criação de um Geoparque não corresponde à separação ou substituição de Parque Nacional quando estas áreas estão sobrepostas ou compartilham o mesmo território. São propostas diferentes como se pode entender, o Geoparque:

> Para a UNESCO, um geoparque é um território com limites bem definidos e com uma área suficiente alargada de modo a permitir um desenvolvimento socioeconômico local, cultural e ambientalmente sustentável. O geoparque deverá contar com geossítios de especial relevância científica ou estética, de ocorrência rara, associados a valores arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais (Brilha, 2005, p. 115).

Um pensamento bem interessante encontra-se no livro, Relatório de Viagem a Portugal, de Schobbenhaus Filho (agosto/2010), na qual ele afirma que para a UNESCO:

> Um geoparque não é uma unidade de conservação, nem é uma nova categoria de área protegida, mas oferece a possibilidade de associar a proteção da paisagem e dos monumentos naturais com o turismo e o desenvolvimento regional. A ausência de um enquadramento legal de um geoparque é a razão do sucesso dessa iniciativa em nível mundial.

De modo a esclarecer os termos, Rosa (2022, p. 1016) enfatiza a relação entre a UCs, PNAS, gestão do ICMBio e a chancela do Geoparque. Pelo lado do ICMBio prevalece o ecoturismo, é o que rege as Diretrizes para o Ecoturismo no Brasil (1994), por outro lado, com o Geoparque (Hose, 1995/2000) surge um conceito novo: o geoturismo. Trata-se desta nova linguagem que pouco a pouco vai se entendendo e ao mesmo tempo vai sendo falada no território. Os condutores de visitantes com formação do ecoturismo enriquecidos pela consolidação dos mecanismos de divulgação do território do Geoparque, mecanismos de divulgação que o ICMBio não possui eficazmente, mas que pelo Geoparque ter a chancela da UNESCO e fazer parte da Rede Global de Geoparques o alcance é maior evidentemente. Sendo assim, os condutores de

visitantes começam a falar geoturismo em vez de ecoturismo, geossítio em vez de trilha, geodiversidade em vez de biodiversidade, geoturista em vez de ecoturista, geoparque em vez de parque nacional, entre os outros termos e conceitos novos.

Uma vez que o Geoparque precisa periodicamente ser avaliado para continuar existindo, o Parque Nacional é permanente, conforme lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Brasil, 2000). Enquanto que o Parque Nacional se aproxima da UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza[1] (Dudley, 2008) em relação aos objetivos propostos - SNUC/IUCN - em ambos, por isso mesmo, pode-se dizer que Parque Nacional é uma área protegida nesses termos. Enquanto que o Geoparque atrelado a Unesco e seguindo outras diretrizes internacionais e outro modo de perceber as áreas naturais de forma aberta e ampla em territórios complexos urbanos ou não, o Geoparque não se enquadra especificamente como áreas protegidas.

Neste contexto volta-se as abordagens sobre ecoturismo, Rosa (2022, p. 1018) reforça a vocação regional para os valores naturais e culturais do ecoturismo:

> O Ecoturismo proporciona viver experiências inesquecíveis pelo contato com a natureza e a cultura. É um outro olhar, através da interpretação e sensibilização ambiental pode-se adquirir uma consciência ambiental levando isso para a vida no dia a dia. Na observação da paisagem, no banho de cachoeira, na respiração mais profunda e saudável, na caminhada ao ar livre, tomar um banho de sol. Ecoturismo como um exercício que anima, dá disposição, relaxa a mente e o corpo, fortalece nosso organismo. Fazer ecoturismo é nos aproximar das árvores, das flores, da água, dos pássaros, da sorte de encontrar algum animal em seu habitat natural, de sentir o cheiro da floresta e seus serviços ecossistêmicos. Também de conhecer novas pessoas e interagir em grupo na trilha. Fazer ecoturismo com um condutor local é uma oportunidade de conhecer muito além do que os olhos veem, mas toda a importância daquele território para a comunidade local, incentivando assim a sustentabilidade, reconhecer a importância de uma região para as gerações presentes e futuras.

Sob esta perspectiva, Cotes (2017, p. 913) enfatiza a necessidade formativa constante do condutor ambiental, embora agregue que seja muito importante a formação superior neste contexto não é a mais relevante. Não é obrigatório ter um curso superior para se tornar um condutor de visitante. Pelo interesse em adquirir novos conhecimentos, aprende-se pelo próprio convívio com outros condutores de visitantes captando mais

[1] Em inglês *International Union for the Conservation Nature* - IUCN.

informações para uso no momento de condução. É possível aprender em momentos informais em contato com os visitantes também, ou do contato com outros profissionais, o diálogo e o senso de curiosidade constantes, ativos, aguçam e despertam para a aprendizagem, ao mesmo tempo que o condutor está colocando as informações para o grupo, as pessoas do grupo estão colocando as suas opiniões, gerando um diálogo enriquecedor. Há de se considerar, a devida importância de um curso superior para os condutores de visitantes, a graduação poderá dar mais competência e segurança, principalmente sobre os aspectos didáticos-pedagógicos, a forma como vai direcionando as informações durante o trabalho de condução pode ser mais eficiente, pois este pode ter adquirido mais habilidades devido aos anos de estudo na sua formação superior.

O condutor de visitantes precisa estar reforçando sua qualificação profissional constantemente e o credenciamento da categoria estimula que isso ocorra:

> A perspectiva é que com as qualificações profissionais e o credenciamento da categoria de condutores de visitação junto ao ICMBio, a atividade de visitação siga novos hábitos que possam envolver o visitante com o patrimônio natural e cultural do parque e do entorno, emponderando-os (as) como agentes de conscientização, além de monitoramento da conservação e do desenvolvimento de um turismo cada vez mais sustentável (Pãozinho; Figueiredo, 2022, p. 957).

Dentre os fatores que levaram o ser humano a visitar e se interessar por áreas naturais a fim de descanso, “o ato de visitar áreas naturais por motivações ligadas ao lazer, recreação e aventura, cresceu exponencialmente no intervalo da história, em um contexto entre o ápice da sociedade industrial e a sociedade pós-moderna” (Op. cit., p. 940). Ocorriam que as populações viviam sobre intensas e árduas jornadas de trabalho, ambientes de trabalhos ruins para a saúde, locais de trabalho que causavam doenças, forçados a trabalhos sem descanso, folga ou repouso, sem tratamento físico e psicológico do cidadão. Os autores (Op. cit., p. 940) reforçam que “o turismo em áreas naturais tem o importante papel de servir de instrumento de conservação do patrimônio natural, trazendo a educação e conscientização ambiental como condição para uma relação sustentável com o ambiente”.

Mamede et al. (2017, p. 949) avançam no atendimento ainda mais profundo do ecoturismo pensando nas conexões entre identidade biofílica e o usufruto dos serviços

ecossistêmicos. Esta pauta é, inclusive, muito importante no ofício do condutor ambiental. As pessoas têm o desejo de estar em meio a natureza, de fato é prazeroso estar no "ambiente natural pela identidade e afinidade inatas" (Mamede et al., 2017, 949), rodeado de árvores verdejantes, ar puro e fresco, flores e cheiros típicos da mata, um rio cristalino, um animal ou outro que se vê, tudo isso parece ser tão próximo, sente-se afinidades tão característico e próprio. Os autores comentam que depois vem a racionalização: sabe-se que a natureza provém tudo o que o ser humano precisa de recursos, e para as demais espécies também, isto enriquece o bem-estar, por isso é importante a conservação dos ambientes naturais. Sendo assim, observando a natureza pelo máximo que ela beneficia o ser humano numa visão utilitária dela. Mas a questão que os autores trazem é que somente pela ordem dos serviços ecossistêmicos não se valoriza plenamente a biodiversidade. Desta forma, há a necessidade de estímulos para enxergar a natureza além dessa forma utilitária, uma vez que a sociedade traz fortemente a visão antropocêntrica enraizada. Contudo, a natureza oferece ao ser humano e a ela própria, enquanto todos os seres que dela usufruem, muito mais do que a valorização da biodiversidade e os condutores usando tal mensagem para o ecoturismo. Há muito mais informação intrínseca na natureza como "o princípio ético da existência da vida na terra e sua continuidade evolutiva" (Op. cit., p. 949).

> Com base na percepção dos turistas, o ecoturismo pode ser uma estratégia para gerar e aprimorar o vínculo afetivo com a natureza e contribuir na formação de pessoas mais comprometidas com a conservação dos ambientes naturais e na melhoria das relações humanas, direcionando para a construção de territórios sustentáveis (Mamede et al.., 2017, p. 954).

Com base nestas percepções o Conhecimento Ecológico Tradicional (CET) e conhecimento especializado, científico dos condutores de visitantes nos PNAS e PNSG, RS/SC, configuram grandes propostas de realinhamento das percepções adquiridas a respeito da natureza, o que se pode e não se pode fazer em benefício de sua manutenção biológica e dos serviços ecossistêmicos.

Sendo assim, Almeida (2011, p. 79), reforça a força cultural da população local nos parques nacionais do Brasil e que a gestão para o ecoturismo envolve moradores e condutores ambientais com conhecimentos cumulativos e crenças trazidos de geração a

geração, por isso repassados estes conhecimentos culturalmente. Almeida apud Berkes et al. (1998) o CET – Conhecimento Ecológico Tradicional, sendo holístico, vem crescendo em importância "pela sua contribuição na conservação da biodiversidade, portanto uma gestão baseada no CET é qualitativa e pode melhorar os processos de sistemas alternativos de gestão de recursos" (Almeida, 2011, p. 79). Os condutores de visitantes sendo nativos das regiões de parques nacionais acabam que possuem intrinse camente por causa dos seus pais, avós e convívio comunitário conhecimentos ecológicos tradicionais que é visível pelo modo de se expressar perante o grupo de visitantes em que ele (condutor de visitantes) é o líder.

Ao corroborar com tais informações, Pinto (2008), também, interpreta o ecoturismo como um segmento do turismo e este aliado a constante formação socioambiental possibilita um firme reconhecimento dos valores e da necessidade de preservação do patrimônio, "viabilizando retornos econômicos, proporcionando uma educação ambiental, através da conscientização da importância da preservação do meio ambiente, gerando benefícios para a comunidade" (Pinto, 2008, p. 9). Mais uma vez, ocorre a fala de que não existe ecoturismo se não houver educação ambiental, um dos princípios do ecoturismo é o despertar da consciência do homem refletindo sobre o espaço onde vive, e quais são suas obrigações com os patrimônios naturais.

As percepções das paisagens, o turista e o seu modo individual de dar valor e importância a paisagem pelo seu olhar, diferenciam-se conforme sua experiência corporal neste diálogo corpo e natureza, "por ser o corpo o primeiro referencial do homem no mundo" (Leme, 2007, p. 216). Leme, enfatiza que a percepção das pessoas em relação à natureza pode ser influenciada em razão da cultura do indivíduo, as bagagens culturais ao longo de sua vida. E o que é o corpo nisso tudo? Para Leme (2007, p. 216), "O corpo é o receptáculo de suas informações", assim, tudo que a natureza demanda, o corpo cria sons, cheiros, visões, e com isso abrindo canais de percepções e sentimentos, e estas percepções variam de visitante para visitante. Para uns um campo aberto, colina, prado significa liberdade, para outros dá medo, insegurança. Se na floresta, para uns há um encantamento com a variedade de plantas, de animais, riachos, para outros pode ser visto como um lugar perigoso.

Diante das múltiplas possibilidades de experiências que uma aventura na natureza proporciona:

> Assim, os operadores de turismo, ao conduzir visitantes a áreas naturais estimulando a interpretação da paisagem pelo aspecto cognitivo dessas pessoas, estará também aumentando a percepção delas em relação à natureza, e os sensibilizando frente aos problemas do meio ambiente e respeitando-o pelo valor intrínseco (Leme, 2007, p. 221).

Pode-se racionalizar a função social do ecoturismo, como verdadeira mudança social. Ou seja, tirar o foco do ecoturismo como fenômeno social, a qual o ecoturismo atende a contrapartida em relação a crise ambiental estabelecida e divulgada nas sociedades modernas. Mais recentemente a natureza tem sido reconhecida pela produção de serviços ambientais favorecendo o ser humano. Por esta lógica, Layargues (2004, p. 3) coloca que "a natureza se configura então como a terceira força produtiva. Primeiro, o Mercado; segundo o Trabalho; e, terceiro, a Natureza". A natureza é uma força econômica produtiva.

Desta forma, para o autor (Op. cit., p. 3), a "educação ambiental assume aqui um papel de maior importância tanto para refrear uma sobrecarga de visitantes que poderia afetar a capacidade de suporte do ambiente, como para minimizar a possível desestruturação da cultura local". A educação ambiental associada ao ecoturismo trabalha na gerência de risco da atividade econômica, o sucesso do negócio ecoturístico depende em muito da segurança promovida por este tipo de aplicabilidade, ou seja, sem educação ambiental o ecoturismo tende ao fracasso.

Boggiani (2018, p. 465), destaca que especificamente em Geociências é onde o condutor mais deve se envolver, visto que essa formação requer "entendimento de processos abstratos". No curso de condutor o conteúdo da Geociências é passado em 40h, e nesse curto espaço de tempo nem sempre a discussão em sala de aula e as atividades práticas de saída a campo são suficientes. Considera-se que para abstrair os conteúdos de ordem geológico é necessária mais dedicação prática do que teórica. É necessário que o condutor tome cuidado e respeite os preceitos e convicções religiosas dos turistas, dessa forma os condutores são orientados a colocar o que a Ciência tem de explicação sobre a formação geológica da terra e mostrar a interação sistêmica do planeta.

O condutor de visitantes pode dar um salto no seu modo de ver a natureza, o autor (Op. cit., p. 465), afirma que "A visão sistêmica do Planeta Terra permite ao condutor relacionar seu raciocínio com as demais áreas a serem abordadas no curso de formação como um todo, o qual se espera que sejam complementadas com aulas sobre o meio biótico e sócio-cultural da região". É muito importante o condutor ter a capacidade de relacionar aspectos culturais e históricos à geologia da região e formação sedimentar, como atividades garimpeiras e mineração. O condutor deve explicar não de forma complexa como muitas vezes trazem as teorias dos livros de geologia, mas explicar de forma simplificada para que todos os ouvintes possam compreender o que está sendo passado.

Devido à grande proximidade que os condutores de ecoturismo estabelecem com os proprietários de hospedagem, pois são estes que vão levar os turistas para as trilhas na região, dessa forma o bom relacionamento entre o condutor e o dono da hospedagem é uma parceria que sempre dá certo. Neste sentido, Manes (2023) aborda a relação do turismo e sustentabilidade, mas em relação aos equipamentos de hospedagem. Coloca que ações sustentáveis evitam impactos ambientais, dentro das dimensões das "áreas naturais, flora e fauna, arquitetura, e impactos da construção no local, paisagismo, resíduos sólidos, efluentes e emissões, eficiência energética e conservação e gestão do uso da água" (Op. cit., p. 496). Nas questões socioculturais entram comunidades locais, trabalho e renda, trabalhadores das comunidades locais ou regionais, condições de trabalho, aspectos culturais, saúde e educação, populações tradicionais. Basicamente, todos estes aspectos para os meios de hospedagem também são inerentes às condições de formação de um interessado condutor de visitantes.

Esta relação de poderes do Estado, município, e demais atores do Turismo conflituam com interesses outros como o de ecoturismo, turismo ecológico:

> Na esteira dos conflitos e das contradições do turismo vamos nos deparar com aquela relacionada diretamente com a ação do agente público, ou seja, do Estado na gestão do turismo. Enquanto os discursos dos governantes vêm sendo marcados fortemente pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, a prática resultante das suas ações não corresponde a ele. Há um distanciamento significativo entre discurso e ação, revelando um conflito entre os interesses dos diversos agentes do turismo. Se o poder público, enquanto agente articulador de todos os agentes envolvidos apresenta um discurso contraditório

> com suas práticas, todo o sistema turístico gerenciado por ele torna-se conflituoso e contraditório (Fratucci, 2007, p. 12).

Considerando as trilhas de ecoturismo e turismo de aventura, conforme a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), o condutor de visitantes deve ser o primeiro a buscar a regularização de sua atividade. São normas técnicas que estabelecem o excelente andamento da atuação do condutor perante o grupo.

Quadro 3 - Normas técnicas no ecoturismo e no turismo de aventura.

Principais Normas Técnicas no ecoturismo e turismo de aventura
21101 – Sistema de Gestão de Segurança. SGS
Ela é uma norma internacional base no processo de avaliação e análise de riscos das atividades de turismo de aventura. Colabora para a prevenção de incidentes, atua em casos de planos de ação de emergência, além de todas as etapas para a gestão da segurança das pessoas envolvidas nas operações turísticas, incluindo os clientes/turistas.
Por ser considerada uma norma base, ou transversal – porque em todas atividades ela deve ser aplicada, além das específicas -, a ABNT NBR ISO 21101 deve ser vista como obrigatória em qualquer negócio relacionado ao turismo. Seja um atrativo, operadora, pousada que possua um circuito de arvorismo ou que ofereça alguma atividade de ecoturismo ou turismo de aventura.
Outras normas técnicas importantes e abrangentes são:
ABNT NBR 21103 – Informações para participantes: especifica os requisitos mínimos para a informação a ser fornecida aos participantes antes, durante e após as atividades de turismo de aventura. Esta norma pode ser utilizada por todos os tipos e tamanhos de prestadores operando em diferentes ambientes geográficos, culturais e sociais.
ABNT NBR ISO 21102: estabelece os requisitos que o mercado considera como competências mínimas e os respectivos resultados esperados para líderes de atividades de turismo de aventura, guias e condutores, comuns a qualquer atividade de turismo de aventura.

Fonte: ABNT (2014, 2024, 2025) .

Para a efetividade, seriedade e responsabilidade a administração pública interessada no desenvolvimento econômico e sustentável do turismo deve prestar atenção numa demanda alta de valores turísticos como foi exposto até aqui, dentre eles gestão e planejamento turístico. Ressaltando a qualidade dos serviços e a aplicabilidade das normas técnicas impostas pelo sistema de gestão de segurança aplicada a rede do turismo, ecoturismo e turismo de aventura.

Uma abordagem complementar relevante é a relação entre a educação experiencial ao ar livre e o ecoturismo, com foco no potencial formativo da natureza como espaço de aprendizagem. A partir da pesquisa de Carneiro (2023), compreende-se que experiências de aventura em ambientes naturais, como as trilhas conduzidas por

intérpretes ambientais em unidades de conservação, podem promover não apenas sensibilização ecológica, mas também uma profunda formação ética e humana. Tal formação, no entanto, não ocorre automaticamente: ela requer mediação intencional. Nesse contexto, o condutor de visitantes assume o papel de facilitador da aprendizagem, ampliando a percepção do visitante e promovendo conexões significativas entre a experiência vivida e seus sentidos mais profundos. Ao atuar como educador ambiental e cultural, o condutor contribui para que o ecoturismo transcenda o entretenimento e se configure como uma prática transformadora, capaz de fomentar consciência ética, pertencimento territorial e desenvolvimento socioambiental.

Em detalhe, a experiência ao ar livre desafia tanto o condutor quanto o visitante em sua inteireza, mobilizando não apenas habilidades corporais, mas também disposições internas, exigindo decisões prudentes diante do imprevisível, coragem frente ao desconforto, humildade em face da grandiosidade da paisagem e interdependência no convívio com o grupo. A natureza, nesse sentido, é compreendida como um espaço concreto de prática das virtudes (Sandler, 2017).

Entretanto, essa potencialidade formativa depende de uma estrutura reflexiva que permita transformar a experiência em aprendizado. Como destacam Kolb e Kolb (2009), a aprendizagem experiencial demanda ciclos que integram ação, reflexão, conceituação e reexperimentação. É nesse processo que se insere o papel fundamental do condutor de visitantes, entendido como intérprete ambiental e também como facilitador da formação humana. Quando bem preparado o condutor pode favorecer a interpretação não apenas dos aspectos ecológicos, geológicos e culturais da paisagem, mas também mediar a interpretação do visitante sobre si mesmo e suas reações, ampliando sua consciência ética e sensível.

Nesse processo, o condutor ambiental ocupa uma posição estratégica para que os benefícios pedagógicos da experiência na natureza sejam realmente incorporados. Ele oferece referências simbólicas, valores locais, histórias ancestrais e provocações que ajudam o visitante a elaborar sentidos mais profundos do que viveu. Essa atuação transforma a trilha em um espaço de formação integral, onde se articula a experiência estética da paisagem com a ética da convivência e a prática das virtudes (Carneiro, 2023). Quando conduzido com intencionalidade pedagógica, o ecoturismo torna-se uma prática

educativa potente, capaz de formar sujeitos mais conscientes, éticos e conectados com a vida. O ecoturismo se transforma em método, a natureza em mestra e o condutor em educador.

Considerou-se nes te texto relações de abordagens do condutor de visitantes e os demais setores e atores da rede turística. Este com desenvolvimento do turismo, com os valores intrínsecos do ecoturismo, e aberto aos novos desafios de outras modalidades turísticas e de conservação da natureza como o Geoparque. Percebe-se, ainda que brevemente, que o condutor de visitante em sua atuação alcança uma amplitude de conhecimentos teóricos e práticos que são muito relevantes no turismo.

Para Fernandes (2011), a atividade turística cresceu muito nos últimos anos e isto se deve a diversas razões, como a percepção de que o mundo moderno está mais evoluído, os avanços tecnológicos estreitaram as distâncias geográficas, a economia está mais fortalecida, os povos mais independentes e com novas conquistas trabalhistas. Considera que atualmente o turismo alcançou um nível alto de profissionalismo. Com planejamento e organização o turismo trará resultados positivos para os turistas, mais geração de renda para os moradores locais, lucros para os investidores no setor do turismo e é muito forte o impacto através do intercâmbio cultural entre os povos.

Assim, o autor (Op. cit.), considera que há espaços de crescimento e sustentabilidade econômica do turismo e isso é pauta crescente no Brasil e no mundo. No entanto, o turismo deve valer para todos. Para os turistas, há um ganho pelo aumento de seus benefícios psicológicos; para as empresas turísticas visa o aumento dos lucros; para as comunidades, é necessário o progresso econômico; para os governos implementação de planos, programas e projetos sociais, e, para o planeta Terra, o turismo deve levar em conta a não degradação, levando em consideração os benefícios da natureza ao ser humano e sua responsabilidade ambiental.

Em relação ao turismo e a dimensão ambiental:

> O agravamento dos problemas climáticos em nível mundial aumentou a discussão sobre as estratégias que deverão ser adotadas para garantir a sustentabilidade do turismo nacional, essencial a preservação dos ecossistemas, uma vez que muitas de suas atividades acontecem em ambientes ecologicamente frágeis. Além disso, a utilização de práticas sustentáveis, além de representarem, a longo prazo, economia de recursos, contribui para a preservação do atrativo turístico (Fernandes, 2011, p. 152).

Desta forma, é possível chegar a um primeiro consenso, a melhor direção que o turismo deve seguir, conforme os argumentos aqui levantados, tendem a romper de vez com a visão de turismo que não esteja vinculado à sustentabilidade ambiental. Independentemente do tipo de turismo, o viés será em busca da harmonia entre natureza e sociedade. Se a opção for por uma linha mais do ecoturismo, na prática há um desejo intrínseco do visitante integrar-se com o ambiente natural e cultural, obtendo benefícios para o corpo e mente com experiências que podem transformá-los em futuros agentes em prol da conservação da natureza.

Reforçando as vantagens do ecoturismo, Baptista e Moreira (2017, p. 200), "o Ecoturismo de base comunitária refere-se ao segmento do turismo". Assim, Lima (2022, p. 15), conforme quadro 3 – Matriz Síntese sobre a noção de Turismo de Base Comunitária (TBC) no contexto brasileiro, com alguns conceitos relacionados a este tema do turismo que vem ganhando força no contexto internacional e nacional. De acordo com os autores, o turismo vem tentando encontrar o seu lugar em diferentes frentes nos mais diversos contextos no turismo de natureza e sustentabilidade cultural local.

Alguns dos conceitos colocados no quadro abaixo dialogam com o ecoturismo de forma contundente, isto ocorre mais ao entorno das unidades de conservação muito embora as UCs preveem ações de apoio às comunidades tradicionais e locais que desejam interagir com o parque nacional de uma forma organizada e comprometida com a sustentabilidade. Contudo, a motivação é pauta de práticas sustentáveis no território de visitação nas UCs é incipiente (Lima, 2022).

Quadro 4 - Matriz Síntese sobre a noção de Turismo de Base Comunitária (TBC).

Autor/Ano	**Definição**
Baptista e Moreira (2017, p. 200)	O **Ecoturismo de base comunitária** refere-se ao segmento do turismo no qual a comunidade local organiza-se e passa a oferecer produtos e/ou serviços aos visitantes, tendo como principais impactos a valorização local, a geração de benefícios econômicos e a oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores, que atuam em conjunto para que todos os membros da comunidade possam ganhar com a atividade.
Bartholo (2009, p. 51)	Característica fundamental do **Turismo de Base Comunitária** é a nítida preponderância dos padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos ali implementados. A dialogicidade situada foi facilitadora da abertura de fortes canais de interlocução com o patrimônio relacional do sítio simbólico de pertencimento. A prática das iniciativas turísticas de base comunitária exige então uma

	permanente interlocução, e uma pactuação negociada de compromissos.
Burgos e Mertens (2015, p. 63)	O ***TBC*** representa a promoção de atividades turísticas enraizadas em um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável. Em resumo, o TBC mantém vínculos não só com a dimensão ambiental da sustentabilidade, como também com a dimensão sociocultural, através do estímulo de trocas culturais entre visitantes e moradores, podendo igualmente apontar caminhos frutíferos para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora.
Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 86)	O **Turismo Alternativo de Base Comunitária** busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino.
Coriolano (2009, p. 282)	Assim, o **Turismo Comunitário** é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.
Ferreira (2014, p. 367)	A experiência brasileira tem demonstrado que alguns dos atributos importantes deste tipo de turismo (**turismo comunitário**) são a autonomia e o protagonismo das populações locais no desenvolvimento da atividade. Outra importante característica do turismo comunitário é a pequena escala dos empreendimentos, geralmente de estrutura familiar, aproveitando equipamentos utilizados pela própria família ou comunidade, implicando menor impacto construtivo (p. 367).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020). As terminologias utilizadas foram enfatizadas em **negrito**, no sentido de realçar as nuances interpretativas de cada autor.

Nesse sentido, sobre as definições acima, trazem no seu arcabouço o que (Lima, 2022) chama de Matriz-síntese sobre as premissas do TBC nos Planos Nacionais de Turismo do Brasil (2003-2018), as quais conferem: “Protagonismo local, Autogestão, Geração de benefícios econômicos, Valorização da cultura local, Proteção da natureza, Oportunidade do encontro, Melhoria da qualidade de vida e bem estar (Lima, 2022, p. 8).”

Muito embora não seja mencionado o trabalho do condutor de visitantes nas citações mencionadas no quadro, este seria o ambiente natural e cultural de circulação e oportunidade de inserção do condutor de visitantes nestes cenários turísticos ou de propensão ao turismo em parques nacionais.

Como nos fragmentos a seguir: “modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável” (Baptista, Moreira, 2017), “o TBC mantém vínculos não só com a dimensão ambiental da sustentabilidade, como também com a dimensão sociocultural” (Burgos, Mertens, 2015), “o Turismo Alternativo de Base Comunitária busca se contrapor ao turismo massificado” (Bursztyn; Bartholo; Delamaro, 2009), “o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios[2]” (Coriolano, 2009) e “os atributos do turismo comunitário são a autonomia e o protagonismo das populações locais no desenvolvimento da atividade” (Ferreira, 2014).

2.2.1 Sociedade Civil Organizada

O presente trabalho tem como objeto o estudo da atuação dos condutores de visitantes, certa parte desses condutores são organizados em associações de ecoturismo na região dos PNAS e dos PNSG. Essas associações enquanto grupos de pessoas organizadas juridicamente são reconhecidos como sociedade civil organizada. Estudar estes modos de organização equivale a compreender a dinâmica do coletivo em prol de causas que dignificam os interesses de um grupo. Neste caso em análise, verificar-se-á se a atuação do grupo de condutores da APCE atingiu este objetivo coletivo contribuindo com o desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC.

A APCE – Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo, é uma sociedade civil com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. A APCE é devidamente legalizada corresponde por lei à Sociedade Civil Organizada. “1. Categoria típico-ideal; 2. Espaço não-estatal; 3. Campo de poder; 4. Espaço dialógico; 5. Proteção jurídica; 6. Autolimitação” (Alves, 2004, p. 151).

De acordo com a “Lei n. 13.019/2014”, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), é uma agenda política ampla, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade

[2] A Lei 14402 (Brasil, 2022) alterou o termo "índio" (Brasil, 1943) para "indígena". https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm

civil (OSCs), também conhecidas como ONGs, e suas relações de parceria com o Estado. O MROSC sustenta-se em 3 eixos: Contratualização, Sustentabilidade econômica e Certificação (Marrara, 2016).

Conforme Marrara (2016) são mais 300 mil organizações da sociedade civil no Brasil, que o surgimento da OSC se insere na Constituição Federal de 1988. Defende que as OSCs foram importantes para o fim da ditadura e para a redemocratização do país, sendo que com isso deram origem à diversas políticas públicas.

As Organizações da Sociedade Civil têm se tornado cada vez mais importantes no Brasil devido a sua atuação em atividades de interesse público e coletivo. Essas ações se dão em diversas áreas e contribuem com o setor governamental na implementação de políticas públicas. Sua atuação, termos e conceitos, contudo, ainda não estão claros no conhecimento da população.

Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018), as organizações da sociedade civil (OSC) são entidades privadas e sem fins lucrativos, cujas atividades buscam atender o interesse público. São instituições autônomas, legalmente constituídas e formadas pelo livre interesse e associação dos indivíduos, fazendo parte então do Terceiro setor da economia. As atividades desenvolvidas pelas OSC's são bastante diversas como, por exemplo, ações nos âmbitos da educação, saúde, cultura, meio ambiente, assistência social, defesa de direitos, dentre outros.

Organização Social (OS) é uma qualificação jurídica dada a determinadas fundações e associações (ou seja, OSCs), que devem estar habilitadas conforme uma série de requisitos. As OS foram regulamentadas pela Lei nº 9.637 de 1998, que "as define como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde" (Brasil, 1998).

Segundo o IPEA (2018) as organizações da sociedade civil são de grande relevância para o país, uma vez que contribuem para atenuar questões que afetam as diversas áreas da vida das sociedades. Em geral, essas entidades buscam provocar algum impacto na sua área de atuação, seja na busca por melhorar a qualidade de vida das sociedades, proteger o meio ambiente ou mesmo garantir que determinados direitos sejam atendidos e preservados.

A MROSC é uma plataforma georreferenciada que apresenta dados relativos às organizações da sociedade civil (OSC) no Brasil, a partir de bases de dados do Governo Federal. Tem como objetivo fortalecer as relações de parceria e gerar mais conhecimentos sobre o universo das organizações da sociedade civil no Brasil, apresentando os dados da pesquisa de forma gráfica e acessível ao público em geral (MapaOSC, 2025).

Percebe-se, então, que a sociedade civil, assim organizada e institucionalizada, como uma associação, representada por um coletivo, a qual discutem as questões próprias a qual foi criada, e se posiciona perante os interesses divergentes e convergentes, assume um papel de fato na sociedade. A APCE, no turismo, no ecoturismo, vem se posicionando e defendendo estas causas ambientais em que o trabalho do condutor está envolvido. Nesse sentido, lembra-se a pergunta de pesquisa: Em que medida o condutor de visitantes nas trilhas dos PNAS e PNSG representado pela APCE tem contribuído para o desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC?

2.2.2 Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo - APCE

A Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo presta serviços de ecoturismo desde 1997 no Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral (Brightwell, 2006). No início, o incentivo veio do próprio IBAMA e logo após do ICMBio que propiciava a atuação de condutores nas trilhas oferecidas e formatadas nos dois Parques Nacionais nas áreas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Salienta-se que essas autorizações são ofertadas através de editais pelos analistas ambientais do ICMBio. De maneira geral, as associações têm integrantes no Conselho Consultivo dos PNAS e PNSG e que devido a sua participação mais intensiva nas reuniões, nos fóruns, na agenda dos parques acaba ganhando esta responsabilidade junto às UC’s.

No geral, uma das principais reivindicações dos condutores de visitantes atualmente perante o ICMBio é a abertura de novas trilhas guiadas. Há um potencial enorme de trilhas na parte catarinense no interior do parque entre vales, cânions e áreas no entorno das áreas protegidas. E, atualmente, aguarda-se o desenrolar das implantações das novas trilhas, uma vez que estão asseguradas no novo do plano de manejo e uso

público. Este assunto, relacionado a morosidade em resolver estes problemas causam frustrações no setor voltado ao ecoturismo, isto é, prejudica os condutores de visitantes, que tem como base de trabalho a caminhada em trilhas na natureza. A comunidade turística como um todo aguarda ansiosa no sentido de oferecer aos visitantes os novos atrativos nos Aparados da Serra Geral.

Diante disso, as primeiras preocupações das associações locais de ecoturismo é assegurar aos condutores de visitantes credenciados o direito de trabalho como previsto na legislação a qual em UC o condutor de visitantes, devidamente regularizado tem direito de trabalho local com o objetivo de garantir a sustentabilidade local, a identidade cultural, entendendo que a natureza tenha o mínimo impacto com a chegada dos visitantes através das atividades de condução em trilhas.

Considera-se que o trabalho dos condutores de visitantes, portanto a presença destes em territórios de UCs ajudam a assegurar, a inibir o "turismo em massa", de massificação e alienação perturbando a paz do ambiente e a sustentabilidade local. Se as áreas há a necessidade de condutores, conclui-se que tanto no aspecto natural quanto no aspecto cultural aquele ambiente em específico precisa de cuidados especiais e monitoramento (Mendes Júnior; Ferreira, 2009). Pode-se entender que nesse setor que é considerado frágil por ter sido uma área que fora degradada no passado por causa do corte da madeira, da caça predatória e queimadas ou por outro aspecto científico torna-se necessário uma restauração ecológica. Por conseguinte, vê-se a necessidade de controle de visitantes, por este ângulo é que se define o número adequado de pessoas por grupos e quantas pessoas podem visitar trilha por dia, causando assim o mínimo impacto a natureza.

De acordo com os documentos e os registros das Atas da Associação, a APCE foi fundada em dezembro de 1997, após o curso de Condutores Locais de Ecoturismo dado na reabertura do PNAS, pelo IBAMA para os municípios de entorno dos PARNAs, em 1997, e em 09 de setembro de 1998 foram formalizados os demais documentos como Regimento Interno e Plano de Manejo. O IBAMA tinha necessidade de ter profissionais capacitados para o trabalho de condução de visitantes na área do PNAS. Assim sendo, surgiram às associações de condutores locais nos municípios de entorno, como a APCE,

em Praia Grande/SC, a ACONTUR, em Cambará do Sul/RS e a Tigre Preto, em Jacinto Machado/SC.

As associações iniciaram os trabalhos de condução de visitantes no PNAS, cânion Itaimbezinho em 1999, na Trilha do Cotovelo, durante o período de quatro anos, de 1999 a 2003, com o objetivo de conscientizar e sensibilizar as pessoas a respeito da importância da preservação do bioma Mata Atlântica com sua biodiversidade, cânions, hidrologia, fauna, flora, geologia, história do Parque Nacional com sua cultura e a cultura dos tropeiros. Nas bordas do mesmo cânion, a Trilha do Vértice era liberada ao visitante fazer autoguiada.

No mesmo período, na trilha do Rio do Boi, interior do cânion Itaimbezinho, inicia-se as primeiras incursões com grupos de visitantes com autorização do IBAMA. A trilha era feita toda pelo rio, por isso exigia muito esforço dos condutores. O objetivo era formatar e consolidar a forma de condução mais adequada naquele ambiente considerado hostil e perigoso pelas enxurradas e pelo tombamento rochoso.

Com a abertura da trilha do Cotovelo borda superior do cânion Itaimbezinho, o foco de condução de visitantes expandiu para as outras trilhas dos PNAS e PNSG, como a Trilha do Rio do Boi, Trilha do Cânion Malacara Superior, Travessia do Cânion Malacara, Trilha do Malacara Cinco Fios, Trilha das Piscinas do Malacara Inferior, Trilha da Pedra Branca (Comunidade Quilombola), Trilha do Campestre (comunidade de Vila Rosa) e, outras trilhas na área dos parques nacionais e na área de amortecimento.

Já que os condutores não puderam mais desenvolver as atividades de condução de visitantes na Trilha do Cotovelo, as associações tiveram mais liberdade de condução de visitantes até que se realizassem as devidas formatações das trilhas pelos analistas ambientais, como fora prometido.

Salienta-se nesta história da APCE, que muitos dos condutores desde a criação da associação, também exerciam a atividade de canionismo paralelo com a atividade de condução. O boia-cross, também, era uma atividade de aventura muito procurada pelos visitantes na cidade de Praia Grande para descidas nos rios do município, principalmente no rio Mampituba e no rio Canoa. O passeio a cavalo era outra alternativa nessa época, alguns proprietários forneciam os cavalos para esta atividade.

Durante todos estes anos a APCE realizou trabalhos de condução de visitantes, educação ambiental nas escolas, palestras, encontros e seminários sobre meio ambiente, salientando a importância da preservação cultural e ambiental**.** A associação participou de feiras de turismo e arte na praça, festa de aniversário do município, semana do meio ambiente, dia da árvore, participação nos eventos do boia-cross. Através deste primeiro curso de ecoturismo foi possível por meio da associação criar roteiros na Comunidade Quilombola São Roque e a subida na trilha da Pedra Branca; na comunidade de Vila Rosa as trilhas do Malacara e Campestre; na comunidade de Fortaleza a trilha do Churriado, trilha na cachoeira Vista Alegre e outras áreas no entorno onde a associação pôde levar suas ideias, planos e projetos turísticos por iniciativas dos próprios condutores.

Conforme o estatuto de criação da APCE (1998) os objetivos da associação são:

> I-Representar os associados em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
> II-Orientar, apoiar e estimular as iniciativas dos guias e condutores locais que visem desenvolver suas potencialidades;
> III-Fiscalizar as atividades e ações dos guias e condutores locais no exercício de suas funções;
> IV-Contribuir para a preservação dos ecossistemas naturais e para o desenvolvimento sustentável da região dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral;
> V-Promover encontros, cursos, campanhas e outras atividades educacionais visando a formação dos(as) associados(as) e interessados(as);
> VI-Incentivar e promover ações que contribuem para a Educação Ambiental e cultural da comunidade de entorno dos Parques Nacionais;
> Parágrafo único – A associação atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social.

A APCE em parceria com várias entidades promoveu novos cursos de Condutores de Ecoturismo e de Turismo Rural, Sensibilização Ambiental, em parceria com: SEBRAE, ITAPUÃ e, a ACEVAM (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Rio Mampituba) com o projeto PDA Mata Atlântica patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Por volta de 2000, o município de Praia Grande por estar iniciando o desenvolvimento no turismo, não possuía um centro de informações turísticas. A APCE, sentindo as necessidades de receber os visitantes e dar as informações necessárias sobre

as UCs, sobre a infraestrutura turística do município, e ainda, para facilitar o trabalho do condutor de cisitante, conseguiu da Prefeitura Municipal uma sede para prestar as devidas informações turísticas e para conduzir os visitantes a conhecer os atrativos do município e da região.

Através do trabalho do condutor de ecoturismo e do operador de canionismo, buscava-se incentivar as comunidades locais a mostrar as suas belezas naturais, culturais, e da agricultura agroecológica, neste caso, para que os mesmos comercializassem seus produtos. Assim, a associação costumava incentivar alguns cafés e restaurantes. O condutor deixou de fazer trilhas apenas nos cânions e passou a valorizar mais a cultura local através de suas linguagens, artesanato, culinária e suas histórias como a dos tropeiros, que é muito valorizado na região ou destino Aparados da Serra.

A presença do condutor no interior dos PNAS e PNSG nas comunidades do entorno, conduzindo visitantes de todos os lugares do Brasil e do estrangeiro fez com que as pessoas valorizassem e reconhecessem que a região tem um potencial turístico de nível nacional e internacional. Isto fez com que inibisse muitos caçadores e madeireiros, consequentemente, o condutor também era um protetor da natureza.

No município de Praia Grande (SC) a APCE é pioneira na condução de turistas, mas não foi só por isto que ganhou credibilidade, foi pelo fato de sempre estar envolvida com educação ambiental. Assim, a APCE sempre fora procurada por professores, prefeituras e associações para aprender e conhecer na prática o que é educação ambiental: clima, história, mitos, educação, cultura, antropologia, sociedade, história indígena e a própria criação da UC. A APCE sempre buscou parcerias para integrar a comunidade aos Parques Nacionais, ou seja, cultura e preservação.

Por volta de 2002 a 2008, a APCE esteve organizada da melhor maneira possível no centro de Praia Grande, exercendo o papel de centro de informações turísticas. A partir de 2009, a APCE teve a oportunidade de se reinventar, como sempre vinha fazendo, pois, uma associação é dinâmica e orgânica, adapta-se aos desafios presentes e futuros. Com o Projeto Escola Aberta dos Cânions com sede na antiga Escola Inácio José da Rosa, na comunidade de Vila Rosa, iniciou-se um projeto, de educação ambiental, sensibilização ambiental, treinamento de condutores, cursos de socorros em ambientes

naturais, cuja ideia principal era criar um centro cultural incentivando a comunidade à participação integral nos eventos e crescimento comunitário.

Como em todo lugar que inicia o turismo, como foi aqui em Praia Grande/SC, na questão da condução de visitantes por meio de Condutores Locais de Ecoturismo, na época, não havia um reconhecimento da profissão, embora o programa de incentivo viesse da Portaria do IBAMA. No começo do turismo em Praia Grande não foi nada fácil, enquanto condutor de visitantes, menos fácil ainda. Por ser uma profissão nova, um trabalho novo, muitos condutores eram discriminados ou desvalorizados até por ser um trabalho muito diferente, isto é, conduzir turistas nos matos, nos rios, subir e descer morros, penhascos, vales, cânions e montanhas, desbravar novas trilhas, cachoeiras e paisagens, travessia de cânions, entre outras tantas novidades para um município pequeno, que não reconhecia o turismo, aliás, nem o próprio estado sabia que os cânions pertenciam a Santa Catarina, nesse contexto foram anos de resistência e persistência.

Os espaços turísticos foram sendo conquistados e a APCE foi um dos pilares para o município avançar na questão turística através do ecoturismo. Hoje, todos querem fazer o que alguns APCEanos ousaram fazer, mas que boa parte da comunidade dizia que não ia dar certo. Assim, hoje a visão das pessoas mudou completamente, todos reconhecem ou a maioria, a importância do condutor de visitantes, do guia de turismo, das agências e operadoras. O turismo de aventura é uma realidade, entre as principais atividades estão: passeio a cavalo, quadriciclo, canionismo, cicloturismo, voo de balão, boia-cross e a condução de visitantes é o sustento de muitas famílias.

A APCE em quase 30 anos de atividade associativa, está inserida no processo turístico e sua sede é estabelecida com o aval e apoio da prefeitura municipal. Possuem sócios, que são condutores/líderes de ecoturismo e aventura e, também microempresários, que sentem a necessidade de fortalecer a categoria, se qualificar, melhorar o turismo no município e fazer algo em conjunto pelo bem da humanidade. Com isto, frequentemente são realizados cursos e treinamentos de competências mínimas de condutor, canionismo, socorros em ambientes naturais, busca e resgate, sistema de gestão de Segurança e curso de animais peçonhentos e abelhas, educação ambiental nas escolas, plantio de sementes de árvores frutíferas e nativas, entre muitos outros projetos relevantes a categoria do condutor de visitantes.

De 28 de setembro de 2020 a 04 de outubro de 2020, a APCE sediou o Primeiro Encontro de Canionismo Aparados da Serra Geral, por não haver uma associação de canionismo no município e APCE sendo uma associação regularizada uniu-se aos instrutores, praticantes, e amadores, para este evento que durou uma semana. Como boa parte dos associados praticam o esporte de aventura canionismo e levando em consideração que as habilidades desenvolvidas por esta atividade que são de conhecimentos importantíssimos para possíveis resgates verticais (Aguiar, 2016) e, principalmente de prevenção em ambientes remotos.

O Encontro teve um caráter de treinamento, como: comunicação, logística, equipamentos, sistema de gestão de segurança, plano de ação emergencial. Ainda, fortalecimento das experiências entre condutores de visitantes credenciados, Bombeiros Militares e canionistas no sentido de deixar equipes mais preparadas para o ambiente de cânion, e, o principal recurso que é o ser humano, no aprimoramento da busca e salvamento, conhecimento do caminho rochoso do cânion, da Mata Atlântica, águas bravas, simulações e equalização de informações e conhecimento técnico exigidos nestes ambientes peculiares.

Além disso, no Encontro do Canionismo, a parceria fundamental da APCE possibilitou, mais do que treinamentos, importantes trocas de experiências entre federações estaduais e nacional do canionismo brasileiro. O encontro visou promover e fomentar este esporte num dos cenários de cânions mais instigantes do Brasil para este tipo de atividade.

O encontro só foi possível com o apoio da Prefeitura Municipal de Praia Grande e da chefia do PNAS e PNSG.

De acordo com Pereira, (2022, p. 21):

> Assim, cresce também a preocupação com a segurança dos (as) condutores (as) /líderes de aventura e com os visitantes. Neste sentido, a associação tem o intuito de implementar o Sistema de Gestão de Segurança (SGS) previsto na Lei Geral do Turismo do ano de 2010, no capítulo IV, subseção II e Art. 34 com o propósito de seguir as normas e ter um documento para orientar os associados, minimizar os riscos nas trilhas e treinar os (as) condutores (as) /líderes para um possível incidente ou acidente. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem o intuito de contribuir com este interesse.

Com o desenvolvimento do turismo impulsionado pelo título de Geoparque e a Concessão de serviços de algumas áreas dos PNAS e PNSG pela Urbia Cânions Verdes, vem surgindo novos empreendimentos turísticos na região. Cresce a procura pelas trilhas no interior dos cânions, principalmente a trilha do Rio do Boi, interior do cânion Itaimbezinho no PNAS.

De 2020 a 2024, a APCE procurou assegurar seu espaço de direito na comunidade turística, uma vez que o município de Praia Grande/SC entrava num grande e importante salto turístico. Não só pelo ecoturismo, mas também pelo turismo de aventura, voo de balão, quadriciclo, passeio a cavalo, boia-cross, canionismo, bike, vem com grande força, e, atrelado a este movimento, a associação vai ocupando seu espaço perante a sociedade turística.

Em 2023, a APCE se fez presente no encontro que durou uma semana na cidade de Cambará do Sul para tratar do assunto específico Revisão do Plano de Manejo do PNAS e PNSG. Além dos pontos fortes relacionados às questões socioambientais, o principal foco e defesa da associação era em relação às propostas que a APCE levava em relação à abertura de novas trilhas nos PNAS e PNSG.

A APCE tem preocupação com os impactos causados no leito da trilha, neste sentido opta pelo constante manejo da mesma. O ecoturismo é uma das formas de controlar este impacto, ao contrário o turismo em massa de forma inconsciente causa um estrago enorme.

Costa (2007) coloca que somente a abertura de uma trilha já é um impacto enorme para a natureza. O agravante vem com o uso constante e diretamente das trilhas, sendo no leito da trilha o pisoteio acaba sendo responsável pela compactação do solo e aceleração dos processos erosivos. Então, é uma responsabilidade de todos os envolvidos no ecoturismo que o mínimo impacto seja estabelecido na abertura e no uso da trilha por grupos de visitantes, a qual a associação e os condutores têm responsabilidade direta por esses impactos.

Adverte-se que as experiências vivenciadas em trilhas na condução de visitantes que há uma “excessiva preocupação com a reprodução do conhecimento” (Costa, 2007, p. 115), em vez de valorizar os sentimentos e as emoções. Costa Apud

Mendonça (2005, p. 154) destaca que “a vivência na natureza promove sensações e sentimentos capazes de originar uma efetiva conservação ambiental”.

A APCE tem sua diretoria composta por: coordenador, vice-coordenador, secretário e tesoureira; conselho de ética (três membros). A participação da APCE nos conselhos é muito relevante, como: conselho municipal de educação para a educação ambiental, Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), representante no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba (CBHRM), representantes do Sistema de Gestão de Segurança (SGS), Conselho Consultivo do PARNAs, representante na Instância de Governança Regional (IGR).

Nestes últimos anos, como mencionado, a APCE vem desenvolvendo parcerias com cooperativa de crédito, cooperativa de energia elétrica, prefeitura, e, outros parceiros a fim de obter um uniforme adequado para associação, lembrando que a boa apresentação do condutor de visitantes faz toda a diferença na qualidade do trabalho. Foram adquiridos materiais, como: crachás, bonés, camisetas e corta vento.

Figura 1 - Reunião e entrega da jaqueta corta-vento, parceria da APCE com a CRESOL.



Fonte: Tarcísio Rosa (2024).

Outro fator bem importante é a parceria e as reuniões com a chefia e com os analistas ambientais das UCs, porque demonstra o amadurecimento da associação e a legitimidade da causa que ela está envolvida. Um bom exemplo disso, pode-se citar a reunião com o chefe dos PARNAs Antonio Cesar Caetano e os analistas ambientais Eridiane Lopes e Deonir Zimmermann sobre os protocolos de fechamento da trilha do Rio do Boi, ocorrida na sede da APCE, Vila Rosa, Praia Grande/SC.

Figura 2 - Reunião com o chefe dos Parques Nacionais.



Fonte: Tarcísio Rosa (2024) .

No dia 26 de janeiro de 2024, foi instalada uma câmera no início da trilha do rio Malacara a fim de que os associados pudessem verificar o nível do rio a qualquer hora do dia. Com isso a APCE instalou internet no estacionamento Malacara para dar mais comunicação e conforto aos condutores e visitantes.

Em relação ao novo do Plano de Manejo e Uso Púbico do PARNAs, a APCE procurou estar presente nas discussões relacionadas, uma vez que o último Plano do PNAS datava de 2004. A APCE de todas as etapas em que cabia a sua participação, inclusive participou no 05 de maio de 2023, na Oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo dos PNAS-PNSG. O correndo as reuniões ora na sede do PNAS, no Itaimbezinho, na cidade de Cambará do Sul (RS), Praia Grande ou Jacinto Machado (SC). A versão final do Plano de Manejo foi entregue em outubro de 2025.

Como visto nesta breve explanação sobre a história e o constante desafio da APCE, percebe-se através dela, que as questões de ordem ambiental perpassam pelo condutor de visitantes, que têm em suas atividades diárias na natureza desafios complexos, mas consequentemente dinâmicos, como são as questões ambientais, conforme vão se adequando as leis, vão chegando novos chefes de UCs, entre outras aspectos considera-se o condutor um profissional que está atento a todas essas mudanças.

Abaixo, segue a foto da reunião extraordinária de eleição e posse da nova coordenação da APCE. A eleição é prevista bianualmente, caracterizando o processo democrático, por isso a participação dos associados nas tomadas de decisões e participação nas pautas referentes ao turismo a qual a mesma está inserida.

Figura 3 - Assembleia de Eleição e posse de nova coordenação da APCE.



Fonte: Tarcisio Rosa (2024).

É indispensável salientar o processo democrático presente na sociedade civil organizada através de eleição de coordenação que garanta a participação dos associados no desenvolvimento legal da associação. Acima, está a foto do grupo de associados

presentes na eleição de coordenação. Pois, no turismo existem elos que interagem entre si e dão sustentação a governança turística. No caso da associação de condutores APCE, além da participação em vários conselhos, também integra o conselho da COMTUR – Conselho de Turismo Municipal, fortalecendo legalmente a secretaria municipal, regional e estadual, que por sua vez está ligada diretamente com a Embratur e ao Ministério do Turismo.

Sendo assim, uma associação de ecoturismo, devidamente legal, tem seu nível de importância, portanto é por este caminho de conhecimento que o presente estudo se concentra.

2.2.3 Unidades de Conservação – PNAS/PNSG

A Visão de Futuro representa um conceito norteador, com o propósito de inspirar e orientar a gestão dos Parques, conforme ICMBio (2025, p. 37), a Visão de Futuro para o uso público dos PNAS-PNSG foi definida na Oficina de Planejamento Participativo:

> Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral conservados, acessíveis a todos os públicos, com a visitação consolidada, reconhecidos nacional e internacionalmente como destino que oferta diversificadas experiências imersivas na natureza em uma pluralidade de atrativos, com destaque à singularidade de seus onze cânions e sua fauna e flora - sendo referência em interpretação ambiental, conectado com Unidades de Conservação próximas, em sinergia com iniciativas de desenvolvimento sustentável e contribuindo com a integração e a valorização das comunidades locais e tradicionais.

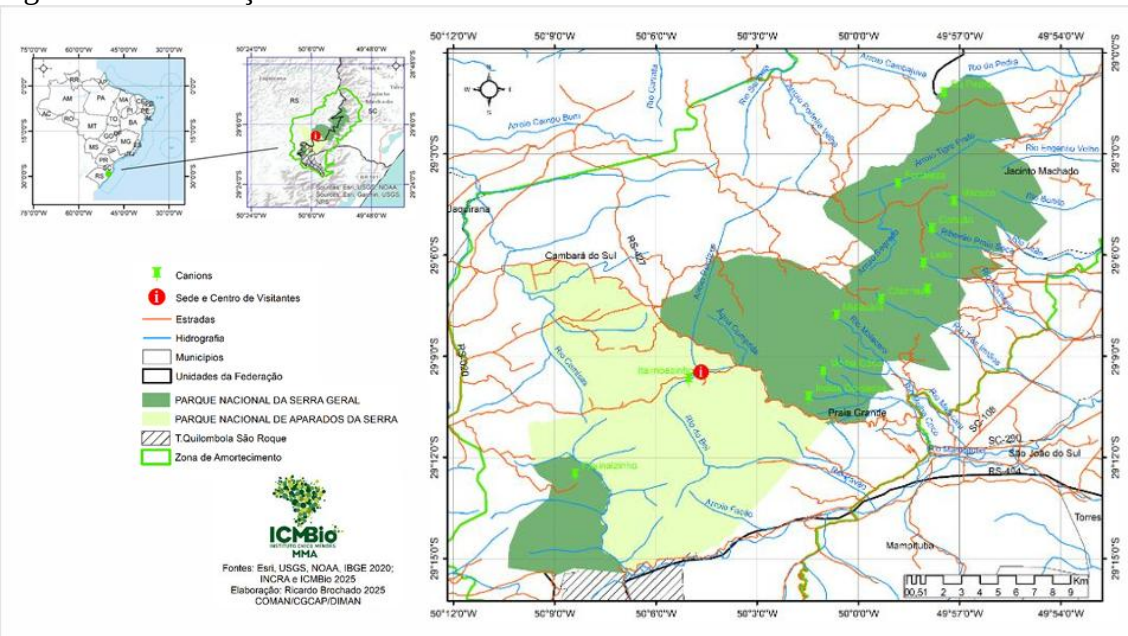
O PNAS é uma UC da categoria de proteção integral, criado através do Decreto Nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, com uma área estimada de 13.000 ha. O Decreto Nº 70.296, de 17 de março de 1972, alterou os artigos 1º e 2º do Decreto Nº 47.446, reduzindo a sua área estimada para 10.250 ha, em consequência da revisão dos limites (Pereira, 2022).

O PNAS e o PNSG conforme o ICMBio (2026), estão situados:

> Junto à porção mais oriental da divisa dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na região sul do Brasil, situam-se os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, abrangendo uma área aproximadamente de 30.400ha, distribuída ao longo dos contrafortes da região natural comumente denominada de Aparados da Serra, inserida na Formação Geológica Serra Geral – daí a origem dos nomes destas unidades de conservação.

Na imagem abaixo, fornecida pelo ICMBio (2026), está mostrando as principais particularidades do PNAS e PNSG como, sede e centro de visitantes, estradas, hidrografia, municípios, Unidades da Federação, Território Quilombola São Roque e Zona de Amortecimento.

Figura 4 - Localização dos PNAS e PNSG.



Fonte: ICMBIO (2026).

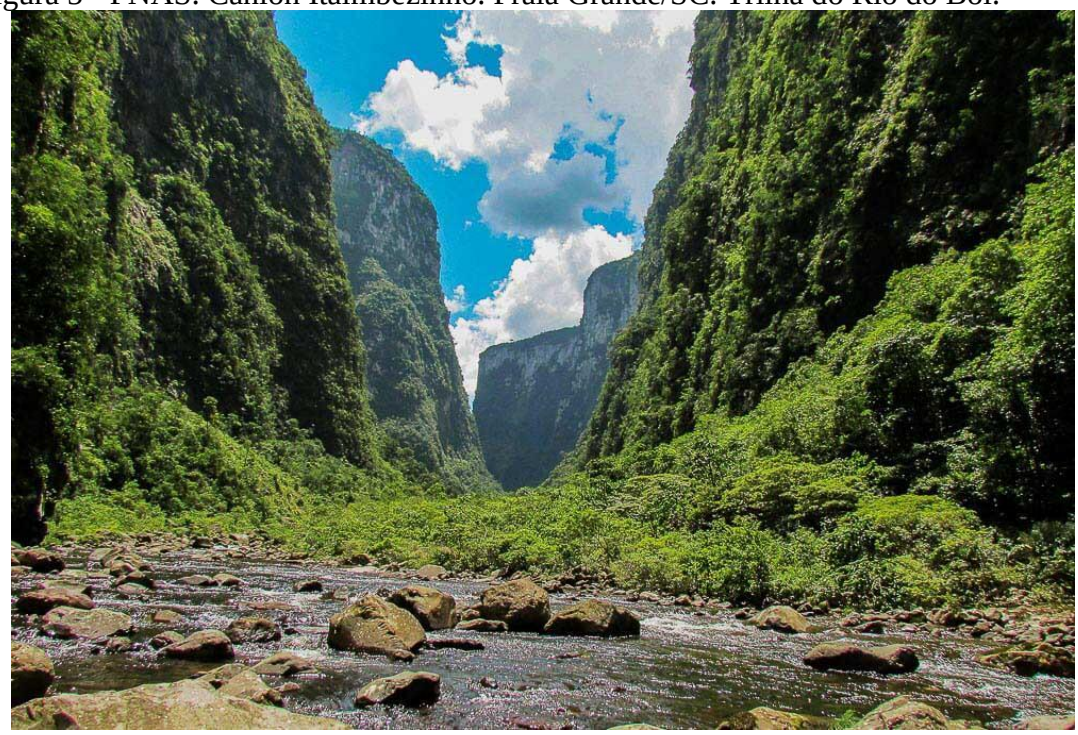
O PNAS tem como objetivo básico: “A preservação dos ecossistemas da Mata Atlântica, das florestas de araucária e de grande beleza cênica, possibilitando desta maneira a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (ICMBio, 2022, n.p.). A administração da referida Unidade de Conservação cabe atualmente ao ICMBio, com plano de manejo aprovado pela Portaria nº 46/04N, de 30 de abril de 2004, e conselho gestor, criado por Portaria Nº 115/2011, de 27 de

dezembro de 2011. O PNAS participa do Programa de Turismo nos Parques do Brasil (Pereira, 2022).

Conforme Pereira, (2022, p. 38 apud Brasil, 2004):

> É importante mencionar que a primeira proposta de criação dos Parques teve influência de um grande pesquisador da região, o Padre Jesuíta Balduíno Rambo, que por volta dos anos de 1950 presenciou uma grande quantidade de serrarias e a forte extração das araucárias próximo do cânion Itaimbezinho, acionando o governo do estado do Rio Grande do Sul para a criação de um Parque Natural. Por volta de 1957, o estado aceitou a proposta e declarou uma área de 13.000 hectares como de utilidade pública, no então município de São Francisco de Paula, hoje município de Cambará do Sul (RS) (BRASIL, 2004).
> A partir da formação do primeiro Parque Natural do estado do Rio Grande do Sul, foi apresentado uma proposta para o Governo Federal de constituição do Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS). No dia 17 de dezembro de 1959, através do decreto no 47.446 foi declarado oficialmente como Parque Nacional, envolvendo apenas a área do estado do Rio Grande do Sul. Mais tarde, no dia 17 de março do ano 1972, através do Decreto Federal nº 70.296, os limites do Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) foram alterados, passando a integrar a parte baixa das escarpas da serra, território do estado de Santa Catarina, onde está localizado o município de Praia Grande (SC) (Brasil, 2004).
> No ano de 1978 foram realizados trabalhos de fauna, flora, detalhamento dos limites, pesquisas e cadastro dos proprietários para a implementação do Parque Nacional de Aparados da Serra e no ano de 1982 foi assinado um termo aditivo a um convênio entre Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) com o intuito de abrir o Parque para visitação. .

Figura 5 - PNAS. Cânion Itaimbezinho. Praia Grande/SC. Trilha do Rio do Boi.



Fonte: Tarcisio Rosa (2024).

A seguir apresenta-se o controle do número de visitantes do PNAS. (cânion Itaimbezinho: trilha do Vértice e do Cotovelo e, trilha do Rio do Boi interior do cânion Itaimbezinho). Este controle é fornecido diretamente pelo ICMBio, neste caso o controle é de 1998 a 2025.

Figura 6 - Dados de visitação nos PNAS e PNSG:

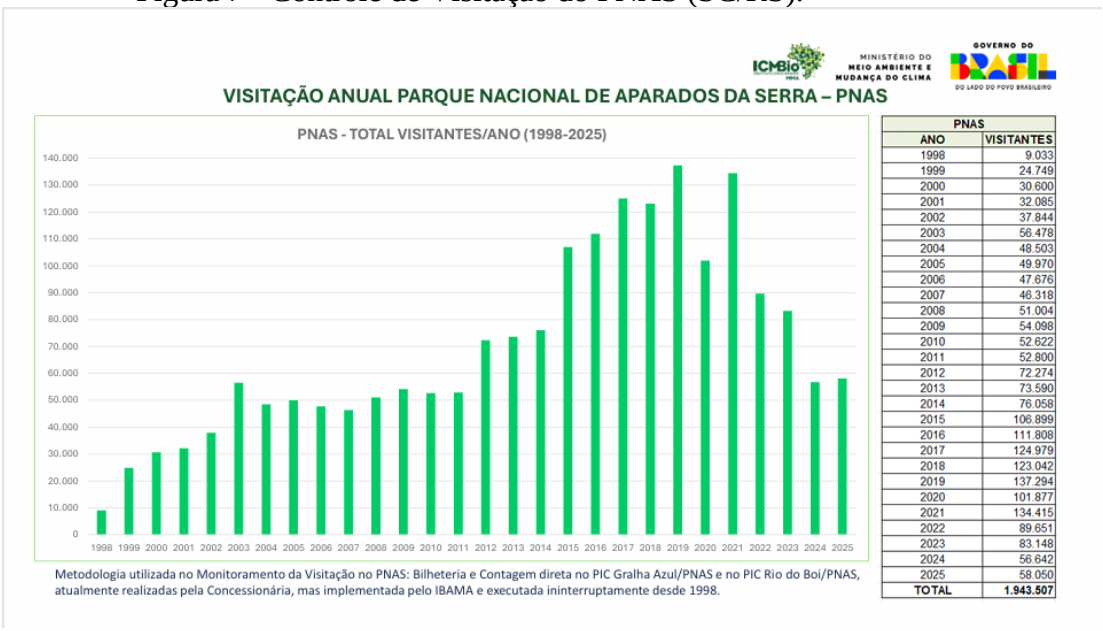


Fonte: ICMBio (2026).

A imagem da trilha do Rio do Boi, como mostra a foto acima, a partir do ano dois mil, principalmente, possibilitou um outro olhar para o PNAS, era possível de forma segura conhecer o Itaimbezinho pelo seu interior. Isto significou muito para os condutores de visitantes que atuavam nesta trilha uma vez que era uma fonte de renda importantíssima. Tanto na parte superior quanto na parte de interior do cânion era possível fazer a visitação. O que impedia os visitantes de fazerem a trilha do Rio do Boi seria a condição física do próprio visitante. De maneira geral, houve uma procura considerável de visitantes no PNAS o que ajudou a fomentar a economia local através do ecoturismo.

Nas Figuras 7 e 9, observa-se a atualização dos dados de visitação dos PNAS e PNSG, respectivamente, no período de 1998 a 2025, disponibilizada pelo ICMBio em 27 de janeiro de 2026. Os dados revelam um crescimento contínuo da visitação até 2019, mesmo em um contexto de fragilidade estrutural dos parques, que vinham sendo progressivamente sucateados pelo governo federal em razão da agenda de desestatização dos serviços públicos e da estratégia de concessão dos parques nacionais brasileiros, processo que se concretiza, no caso dos PNAS-PNSG, em 2021 (Rosa b, 2024).

Figura 7 - Controle de Visitação do PNAS (SC/RS).



PNAS	
ANO	VISITANTES
1998	9.033
1999	24.749
2000	30.600
2001	32.085
2002	37.844
2003	56.478
2004	48.503
2005	49.970
2006	47.676
2007	46.318
2008	51.004
2009	54.098
2010	52.622
2011	52.800
2012	72.274
2013	73.590
2014	76.058
2015	106.899
2016	111.808
2017	124.979
2018	123.042
2019	137.294
2020	101.877
2021	134.415
2022	89.651
2023	83.148
2024	56.642
2025	58.050
TOTAL	1.943.507

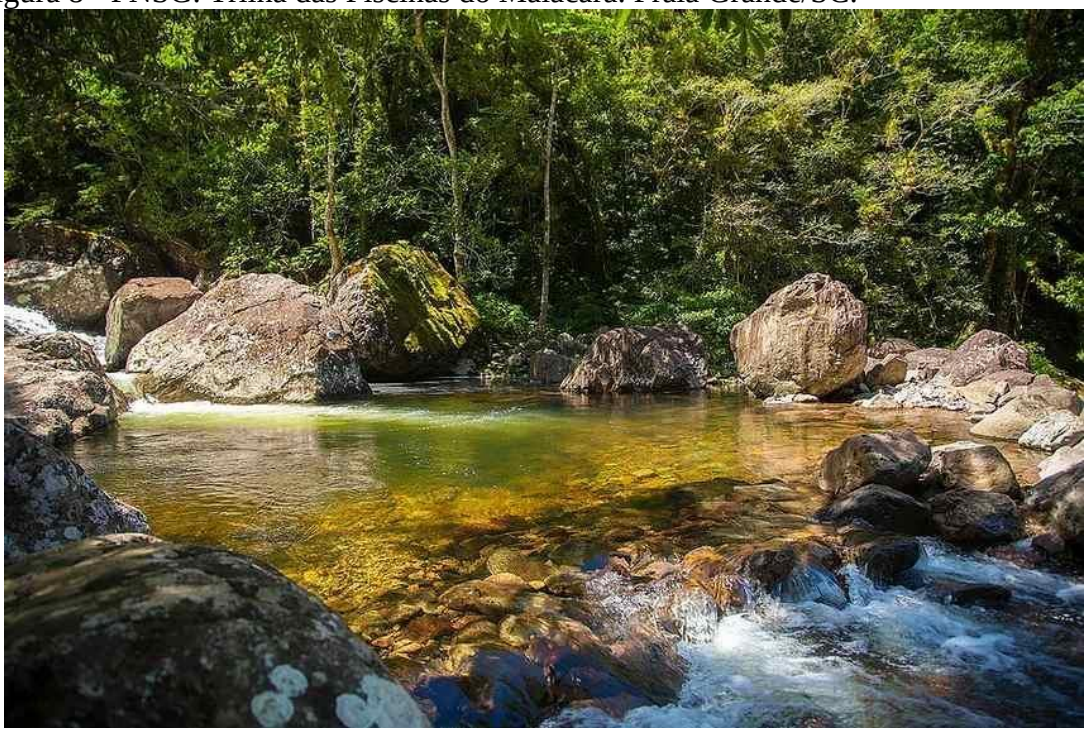
Fonte: ICMBio (2026)

O ano de 2020 foi marcado pela tragédia da COVID-19, que, além das perdas humanas, produziu severos impactos econômicos em escala global. Paradoxalmente, as medidas de isolamento social intensificaram a busca por atividades ao ar livre, trilhas e contato com a natureza, reconhecidos como fundamentais à saúde física e mental, o que contribuiu para o aumento da visitação em 2021. Contudo, com o lançamento do edital de concessão em 2020 e sua assinatura em 2021, observa-se uma queda expressiva nos anos subsequentes, especialmente após a implementação do contrato, a partir de outubro de 2021, quando se iniciou a cobrança de ingressos. A mudança no acesso aos Parques, reconfigurou de forma rápida o acesso ao bem público, que, ao deixar de ser plenamente público, passou a se tornar restrito a aqueles que podem arcar com os custos, ainda mais com os desafios econômicos no país pós pandemia (Rosa, 2024).

O PNSG é uma unidade de conservação de proteção integral da natureza situada na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com território distribuído pelos municípios de Cambará do Sul (RS), Jacinto Machado e Praia Grande (SC). O PNSG foi criado através do Decreto de Nº 531, de 20 de maio de 1992, com área de 17.301,96 ha. O território desse parque é limítrofe ao do PNAS, constituindo um

ecossistema de rara beleza e importante área de biodiversidade destinada a fins científicos, culturais e recreativos. Sua administração cabe atualmente ao ICMBio.

Figura 8 - PNSG. Trilha das Piscinas do Malacara. Praia Grande/SC.



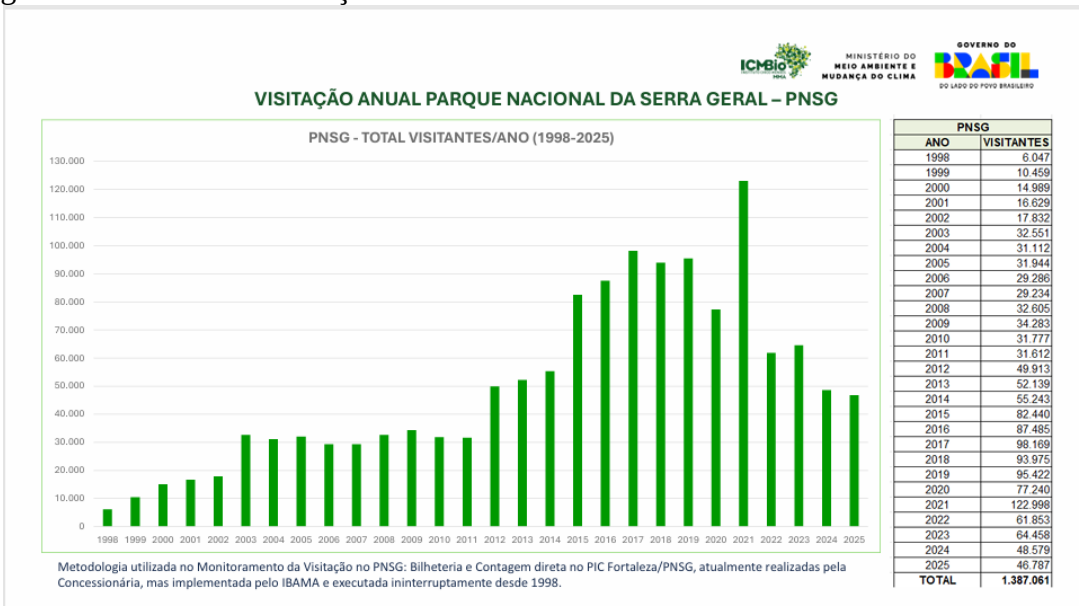
Fonte: Tarcísio Rosa (2024).

O PNSG, criado em 1992, mesmo com seu plano de manejo, teve as trilhas do Malacara e a trilha do Tigre Preto devidamente liberadas em 2007 através de incursões técnicas com acompanhamento dos analistas ambientais. As liberações dessas trilhas para condução de visitantes proporcionam oportunidades importantes para o desenvolvimento do ecoturismo na parte de interior de cânion, atraindo muitos visitantes devido a incrível paisagem com características montanhosas, com piscinas naturais e cachoeiras, paisagens com platôs e escarpas.

De lugares completamente desconhecidos do público aventureiro, ecoturista, para uma visitação considerável em termos de número de visitantes. Considerando que um público maior visita a parte superior do cânion Fortaleza devido a facilidade de caminhada na borda do cânion, enquanto que no interior do cânion o terreno é mais acidentado, dessa forma, naturalmente selecionando o perfil dos ecoturistas.

Na figura 9, é possível visualizar a atualização dos dados de visitação de 1998 a 2025 pelo ICMBio do PNSG no dia 27 de janeiro de 2026.

Figura 9 - Controle de visitação no PNSG - RS/SC.



PNSG	
ANO	VISITANTES
1998	6.047
1999	10.459
2000	14.989
2001	16.629
2002	17.832
2003	32.551
2004	31.112
2005	31.944
2006	29.286
2007	29.234
2008	32.605
2009	34.283
2010	31.777
2011	31.612
2012	49.913
2013	52.139
2014	55.243
2015	82.440
2016	87.485
2017	98.169
2018	93.975
2019	95.422
2020	77.240
2021	122.998
2022	61.853
2023	64.458
2024	48.579
2025	46.787
TOTAL	1.387.061

Fonte: ICMBio (2023).

Este controle de visitação está associado a entrada de visitantes no cânion Fortaleza, no PNSG, via município de Cambará do Sul/RS. As entradas na trilha do Tigre Preto no PNSG, via município de Jacinto Machado/SC, não há registros oficiais.

Como não está incluído nesta lista de controle de visitação do ICMBio o número de visitantes da trilha das Piscinas do Malacara, Praia Grande/SC, que também fica no PNSG.

Devido à falta de registro de entrada de visitantes na trilha das Piscinas do Malacara a APCE iniciou uma pesquisa voluntária realizada pela APCE na entrada da Trilha Piscinas do Malacara.

No primeiro ano de registro, entre os dias 28 de janeiro de 2023 a 28 de janeiro de 2024, constatou-se que houve 1.312 entradas de condutores, com um número de 6.678 visitantes, e apenas 72 visitantes entraram sem condutores.

Quadro 5 - Pesquisa de ação voluntária da APCE – controle de entrada Parque Nacional da Serra Geral trilha das piscinas do Malacara, Praia Grande/SC.

Mês e ano	**Número de condutores**	**Número de visitantes**	**Estrangeiros**	**Visitante sem condutor**
Janeiro/2023 (02 dias de anotações)	34	239	--	-
Fevereiro	152	1.002	-	27
Março	95	476	-	09
Abril	152	876	-	16
Maio	75	242	-	-
Junho	77	459	-	-
Julho	92	347	-	-
Agosto	59	214	-	-
Setembro	90	284	02	-
Outubro	74	309	-	-
Novembro	79	412	-	-
Dezembro	166	913	-	12
TOTAL	**1.145 condutores**	**5.773 visitantes**	**02 estrangeiros**	**64 sem condutor**
Janeiro/2024	205	1.057	-	4
Fevereiro	182	1.087	-	8
Março	120	763	-	2
Abril	51	332	-	-
Maio	38	114	-	-
Junho	62	212	-	-
Julho	59	237	-	-
Agosto	83	279	04	-
Setembro	85	357	04	-
Outubro	54	298	-	-
Novembro	94	554	-	6
Dezembro	113	667	04	-
TOTAL	**1.146 condutores**	**5.957 visitantes**	**12 estrangeiros**	**20 sem condutor**
Janeiro /2025	157	808	20	--
Fevereiro/2025	142	796	11	--
Março/2025	136	692	11	--
Abril/2025	125	645	22	07
Maio/2025	96	391	02	--
Junho/2025	50	244	--	--
Julho/2025	59	218	06	--
Agosto/2025	48	190	--	--
Setembro/2025	43	141	07	--
Outubro/2025	58	241	03	01
Novembro/2025	73	422	-	--
Dezembro/2025	121	645	07	-
Total	**1.108 condutores**	**5.433 visitantes**	**89**	**15**

TOTAL GERAL EM ”03 anos”	**3.399 condutores**	**17.163 visitantes**	**103 estrangeiros**	**92 visitantes sem condutor**
Janeiro/2026	**40 condutores até 20/01/26**	**460 visitantes até 20/01/26**		

Fonte: Tarcísio Rosa (25/01/2026).

De modo geral, são três anos de registros voluntários dos condutores da APCE o que gerou os seguintes dados anuais: 1.133 entradas de condutores beneficiados por ano, uma média de 5.721 visitantes fizeram a trilha por ano, dando uma média de seis visitantes por grupo com condutor por ano. Nos últimos três anos, foram anotados a entrada de 103 estrangeiros e 92 visitantes sem condutor. Estima-se que o número de visitantes possa ser 20 % a mais, pois como se trata de registro voluntário muitos condutores esquecem de anotar na ficha de controle, outros condutores que não são associados a APCE, embora credenciados para condução não se interessaram em participar dos registros. Outros condutores alegam receio em mostrar dados reais da entrada de visitantes na trilha do Malacara, pois acreditam que a concessionária pode demonstrar interesse naquela área e iniciar cobrança de ingresso, prejudicando assim as vendas dos condutores, uma vez que na trilha do Malacara não se cobra ingresso.

Conforme o ICMBio (2026), os atrativos abertos ao público no PNAS são: Trilha do Vértice, Trilha do Cotovelo, Trilha do Camisas, Trilha do Rio do Boi (interior do cânion Itaimbezinho) e os atrativos abertos no PNSG são: Trilha da Pedra do Segredo, Trilha da Borda Sul do Cânion Fortaleza, Trilha Curta do Fortaleza (a partir do estacionamento do CAV mirante), Trilha da Variante da Borda Sul do Fortaleza, Trilha do Quebra-cangalha, Trilha das Piscinas do Malacara (interior do cânion Malacara), Trilha do Tigre Preto (interior do Cânion Fortaleza).

Os PNAS e PNSG têm no Conselho Consultivo importante ferramenta de manutenção das Unidades de Conservação e execução dos Planos de Manejo. Ocorrem ainda reuniões dos Condutores Locais Cadastrados e Reuniões da Câmara Técnica.

Considerando a análise de bacias montanhosas, “no Brasil, na região do extremo sul de Santa Catarina e Nordeste do Rio Grande do Sul, as áreas montanhosas são muito procuradas para turismo devido à presença dos PNAS e PNSG” (Szymanski, 2022, p. 1565). Essas pesquisas em relação a bacia hidrográfica montanhosa das bordas

da Serra Geral no corte do planalto para cânions e os vales profundos, bem como as pesquisas nos leques aluviais estão sendo de extrema relevância para compreender melhor a dinâmica desse geossistema. Como afirma o autor (Op. cit.) a resposta hidrológica dos rios montanhosos pode ser desencadeada por vários fatores, como: a temperatura, precipitação, solo, rochas, tipo de vegetação, declive, entre outros. Sem dúvidas traz sérios riscos à população com as enxurradas repentinas e com as enchentes.

Hasller (2005, n. p.), a importância das UC's:

> Pode-se enumerar como principais objetivos para a conservação da natureza que podem ser suprimidos por um bom sistema de Unidades de Conservação a manutenção da diversidade biológica no território nacional e nas águas jurisdicionais, a proteção das espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, o incentivo do uso sustentável de recursos naturais, o estímulo ao desenvolvimento integrado com base nas práticas de conservação, o manejo dos recursos da fauna e da flora, a proteção das paisagens naturais ou pouco alteradas, de beleza cênica notável e a preservação de extensas áreas naturais ou pouco alteradas, mesmo que de maneira provisória em alguns casos, até que os estudos pertinentes indiquem sua adequada destinação.

Para o Ministério do MMA (2009, n.p.), UC's:

> São espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que tem a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

Pela legislação Federal de n.º 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), elas se dividem em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável (Quadro 5).

Nas Unidades de Proteção Integral, a proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais[3]; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta nem danos aos recursos naturais. Por exemplo: a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico, a pesquisa científica, a educação e a interpretação

[3] ROSA, Tarcísio Roldão da. **Das unidades de conservação ao projeto Geoparque caminhos dos Canyons do Sul (SC/RS)**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

ambiental, entre outras atividades. As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio da vida silvestre.

Quadro 6 - Unidade de Conservação de Proteção Integral e Sustentável.

1. Unidades de Proteção Integral - com a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas. Pertencem a esse grupo as categorias:
Estação Ecológica, (Exemplo: AE Estação Ecológica do Taim, RS).
Reserva Biológica, (Exemplo: RB do Tinguá, RJ).
Parque Nacional, (Exemplos: PARNAs de Aparados da Serra e da Serra Geral, RS/SC).
Refúgio de Vida Silvestre, (Exemplo: RVS da Ilha dos Lobos, RS).
Monumento Natural, (Exemplo: MN das Árvores fossilizadas do Tocantins, TO).
2. Unidades de Uso Sustentável - concilia a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Esse grupo é constituído pelas categorias:
Área de Proteção Ambiental, (Exemplo: APA Serra da Mantiqueira SP/RJ/MG, APA Rota do Sol, RS).
Área de Relevante Interesse Ecológico, (Exemplo: ARIE Serra da Abelha, SC).
Floresta Nacional, (Exemplo: FN do Tapajós, PA).
Reserva Extrativista (Exemplo: RESEX Reserva Extrativa do Rio do Ouro Preto, RO).
Reserva de Fauna, (Exemplo: RF Baía de Babitonga, SC).
Reserva de Desenvolvimento Sustentável, (Exemplo: RDS Veredas do Acari, MG).
Reserva Particular do Patrimônio Natural, (Exemplo: RPPN Fazenda Bulcão, MG – Sebastião Salgado).

Fonte: adaptado de ICMBio (2000).

As Unidades de Uso Sustentável são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada.

As categorias de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva da fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Por sua vez, o SNUC é um conjunto de UC’s federais, estaduais e municipais.

O SNUC é composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e uso permitidos: aquelas que precisam de

maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidade, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo. As motivações que levaram à criação de unidades têm a ver com a variedade da paisagem.

Sobre nossas responsabilidades com esse conjunto paisagístico, afirma Ab'Sáber (2003, p. 10):

> Mais do que simples espaços territoriais os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. [...] Para tanto, há que conhecer melhor as limitações de uso específicas de cada tipo de espaço e de paisagem. Há que procurar obter indicações mais racionais, para preservação do equilíbrio fisiográfico e ecológico .

O SNUC tem 12 objetivos:

> 1. Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
> 2. Proteger as espécies ameaçadas de extinção;
> 3. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
> 4. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
> 5. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
> 6. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
> 7. Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
> 8. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
> 9. Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
> 10. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
> 11. Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza;
> 12. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Brasil, 2000).

Antes de demonstrar as particularidades de cada unidade de Conservação, vale colocar aqui o que tratou, em síntese, sobre a Serra Geral:

> A Serra Geral no nordeste do Rio Grande do Sul é uma alta borda de planalto designada pelos gaúchos, com muita razão, pelo sugestivo nome de Aparados da Serra, um dos espetáculos paisagísticos mais extraordinários do Brasil Atlântico. Esse trecho sublitorâneo da Serra Geral tem a posição de uma "serra do mar", mas devido a sua constituição geológica difere completamente das

> escarpas tropicais florestadas do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os escarpamentos talhados em basalto possuem altas paredes rochosas ou semirrochosas, com testada superior voltada para leste. Canyons curtos e profundos se formaram, sincopadamente, ao longo dos aparados, engendrando paisagens de particular excepcionalidade (Ab'Saber, 2003, p. 106).

Uma UC tem como princípio básico através dos condutores de visitantes a atividade ecoturística, no intuito de expandir a educação ambiental nos cidadãos que visitam os PARNAs. Então, desde 1994, que esta ideia já tinha sido defendida e está na Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, MICT/MMA, de março de 1995 (Wester, 2005).

Relembrando o ecoturismo: "O ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética" (Op. cit., n. p.). Sendo intrínseco e histórico desenvolver o ecoturismo em Parques Nacionais, conceito que vem amadurecendo nos últimos cinquenta anos, e no Brasil o desenvolvimento do termo é mais recente ainda, no entanto, já é um termo muito marcado e presente no que tange a conservação dos ambientes naturais.

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) é um termo empregado pelos analistas ambientais, dos gestores e nos documentos emitidos à sociedade civil quando o assunto está relacionado às UCs (Rosa et al., 2022). Embora esse tipo de gestão integrada ocorra há muito tempo, no entanto, oficialmente, o ICMBio institui o NGI, um arranjo organizacional para a gestão territorial integrada de UC's federais, no âmbito do órgão gestor.

Diferentes categorias ou não de UCs próximas ou justapostas tem aporte neste tipo de gestão, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional; considera-se o Plano Estratégico da Biodiversidade 2011- 2020, e prevê: a conservação de áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente e satisfatoriamente interligadas (ICMBio, 2022).

Sobre este tipo de gestão integrada, "considerando os ganhos em eficiência gerencial e a otimização de recursos associados ao compartilhamento de estruturas físicas

e equipamentos e à integração das equipes de trabalho nas Unidades de Conservação" (ICMBio, 2022). A portaria demonstra de certa forma o processo de desburocratização em relação a gestão de UC's próximas e interligadas, buscando a otimização no tempo de resposta, eficiência de trabalho e autonomia para o gestor e os ambientalistas vinculados à área integrada, consequentemente à sociedade.

Coloca-se como exemplo, o Núcleo de Gestão Integrada Aparados da Serra Geral (NGIASG) situado no norte e nordeste gaúcho e extremo sul catarinense. A área territorial abrange dois Parques Nacionais PNAS e PNSG que tiveram o favorecimento da Portaria nº 475, de 15 de junho de 2022, integrando-se no seu sistema de gestão. Com isso, um gestor e os respectivos analistas das Unidades de Conservação passam a gerenciar os dois parques, sob a autarquia do ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em se tratando do NGIASG, o contexto é mais favorável a manutenção do NGI, uma vez que o PNSG sempre dependeu da sede do PNAS, os dois parques são de território contínuo, possuem as mesmas feições e características naturais dando ideia de serem um só parque, por isso não haveria problemas nesse sentido de obstáculo na prestação de serviços como ocorrera no exemplo do PARNA Serra dos Órgãos.

De qualquer forma, possuem os mesmos problemas como a falta de funcionários, principalmente a falta de analistas ambientais, para a demanda dos dois Parques Nacionais, a qual abrange dois estados e, consequentemente, carregam muitas demandas advindas não só do Turismo, mas também na zona de amortecimento das indústrias, da criação de gado que cercam as UCs, da silvicultura extensiva, e tantas outras problemáticas ambientais.

De acordo com Rylands e Brandon (2005) embora não tenha completado um século desde a criação do Itatiaia em 1937, o Brasil passa por uma explosão de criação de parques nacionais. Pela dimensão do Brasil e a diversidade de biomas, todas as categorias de áreas protegidas são extremamente importantes, porém não basta só criar unidades de conservação, pois cada uma delas demandam grandes desafios, em termos de administração e de manejo, somado aos planos ambiciosos do país em termos econômicos com seus programas de desenvolvimento para a energia, a infraestrutura, a indústria e a agricultura. Levando em consideração que o Brasil é um país megadiverso,

por isso confere uma "responsabilidade global maior em proteger três grandes regiões naturais – a Amazônia, o Pantanal, e a Caatinga – e dois *hotspots* de biodiversidade[4] – a Mata Atlântica e o Cerrado" (Rylands; Brandon, 2005, p. 33), nesse sentido, as unidades de conservação são a chave para conservar o que resta.

Em relação aos conflitos ambientais em UCs, houve a necessidade em determinado momento de ser estudado e pesquisado para que se pudesse levar resultados na gestão das mesmas (Brito, 2008). A compreensão dos conflitos reflete na criação e na reformulação de políticas e diretrizes da gestão e do manejo das UCs. Os conflitos refletem o processo histórico das lutas sociais e da transformação econômica na construção dos espaços geográficos. "Na realidade a natureza é alvo de disputa por diferentes interesses e concepções, já que esta tem o poder de satisfazer as necessidades materiais e simbólicas da sociedade" (Op. cit., p. 1). Não por acaso houve a criação do Clube de Roma (1968), a da I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (1972), bem como a conferência de Estocolmo (1972), a partir daí pode-se entender melhor as razões dos conflitos e as possíveis soluções. Algumas conclusões destas conferências "previam que a solução para o planeta era começar a pensar em produzir aproveitando melhor os recursos naturais, para que tivessem uma duração maior, além de racionalizar os processos produtivos, para que gerassem menos resíduos" (Op. cit., p. 2), essas conferências ajudaram a começar a teorizar e registrar os conflitos ambientais mesmo antes, durante e após a criação de UCs.

Para o cidadão interessado nos assuntos relacionados às UCs a de perceber que o conflito é algo inerente a história civilizatória ambiental. O processo de compreensão em prol de um bem maior em termos de qualidade de vida gerada com a criação de reservas naturais é algo difícil de ser superado por aqueles que veem a natureza como algo apenas para ser explorado enquanto existe o que tirar dela (Diegues, 1998; 2000). E, para romper com estes padrões há de se vivenciar alternativas de superar os conflitos para uma resposta social à base da força de estado.

---

[4] ***Hotspots de biodiversidade*** são regiões do planeta que, ao passo que abrigam uma diversidade biológica excepcional, também estão extremamente ameaçadas. https://www.vbio.eco/post/hotspots-de-biodiversidade-o-queconsiderados-pontos-criticos

Por este ponto de vista, Oliveira et al. (2019) o Brasil não sendo diferente de outros países em desenvolvimento que possua riqueza de flora e fauna, sofre gradativamente com a perda da sua biodiversidade. Muitas razões levam a isto, aumento populacional e da pobreza, uso do carvão vegetal, investimento na agropecuária, desmatamento criminoso e queimadas. A alternativa de criação de UCs torna-se imprescindível para minimizar todos estes impactos ambientais, que a sociedade deve considerar como necessária e a comunidade científica deve se engajar. Se por um lado há os conflitos a serem superados, por outro há recompensa pela qualidade de vida sustentável.

As dúvidas quanto aos conceitos UCs e Áreas Protegidas consideram-se longe de serem superadas, no entanto, tinha-se muitas dúvidas sobre o assunto com bases históricas advindas do conservacionismo e preservacionismo. Como coloca Souza et al. (2019) a UC nada mais é do que um termo brasileiro para parte das áreas naturais protegidas.

Nesta pesquisa não se dará preferência ao termo Áreas Protegidas, mas às Unidades Conservação, no decorrer do estudo o foco ocorre por meio do SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que é o que classifica os tipos de unidades de conservação no Brasil. Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, mesmo que se assemelhem nos objetivos de conservação e proteção da natureza, diferenciam-se em alguns critérios que o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) vem esclarecendo à proporção que os debates sobre o tema se alinham.

O Decreto 5.758 de 13 de abril de 2006, que institui o PNAP enquanto resultado de discussões a nível nacional, visava mudanças nas políticas públicas para melhorar a interpretação da natureza e sociedade (Irving; Matos, 2006).

> O Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas se constitui em um avanço significativo em políticas de proteção da natureza, uma vez que faz uma leitura realista de demandas, com base na realidade nacional e aproxima poder público e sociedade, numa perspectiva de co-responsabilidade, rompendo a percepção moderna de cisão sociedade-natureza e avançando na interpretação de patrimônio coletivo (Op. cit., p. 95)

Ainda, as Áreas Protegidas seguem as diretrizes da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 2003) – União Internacional para a Conservação da Natureza, que definem as categorias de gestão: Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação a longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (Dudley, 2008, p. 8).

Embora haja uma correspondência de conceito entre ambas para a definição de Parques Nacionais, a IUCN responde a forma internacional de categorizar Parques Nacionais, enquanto que para o Brasil há a Lei do SNUC que caracteriza os tipos de Unidades de Conservação Integral ou Sustentável, áreas especiais e protegidas, além da Constituição de 1998, o Código Florestal de 1965 e de 2012. Para a IUCN – II. Parque Nacional, II. Área protegida gerida principalmente para conservação e recreação de ecossistemas. Para o SNUC – Parque Nacional, 1. Unidades de Proteção Integral- com a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas.

Fenker (2013) contribui no debate uma vez que se volta para o momento exato da criação da UC, a qual se estabelece uma batalha que se estenderá por décadas, que é a valoração econômica dos recursos naturais na criação da Unidade de Conservação Federal em áreas privadas. Nesta etapa tudo deve ser muito bem balanceado, por um lado, o estado deve adquirir uma propriedade pagando o valor justo, por outro lado, não pode onerar o Estado. A criação de uma UC Federal parte destes desafios, se for pagar o valor real o estado não dá conta gerando prejuízos, ao mesmo tempo que há a necessidade de equiparar a proteção ambiental da área com o direito de proteção de propriedade, desde este início busca-se convergir a melhor saída, contudo a desapropriação de uma área demora mais tempo do que o necessário, com isso não impedindo os conflitos existente naquela área especial escolhida para ser uma UC.

De acordo com Almeida et al. (2023) a administração pública enquanto ICMBio vem buscando alguns tipos de parcerias para solucionar alguns problemas como já foi mencionado; e, uma dessas alternativas é a concessão de serviços um tipo de parceria que está sendo utilizado nos parques públicos. Sendo um dos objetivos “ampliar investimentos com a principal justificativa de melhorar os serviços oferecidos aos

visitantes, bem como estimular a economia do entorno e aprimorar as experiências dos visitantes nos parques" (Op. cit., p. 167).

Os autores (Op. cit.) colocam que desde a criação de parques nacionais seguiram dois propósitos definidos, um de proteger a biodiversidade e o outro servindo a interesses econômicos. Pelo lado econômico, com o turismo gerando oportunidades de negócios, investimento e renda; ou tirando vantagens da natureza pelos serviços ecossistêmicos. Tem-se a ideia de que com os processos licitatórios em parques via concessão seja uma saída para os parques nacionais com apelo turístico como o caso do PNAS e PNSG.

> Dessa forma, os contratos de concessão surgiram como uma opção de instrumento jurídico para que o poder público possa estabelecer parceria com o setor privado de forma que se tenha suporte e agilidade na melhoria de aspectos como os supracitados, incluindo-se intensificar a qualidade na prestação dos serviços oferecidos aos visitantes, a fim de ampliar a experiência dos visitantes e sensibilizá-los sobre a importância da conservação da natureza (Op. cit., p. 168).

Enfim, eles (Op. cit.) mencionam as dificuldades da empresa contratada para prestação de serviços em parques nacionais como o Parque Nacional de Itatiaia não se cumpriram o esperado como prometido no momento da licitação. No entender, é necessário fortalecer os mecanismos públicos de monitoramento de concessão em conjunto com a concessionária, além disso, pesquisas para saber a satisfação dos visitantes, sempre no intuito de melhorar a qualidade dos serviços de visitação prestados pelo setor privado.

Completando este texto sobre Unidades de Conservação com destaque para Parque Nacional onde está inserida a pesquisa no município de Praia Grande/SC, salienta-se a figura do condutor de visitantes, o "contraforte" deste estudo. Estas poucas abordagens iniciais apenas quiseram frisar que os assuntos, temas, pautas e abordagens referentes a UCs e PARNAs diz respeito ao trabalhador das trilhas tudo isso interessa ao condutor de visitantes, muito mais interessa e se aprofunda quando o assunto é local, quando o que acontece no PNAS e PNSG, que acontece nos trâmites da concessão, que acontece no Geoparque, e no sistema turístico que envolve o município, isso é a rotina deste profissional.

Canto-Silva e Silva (2017) dizem que o uso público em UCs através da visitação traz benefícios diretos e indiretos à sociedade. Os Parques são os melhores modelos para visitação, proporcionam aos visitantes conhecimentos, e, valorização dos recursos naturais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Considerando que a condução de visitantes é importante no ordenamento da visitação, é fundamental na gestão do uso público e no desenvolvimento da economia local. Em se tratando da atuação dos condutores de visitantes, Canto-Silva e Silva (2017, p. 382):

> Importante conclusão a ser retirada deste trabalho é o papel protagonista dos condutores locais na condução de visitantes nos Parques brasileiros. Isto fica muito evidente a partir dos dados analisados, corroborando as tendências nesse sentido observadas nos últimos anos e refletindo as iniciativas em prol de um turismo ecológico, baseado na inclusão das comunidades do entorno dessas áreas protegidas. Conclui-se, também, que a relação administrativa dos condutores de visitantes com os Parques ainda não é adequada em todas as unidades estudadas, necessitando a implementação de instrumentos legais que melhor ordenem a atuação desses profissionais. Por outro lado, a organização dos condutores de visitantes em associações, cooperativas e outros coletivos é uma realidade, embora ainda não predomine como forma de atuação nos Parques estudados.

Mais do que isso, a relação UCs, condutores de ecoturismo e governança do turismo não é algo utópico, é uma situação econômica real, vivenciada na prática principalmente quem opera serviços em destinos turísticos. Muito embora a maioria das UCs não tenha tanta relevância quanto a visitação devido à vários fatores como distância, falta de acesso e tudo mais, há aquelas UCs que tem enorme projeção de visitação a qual envolve todos esses conflitos ambientais estruturais que se discute ao longo do presente texto.

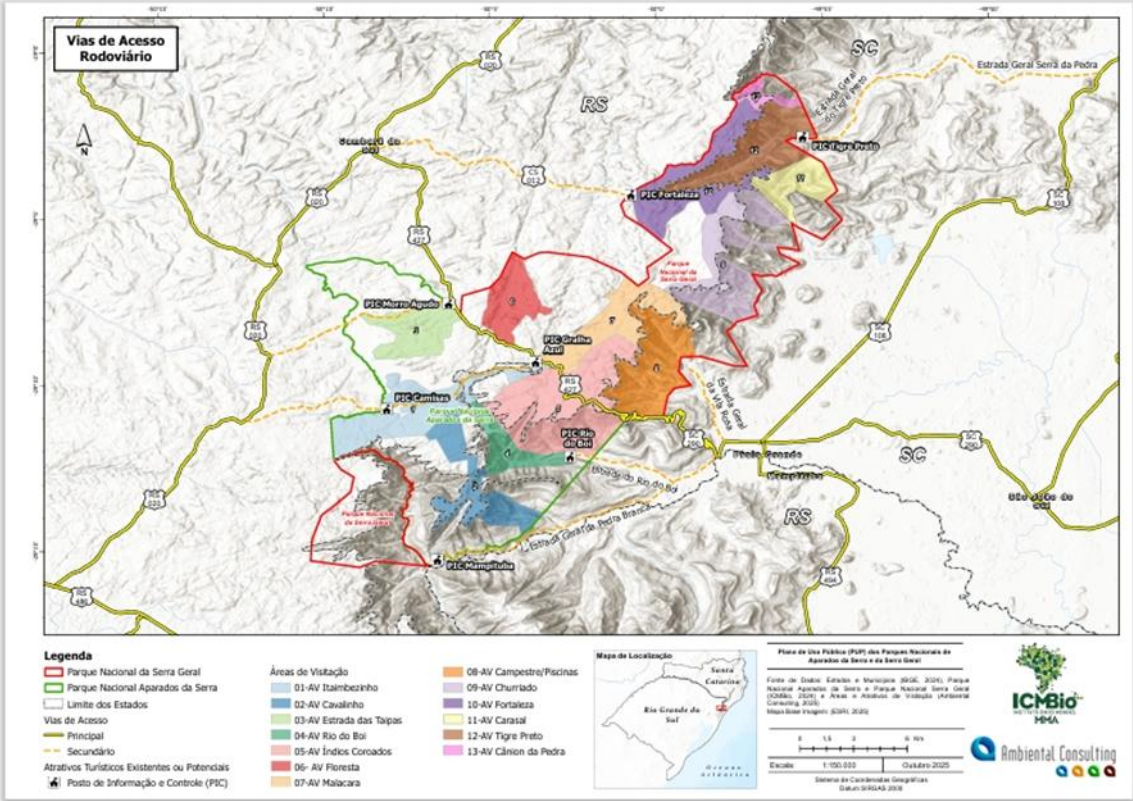
As forças institucionais, empresariais devem tratar os temas não individualmente, mas em conjunto, transdisciplinar, sentarem na mesa de discussão, ouvirem as necessidades de ambas as partes no seu direito democrático de mais do que colocar pontos de vistas diferentes sobre determinado assunto, mas pensar na coletividade, no melhor para a região.

O destino turístico que tem UCs bem estabelecidas, conhecidas e divulgadas, que entram na tomada de decisão dos visitantes de usufruírem dos atrativos abertos à visitação, esperam o mínimo de organização por parte das autoridades local, estadual e

federal. O cidadão, no papel de turista, depois de ter planejado uma viagem entende que espera do destino turístico aquilo que o próprio destino turístico divulgou.

Em 2025, ocorreu a revisão do plano de manejo, onde definiu-se as áreas para o Uso Público dos Parques, conforme apresentado na Figura 10 com o Mapa do Plano de Uso Público (PUP) dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (ICMBio, 2025).

Figura 10 - Mapa do Plano de Uso Público dos PNAS e PNSG.



Mapa: ICMBio (2025).

O Plano de Uso do Público nos PNAS e PNSG significa um marco muito importante para a APCE, em especial no tocante às oportunidades de novas trilhas ali elencadas. Trouxe expectativas positivas para os condutores, uma vez que com mais trilhas disponíveis nos dois parques chama a atenção daqueles visitantes que esperam há bastante tempo em desbravar novas paisagens e conhecer novos cânions.

A Lei do SNUC conceitua o plano de manejo como: “o documento técnico estratégico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação e os usos permitidos em cada zona” (Brasil, 2000). Conforme a autarquia, o plano de manejo descreve a relevância da UC ao identificar o seu propósito, significância e os recursos e valores fundamentais (RVF), fornece subsídios para interpretação e educação ambiental, bem como avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC e identifica seus atos legais e atos administrativos existentes.

O presente trabalho alinha-se nesse sentido, colocar o condutor de visitante como um protagonista a qual fortes embates políticos, sociais, econômicos e culturais ocorrem dentro de uma esfera ambiental. E dessa forma, o trabalho se estabelece a partir da seguinte pergunta: Em que medida o condutor de visitantes nas trilhas dos PNAS e PNSG representado pela APCE tem contribuído para o desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC? É uma curiosidade bem interessante e complexa a se entender, a qual vai demandar um intenso estudo.

Em relação ao estudo teórico desenvolvido até este ponto da pesquisa, coloca-se à disposição o artigo científico[5] de cunho teórico que coloca o condutor de visitantes como agente da interpretação ambiental, mas traz em síntese informações como associação de ecoturismo, parques nacionais, unidades de conservação e desenvolvimento sustentável do turismo.

3 METODOLOGIA

Pretende-se demonstrar a metodologia aplicável a este projeto de pesquisa. Alguns tópicos para tanto foram essenciais para o desenvolvimento da presente pesquisa como: a revisão da literatura; o tipo de pesquisa; universo de pesquisa e seu objeto;

[5] ROSA, Tarcísio Roldão et al. Condutores de visitantes do município de Praia Grande/SC: os intérpretes ambientais dos cânions. Revista Territorium Terram, v. 8, n. esp. 1, p. 135-159, 2025.

apresentação dos objetivos através das estratégias; demonstrar em etapas e em detalhes, ou seja, como foi possível desenvolver o projeto de pesquisa.

Pode-se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que teve como objetivo proporcionar respostas aos problemas que foram propostos (Gil, 1996). Neste sentido, a pesquisa partiu de uma necessidade, ou seja, precisou-se conhecer ou esclarecer algo que não se sabia o suficiente, assim, busca-se respostas, desta forma a pesquisa científica mostrou-se como um caminho para estas indagações. Quanto ao problema a pesquisa buscou-se saber: **Em que medida o condutor de visitantes nas trilhas dos PNAS e PNSG representado pela APCE tem contribuído para o desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC?**

A presente pesquisa teve uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Preocupou-se com um nível de realidade que não pôde ser quantificado, assim, trabalhou-se com universo mais amplo como de significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não puderam ser reduzidos à operacionalização das variáveis (Minayo, 1998). A pesquisa se realizou fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem que se construiu num ritmo próprio e particular denominado de ritmo de pesquisa (Op. cit.).

O tipo de pesquisa foi exploratória, proporcionou maior familiaridade com o problema, tornou-o mais explícito, com vistas também a construção de hipóteses, seguiu-se uma linha de aprimoramento de ideias, com planejamento flexível, considerando aspectos variados relativos aos fatos estudados, pois como discorre Gil (1996, p. 45): “Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) Levantamento bibliográfico; b) Entrevistas com as pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

A presente pesquisa foi um estudo de caso, Gil (1998) “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante a outros delineamentos considerados”. Neste contexto, entendeu-se que o objeto da pesquisa em andamento foi o condutor de visitante, por consequência sua atuação em trilhas nas UCs.

O estudo de caso foi um método de pesquisa, sendo mais difundida na pesquisa exploratória por sua flexibilidade, foi usada com frequência para temas complexos, para construção de hipóteses ou até mesmo na reformulação de problema, caso necessário.

A fim de cumprir com os objetivos definidos para presente pesquisa, foi direcionado algumas estratégias de pesquisa as quais permitiu alcançar os resultados esperados. Essa trajetória pode ser entendida, de forma resumida, pelas seguintes etapas:

Na primeira etapa inseriu-se a pesquisa bibliográfica relacionadas aos temas:

- Ao Ecoturismo no Brasil e no exterior, em Parques Nacionais, Organização do Turismo;
- As Unidades de Conservação e PARNAs Aparados da Serra e Serra Geral;
- Sobre Sociedade Civil Organizada;
- Na ação do objeto de pesquisa “condutores de visitantes”, um estudo bibliográfico básico sobre o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul e Concessionária Urbia Cânions Verdes.

Na segunda etapa inseriu-se a pesquisa exploratória nas fases pesquisa documental e com entrevista semiestruturada, seguindo os passos da elaboração do tratamento do material recolhido em campo, a) ordenação; b) classificação; e, c) análise propriamente dita.

- Pesquisa documental (Atas, ofícios, memorando, normativas oficiais do ICMBio, etc.) nos arquivos da APCE (de 1997 a 2008) e em arquivos eletrônicos (Atas, ofícios, memorando, normativas oficiais do ICMBio, etc.) da história da APCE.
- Aplicação de uma pesquisa semiestruturada através de entrevistas aos condutores de visitantes associados da APCE credenciados nos PNAS e PNSG, conforme perguntas disponibilizadas em anexo.

Após a definição dos procedimentos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Extremos Sul Catarinense (UNESC) para análise e orientações. O mesmo recebeu parecer favorável sob número: 80609324.2.0000.0119.

3.1 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: bibliográfica e documental, estudo de caso, entrevistas semiestruturadas.

3.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 1996). Salienta ainda que boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas. Neste caso, o suporte teórico da pesquisa foi compreendido uma busca na literatura nacional e internacional por meio de pesquisas publicadas em periódicos, livros, monografias, dissertações e teses julgadas relevantes para o estudo.

A busca em literaturas pré-existentes denomina-se de pesquisa documental ou bibliográfica, estas apesar de semelhantes carregam uma diferença, que segundo Gil (2017) está na natureza das fontes. Sendo a pesquisa bibliográfica realizada em fontes já constituídas e analisadas como livros ou artigos científicos, assim a pesquisa documental versa sobre a leitura em documentos que ainda não tiveram tratamento específico, como arquivos de fotografia, memorandos, relatórios, atas, ofícios.

Gil (1996) coloca que o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Considera-se que enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

A pesquisa bibliográfica pretendeu entender as principais teorias que envolvem a atuação dos condutores de visitantes nos PNAS e PNSG no município de Praia Grande/SC em relação à atividade de ecoturismo bem como do desenvolvimento do turismo como um todo. Temas específicos como turismo e ecoturismo, UCs e PARNAs, Sociedade Civil Organizada e Associação de condutores (APCE), Geoparque e Concessão de serviços em UCs, desenvolvimento turístico e legislação municipal, são conteúdos bibliográficos que ajudam a entender melhor a pergunta da pesquisa.

A pesquisa documental preocupou-se com a análise dos documentos disponibilizados pela APCE, como Atas de reuniões, anotações, cadernos de atendimento e informações, fichário, lista de presença, ofícios, notas, normativas oficiais do ICMBio.

Para a pesquisa documental utilizou-se o EcoDocs que é um *dashbord* analítico interativo que transforma a pesquisa documental da tese em inteligência visual,

convertendo dados brutos em gráficos estatísticos e métricas de desempenho em tempo real. Além de organizar o acervo, o sistema revela conexões complexas entre documentos e indicadores ambientais através de uma interface de rede neural navegável, facilitando a identificação de padrões e a tomada de decisão.

Neste caso, a presente pesquisa apresenta através da pesquisa documental, a que se considera que os documentos constituem fonte rica e estável de dados (Gil, 1998). Outra vantagem está em relação ao custo baixo se comparado com outras pesquisas, exige disponibilidade de tempo do pesquisador e análise dos documentos em mãos.

Além da pesquisa bibliográfica a pesquisa documental através dos documentos da associação no primeiro momento impresso e no segundo momento em arquivos eletrônicos será fundamental para lastrear a importância ou não da associação de condutores no desenvolvimento do turismo do município de Praia Grande/SC. Foi utilizado para o auxílio na análise dos documentos o *software* EcoDocs, versão 2026.

Sá-Silva (2009, p. 2) afirma que o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. É incontestável a relevância de informações que deles pode-se extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Quadro 7 - Universo da Pesquisa.

Grupo chave	**Composição da amostra**	**Definição**
Condutores de visitantes A APCE possui 49 condutores, sendo 22 condutores entrevistados na pesquisa.	Composta por condutores credenciados ao parque e associado à APCE. Composta por condutores mais velhos credenciados associados a APCE.	Defina-se como grupo da amostra, os condutores de ecoturismo devidamente associados da APCE que residam no município.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

3.2.1 Entrevistas semiestruturadas – Técnicas de coleta de dados

A técnica de coleta de dados utilizados nesta etapa foi a entrevista semiestruturada ou não-padronizada do tipo clínica. Para Marconi e Lakatos (1996) neste tipo de técnica de coleta de dados "o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada". As autoras complementam que este tipo de técnica permite explorar mais amplamente uma questão. Esta pesquisa também se classifica como "clínica" segundo Ander-Egg (1978) *apud* Lakatos e Marconi (1996), pois pretende investigar a percepção e a atuação dos condutores de visitantes em relação ao desenvolvimento do turismo.

A população do estudo foi composta por homens e mulheres, residentes no município Catarinense de Praia Grande/SC, com idade igual ou superior a 18 anos, que sejam condutores de ecoturismo credenciados a APCE há no mínimo 04 anos, aceitarem participar do estudo e que tenham assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi delimitada aos condutores de visitantes da APCE, pois estes são credenciados nas UCs, PNAS e PNSG, por isso possuem cursos e treinamentos completos. As entrevistas ocorreram com dois grupos: o primeiro, os condutores mais velhos como associados da associação e, o segundo grupo, os condutores que entraram na APCE a partir de 2018, quando houve um movimento em prol do turismo em Praia Grande/SC, devido por um lado, o empenho pelo reconhecimento pela UNESCO o Geoparque Caminho dos Cânions do Sul (13 de abril de 2022) e, por outro, o entusiasmo de alguns políticos e representantes do trade da região para assinatura do contrato de concessão pela Urbia Cânions Verdes (12 de agosto de 2021).

Com os critérios de exclusão geral, foram considerados os entrevistados que possuíam menos de 18 anos e aqueles que não aceitarem assinar o TCLE e que não possuíam o tempo mínimo de 4 anos de associação.

Quanto a aplicação das entrevistas semiestruturadas, a definição amostral foi definida por meio da "amostragem de informantes-chave", este tipo de seleção amostral é segundo Gil (1996, p. 70) "constituída por pessoas que têm um conhecimento especial sobre um tópico e estão dispostas a compartilhá-lo". Pois, o objetivo da pesquisa para

estes grupos (condutores de visitantes) referiu-se à obtenção de informações sobre questões especializadas que dizem respeito unicamente a estes grupos.

Lima (2016) menciona que a análise das entrevistas é uma das partes mais importantes. O tipo de registro por exemplo: gravação, transcrição completa, transcrição parcial. Segundo a autora, a melhor forma é a entrevista gravada. Ouvi-la depois e transcrevê-la. Assim, tem-se a forma oral e escrita.

> As formas de análises das entrevistas vão depender do número de entrevistas coletadas na pesquisa e com quais intuitos. Por exemplo, se tenho um conjunto de pessoas que passaram por experiências comuns, minha linha de análise tende a ser uma comparação dessas experiências buscando o que é comum e o que é singular aos entrevistados (Op. cit., n. p).

Considera-se que a presente pesquisa em termos de análise de entrevista seguiu um padrão semelhante ao de Lima (Op. cit.) duas fontes de registros, oral e escrito, diante disso, tecer aspectos comum e singular decorrentes das respostas dos entrevistados.

Manzini (2008) alerta sobre a importância da transcrição da entrevista. “O momento da transcrição representa mais uma experiência para o pesquisador e se constitui numa pré-análise do material.” No caso das entrevistas semiestruturadas as entrevistas transcritas devem ser realizadas pelo próprio entrevistador. No momento da entrevista há um momento de interação com o entrevistado, no momento da transcrição isso já não é possível, neste caso o entrevistador se coloca no papel de interpretador de dados. Em todas as fases desde a elaboração das perguntas, a entrevista e a transcrição o investigador deve se ater ao objetivo da pesquisa.

Para os grupos entrevistados foi elaborado um formulário específico, houve inicialmente um item que busca traçar o perfil socioeconômico do entrevistado, este contém perguntas como idade, sexo, grau de escolaridade, estado civil entre outros.

As perguntas semiestruturadas buscam traçar a compreensão dos dois grupos de condutores de visitantes quanto a visão destes em relação ao tema da pesquisa: **Atuação de condutores de visitantes no município de praia grande/SC: estudo de caso da associação praiagrandense de condutores para ecoturismo – APCE.**

3.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

O município de Praia Grande está localizado na microrregião do extremo sul do estado de Santa Catarina, região turística conhecida como “Caminho dos Canyons” (Brasil, 2022). A área do município fica no sopé de escarpa da Serra Geral, divisa com o estado do Rio Grande do Sul, onde se encontram os cânions dos PNAS e PNSG. Na planície, a divisa dos estados acompanha o rio Mampituba.

O município de Praia Grande faz divisa com os municípios de São João do Sul (SC) a leste, Jacinto Machado (SC) a nordeste, Mampituba e Três Forquilhas (RS) ao sul, Cambará do Sul (RS) ao norte e a oeste e São Francisco de Paula (RS) ao sudoeste.

A capital de Santa Catarina é Florianópolis e o nome gentílico é catarinense ou barriga-verde. Conforme o censo de 2022, Praia Grande/SC, possui:

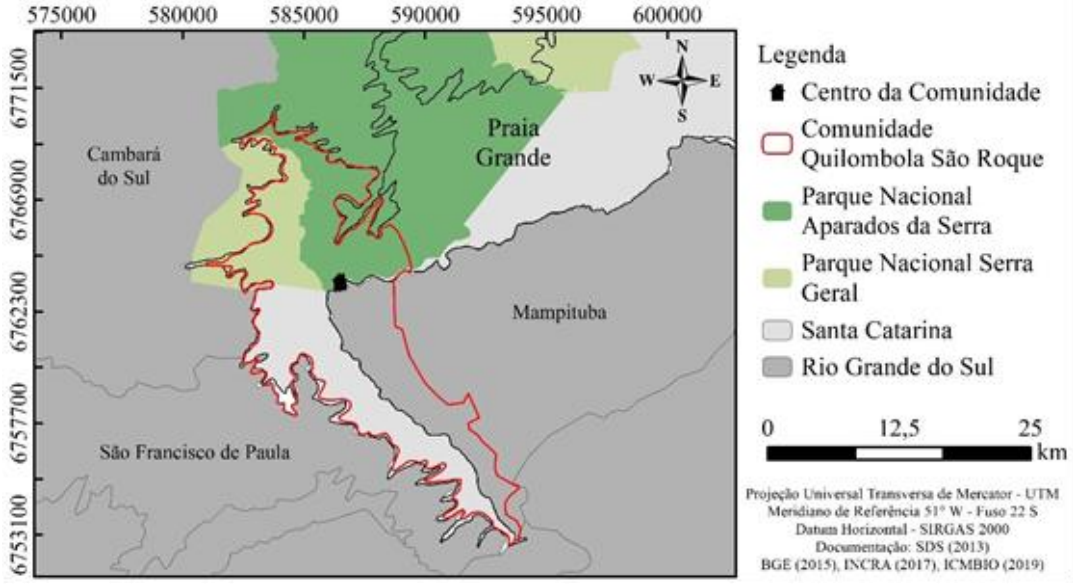
Quadro 8 - Caracterização socioeconômica do município de Praia Grande/SC.

Área Territorial	284, 360 km² (2022)
População Residente	8.270 pessoas (2022)
Densidade Demográfica	29,08 hab/km² (2022)
Escolarização de 06 a 14 anos	99% (2010)
IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,718 (2010)
Mortalidade Infantil	18,87 óbitos por mil nascidos vivos (2020)
Receitas Realizadas	R$ 23.340,64 x mil (2017)
PIB (Produto Interno Bruto) per capta	R$ 30.559,62 (Censo, 2022)

Fonte: IBGE (2017; 2022).

A figura a seguir destaca o município de Praia Grande/SC, os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, a Comunidade Quilombola São Roque e a divisa com o estado gaúcho.

Figura 11 - Localização de Praia Grande (SC).



Fonte: Santos (2024).

O território também está próximo do mar, a apenas 39 km do município de Torres (RS), localizado no litoral norte gaúcho. Na planície, mais especificamente no centro da cidade, possui 45 metros acima do nível do mar e alguns pontos podem chegar a mil metros de altitude. O clima é mesotérmico úmido sem estação seca, de verões quentes e temperatura média anual de 19,1ºC. A média de precipitação pluviométrica anual situa-se entre 1.500 a 1.900 mm (Prefeitura de Praia Grande, 2021).

A área da unidade territorial é 284,360 km^2 com uma população de 8.270 habitantes, de acordo com o último censo realizado no ano de 2022. A economia é baseada na agricultura com cultivo de arroz, banana, fumo, maracujá, eucaliptos e outras culturas de subsistência, bem como pecuária e o turismo (IBGE, 2017).

3.3.1 Aspectos vinculados à ocupação do município de Praia Grande/SC

De acordo com Campos et al. (2013) encontram-se vestígios nos mais diversos ambientes geográficos relacionados a grupos humanos pré-históricos em que se nota o uso e o manejo dos recursos naturais que fazem parte do cotidiano desses grupos. A formação cultural brasileira passa pela identificação desses vestígios materiais e paisagísticos deixados por grupos indígenas pré-coloniais e coloniais. A partir do período

colonial já se estabelecia a transferência de conhecimento cultural do indígena para os europeus aqui instalados, como construção de canoas e cestos, manipulação dos alimentos, conhecimento de flora e fauna, entre tantas outras técnicas.

Por volta de 13.000 A.P. (Antes do Presente) deu-se início a ocupação do território brasileiro por grupos humanos, no sul do Brasil é possível constatar a presença de diversos grupos como os coletores-caçadores, pescadores-coletores e pré-ceramistas. Em Santa Catarina o povoamento mais antigo é associado a grupos coletores-caçadores aproximadamente a 8.000 A.P. instalando-se nas matas da encosta do planalto e a oeste nas matas do Alto Uruguai.

No segundo momento, grupos coletores-caçadores se instalaram próximo ao mar e as lagoas costeiras a aproximadamente 6.000 anos A.P., originando-se os sambaquis, resultado principalmente do uso dos recursos aquáticos. Os sambaquis são acumulados de conchas de moluscos e restos da fauna, além disso, nesses locais eram enterrados seus mortos. Num terceiro momento, por volta de 1.000 A.P., têm-se os grupos ceramistas, referem-se a grupos humanos que utilizavam a caça, a coleta e a horticultura para conseguir alimentos. Num quarto momento, encontram-se os grupos Guarani, cerca de 1.000 A.P., ocupavam a planície arenosa entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, no sul de Santa Catarina. De modo geral, todos esses grupos indígenas do extremo sul catarinense são extremamente importantes para o cenário arqueológico meridional.

A região da pesquisa, conforme trabalho de Cezaro, Campos e Santos (2016), tem território ocupado por grupos humanos pertencentes ao tronco linguístico Jê ou proto-Jê, a área conhecida como os aparados do planalto meridional, região historicamente ocupados por Jê-meridionais, conhecidos e denominados como Laklãnõ-Xokleng e Kaigang. É relevante salientar a influência desses grupos nos cânions, nas encostas e no planalto como bem conhecida e registrada no período colonial por viajantes e cronistas. A mudança climática proporcionou a escolha do território, clima subtropical, como a presença da floresta de araucária e esse tipo de ecossistema favoreceu a habitação do grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Jê.

Conforme explicam os autores (Op. cit.) os indígenas Laklãnõ-Xokleng dominaram o território, planalto, bordas de planalto, escarpas, vales encaixados, desde as florestas que cobriam as encostas das montanhas até os vales e as extremidades do

planalto sul do Brasil. Nesse território é que supriam suas necessidades básicas alimentares e captação de matérias-primas. Esses indígenas eram nômades e dependiam da caça e da coleta, em grupos entre 50 a 300 indivíduos percorriam enorme território.

De acordo com Campos e Miziesck (2022) no início do século XX, com o advento da imigração europeia, estes povos originários tiveram seus espaços reduzidos, os conflitos se tornaram cada vez mais acirrados, surgindo inúmeras cenas de extermínio, segregação e escravidão. Nessa época popularizou-se a figura do bugreiro: mateiros e caçadores contratados para executar, expulsar e escravizar indígenas. Atualmente, não há registros dos Laklãnõ-Xokleng contemporâneos na região, entretanto, no alto vale do Itajaí, nas cidades de Doutor Pedrinho, Vitor Meireles, José Boiteux e Itaiópolis, vivem cerca de 2 mil remanescentes e descendentes destes povos na terra indígena demarcada Ibirama Laklãnõ.

O início da colonização em Praia Grande deu-se por volta de 1890, pelos portugueses, sendo que em 31 de dezembro de 1943 foi criado o Distrito de Praia Grande que passou a categoria de Vila. A emancipação política veio através da Lei nº 348 de 21 de junho de 1958. A instalação do município deu-se em 19 de julho de 1958. Por volta de 1916 a 1917, chegaram os primeiros fundadores de Praia Grande. Estas famílias que aqui chegaram, procuravam de uma forma ou de outra servir os moradores e as comunidades vizinhas. Como não havia hospitais e farmácias adequadas, as pessoas procuravam os curandeiros e benzedeiras (Prefeitura de Praia Grande, SC).

Conforme Peluso (1991, p. 263):

> A colonização do Sul catarinense foi obra dos últimos decênios do século XIX. Em 1876 foi criada a primeira comissão, que no ano seguinte iniciou os trabalhos do núcleo Azambuja, o qual em abril de 1877 recebia os primeiros imigrantes italianos. Depois do rio Pedras Grandes, onde se localiza Azambuja, os trabalhos passaram para os rios Urussanga, Sangão, Braço do Norte, Capivari. Quatro comissões se sucederam, segundo Jacinto de Matos, e seus trabalhos se estenderam à bacia do rio Araranguá. Por todo o Sul catarinense os imigrantes italianos prevaleceram, com exceção da vertente norte do rio Tubarão, em que os imigrantes alemães e, principalmente, antigos colonos de Teresópolis, predominaram.

Em 1917, houve um grande movimento em prol de colonizar esta região chamada de Praia Grande/SC, nesta “zona por estar próximo à serra”, Ronsani (1999, p. 77). O principal comércio do caminho entre o litoral e a serra passava por Timbopeba,

Três Irmãos e “Molha Coco”, hoje comunidade de Vila Rosa, à qual era o ponto mais próximo da Serra. No início do século XX, já havia várias ligações entre as serras da Pedra Branca, Cavalinho, Faxinalzinho, Faxinal e Molha Coco. Conforme foto abaixo, consegue-se ter uma noção da formação sociocultural do município.

Figura 12 - Formação sociocultural do Município de Praia Grande/SC.



Fonte: Prefeitura de Praia Grande/SC (sd).

A antiga comunidade de Molha Coco teve uma rica história cultural, “entre 1915 e 1920, passavam pelo local os tropeiros vindos da serra e do litoral. Era a trilha do gado” (Silva, 1988, p. 49). Nesta parada dos tropeiros era um forte ponto de comércio onde existiam dezoito casas comerciais em três quilômetros. Muitas pessoas vindas da serra resolveram se estabelecer neste local, trazendo para a vila heranças culturais gaúchas entre outras. Como destaca a autora, este movimento comercial perdurou até a abertura da Serra do Faxinal na década de 80’. O comércio decaiu, e as pessoas começaram a se dedicar mais à agricultura.

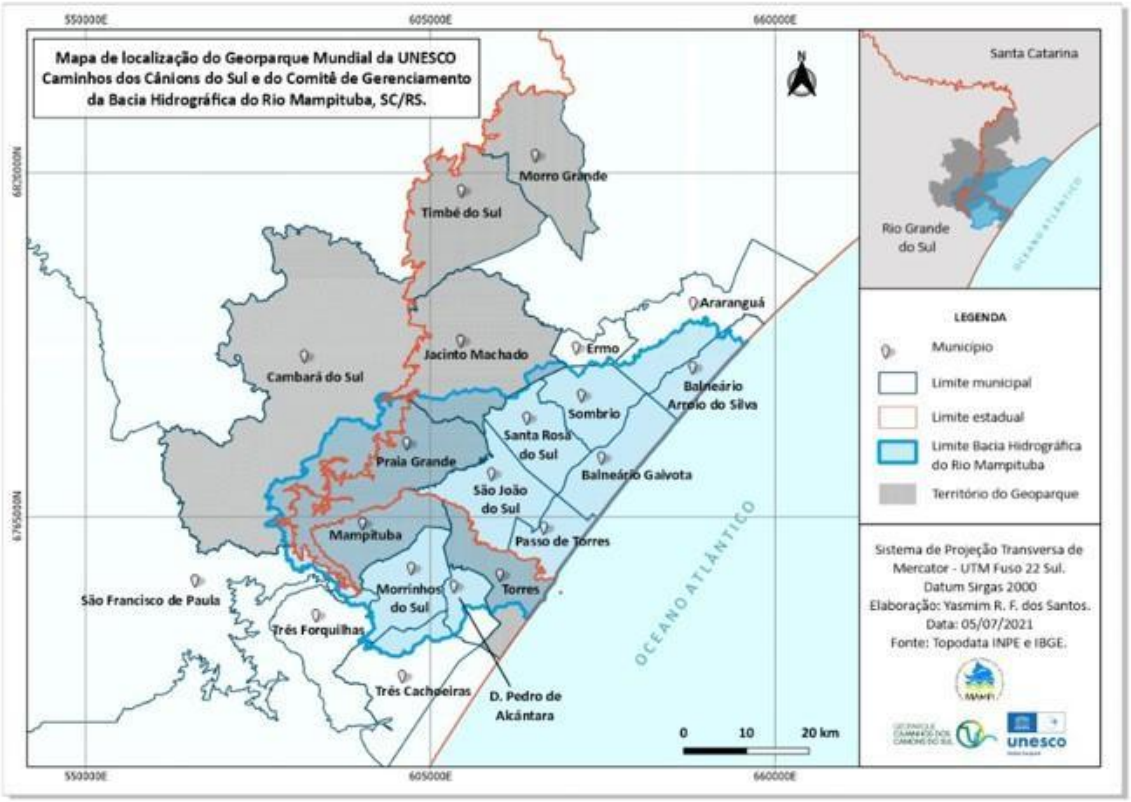
Atualmente, o município de Praia Grande/SC na agricultura produz: Arroz, banana, maracujá, feijão, fumo, mandioca, milho etc.; no turismo é destaque em: Ecoturismo e Turismo de Aventura na Cidade dos Canyons. Trilhas Canyons Malacara (Poço do Malacara), Índios Coroados, Faxinalzinho, Itaimbezinho (Rio do Boi), voo de

balão, canionismo, quadriciclo, boia-cross e passeios a cavalo; na indústria: Comércio e serviços. Indústria e comércio de plástico. Atacadista de móveis. Companhia elétrica. Metalúrgica – loja de fogões. Movelaria. Comércio de alimentos etc. de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022).

É importante mostrar a bacia hidrográfica que está inserida na atividade de condução de visitantes (Back, 2014). A partir do município de Praia Grande/SC pode-se compreender o cenário deste estudo, o que está no município e ao entorno dele em termos de território voltado ao turismo e suas especificidades.

Conforme figura 9 abaixo, é necessário a compreensão dos limites da Bacia Hidrográfica do Mampituba (BHC), pois esta está em dois estados, sendo eles Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é uma bacia hidrográfica interestadual. O mapa também traz o limite entre estes estados, incluindo o limite territorial do Geoparque.

Figura 13 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, SC/RS.



Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba (2021).

Em termos de condições turísticas incrustadas em ambientes montanhosos cuja bacia hidrográfica já deu inúmeros exemplos de periculosidade (Mazzali, 2019; Refatti, 2021; Szymanski; Vasconcellos; Kobiyama; Coreuil, 2022; Frank, 2022; Pereira, 2022; Nonnemacher, 2019). Eles trazem importantíssimas informações sobre os aspectos de enchentes e inundações decorrentes de três cânions em Praia Grande/SC, são: cânion Índios Coroados, cânion Molha Coco e cânion Malacara. Aborda informações de formação dos cânions, erosão, força d'água, formação do leque aluvial, e o nível de risco que a cidade de Praia Grande e, principalmente comunidades como Vila Rosa, Pé da Serra e Alvorada sofrem em decorrência do transbordamento das calhas dos rios Molha Coco e Malacara. Estes estudos colaboram com o conhecimento dos condutores de visitantes uma vez que a trilha das Piscinas do Malacara são super conhecidas e muito procuradas por turistas tanto para banhos refrescantes quanto para apreciação da paisagem e ajudam a conhecer a dinâmica do cânion, e assim, prevenir acidentes e incidentes.

A bacia do Rio do Boi, região sul do Brasil, é muito relevante para os condutores de visitantes, visto que é o principal local de trabalho dos condutores no interior do cânion Itaimbezinho, PNAS. A trilha a qual os condutores de visitantes devem ser credenciados e treinados para operar neste cânion, uma vez que a vazão d'água é altíssima e a correnteza é muito forte.

Nos últimos anos, devido aos perigos ocasionados pelas enchentes corriqueiras, a defesa civil tem atuado com mais frequência no município. O monitoramento das condições climáticas, bem como o desassoreamento de todos os principais rios do município tem sido feito no sentido de conter os prejuízos e, consequentemente, evitar a perda de vidas humanas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

> A atuação da Associação nas trilhas do PNAS, e seu entorno, foi consolidando na região uma nova possibilidade de emprego e renda para moradores locais, gerando, também, uma nova demanda de pessoas interessadas em cursos das áreas afins (Fernanda Niedermeier, Presidente da APCE, 15 de julho de 1999).

4.1 ANÁLISE DAS ATAS E OFÍCIOS

Como comentado anteriormente, a APCE presta serviços de ecoturismo desde 1997 no PNAS e no PNSG. A história da associação perpassa diversos momentos e se entrelaça com a história do município, dos PARNAS e mais recentemente com outros pontos importantes que determinaram os rumos do turismo e dos profissionais ligados a este setor. O município de Praia Grande foi fundado em 19 de julho de 1958. A Fundação da APCE foi em dezembro de 1997, ou seja, mais de um terço da emancipação política do município a APCE vem contribuindo com o seu desenvolvimento econômico, social, histórico e ambiental.

Neste tópico foram analisados por meio das atas, ofícios e outros documentos da associação de condutores marcos documentais importantes que vinham delineando a história do município, mas que passaram a delinear a trajetória dos condutores de visitantes como os termos de parceria e planejamento estratégico de turismo entre a universidade comunitária UNESC, a autarquia federal IBAMA e o município de Praia Grande/SC e nesse combo entra a associação APCE para dar início ao turismo em Praia Grande/SC.

Foram elaborados dezesseis indicadores sobre a relação dos condutores locais com o desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC. Estes indicadores são nada mais do que as perguntas das entrevistas realizadas com condutores mais antigos e com os condutores novos. Porém as perguntas foram sintetizadas em indicadores. Foram 85 documentos selecionados que estivessem relacionados em pequena ou grande escala em termos de conteúdo, assuntos e pautas que mais reverberavam no cotidiano da associação.

Abaixo, segue um quadro resumido a qual de um lado estão os indicadores abrangentes da atuação dos condutores e do outro lado estão algumas das atividades que possibilitaram o envolvimento da APCE no desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC, mas como consequência mostra ações de pioneirismo que trazem à tona os conceitos que dão origem à associação.

Quadro 9 - Quadro Pesquisa Documental - Indicadores conceituais.[6]

INDICADORES DE ATUAÇÃO DOS CONDUTORES DE ECOTURISMO	**ABRANGÊNCIA CONCEITUAL**
1.O trabalho do condutor de visitantes nos Parques;	a.Fundação da APCE, (1997). b.Discussão e aprovação do estatuto e a eleição da diretoria, (1998). c.Convênio de Cooperação Técnica com o PNAS, (1999). d. A APCE passa a ter uma sede própria cedida pela prefeitura, (2001). e. Fechamento da sede da APCE e inauguração do CAT – Centro de Atendimento ao Turista, (2009). f.Nova sede da APCE com o Projeto Escola Aberta dos Cânions, Vila Rosa, (2010). g.Desafios e Funcionamento das trilhas com restrições/Covid 19, (2021).
2.Conhecimento de aspectos bióticos e abióticos pelos condutores;	Ecologia e Conservação do Puma Concolor no PNAS, (1998)
3.Conhecimento histórico - sociocultural do PNAS e PNSG pelos condutores;	Abertura do PNAS no dia 28 de maio de 1998.
4.Participação nas atividades de Educação Ambiental nas escolas da região;	a.Projeto de Educação Ambiental no PNAS “Conhecendo a vida Selvagem”. b. O Projeto de Educação Ambiental “FILHOS DA TERRA”. c. Projeto - Educação Ambiental: Da sala de aula às trilhas ao ar livre, uma parceria entre a APCE e a CRESOL, (2023).
5.Importância do credenciamento/autorização para condução de visitantes nas trilhas;	a.Curso: Condutor de visitantes, (1997). Disciplina: Técnicas de Excursionismo. b.Curso de 1º Socorros a cada 02 anos. c. Curso de Condutores de visitantes – obrigatório e contínuo.
6.Valorização da atuação dos condutores autorizados pela gestão dos Parques;	a.Plano Emergencial do PNAS e desenvolvimento do Ecoturismo. b. Participação da APCE na oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo dos PNAS-PNSG.

[6]Resumo do quadro completo (Apêndice - III).

7.Valorização da atuação dos condutores autorizados pela prefeitura municipal;	a.Parceria da prefeitura municipal com o IBAMA através do credenciamento dos condutores locais e as empresas que operam o Ecoturismo. b. Agradecimento ao apoio da associação pelo brilhante trabalho que a mesma vem realizando em prol do desenvolvimento turístico de Praia Grande.
8.Preparação do condutor local para receber turistas diversos;	a.Instruções para o curso de ervas medicinais da Mata Atlântica, (2002). b. Participação da APCE no Consea - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. c.I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária de SC, (2004). d. Seminário: "Políticas para o Desenvolvimento Sustentável". e. Seminário "Agravos a Saúde Humana Causados por Agrotóxicos", (2005). f. Curso de Sensibilização Ambiental, (2007). g.Uma palestra sobre o Sistema de Inspeção Municipal, (2007). h.Curso sobre Bioconstrução/ACEVAM. i. Oficina sobre Planejamento Turístico. j. Participação no GRUPAS - Grupo de Prevenção Aparados da Serra, (2009).
9.O condutor de visitantes como um elo entre o turista e a comunidade local;	a.APCE fez um trabalho de divulgação do município de Praia Grande, como também divulgou os PNAS e PNSG, no Hall de entrada da UNESC. b. Projeto: PRIMAVERA E PAZ UNESC 2002, com a Mostra Fotográfica da Região dos Canyons. c. Projeto PDA Mata Atlântica – APCE/ACEVAM. d. Participação na Rede Ecovida da Agroecologia. d.Participação no I Seminário: Educação e Meio Ambiente. e.Agradecimentos ao trabalho prestado durante o passeio no Canyon Itaimbezinho oferecido à comunidade, em virtude da comemoração dos 50 anos de Emancipação Política de Praia Grande, (2008).
10.O condutor local como ferramenta de conservação e da regeneração da biodiversidade;	a.Seminário Municipal de Turismo: Diretrizes para o Desenvolvimento Turístico Municipal Sustentável. b.Elaboração e execução da I Feira de Turismo no CEB Bulcão Viana, (2003).
11.Importância e benefícios da associação local APCE para os condutores;	a.Declaro para os devidos fins que a APCE realiza um importante trabalho na ligação da comunidade de Praia Grande com os PNAS e PNSG, contribuindo de forma objetiva para o desenvolvimento turístico do município e na conscientização da preservação das UCs, (2002). b. A APCE cria o SGS para a Trilha do Rio do Boi tendo como instrutor Luca, (2021)

12.Conhecimento dos condutores locais no tema geoparque nas trilhas;	a.Início do Projeto Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. Prefeito: João José de Matos, (2007). b.Curso de Capacitação - Aspectos da geologia e geomorfologia do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, (2013). c.Publicação do artigo "Considerações sobre a proposta de planejamento regional no extremo sul de Santa Catarina: Projeto geoparque caminhos dos cânions do sul", (2015). d.Chancela pela UNESCO do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, (2022).
13.Relação profissional dos condutores locais com a Urbia Cânions Verdes e com a cobrança de ingressos;	a.Em reunião foi comentado sobre a "concessão" dos PARNAS e salientado da necessidade de a APCE estar bem informada em relação a esse assunto, (2011). b. Apresentação da Associação e propostas de parceria com a empresa Urbia Cânions Verdes, (2021).
14.Relação/parcerias dos condutores com a Comunidade Quilombola São Roque;	a.Organização da APCE do 2º Encontro Sul Catarinense de Escalada e Montanhismo, na comunidade de Pedra Branca, (2009).
15.Integração dos condutores nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC;	a.Criação do COMTUR de Praia Grande/SC, (1998). b. Implantação do sistema de controle de entrada na Trilha das Piscinas do Malacara, (2023).
16.Visão do condutor local sobre o desenvolvimento do ecoturismo e turismo em Praia Grande/SC.	a.A APCE passa a fazer parte do Conselho Consultivo do PNAS (2002). b.Reunião com a equipe do Departamento de Geociências da UFSC. c.A APCE deixa de ser uma operadora e cada condutor torna-se uma operadora de suas atividades de condução de visitantes, (2010). d.O Poder Legislativo do Município de Praia Grande – SC, com aprovação unânime dos Vereadores, confere Moção de Aplauso para a APCE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Praiagrandense. e. Adesão da APCE aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.1.1 Análise documental Relatório Analítico EcoDocs

Para entender os gráficos a seguir é importante mencionar que o EcoDocs é um *dashbord* analítico interativo que transforma a pesquisa documental da tese em inteligência visual, convertendo dados brutos em gráficos estatísticos e métricas de desempenho em tempo real. Além de organizar o acervo, o sistema revela conexões

complexas entre documentos e indicadores ambientais através de uma interface de rede neural navegável, facilitando a identificação de padrões e a tomada de decisão.

Conforme o Relatório Analítico EcoDocs, o resumo de dados se deu em: 85 Indicadores Selecionados: 16. O indicador número 01 que trata do trabalho do condutor de visitantes nos PNAS e PNSG apresentou o maior número de documentos.

A frequência por indicador através deste gráfico compara a quantidade de documentos encontrados para o indicador selecionado. Barras maiores mostram os indicadores sendo mais citados nos documentos pesquisados.

A figura 14 a seguir apresenta a frequência com que os indicadores aparecem. É possível ver que além do tema “Trabalho do condutor de visitantes”, representado pelo indicador 01, sendo o assunto mais prestigiado. O indicador 15, “integração dos condutores nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC”, também ganha destaque no painel. Ainda, os indicadores 02, 06 e 11 recebem um número consistente de documentos que abordam os temas respectivamente: “conhecimentos dos aspectos bióticos e abióticos pelos condutores”, “valorização da atuação dos condutores nos parques” e “importância e benefícios da associação APCE para os condutores”.

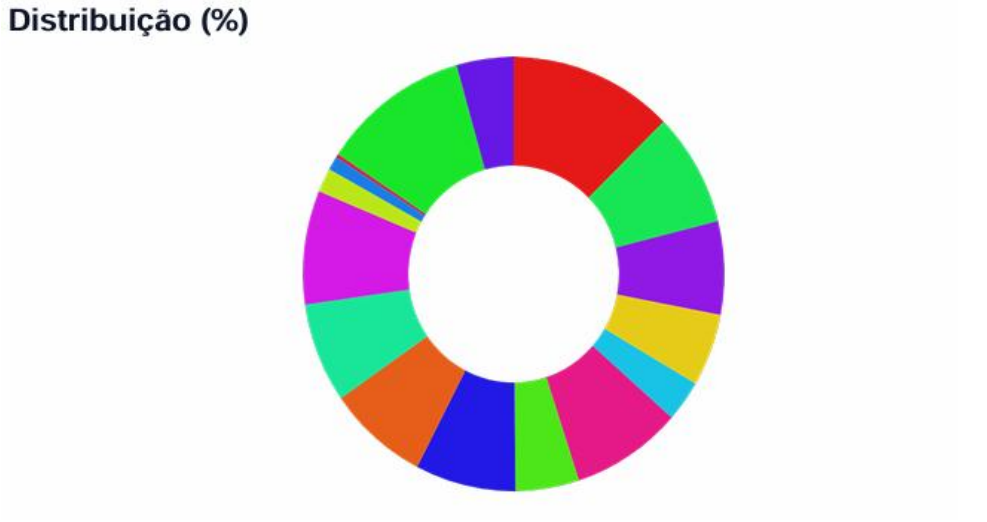
Figura 14 - Frequência por indicadores.



Fonte: Autor (2026).

A figura a seguir trata da distribuição. Representa a fatia que cada tema ocupa no total da amostra filtrada. Ideal para ver a proporção de cada assunto.

Figura 15 - Distribuição das temáticas.



Cor	Indicador	%	Qtd.
	O trabalho do condutor de visitantes nos Parques	12.6%	49
	Conhecimento de aspectos bióticos e abióticos pelos condutores	8.5%	33
	Conhecimento histórico - sociocultural do PNAS e PNSG pelos condutores	6.9%	27
	Participação nas atividades de Educação Ambiental nas escolas da região	5.4%	21
	Importância do credenciamento/autorização para condução de visitantes nas trilhas	3.1%	12
	Valorização da atuação e/ou papel dos condutores autorizados pela gestão dos Parques	8.5%	33
	Valorização da atuação e/ou papel dos condutores autorizados pela prefeitura municipal	4.9%	19
	Preparação do condutor local para receber turistas diversos	7.7%	30
	O condutor de visitantes como um elo entre o turista e a comunidade local	7.7%	30
	O condutor local como ferramenta de conservação para a regeneração da biodiversidade	7.5%	29
	Importância e benefícios da associação local APCE para os condutores	8.5%	33
	Conhecimento dos condutores locais no tema geoparque nas trilhas	1.8%	7
	Relação profissional dos condutores locais com a Urbia Cânions Verdes e com a cobrança de ingressos	1.0%	4
	Relação/parcerias dos condutores com a Comunidade Quilombola São Roque	0.3%	1
	Integração dos condutores nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC	11.3%	44
	Visão do condutor local sobre o desenvolvimento do ecoturismo e turismo em Praia Grande/SC	4.4%	17

Fonte: Autor (2026).

Conforme a figura 16, 12,6%, (49 docs.) tratam do assunto “trabalho do condutor de visitantes; em segundo lugar, 11,3% (44 docs.) tratam da “integração dos condutores de visitantes nas estratégias de governança no turismo”. Com distribuição de 8,5% (33 docs.), tratam de três pontos relevantes: “conhecimento dos aspectos bióticos e abióticos”, “valorização da atuação dos condutores pela gestão dos parques” e “importância da APCE para os condutores”.

Embora o número total de documentos seja 85, quando distribuídos pelos dezesseis indicadores, os assuntos aparecem em diversos documentos como é o caso do “trabalho de condutor de visitantes”, sendo uma associação de condutores é certo que deveria ocorrer isto porque é o assunto predominante nos documentos.

Por outro lado, o indicador menos encontrado nos documentos selecionados trata da “relação/parceria dos condutores com a comunidade quilombola São Roque”. Aparece em apenas um documento. Apesar da importância do tema, é possível constatar que ao longo dos anos as trilhas eram conduzidas pelos condutores da APCE, pois os moradores locais não exerciam este trabalho. É recente o interesse dos moradores da comunidade em conduzir as trilhas da comunidade. Isso só passou a acontecer a partir dos cursos de condutores ambientais que muitos moradores da comunidade tiveram a oportunidade de fazer. Com a conquista do certificado de condutor, passaram a realizar trilhas ao entorno dos PNAS e PNSG, como a trilha da Pedra Branca.

Figura 16 - Indicadores.

Indicador	Qtd.	%
O trabalho do condutor de visitantes nos Parques	49	12.6%
Conhecimento de aspectos bióticos e abióticos pelos condutores	33	8.5%
Conhecimento histórico - sociocultural do PNAS e PNSG pelos condutores	27	6.9%
Participação nas atividades de Educação Ambiental nas escolas da região	21	5.4%
Importância do credenciamento/autorização para condução de visitantes nas trilhas	12	3.1%
Valorização da atuação e/ou papel dos condutores autorizados pela gestão dos Parques	33	8.5%
Valorização da atuação e/ou papel dos condutores autorizados pela prefeitura municipal	19	4.9%
Preparação do condutor local para receber turistas diversos	30	7.7%
O condutor de visitantes como um elo entre o turista e a comunidade local	30	7.7%
O condutor local como ferramenta de conservação para a regeneração da biodiversidade	29	7.5%
Importância e benefícios da associação local APCE para os condutores	33	8.5%
Conhecimento dos condutores locais no tema geoparque nas trilhas	7	1.8%
Relação profissional dos condutores locais com a Urbia Cânions Verdes e com a cobrança de ingressos	4	1.0%
Relação/parcerias dos condutores com a Comunidade Quilombola São Roque	1	0.3%
Integração dos condutores nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC	44	11.3%
Visão do condutor local sobre o desenvolvimento do ecoturismo e turismo em Praia Grande/SC	17	4.4%

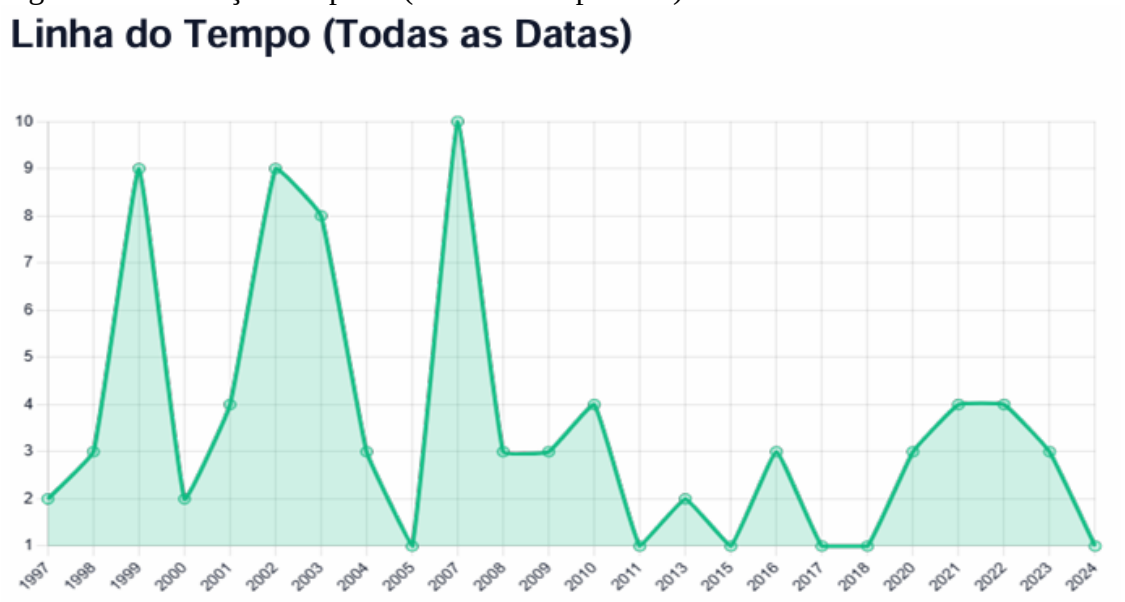
Fonte: Autor (2026).

O indicador que trata da “relação profissional dos condutores com a concessionária Urbia Cânions Verdes”, mostra apenas 04 documentos. Mas os documentos mostram o impacto negativo que a concessionária causou ao público visitante devido a cobrança de ingressos por serem considerados altos pelos padrões históricos de valor de ingresso do parque. Somado ao valor alto considerando uma visita de famílias. É negativo pois as famílias antes acostumadas aos valores acessíveis, deixaram de frequentar o parque. É negativo pela ausência se for pensar no ecoturismo e na promoção socioambiental típico dos parques nacionais. Foi negativo para os condutores de visitantes que passaram a conduzir menos grupos, por isso, acredita-se que se sentirem acuados, receosos, subordinados a uma empresa em função que a todo momento que impor sua autoridade. E como a assinatura do contrato ocorreu em 2022,

os documentos embora poucos foram bem relevantes, neles estão contidos a opinião forte de uma associação de ecoturismo consolidada.

O gráfico a seguir mostra a evolução temporal (documentos por ano) da distribuição dos documentos ao longo dos anos. Picos no gráfico indicam períodos da maior produção documental ou eventos relevantes para a pesquisa.

Figura 17 - Evolução temporal (documentos por ano).



Fonte: Autor (2026).

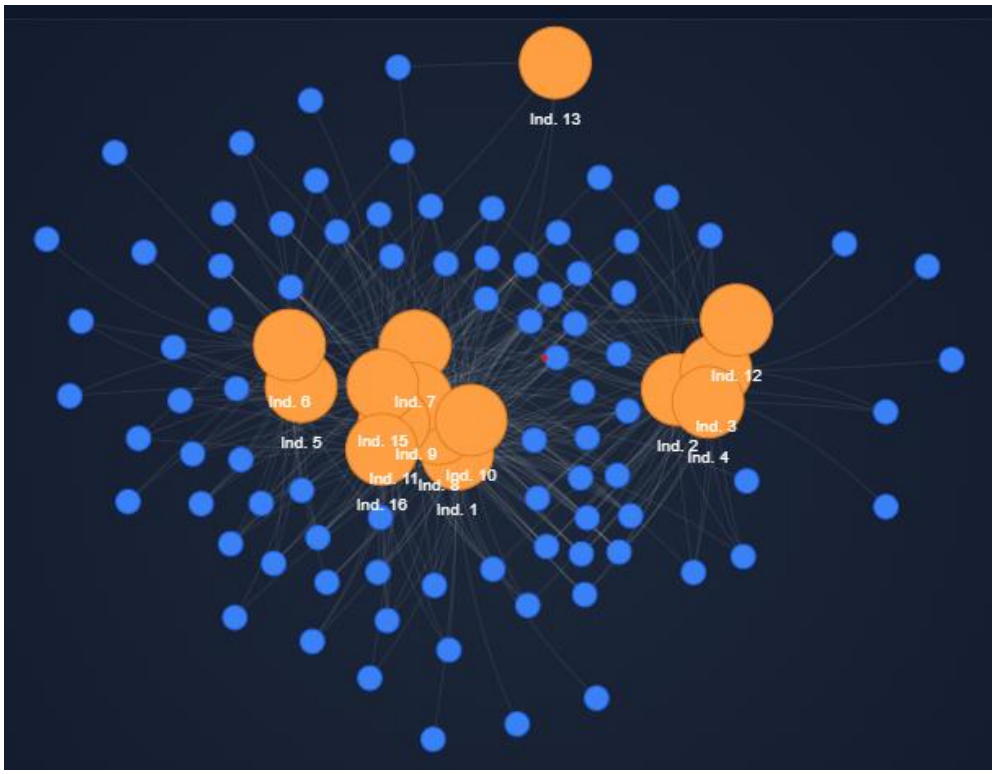
Como mostra a representação no gráfico os anos da associação desde 1997 com o seu registro no cartório de Sombrio/SC, o pico de produção de conteúdo correspondentes aos 16 indicadores equivale a 1999, 2002, 2003 e 2007. É possível acompanhar picos altos de abordagens de assuntos fundamentais para a manutenção do propósito da associação intercalado com momentos de queda total, a qual não se produziu documentos como atas ou ofícios. Alguns fatores como mudança de diretoria, turismo em baixa, eventos de desastres naturais podem ter influenciado na não produção documental que abordassem esses temas.

A partir de 2020, ocorrem muitas situações de empenho turístico em paralelo com a pandemia, como a chegada da Concessionária Urbia Cânions Verdes, o chancelamento do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, o Plano de Manejo e Uso

Público do PNAS e PNSG incentivado pelo ICMBio, são assuntos que deram um novo foco para a associação, uma vez que estes temas atravessam o cotidiano da associação e das conduções dos condutores. A APCE reorganiza-se e participa ativamente de todas as frentes relacionadas ao turismo no município de Praia Grande/SC.

Na figura 18 a seguir, observa-se um mapa de conexões que apresenta visualização interativa das relações entre documentos e indicadores.

Figura 18 - Conexão entre indicadores.



Fonte: Autor (2026).

É possível perceber que todos os documentos se conectam, tem relação entre si e os assuntos abordados por uma associação ambiental em documentos oficiais. Os indicadores sugerem que os círculos laranjas mostram os núcleos dos assuntos bem concentrados; os círculos azuis mostram a dinâmica com que os documentos se ligam entre si e os indicadores cujos temas não fogem ao objetivo da pesquisa que é analisar a atuação dos condutores de visitantes do município de Praia Grande/SC.

O círculo 14, que é o mais afastado, refere-se ao indicador “relação dos condutores com a Comunidade Quilombola São Roque”. Entende-se que embora

houvesse presença e reconhecimento das trilhas por parte dos condutores da APCE, de fato isto não teve resultados na produção em termos de documentos oficiais.

O círculo 13, que está mais afastado, refere-se ao indicador a "relação profissional dos condutores com a concessionária". Discutiu-se o tema privatização e concessão (levando em conta a confusão que se faz dos dois termos) em reuniões a partir de 2011. Via-se de certo modo até com preocupação por parte dos condutores, pois havia uma conversa nos bastidores do trade turístico que a concessão poderia ocorrer nos PNAS e PNSG, apenas não se sabia quando. De fato, isto veio a ocorrer no ano de 2022. Então, como é algo novo, recém se iniciou as produções de documentos a respeito do tema. Por isso, nesta pesquisa não foi possível trazer tantas informações vindas de documentos oficiais da APCE. Contudo, ressalta-se que os quatro documentos identificados mostram um embate férreo entre a APCE e a Concessionária, principalmente no tocante aos valores super elevados dos ingressos e a queda no número de visitantes nos PARNAS.

4.1.2 (1997 a 2004) Formação da APCE e as primeiras ações em prol do turismo

> Declaro para os devidos fins que a APCE (Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo) fundada em 1997, realiza um importante trabalho na ligação da comunidade de Praia Grande com os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, contribuindo de forma objetiva para o desenvolvimento turístico do município e na conscientização da preservação das UCs. Além disso, o grupo canaliza a atividade de condutor local como uma alternativa econômica para os jovens de Praia Grande, assumindo os princípios de uma organização coletiva e solidária, tendo a natureza como motivadora para as atividades que exercem (Secretaria do Esporte e Turismo, 2002).

Como relatado no quadro anterior, a APCE foi fundada oficialmente em dezembro de 1997, sendo registrada no cartório de Sombrio/SC. Já durante este período a APCE vinha realizando suas primeiras ações enquanto associação de condutores com sede em Praia Grande/SC.

Observa-se nos documentos que a primeira Ata encontrada é datada de 1997 e diz respeito a um Termo de Cooperação Técnica entre o IBAMA e a UNESC, visando a "Implementação do Plano Emergencial do Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e desenvolvimento do Ecoturismo". A ata foi enviada pelo IBAMA para a APCE.

Dois fatos precederam e foram decisivos para a criação da APCE. O primeiro fato, ocorre em Porto alegre, RS, no dia 24 de novembro de 1997 a qual foi acordado o Termo de Cooperação Técnica que se refere a Implementação do Plano Emergencial do Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e desenvolvimento do ecoturismo, uma parceria entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) , tendo como Superintendente do IBAMA/RS: Nelton Vieira dos Reis e como Reitor da UNESC/SC: Edson Carlos Rodrigues, com duração de 03 anos a partir da data de assinatura podendo ser renovado. O segundo fato ocorre em Cambará do Sul, RS, nos dias 13 a 23 de dezembro de 1997, em que foi designado o Relatório de Atividades, a qual foi disponibilizado o curso de Condutor de visitantes. Disciplina: Técnicas de Excursionismo. Aprovados e Reprovados no curso. Credenciamentos. Do IBAMA para os jovens pretendentes a conduzir visitantes.

Sobre o primeiro fato, a cláusula primeira – do objeto, dizia o seguinte:

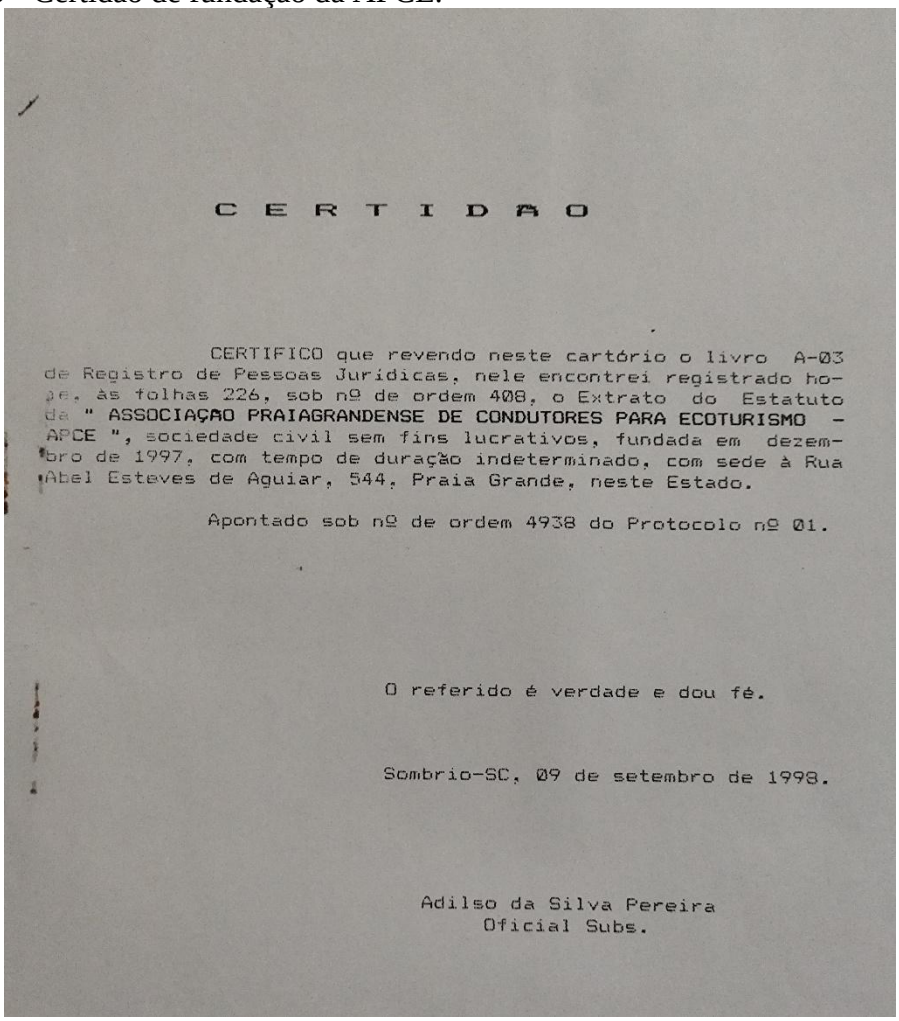
> O presente Termo de Cooperação técnica tem por objeto a realização de ações entre o IBAMA e a UNESC à implementação do Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional de Aparados da Serra, com vista a proteção da Unidade de Conservação e o desenvolvimento do ecoturismo na Unidade e seu entorno, devendo os esforços concentrar-se mais especificamente em:
> 1-Implementar ações de monitoramento às atividades de ecoturismo no Parque e seu entorno;
> 2-Alocar no Parque pessoal para serviços gerais e monitoramento no atendimento de visitantes;
> 3-Controle do acesso de visitantes ao interior do parque pelas localidades: Canyons do Itaimbezinho e Faxinalzinho;
> 4-Colaborar na elaboração do Plano Diretor e a implantação de infraestrutura turística e serviços necessário para o desenvolvimento de turismo no município de Praia Grande;
> 5-Desenvolver projetos de pesquisas e extensão no parque e no seu entorno nas temáticas relacionadas ao desenvolvimento e meio ambiente tais como: educação ambiental, ecoturismo, planejamento e gestão ambiental (IBAMA, 1997, n.p.)

Ainda, conforme citado no documento, constituem obrigações da UNESC, como exemplo: b) colaborar na elaboração do Plano Diretor voltado ao ecoturismo incentivando a instalações de hotéis, camping e demais serviços para o atendimento ao turista no município de Praia Grande; c) alocar os meios necessários para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais; d) alocar nos Postos de Informações

e Controle Rio do Boi e do Rio Mampituba, pessoal necessário para o atendimento e controle de visitantes; e) desenvolver nas áreas de entorno e interior dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral projetos/programas relativos à educação ambiental, ecoturismo, pesquisas científicas, planejamento e gestão ambiental de acordo com a legislação pertinente.

Com base nas informações colocadas acima fica evidente que a participação da UNESC em parceria estratégica foi fundamental na fundação do turismo e ecoturismo em Praia Grande/SC, no território dos PNAS e PNSG e entorno a partir de 1997.

Figura 19 - Certidão de fundação da APCE.



C E R T I D Ã O

CERTIFICO que revendo neste cartório o livro A-03 de Registro de Pessoas Jurídicas, nele encontrei registrado hoje, às folhas 226, sob nº de ordem 408, o Extrato do Estatuto da " ASSOCIAÇÃO PRAIAGRANDENSE DE CONDUTORES PARA ECOTURISMO - APCE ", sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em dezembro de 1997, com tempo de duração indeterminado, com sede à Rua Abel Esteves de Aguiar, 544, Praia Grande, neste Estado.

Apontado sob nº de ordem 4938 do Protocolo nº 01.

O referido é verdade e dou fé.

Sombrio-SC, 09 de setembro de 1998.

Adilso da Silva Pereira
Oficial Subs.

Fonte: APCE (1998).

A fundação da APCE ocorreu em dezembro de 1997, porém o estatuto foi concluído em 09 de setembro de 1998. Assim, três Atas compõem as primeiras reuniões antes da criação do estatuto da APCE e começam a ditar o tom do que se almeja para a associação. A primeira Ata conta que a reunião ocorreu em Praia Grande, SC, 11 de fevereiro de 1998, na Escola Municipal Parque Avenida (Atualmente: E. M. Alba Lucy). As pautas principais foram: Fundação da APCE, discussão e aprovação do estatuto e a eleição da diretoria. Foram considerados sócios fundadores os condutores que fizeram o "Curso de Condutores de Visitantes" promovido pelo IBAMA em Praia Grande/SC, em dezembro de 1997. Coordenação da APCE: Fernanda Niedermeier, Vice-coordenação: Fabrício M. Magaginin. Secretária geral: Maria Inês da Rocha. Tesoureiro: Lourivone P. Evaldt. A segunda Ata ocorreu em Praia Grande/SC, 09 de maio de 1998, a diretoria da associação informou aos sócios da visita ao PNAS e a reunião com o seu diretor, nesta oportunidade foi informado ao grupo da reabertura do Parque Nacional de Aparados da Serra no dia 28 de maio de 1998, também do funcionamento das trilhas do Rio do Boi, Cotovelo e Vértice. A trilha do Rio do Boi e Vértice só foram permitidas o acesso com os condutores de visitantes e credenciados. Na trilha do Cotovelo serão permitidos grupos de até 15 pessoas. Outra decisão tomada foi quanto ao uniforme da APCE, que se decidiu por uma camiseta e boné amarelos com escritos em azul. A terceira Ata ocorreu em Praia Grande/SC, 30 de agosto de 1998, afirma-se que depois de muitas averiguações com órgãos competentes definiu-se que o registro da APCE deveria ser sem fins lucrativos. Início da discussão sobre um convênio de Cooperação Técnica do PNAS e APCE. Definidas questões do Regimento Interno. Recomendação para que todos os associados providenciassem o seu Kit de Primeiros Socorros.

O ofício nº 30/99 do PNAS para a APCE com endereço de Cambará do Sul, RS, 28 de abril de 1999. Declarando na Minuta - Convênio de Cooperação Técnica entre a Associação de Condutores e a chefia do PNAS, IBAMA e APCE, o Chefe do PARNA. A Presidente da APCE, concretiza uma parceria que perdura até este momento, coloca inicialmente: "Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e a Associação de Condutores Locais de Ecoturismo de Praia Grande para implementação do sistema de condução de visitantes em trilhas autorizadas nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral."

No ofício endereçado ao IBAMA em 15 de julho de 1999, cinco pautas marcavam mais seriamente o primeiro ano de associação, são eles: Pedido de entrega de certificado; Minuta de Cooperação Técnica IBAMA/APCE; Reabertura do PNAS 1998; Criação do COMTUR (junho de 1998) e a Minuta de Cooperação Técnica: IBAMA/UNESC. Ou seja, a APCE, através da sua secretária, pautava pela necessidade da criação do COMTUR e pelo planejamento estratégico do turismo.

É importante registrar aqui que a Sra. Maria Inês da Rocha foi uma das pessoas que mais se destacou na fundação do turismo de modo geral em Praia Grande conforme é destacado nos documentos da associação. A fundação da APCE em 1997 e em seguida a fundação das outras associações de condutores como a COMTUR em Cambará do Sul/RS e a Tigre Preto em Jacinto Machado/SC.

No Ofício, 06/1999, da UFRGS para a APCE, tendo como Bióloga a Sra. Maria de Fátima Maciel dos Santos como responsável e a Presidente da APCE a condutora Fernanda Niedermeier. Dizia no ofício que desde fevereiro de 1998, desenvolvia-se o projeto "Ecologia e Conservação do Puma concolor no Parque Nacional de Aparados da Serra - Cambará do Sul/RS e Praia Grande/SC". Este projeto possuía como objetivo principal realizar um diagnóstico da situação dos predadores naturais da região, ou seja, verificar as áreas de ocorrência de *Puma concolor* (leão-baio) e outros predadores, espécies ameaçadas de extinção (IBAMA, 1997), registrar o grau de preservação destas áreas e realizar atividade de conscientização com a comunidade vizinha ao Parque. Acreditou-se nessa interação do grupo de pesquisa e a associação de condutores (APCE) sendo de grande valia para ambos, possibilitando a troca de experiências e informações entre pessoas com diferentes leituras do meio ambiente da região. Desta forma, seguiu-se o convite à APCE para integrar-se ao Projeto de acordo com as possibilidades da associação.

Em Praia Grande/SC, de 02 de agosto a 10 de outubro de 1999, foi lançado um projeto de Educação Ambiental chamado “Conhecendo a vida selvagem”. Uma parceria entre a APCE, UFRGS, IBAMA, COMTUR e Colégio Estadual Bulcão Viana. À presidente do COMTUR era Sra. Maria Inês da Rocha. A presidente da APCE era a Sra. Fernanda Niedermeier e a responsável direta pelo projeto era Sra. Maria de Fátima M. dos Santos, CPG – Ecologista, UFRGS. A EEB Bulcão Viana abriu as portas para a

execução do projeto de acordo com o calendário escolar, pois aconteceram atividades paralelas de temas dentro da Proposta Educacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O projeto foi desenvolvido também no PNAS com saídas a campo, mas também com palestras e apresentação de vídeos em sala de aula. A direção de Ensino avaliou como muito positivo o tema do projeto desenvolvido, notou-se uma grande participação e envolvimento de todos os professores, alunos e funcionários de uma forma natural e espontânea.

Conforme a solicitação da APCE: "A atuação da Associação nas trilhas do PNAS, e seu entorno, foi consolidando na região uma nova possibilidade de emprego e renda para moradores locais, gerando, também, uma nova demanda de pessoas interessadas em cursos das áreas afins" (Fernanda Niedermeier, Presidente da APCE, 15 de julho de 1999). Com o município de Praia Grande começando a criar estratégias para o turismo, no primeiro ano já se percebia um despertar para isto e a APCE começava de certa forma a contribuir e um dos fatores vinha como um novo tipo de renda, um novo trabalho que se inseriu no município de Praia Grande, o condutor de visitantes.

Conforme Ofício nº 203/99, da Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC, ao Doutor Carlos Back Pereira, Digníssimo Ouvidor Chefe Procurador do IBAMA. Brasília - DF. Enviado pelo Sr. Lúcio Leonir Casagrande - Prefeito Municipal, em 12 de julho de 1999.

> A população Praiagrandense vem despertando para a possibilidade de um desenvolvimento sustentável através do Turismo.
> O IBAMA realizou um treinamento em nosso município, capacitando jovens para condução de visitantes, com isso, possibilitou a formação da Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo - APCE e, concretizou uma oportunidade de trabalho como guia local.
> Solicitamos a especial atenção de Vossa Excelência, no sentido de consolidar esta importante experiência de envolvimento da juventude do entorno na condução de visitantes no Parque Nacional Aparados da Serra e Serra Geral.
> Contando com o vosso apoio, antecipamos agradecimentos.

Este ofício demonstra claramente que havia um despertar para o turismo com viés para a sustentabilidade. A formação de guia local pelo IBAMA na época veio a concretizar uma nova fase na Praia Grande fazendo com que não ficássemos de costas para os cânions, mas ao contrário começássemos a enxergar os cânions como patrimônio

natural. O prefeito enalteceu o forte envolvimento da juventude neste processo e que certamente pela mão da juventude que se iniciava a apresentação dos PNAS e PNSG para os visitantes que começavam a conhecer as trilhas dentro dos parques, mas ao entorno valorizando este território como um todo.

Ofício nº 028/00, do IBAMA para a APCE e ACONTUR, a Gerência do PNAS destacou as seguintes orientações aos condutores:

> Proibição de entrar mais de 15 pessoas por grupo na trilha do Cotovelo; aquele condutor que entrar com 16 turistas na Trilha do Cotovelo terá como pena por desacato, um Auto de Infração, a proibição de transitar na Trilha sem condutor e seu ingresso no Parque está sujeito ao pagamento das taxas cobradas aos visitantes, pois assim será tratado. Do ano 1998 a 2002, no PNAS, a trilha do Vértice era aberta ao visitante, porém e a trilha Cotovelo, não. O visitante que quisesse fazer a trilha do Cotovelo era obrigado a pagar um valor para contratação de um condutor de visitantes. E o número de visitantes por condutor era de 15 visitantes.

Nesta trilha havia pontos positivos, mas também muita reclamação. O lado positivo era que os visitantes gostavam de ouvir as histórias locais, lendas e folclore, da criação do PNAS, da cultura gaúcha, dos aspectos naturais do parque. Por outro lado, havia visitantes que reclamavam, pois a trilha era muito fácil de fazer, não tendo por isso, a necessidade de contratação de condutores.

Em março de 2001, em Praia Grande/SC, os Condutores da APCE: Rodrigo Roldão da Rosa e Abrisi Regina Lanzarini, criaram o Projeto de Educação Ambiental "Filhos da Terra" que adotou uma linha de pensamento educacional, acreditando que somente através da educação é que as pessoas poderiam entender e exercitar a plena cidadania. O projeto colocou os alunos diretamente com os problemas ambientais e a preservação do Meio Ambiente. A ideia de integrar o ensino teórico com o prático, estimulando a criatividade, a formação pessoal e intelectual. O projeto piloto iniciou no ano de 2000, na Escola de Educação Básica Bulcão Viana, depois teve novas parcerias na execução como as associações APCE, ACEVAM e a UNESC, estendendo-se o prazo de mais 02 anos de duração (março de 2001 a março de 2003), atingindo assim as séries iniciais do ensino fundamental do estado e do município de Praia Grande. Na mensagem do projeto dizia: "Queremos concretizar uma utopia comum: ampliar o espaço de aprendizagem para além das salas de aula das escolas, utilizando os Parques Nacionais

com sua vegetação, fauna, rios e trilhas.” De certa forma o projeto Filhos da Terra queria valorizar o trabalho no campo, colocando as crianças desde cedo em contato com a terra, melhorando assim a qualidade de vida dos estudantes e tornando a escola responsável por estimular o aluno a se importar com a natureza, sendo assim importante aliado da valorização dos componentes culturais, gerando assim novos defensores da natureza.

Em resumo o projeto passava a seguinte mensagem:

> A principal finalidade do projeto é formar cidadãos ativos, que saibam identificar os problemas e participar efetivamente de sua solução e prevenção. Que ajudem o nosso patrimônio natural e cultural. E que ajam, se organizem e lutem por melhorias. Que favoreçam a sobrevivência das gerações e de todas as espécies do planeta, em um mundo mais justo, saudável e agradável que o atual (Rodrigo Roldão da Rosa; Abrisi Regina Lanzarini, 2001, p. 6).

Praia Grande/SC, 06 de maio de 2001, ocorreu a Assembleia Geral, nesta reunião houve a aprovação do Estatuto Social da APCE e procedida a eleição da diretoria para o biênio 2001-2003. A diretoria ficou assim: Presidente da APCE: Edileia de Aguiar Pereira, Vice-presidente: Maria Schirley Rodrigues, Secretária: Poliana de Luca, Tesoureira: Jerena Maria Luchetta Ryll. O engajamento desta diretoria trouxe conquistas para a associação e estabeleceu vínculos com o PNAS e com o governo municipal que se transformaram em ações profícuas voltadas para as questões ambientais.

Praia Grande/SC, 14 de julho de 2001. Ata de reunião mensal. Desde 2001 a APCE passa a ter uma sede própria cedida pela prefeitura municipal. Localizada atrás da igreja matriz, na rua Frei Protásio, n. 162, centro, Praia Grande. Uma conquista do conselho administrativo da APCE. Como a APCE não tinha uma sede no centro da cidade e a cidade não tinha um Centro de Atendimento ao Turista (CAT) foi muito importante para resolver de imediato esta lacuna relacionada ao turismo em Praia Grande/SC durante sua permanência até 2008. A importância deste momento pode ser observada em trechos abaixo: “Para a APCE foi muito importante a concessão do espaço para a sua sede social, a divulgação de seu trabalho na rádio comunitária, bem como junto aos turistas e órgãos oficiais e especialmente o trabalho desenvolvido em parceria na informação e divulgação do turismo.”

Na figura a seguir, segue uma foto mostrando a sede da APCE, localizada atrás da igreja matriz.

Figura 20 - Antiga sede da APCE.



Fonte: Acervo da APCE (2001).

Em outro trecho também mostra o empenho feito para estabelecer o nome da APCE em algumas situações: “Mas queremos de modo especial agradecer a defesa feita quando da formação do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Aparados da Serra. A APCE teve sua inclusão assegurada, pois cogitava-se deixar a associação de fora e incluir outras entidades que não fazem parte das comunidades de entorno e nem participaram da história do Parque como a APCE.” A inclusão da APCE no conselho perdurou até 2014 (Rosab, 2024), o que foi considerado uma grande injustiça. Ainda, não ocorreu a volta da APCE para o conselho consultivo, embora a diretoria da APCE tivesse feito pedidos, escrito atas e enviado ofícios aos órgãos responsáveis.

No ofício nº 149/02 da Prefeitura de Praia Grande/SC, em 04 de setembro de 2002, para o superintendente do IBAMA. A Secretaria Municipal Esporte e Turismo propõe:

> Diante do exposto, vimos propor uma parceria com o IBAMA através do credenciamento dos condutores locais e as empresas que operam o Ecoturismo em nosso município e em Cambará do Sul. Esta parceria poderá contribuir no sentido de que estando os grupos acompanhados pelos condutores, treinados e conscientizados, estes atuam também como guardas voluntários, informando aos responsáveis competentes sobre entrada ou acampamento de pessoas desavisadas ou com atitudes que não condizem com a preservação do parque.

Conforme ofício nº 149/02 do PNAS para a APCE, é apresentada a minuta do Conselho Consultivo que tratava do Regimento Interno de 16 de agosto 2002, é importante destacar no que tange ao Comitê Setorial das Entidades Recreativas sem fins lucrativos, a Associação Praiagrandense de condutores para Ecoturismo (APCE) firmava uma cadeira no conselho.

Um trecho da Ata de reunião mensal, 12 de outubro de 2002, dá uma dimensão da APCE no seu compromisso de divulgar as belezas naturais dos PARNAs, pois durante uma semana, a associação fez um trabalho de divulgação do município de Praia Grande, como também divulgou os PNAS e PNSG, no Hall de entrada da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). A divulgação foi considerada um sucesso, pois ajudou a dar visibilidade ao ecoturismo nos cânions. A divulgação foi feita através de distribuição de cartões de visita, folders, amostras de fotos, vídeos e exposições de outros materiais. A iniciativa foi considerada um sucesso, uma vez que culminava com o apoio da universidade a qual também estava inserida no contexto do ecoturismo na região dos Aparados.

Na Ata de reunião mensal da APCE de 10 de novembro de 2002, trata-se de uma parceria da APCE com a EPAGRI. Nesse sentido, contou-se com a presença na reunião da funcionária da EPAGRI, Sra. Bernadete a qual foi dar as instruções para o curso de ervas medicinais. Como este era um curso de interesse da APCE, foi uma oportunidade para o condutor levar este tema e este conhecimento para o visitante nos PARNAS, agregando no seu trabalho nas trilhas. Também divulgou as espécies de plantas medicinais da Mata Atlântica durante o percurso da caminhada.

No dia 13 de fevereiro de 2003, a APCE recebeu um certificado da UNESC tratando seguinte tema: "Certificamos que a Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo - APCE participou do Projeto: primavera e paz, UNESC, 2002, com a Mostra Fotográfica da Região dos Canyons - Praia Grande - SC, realizado no Espaço

Cultural UNESC, promovido pela Diretoria de Extensão e Ação Comunitária da UNESC/Programa Cultura e Lazer, no período de 16 a 18 de dezembro de 2002."

Neste documento a seguir tem-se uma declaração da Secretaria Municipal Esporte e Turismo - (2002) para a APCE:

> "Declaro para os devidos fins que a APCE (Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo) fundada em 1997, realiza um importante trabalho na ligação da comunidade de Praia Grande com os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, contribuindo de forma objetiva para o desenvolvimento turístico do município e na conscientização da preservação das UCs.
> Além disso, o grupo canaliza a atividade de condutor local como uma alternativa econômica para os jovens de Praia Grande, assumindo os princípios de uma organização coletiva e solidária, tendo a natureza como motivadora para as atividades que exercem."

A secretaria confirma este empenho da associação em se firmar através dos condutores como um elo entre a comunidade local e os parques nacionais. É enfática em dizer que a APCE desempenha realmente este papel de incentivadora do desenvolvimento turístico do município e na conscientização da preservação das UCs. Esta declaração ocorre cinco anos após a criação da associação, por isso e por outros documentos apresentados, desde já se tem um forte indício que as respostas à pergunta de pesquisa começam a ser deferidas, que é saber se a APCE contribuiu para o desenvolvimento do turismo em Praia Grande, observa-se pelas palavras da secretaria que isto era um fato que já estava ocorrendo.

Com os documentos até aqui expostos, continuamos nessa análise com o propósito de entendermos de que forma o problema da pesquisa pode ser provado e comprovado a partir dos diversos documentos aqui selecionados.

Conforme ofício nº 122/03 da Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para a APCE:

> Cumprimentando-lhes cordialmente, vimos por meio deste, agradecer o apoio da associação, e parabenizá-los pelo brilhante trabalho que a mesma vem realizando em prol do desenvolvimento turístico de Praia Grande. Nosso objetivo é justamente unirmos esforços e capacidades a serviço de um município, cujo futuro temos a responsabilidade de construir.
> Na certeza que esta parceria será sempre duradoura, ficamos gratos pela atenção e disponibilidade do grupo, e aproveitamos para colocar-nos a vosso inteiro dispor.

Conforme, lê-se os documentos nota-se a forte atuação da associação em “prol do turismo em Praia Grande”, deixando claro que as ações de condução de visitantes vindo ao município e as ações nas escolas e com os munícipes que vem sendo realizadas ajudam e fortalecem este objetivo em comum que é o desenvolvimento do turismo no município.

Um convite da Prefeitura Municipal de Praia Grande para a APCE, em 19 de novembro de 2003, enviada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças diz o seguinte: "A pauta da referida reunião será a Campanha "Eco Santa Catarina" - Semana Estadual de Água Doce, para juntos, elencarmos ações a serem desenvolvidas no dia destinado ao evento. Para isso, contamos com o apoio e a participação de todas as pessoas e segmentos envolvidos." Esta pauta mostra a APCE alinhada com este tema bem importante que é a água, uma problemática na época e ainda hoje dos nossos rios causados pela falta de cuidado dos seres humanos com os mananciais, rios e arroios.

O ofício a seguir da Associação ACONTUR para a Associação APCE (Cambará do Sul, RS, 13 de maio de 2003), mostra o entrosamento das Associações nesse começo de turismo nesses municípios. "Esses são os números que havia prometido a APCE, a tabela e o gráfico 1 (um) são os demais interesses para vocês, pois mostram os visitantes conduzidos na trilha do Cotovelo. Os números começam a partir de setembro de 1999 e vão até agosto de 2002, quando a ACONTUR saiu do PNAS.”

No ofício da APCE, de 24 de setembro de 2003, informa que a APCE tem participação no projeto Consea - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, isto visa colaborar para um bom desenvolvimento da comunidade de Praia Grande/SC. Este tema a princípio parece longe da atividade de condutor de ecoturismo, mas com um olhar um pouco mais concentrado é possível observar que este tema é para todas as áreas. As oficinas, encontros e palestras deram oportunidades para as pessoas melhorarem suas condições alimentares, inclusive com reforço alimentar para o condutor que boa parte de sua alimentação consiste em lanches diários nas trilhas.

Segue um convite da EEB Bulcão Viana para a APCE, em parceria com os alunos dos 2º anos I-II-III, que desenvolveu a I FEIRA DE TURISMO - Praia Grande/SC, que se realizou no dia 18 de novembro de 2003, nas dependências da escola. A Feira de

Turismo teve como objetivo principal sensibilizar os cidadãos praiagrandenses de que preservar é essencial e o cuidado com a natureza pode ser um cuidado com nós mesmos. A Feira de Turismo propunha educar as pessoas em relação ao turismo e muito mais, como se comportar e agir perante o mundo, perante a natureza e o meio em que vivemos. Na oportunidade houve exposição de **t**urismo ecológico, turismo de aventura, turismo cultural, turismo rural. O Coordenador da Feira de Turismo foi o professor de geografia, sócio fundador da APCE e condutor de ecoturismo Rodrigo Roldão da Rosa.

Em 2004, a APCE participava da Economia Solidária, nesse sentido a associação estava inserida no Grupo de Trabalho Catarinense de Economia Solidária, cujo encontro deste ano foi na cidade de Curitibanos/SC. Com isso a APCE participou do "I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária de SC. Na APCE a condutora de visitantes Sabrina da Rosa Pereira era uma grande entusiasta e trouxe para dentro da associação esta percepção e sensibilização em relação ao gerenciamento dos recursos econômicos com certeza numa visão mais ampla do que o comum.

Diante do Comunicado do IBAMA para as associações locais de ecoturismo APCE – ACONTUR – TIGRE PRETO (Cambará do Sul, RS, 28 de julho de 2004), referente a alguns assuntos como: Plano de Manejo dos PNAS e do PNSG; Limitação de trilhas; Penalidades - crime ambiental. "Desse modo, até a implantação efetiva do referido Plano de Manejo, as trilhas para visitação restringem-se unicamente àquelas já implantadas, ou seja, as do Vértice, Cotovelo e Rio do Boi no PNAS e Pedra do Segredo, Mirante, e borda do Malacara. Como temos recebido denúncias de acesso indevido aos Parques, inclusive para práticas de rapel e travessias de cânions, lembram que tais práticas incorrem em crime ambiental." Conforme a chefia dos PNAS e PNSG, os alertas do comunicado acima, do ano de 2004, percebe-se o forte alinhamento e condução da gestão dos PARNAS para com os condutores de visitantes na medida que havia uma hierarquia a ser respeitada.

O próximo ofício/convite veio para a APCE da ONG Natureza Viva (Torres, RS, 17 de agosto de 2004) oportunizando o crescimento profissional dos condutores. O objetivo deste ofício foi convidar a APCE para o Seminário: "Políticas para o Desenvolvimento Sustentável". Nessa ocasião foi recebida a equipe da secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Durante

o Seminário foi feito o anúncio formal da inclusão da Bacia do Mampituba no Programa Gestão Ambiental Rural (Gestar). Políticas: 1. Ecoturismo; 2. Agenda 21; 3. Educação Ambiental; Agroecologia.

4.1.3 (2004 a 2010) Turismo pelo viés do ecoturismo, ecologia e agroecologia

Nesta etapa de 2004 a 2010, ocorreu o fortalecimento dos conceitos como ecologia, agroecologia, agrofloresta, turismo de base comunitária, turismo rural no cotidiano da APCE.

Da Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para a APCE (Praia Grande, SC, 21 de fevereiro de 2005). O Prefeito Municipal de Praia Grande, João José de Matos, convidou a APCE para participar de reunião com a equipe do Departamento de Geociências da UFSC onde foi tratado sobre a Promoção socioeconômica das comunidades vizinhas ao Parque Nacional de Aparados da Serra, mediante usos conservacionistas dos recursos naturais.

Este ofício enviado às pousadas e *trade* em geral (Praia Grande, RS, 14 de março de 2005) sobre as alterações dos valores das trilhas mostra o compromisso da APCE com o turismo. O que pode ser uma discussão corriqueira nos dias de hoje, na época foi umas das primeiras iniciativas, conectando os condutores e as pousadas, uma vez que estas pousadas na época informavam os valores das trilhas aos seus hóspedes. A APCE comunicou as alterações dos valores das trilhas conduzidas pelos condutores da associação nos PNAS e PNSG.

A foto abaixo é considerada uma foto icônica: representa uma foto oficial de divulgação da trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, no PNAS. Pelos relatos dos condutores ela marcou a imaginação dos aventureiros e estimulou muitos visitantes a conhecerem uma das paisagens mais singulares do sul do Brasil. Mantesso-Neto (2012) potencializa a informação de que no Brasil há oferta variada de atrativos turísticos que tem relação direta e indireta com o patrimônio geológico, mesmo carecendo de mais profundidade de análise foi possível constatar que os atrativos turísticos selecionados tendem ao apelo geológico. Cabe ressaltar que nesses atrativos teriam um maior exponencial se os atrativos turísticos fossem melhor explicados com uso de ferramentas

do geoturismo através de placas interpretativas, folders, história e significados das feições geológicas de cada atrativo.

Figura 21 - Foto oficial de divulgação da trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, PNAS.



Fonte: Junior Scandolara (2004).

Convite da EPAGRI para a APCE (Praia Grande, SC, 27 de junho de 2005). A Epagri de Praia Grande convidou a APCE para participar do Seminário "Agravos à Saúde Humana Causados por Agrotóxicos". A pesquisa relacionou distúrbios de comportamento ao uso de agrotóxicos na região fumageira do Rio Grande do Sul, na década de 80. Equipe local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri que trouxe o convite uma vez que é preciso termos consciência do mal que o uso do agrotóxico pode fazer à saúde humana. O condutor de visitantes tem esse papel de trazer a consciência ambiental para o percurso da trilha. Uma vez que tudo está interligado, aspectos humanos e naturais, os PARNAS podem estar mais protegidos, contudo se o entorno dos parques não estiver sob o olhar das condutas de quem faz uso

dos recursos naturais, as problemáticas ambientais se multiplicam, interferindo assim nas áreas protegidas, principalmente em relação aos recursos hídricos.

Na Ata de reunião mensal da APCE de 31 de março de 2007 destaca a parceria entre a APCE e a ACEVAM (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba) a qual foi muito relevante, principalmente em relação ao curso de Sensibilização Ambiental, que durante todo o momento dos trabalhos foi um sucesso, com programações de confraternização e saídas a campo como no Parque Municipal de Maracajá e no Morro dos Conventos.

A APCE participou de uma palestra a convite da EPAGRI, cujo tema era Sistema de Inspeção Municipal (SIM), com o Médico Veterinário Marcelo Silva Pedroso, que aconteceu no dia 21 de junho de 2007 (quinta-feira), às 14 horas, no Auditório da Prefeitura de Praia Grande.

Uma ata de reunião mensal, em 14 de julho de 2007, ganhou destaque por causa do Projeto Mata Atlântica que foi uma parceria profícua entre a APCE e ACEVAM. A APCE conseguiu em um ano de projeto PDA equipamentos como: computador, rádio, impressora, mesa de escritório. Oportunidades de divulgação, cursos, viagens técnicas, adesivos, folders, divulgação escolares, parcerias com agências, logo da APCE. Mais condutores procuraram a APCE, motivação, credibilidade na cidade, divulgação em jornais, veículo disponível (carro) e colocação de placas. Divulgação em colégios de Criciúma com palestras agendadas. O projeto contava com o apoio do governo federal através do Ministérios do Meio Ambiente.

Na foto abaixo, a instalação de uma placa informativa chamando as pessoas para conhecerem as trilhas de interior de cânions, bem como os atrativos nas propriedades agroecológicas.

Figura 22 - instalação de uma placa informativa.



Foto: Arquivo da APCE (2007).

Destaca-se também em outro documento, Ata de 21 de junho de 2007, Projeto de Bioconstrução a ser construído contemplaria a participação do IBAMA, a construção de um centro temático, e talvez um espaço para a APCE. O projeto contava com o apoio direto da ACEVAM e com a prefeitura municipal de Praia Grande. Embora o projeto tenha ficado mais na parte teórica pelos debates, reflexões e visitas a alguns locais no próprio município, do que na prática mesmo, pois questões como construção de centro temático e uma sede para a associação no local que se estava pensando se tornou inviável.

A APCE participou de um evento a convite da Prefeitura Municipal de Praia Grande, através das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Turismo, juntamente, com os autores do Projeto Expedição Natureza - Santa Catarina - De Olho na Comunidade, a qual convidou a associação para a Exposição de painéis que retratam as diferentes regiões do estado, visitadas pelo referido Projeto, incluindo o nosso Município, que, inclusive, abriu a temporada de exposições.

Em novembro de 2007, a APCE e ACEVAM juntamente com a Secretaria Municipal de Educação convidou a todos para participar do: "I Seminário Ambiental: Educação e Meio Ambiente". Além das associações foram convidadas outras instituições

como Polícia Ambiental, UNESC, FATMA, Epagri e ONG Sócio da Natureza, entre outros.

Em 2007, teve início o Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Quem deu a ideia da criação do geoparque foi Dr. João José de Matos, médico, prefeito e liderança na comunidade de Praia Grande/SC. Divulgação regional para a comunidade do extremo sul catarinense.

A Ata de reunião mensal de 16 de fevereiro de 2008, tem um trecho da fala de posse da presidente da APCE em que a condutora Sabrina fala da sua história na associação, o quanto a associação representava na sua vida e que não mediria esforços de ver todos os objetivos da associação sendo colocados em prática. E que iria exigir que todos assim como ela fizessem bastante esforço, no sentido de que a APCE só iria para a frente se todos colaborassem, esforçando-se para o bem comum **(**Poteete, 2012), unidos, mais atuantes e representativos no nosso município.

A APCE recebeu o convite da ACEVAM (Praia Grande, SC, 24 de abril de 2008) para uma reunião para organização do novo Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia (Sul de Santa Catarina). Assunto: Rede Ecovida; Certificação participativa; Formação / organização do núcleo e nome.

Ofício, nº 017/2008, da Câmara Municipal de Vereadores de Praia Grande/SC para a APCE tratou de uma palestra com os representantes da Associação Brasileira de Turismólogos e profissionais do Turismo (ABBTUR). Essa apresentação faz parte do Projeto "O Turismo na Comunidade", que surgiu de uma iniciativa da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, tendo como mediadora a ABBTUR-SC, a qual articulou com os cursos de graduação em turismo e/ou turismo e hotelaria do Estado de Santa Catarina.

Conforme ofício da secretaria da educação, a APCE participou do Projeto Cooperar com a Terra, nos dias 17 e 18 de maio de 2008, nas dependências da Associação dos Funcionários da CEPRAG, Formação em Valores Humanos, este trabalho é mais um entre outros já realizados no município para a capacitação do grupo. Por isso, a associação foi convidada para fazer a abertura do curso e participar desta formação.

A prefeitura municipal de Praia Grande em nome seus secretários agradeceu a APCE (Ofício, nº 179/08) pelo trabalho voluntário prestado durante o passeio no

Canyon Itaimbezinho oferecido à comunidade, em virtude da comemoração dos 50 anos de Emancipação Política de Praia Grande. “Somos sabedores que este trabalho é de extrema importância na conscientização da comunidade no que se refere a preservação dos Parques Nacionais e o desenvolvimento turístico da região. Na certeza que essa parceria será sempre duradoura, agradecemos.”

Da APCE para o Grupo de Prevenção Aparados da Serra – GRUPAS, ofício, nº 22 /2009, cumprimentando cordialmente, a presidente comunicou sua representação na abertura da trilha de escape do Rio do Boi, mapeamento e setoriamento, ocorrida do dia 26 ao dia 28 deste mês pelos condutores Sabrina da Rosa Pereira e Leonardo dos Santos Inácio. Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira. Presidente do GRUPAS: Josemar Contesini.

Ata da assembleia geral extraordinária, que ocorreu no dia 21 de março de 2009, tendo como uma das pautas o fechamento da sede da APCE e apoio turístico ao turismo (atrás da igreja). Abertura do CAT. Neste tempo a APCE funcionava como uma operadora, a partir desse momento o condutor sócio da associação seria independente e autônomo, podendo fazer clientes, conduzi-los quantas vezes pudesse buscar parcerias com pousadas, divulgar-se e divulgar a APCE.

Assembleia Geral Ordinária, Praia Grande, SC, 04 de abril de 2010, uma das pautas foi a conclusão do projeto cultural para ser enviado à Câmara dos Vereadores no intuito de obter o apoio para a associação passar a usar a escolinha da Vila Rosa, que estava abandonada, como a nova sede da APCE. O projeto “Escola Aberta dos Cânions” marca um novo momento da associação. A APCE precisava de um novo espaço para fazer reuniões, cursos, suas atividades turísticas, e por merecimento após uma década de serviços prestados à sociedade de Praia Grande foi cogitado que a APCE ocuparia uma sala no CAT, contudo a APCE ao olhar da administração municipal não deveria ocupar aquele espaço por muitos motivos, dentre eles o desfavorecimento de outras agências. Em troca a associação conseguiu seu espaço na Vila Rosa.

Na Ata de reunião mensal de 30 de março de 2010, pôde-se constatar um momento bem interessante de transição, a qual a APCE fazia o papel de operadora e agora cada sócio passa a ter sua própria operadora e/ou agência. Uma das pautas foi a relação entre as operadoras e a associação. Foi colocado que a associação não faz mais o trabalho

de operadora. Conforme fragmento da Ata: “A maior preocupação é se todos os sócios resolver fazer de si a sua própria operadora, esquecendo assim o real sentido do associativismo, outra preocupação é se vai existir demanda para todas as operadoras, as vantagens das operadoras para os guias.” Ficou decidido que os guias sócios que estão abrindo suas operadoras sentam-se para discutir e planejar uma apresentação para a associação. Bem importante este tema, pois evidencia o momento de transição em que a APCE deixa de fazer o papel de operadora e os sócios assumem este papel. Com o passar do tempo houve uma oscilação realmente no sentido de perda do valor associativismo, porém algumas situações levaram os condutores sócios a redescobrir este sentimento pela associação.

Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária (21 de agosto de 2010) foi dada a sugestão de fazer a inauguração oficial da sede da APCE no dia 21 de setembro de 2010, que seria o dia da Árvore e aniversário do saudoso condutor de visitantes Rodrigo Roldão da Rosa, condutor fundador da APCE. Sendo assim foi criada uma comissão para desempenhar esta tarefa. A escolinha vinha sendo reformada aos poucos e a APCE a utilizou mesmo de forma precária. Finalizada a primeira reforma, então se pensou na inauguração e de forma simbólica homenagear o condutor Rodrigo.

3.1.3 (2011 a 2018) Esperança, expectativa e resiliência

Na APCE e em reunião, a primeira vez que foi comentado sobre a concessão dos PARNAS foi na reunião mensal de 02 de abril de 2011. Na oportunidade foi salientada a necessidade de a APCE estar bem informada em relação a esse assunto que implicava diretamente com o trabalho de condução de visitantes nos PNAS e PNSG. As conversas chegavam aleatoriamente para as associações locais de Cambará do Sul/SC e de Praia Grande/SC e os próprios visitantes comentavam de outros PARNAS concessionados. Então, havia essa especulação informativa nos bastidores porque as estruturas dos parques nacionais estavam cada vez mais sucateadas, muita desinformação

o que levou a opinião pública[7] e os próprios gestores turísticos a ceder a concessão, enquanto seguia de outra parte um grupo contra a concessão imaginando o pior para as unidades de conservação.

No dia 17 de setembro de 2013, ocorreu a Moção de Aplauso concedida pela Câmara Municipal de Vereadores de Praia Grande, SC, à APCE. O Poder Legislativo do Município de Praia Grande, SC, com aprovação unânime dos Vereadores, confere Moção de Aplauso para a APCE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Praiagrandense.

No período de 15 de outubro de 2013 a 12 de novembro de 2013 ocorreu o Curso de Capacitação "Aspectos da geologia e geomorfologia do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul", oferecido pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para a APCE e demais condutores não associados interessados no tema. Esta demanda estava atrelada ao Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Ata de reunião mensal de 22 de novembro de 2016. Os associados mais informados do assunto contextualizaram para o grupo a situação à época do PARNA Aparados da Serra sobre o assunto de concessão e fechamento dos parques. Os mesmos têm participado ativamente das últimas reuniões e passaram para o grupo as suas análises. Sobre a situação dos parques nacionais, todos os condutores estão debatendo ativamente os novos encaminhamentos. A APCE, com o que acontece no parque, terá voz ativa frente a estas relações públicas com comunidades, trade, prefeitura e parques nacionais. A cidade de Praia Grande também terá que se preparar ou adequar-se ao novo momento do turismo na região e disponibilizar-se ao trabalho voluntário no PARNA Aparados da Serra, tanto para ajudar a unidade de conservação, mas também para marcar presença.

Em relação ao Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, além das palestras, cursos, encontros e promoções que vinham sendo oportunizados à comunidade, como também aos professores da rede municipal e estadual de ensino, atores do turismo e afins, (28 de setembro de 2017), materiais impressos e digital de capacitação em forma de slides com o título "Geoparques Mundiais da UNESCO, GEODIVERSIDADE".

[7] Por exemplo: https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/apenas-2-parques-nacionais-no-pais-nao-tem-contas-no-vermelho-2qbu6yphal6msf7rxqq35oy1a/

Juntamente com outras fontes internacionais traduzidas uma vez que no Brasil havia pouquíssimas publicações do tema Geoparque.

Na Ata da Assembleia Geral de 01 de março de 2018, o grupo fez um balanço das atividades e atuações dos associados e unânimes concordaram que o objetivo maior da APCE vem sendo alcançado, que é formar bons profissionais e que o papel dos associados vai além, pois alguns dos mesmos são empresários do ramo do turismo no município. Concordaram sobre a boa reputação que o condutor de visitantes conquistou nas atuações em trilhas, isto é visto pelas boas avaliações do condutor tornando-o respeitado após fazerem seu trabalho bem feito e consideraram que a APCE tem se fortalecido.

4.1.4 2007- 2010, 2011 - 2014, 2015 - 2016, 2017 – Atual

Este período documental trata-se apenas do tema Geoparque.

4.1.4.1 O processo de governança para a construção do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – Brasil

Na pesquisa de Silva (2024, p.177), “Geoparques podem ser considerados “novas” formas de Gestão Integrada do Território (GIT) e foram estabelecidos no Brasil a partir de 2006. Estes territórios têm como papel fundamental a proteção do patrimônio geológico, aliada à sustentabilidade do ambiente em que estão inseridos.” Vinculada a isto, há a necessidade de uma forma de gestão compartilhada que estejam em consonância com todos os objetivos estabelecidos pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para Brilha (2005, p. 118), “O geoturismo procura minimizar o impacto cultural e ambiental sobre as comunidades que recebem os fluxos turísticos, inserindo-se no conceito mais alargado de turismo sustentável”. Isto quer dizer que o geoturismo está ligado as atividades de geodiversidade e geoconservação, por consequência geossítio.

Neste sentido, esses conceitos amplamente estudados podem ser conferidos por (Op. cit., p. 17), “A geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos,

fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solo e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra". E, de acordo com A geoconservação tem como objetivo a "preservação da diversidade cultural, de significativos aspectos e processos geológicos, geomorfológicos e de solo, mantendo a evolução natural desses aspectos e processos." (Op. cit., p. 50). Por sua vez, (Op. cit., p. 51), "Geossítio é a ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade, bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico ou outro."

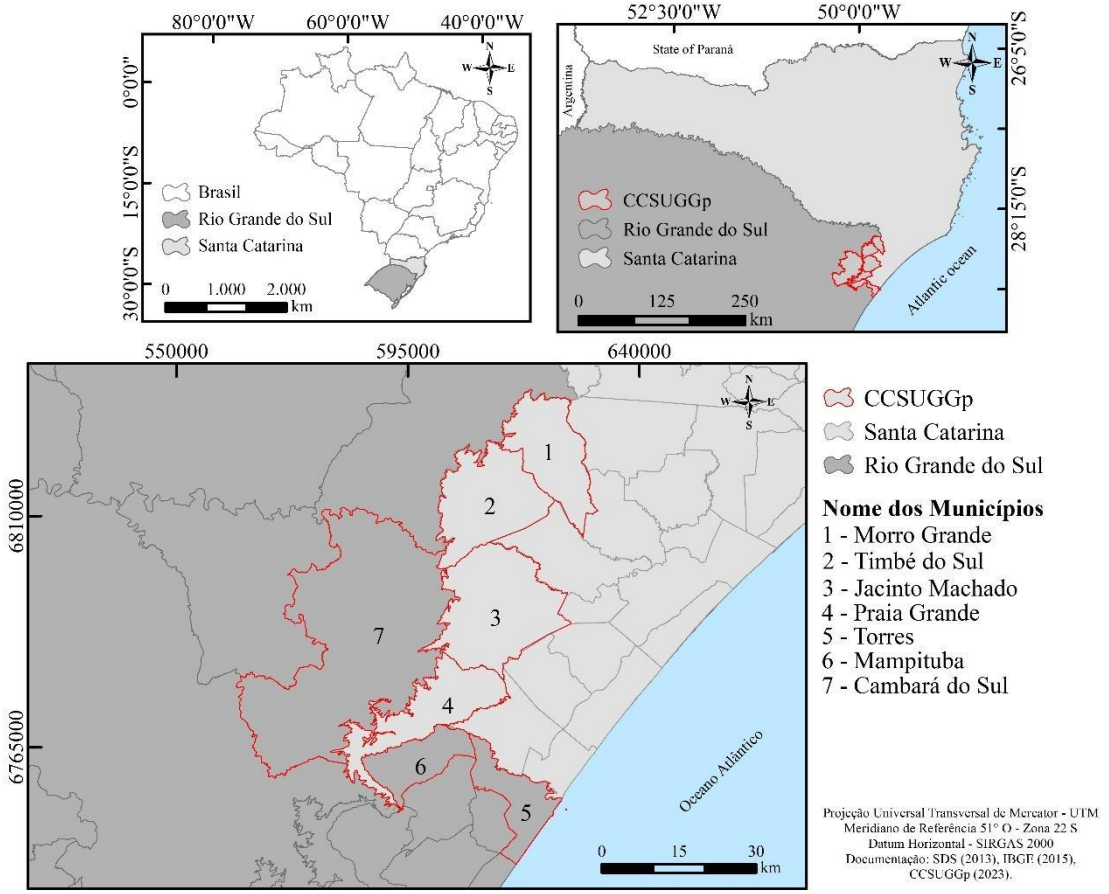
Para a obtenção do título de Geoparque Mundial da UNESCO indispensáveis objetivos deveriam ser cumpridos, como preparar o território, articulando e desenvolvendo e implementando ações através do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Era uma proposta começada do zero, que considerava os aspectos econômicos, sociais e culturais (UNESCO, 2015).

Neste texto quer-se entender como foi o processo de governança para a construção coletiva do Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul (SC e RS). Conforme Sung et al. (2019, p. 1047) "a primeira semente foi introduzida em 2007, pelo visionário Dr. João Matos, médico, prefeito e liderança na comunidade de Praia Grande/SC. Sua ideia foi compartilhada por atores locais e regional."

O histórico do projeto apresenta-se em quatro frases: de 2007 a 2010 com seis municípios; de 2011 a 2014 com dezenove municípios; 2015 a 2016 com sete municípios e em 2017 o Consórcio Intermunicipal passa a assumir a gestão do projeto tendo como propósito promover o desenvolvimento sustentável do território.

Os sete municípios que compõe o consórcio Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul são: em Santa Catarina, Praia Grande, Jacinto Machado, Morro Grande e Timbé do Sul; no Rio Grande do Sul, Torres, Mampituba e Cambará do Sul (Figura 23).

Figura 23 - Localização geográfica do CCSUGGp.



Fonte: Santos da Silva (2022).

Para que se saiba que a criação do geoparque demandou um longo caminho de persistência e paciência é que segue alguns esclarecimentos desta jornada. Ainda para aqueles autores (Op. cit.), a primeira fase do projeto do projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, de 2007 a 2010, era composto por seis municípios; sob a liderança da CDR (posterior ADR) e da AMESC que ocorreram as importantes articulações políticos-institucionais e a contratação do grupo consultor ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De acordo com os autores, este grupo fez toda uma base para que a primeira versão do projeto pudesse ser um sucesso, como exemplo: a) a submissão da proposta à aprovação do Conselho do Desenvolvimento Regional do Vale do Araranguá/SC; apresentação da intenção à UNESCO Brasil, escritório Porto Alegre, RS; c) seminário aberto para apresentação da proposta a lideranças políticas e empresariais;

d) bem como, os indicadores do desenvolvimento sustentável, entre outras frentes. Os indicadores para o desenvolvimento sustentável relacionados ao item "d" mostram o empenho do grupo para com o projeto, sendo eles:

> a) divulgação dos hábitos culturais e da identidade regional; b) redução de emigração de jovens; c) elevação do nível de escolaridade da população em geral; d) elevação da ocupação economicamente ativa; e) redução da contaminação das águas e efluentes da região; f) aumento da oferta de alimentos orgânicos, entre outros fecundos indicadores (Op. cit., p. 1049).

A denominação Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul começou a ser divulgada a partir de 2011, e em sua área de abrangência continha 19 municípios: os quinze municípios do extremo sul catarinense e os quatro municípios riograndense (Torres, Mampituba, Cambará do Sul e São José dos Ausentes), respaldado pelo Projeto Geoparques do Brasil – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, atual Serviço Geológico do Brasil (CPRM)[8].

Já em dezembro de 2014, a área do Projeto Geoparque foi reduzida de dezenove municípios para sete municípios da área candidata. Um dos motivos da redução foi que o tamanho muito extenso desfavorecia a avaliação da candidatura.

Como numa corrida de bastão, compreendido este ponto chave, em que a equipe técnica da ADR e da AMESC, em cooperação e na aplicação do modelo GATS (Governança da Água e do Território na perspectiva da Sustentabilidade), conduziram os trabalhos de 2011 a 2017. Sendo assim, a partir de 2017, o processo passou a ser conduzido pelo Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul. Considerado um dos principais resultados do processo de Governança, que havia iniciado anos antes.

Enquanto se aplicava o processo de governança anterior a 2017, parece que as comunidades de modo geral eram mais procuradas, os debates sob o prisma do pertencimento estavam mais vivos, a ideia de preservação do patrimônio material e imaterial no sentido de contribuir para a sustentabilidade passava uma noção de que era possível com a conquista do título geoparque.

---

[8] Atual Serviço Geológico do Brasil.

É errônea e ingrata a ideia de que apenas a partir de 2017, com o Consórcio Intermunicipal do Geoparque e a chancela em 13 de abril de 2022, realmente o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul começou a acontecer. Ocorreu devido ao processo de governança, primeiramente, que deu a base de acordo com a Global Geopark Network (GGN) e UNESCO para que o título fosse concedido.

4.1.4.2 Os Geoparques e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)

Os Geoparques Mundiais da UNESCO validam nas suas ações os objetivos do desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.

Para Ferreira e Valdati (2023, p. 1), "O principal objetivo dos geoparques é promover o desenvolvimento sustentável local com base em três estratégias-chave: geoturismo, geoconservação e educação." Mesmo com o enorme interesse na criação de geoparques e o fortalecimento do programa global de geoparques da UNESCO, os autores objetivam compreender de forma mais contundente a relação e as contribuições dos geoparques para o desenvolvimento sustentável. O que se identifica à primeira vista sobre o desenvolvimento sustentável é que se estabelece a priori os benefícios econômicos e sociais por meio do geoturismo e da proteção ambiental. Porém, a relação intrínseca entre geoparques e desenvolvimento sustentável, carece de detalhamentos e discussões mais aprofundadas sobre essa relação e os benefícios para as populações locais.

Passada a ideia central de que Geoparque é um território reconhecido pela UNESCO pelo seu patrimônio abiótico onde se aplicam estratégias de desenvolvimento sustentável. Para Fleig (2022, p. 01), "atenta ser uma estratégia para o alcance da sustentabilidade global e uma maneira sociocultural particular de uma população de compreender o contexto da natureza local." Similar a outras propostas como a do ecoturismo, o geoturismo é multidisciplinar, isto significa que as ações devem ser educativas, geoturísticas e geoconservadoras com o intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico local.

Conforme Declaração do Araripe (2012, p. 06):

> O desenvolvimento sustentável em um Geoparque não significa necessariamente uma aposta turística nem a abertura de territórios naturais sensíveis a um turismo de massa. Representa, sim, um turismo consciente, responsável e independente. Um Geoparque deve ser um verdadeiro território de ideias e de projetos, e a sua estratégia de desenvolvimento sustentável deve ser inovadora, ponderada, integrada, respeitadora das tradições e vontades locais, além de proporcionar igualdade entre a sua população. Além disso, a criação de uma marca para os produtos do território do Geoparque, baseada num conjunto de especificações de qualidade, deverá constituir um elemento importante do seu desenvolvimento econômico.

A promoção do desenvolvimento do turismo pela via da sustentabilidade tem o compromisso de fortalecer o meio ambiente nos territórios. Este princípio tornou-se fundamental não tendo outras vias mais rápidas, senão pelo engajamento de ações eficazes que consolide o crescimento turístico com a sustentabilidade do meio ambiente.

As estratégias de desenvolvimento do Geoparque Mundial da UNESCO (UGGp) em relação ao setor do turismo mostram-se coerentes com estes territórios como no caso do Geoparque Caminhos dos cânions do Sul a qual a paisagem integrada ao litoral, a planície com as lagoas, vales e cânions abruptos, campos de cima da serra, com imponência das florestas da Mata Atlântica se destaca atraindo um grande número de visitantes. Há a necessidade de desenvolver as atividades turísticas que absorvam esta demanda de visitantes ao território e que não causem impactos negativos ao meio ambiente com atividades turísticas sem controle.

No campo de conhecimento mais recente sobre os geoparques existentes no mundo e sua distribuição territorial percebe-se o movimento que os países têm feito a favor do desenvolvimento sustentável e para atender a Agenda 2030.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação.

Trazendo como exemplo uma pesquisa no Geopark Araripe (Ceará/Brasil), para (Fleig, 2022, p.8), “o estudo demonstrou que a comunidade local tem uma noção da importância das práticas dos ODS (principalmente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12 e 15), no entanto, apresentam desconhecimento e fraquezas nas questões de educação ambiental, geoconservação, saneamento, entre outros.” Em relação aos pontos fortes “destacam-se a saúde e a prática de atividade física, desenvolvimento de geoprodutos e baixo índice de desemprego” .

Diante do exposto, um geoparque é um modelo de governança de território. Diferencia-se de Unidades de conservação, porém é aliada aos seus preceitos institucionais. Um geoparque coerentemente integra municípios inteiros e não apenas áreas isoladas de conservação, adentrando nas comunidades locais e tradicionais, na periferia, nos bairros, na parte urbana das cidades atingindo um todo o complexo urbano e rural a qual a sociedade se desenvolve.

É necessário compreender que as políticas públicas deveriam atender esta demanda social, cultural e econômica a qual os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável se bem aplicados, reforçam os interesses dos municípios em se articular melhor em relação ao desenvolvimento sustentável integralizando todos os setores, pois se torna impossível fazer reforços de conservação em UCs e em torno, mas entender todos os espaços a qual o ser humano e a natureza interagem o tempo todo.

Para Rebellato (2023, p. 272), destaca a importância da Agenda 2030, que significa um plano de ação para as pessoas, o planeta e para o desenvolvimento. Ressalta que são 193 países que firmaram um pacto de cumprir 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas. Todos os objetivos são: “integrados e indivisíveis, equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.”

Os Geoparques Mundiais fixam seus objetivos através dessas iniciativas locais que buscam desenvolver as comunidades tanto socialmente quanto economicamente, englobando sustentabilidade, preservação cultural e patrimonial. É imprescindível valorizar essas iniciativas e discutir como as comunidades atuam na construção da identidade, são fatores importantes para mostrar como a comunicação pode ser uma aliada nesse processo de atingir o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Dalpiáz (2019, p. 242),

> Os Geoparques Globais da UNESCO também apontam sua contribuição quanto a alguns objetivos de Desenvolvimento Sustentável que nasceram na Conferência da Organização das Nações Unidas (Rio de Janeiro, 2012), visando acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade.

Nesse estudo, as principais contribuições e metas alavancadas foram: 1. Erradicação da pobreza; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 17. Parcerias e meios de implementação. Estar em territórios Geoparques Mundiais da UNESCO implica fomentar ações de inovação e de sustentabilidade, sendo imprescindível incentivar ações sustentáveis pautadas em políticas públicas voltada para relação entre homem e natureza.

Ainda segundo a autora (Op. cit.), é necessária mais atenção para um maior engajamento por parte da educação para que os resultados tomem efeitos maiores e tragam mais sentido as propostas e metas que trazem as ODSs e o Geoparque.

> Portanto, por meio da visibilidade e do empoderamento de todos, as propostas se difundirão como fomento a discussões na região a respeito de um olhar diferenciado diante da gestão territorial por parte dos governantes, propondo que se promova o desenvolvimento econômico, a valorização da cultura material e imaterial e haja maior incremento da educação para a sustentabilidade, por meio de desenvolvimento de pesquisas científicas e divulgação delas, visando desenvolver propostas de educar para sustentabilidade e para as necessidades ambientais atuais (Op. cit., p. 253)

Em síntese, Fleig (2022), Rebellato (2023), Santos et al. (2024), MTur (2026), trazem a tese de que só é possível a orientação e a prática das ações voltadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável e até mesmo a aplicação da Agenda 2030 através das políticas públicas voltadas à sustentabilidade. A princípio não há outro caminho mais eficaz para o sucesso do Geoparque em relação ao desenvolvimento econômico do território senão pelo investimento responsável em políticas públicas seguras que atendam a toda população com igualdade de justiça ambiental.

4.1.5 (2019 a 2025) Geoparque, Concessão, Plano de manejo e Uso público

Essa última etapa é caracterizada pela pandemia do covid-19, pelo contrato de concessão da Urbia Cânions Verdes e pela chancela do Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO. É marcado pelo "boom" turístico no município, pelos investimentos exorbitantes em empreendimentos turísticos, pelo crescimento do produto turístico "voo de balão", é marcado pelo número crescente de condutores de visitantes atuando não só como condutor, mas atuando em todas as camadas do turismo. Diga-se que o turismo nesse período se tornou mais ao interesse do mercado, dos likes e visualizações, a especulação imobiliária atingiu seu ápice.

O ICMBio (2026), divulgou dados que mostram uma queda acentuada de visitação nos PNAS e PNSG entre os anos de 2022 a 2025, mesmo período da chegada da concessionária. Sendo o oposto do turismo que vinha sendo realizado de 1998 a 2019, com engajamento em prol do ecoturismo, com mais valorização do patrimônio cultural e a identidade local, o grande atrativo eram os cânions, havia mais foco na natureza e de grande valor cultural.

Conforme e-mail do PARNAS/SG (Cambará do Sul, RS, 18 de abril de 2020), sobre o Conselho Consultivo – PNAS/SG: Informes diversos. "Preliminarmente, vimos perante a Vossas Senhorias, prestar algumas informações, a partir de dezembro/2019, a chefia do NGI Aparados da Serra Geral, responsável pela gestão dos PNAS e PNSG; e em especial, aquelas pertinentes ao inédito momento atual: de isolamento social em consequência das medidas preventivas para controle de disseminação e contaminação do covid-19, pelas quais, sem exceção, todos fomos impactados, ainda que em diferentes graus."

Ata de reunião mensal *online* (Praia Grande, SC, 09 de junho de 2020). Devido a pandemia da covid 19, na reunião foram discutidos a abertura dos PNAS e PNSG (cânion Itambezinho e cânion Fortaleza) e a expectativa ficou para a abertura das trilhas do Rio do Boi e Malacara. Alguns condutores comentaram que iriam guiar grupos outros não. Reforçou-se a importância da tomada de cuidados na condução dos grupos e manter o uso de máscara e uso do álcool em gel.

Praia Grande, SC, 10 de agosto de 2020. Ofício Sec. Tur. Nº 018/2020. Ao cumprimentar cordialmente, venho através deste, solicitar, quando possível, que a Secretaria de Turismo e Associações de Condutores Locais sejam informados, com no

mínimo 48h de antecedência, os fechamentos dos parques, haja vista os transtornos causados quando não há uma prévia comunicação. Esta medida visa garantir não só o bom funcionamento da secretaria, mas também o trabalho dos Guias e das operadoras.

Praia Grande, SC, 09 de março de 2021. Ata de reunião mensal. SGS – Trilha do Rio do Boi. Criação do Sistema de Gestão de Segurança da trilha do Rio do Boi.

Praia Grande, SC, 24 de setembro de 2021. Ofício nº 14/2021/APCE. Assunto: Apresentação da Associação e propostas de parceria com a empresa CONSTRUCAP/URBIA Cânions Verdes. 1. Isenção de ingressos de visitação, estacionamento e prioridade na entrada dos PNAS e PNSG para transportes turísticos dos municípios de entorno aos PARNAS. 2. Compra facilitada de ingressos de visitação no PARNAS para condutores e guias, agências e operadoras. 3. Credenciamento dos condutores de aventura na trilha do Rio do Boi. 4. Implementação de um sistema de agendamentos para a trilha do Rio do Boi. 5. Nível do Rio do Boi. 6. Disponibilizar informações de mudanças nos PNAS e PNSG para com a Urbia. 7. Isenção de ingressos para grupos escolares da rede pública dos municípios de entorno dos PNAS e PNSG. 8. Disponibilizar resultados de pesquisas. 9. Criação de um comitê das associações, PARNAS e associações.

Cambará do Sul, RS, 21 de abril de 2021. Ofício Circular SEI Nº 10/2021 – ICMBio Aparados da Serra Geral. Assunto: Funcionamento de trilhas com restrições/Covid 19 – Atualização nº 10. Não houve alterações na legislação do RS e SC sobre as normas de distanciamento controlado ou outras medidas de prevenção da COVID 19 nesta última semana. Desta forma, ratifica-se o seguinte: 1. No estado de SC as trilhas dos dois Parques Nacionais, PNAS e PNSG, seguem em operação com, no máximo, 25% do valor de referência das trilhas. Isso significa 33 pessoas/dia, ou 06 grupos de 05 pessoas e um de 03, incluindo o condutor.

Cambará do Sul, RS, 10 de agosto de 2021. Ofício Circular SEI Nº 15/2021 – ICMBio Aparados da Serra Geral. Ao Conselho Consultivo dos PNAS e PNSG. Assunto: 63º Assembleia Geral Ordinária. 2.Os pontos de pauta incluem: Atualização sobre o andamento do processo de concessão dos parques; convocação de reunião da Câmara Temática de Uso Público e Visitação para discussão da concessão dos parques.

Em 04 de março de 2022, pôde-se constatar algumas participações da APCE nas instituições local, regional e estadual e federal como ICMBio e prefeitura municipal de Praia Grande/SC. Conselheiros no COMTUR; Conselho Municipal de Educação; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba.

Dois fatos movimentam Praia Grande, SC, 13 de abril de 2022**,** chancela pela UNESCO do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. Em 24 de dezembro de 2022, Ofício nº 07/2022, da APCE para a Urbia Cânions Verdes. Sugestões/propostas de preço nos ingressos e parceria com a Urbia.

Conforme reunião do dia 09 de dezembro de 2022, no auditório da prefeitura de Praia Grande/SC, e pedidos de esclarecimento sobre o aumento repentino do valor da trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, com a presença do Prefeito Fanica, membros da COMTUR, APETUR, APCE e Secretaria de Turismo. Conforme reunião no dia 20 de dezembro de 2022, no mesmo local, em devolutiva "as demandas da reunião passada, e informou que as demandas em relação ao aumento do valor da trilha do Rio do Boi estão em análise pela diretoria e jurídico da Urbia e que ainda não tem uma resposta sobre as demandas."

No ano de 2022, a APCE obteve um importante patrocínio com a CEPRAG (Cooperativa de Eletrificação de Praia Grande/SC) para a compra de bonés personalizados. O objetivo geral foi de continuar realizando trabalho voluntário para as escolas municipais e estaduais do município de Praia Grande, fomentando com isso a Educação Ambiental nas escolas entre crianças, jovens e adolescentes integrando estes aos PNAS e PNSG, bem como ao Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Praia Grande, SC, 05 de maio de 2023, ofício, 03/2023, Oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo dos PNAS-PNSG. Resposta ao ofício circular SEI Nº 5/2023 – ICMBio Aparados da Serra Geral. Viemos por meio deste nomear um sócio da APCE, como representante oficial dos Condutores Locais de Praia Grande/SC para participar da Elaboração da Primeira Versão da Minuta do novo Plano de Manejo dos Parques, incluindo seu novo Zoneamento e a definição de suas normas.

No ano de 2023, a APCE conquistou uma parceria de patrocínio com a Cooperativa de Crédito CRESOL através do Projeto Educação Ambiental: da sala de aula às trilhas ao ar livre. Com objetivo geral: Fortalecer o ecoturismo e o senso ecológico

com ações práticas desde atividades lúdicas em sala de aula como em atividades de caminhada ao ar livre nas áreas de Unidades de Conservação ou ao entorno das mesmas. E, objetivos específicos: Promover a Educação Ambiental na sociedade; integrar a APCE com a comunidade local e visitante; oportunizar aos estudantes a conhecerem as principais trilhas da região; conscientizar as pessoas a valorizarem seus espaços naturais e com isso ajudar a conservá-los; sensibilizar as pessoas da região a participarem como voz ativa para o turismo responsável. As atividades voluntárias desenvolvidas envolveram alunos da Escola de Educação Básica Bulcão Viana na parte teórica e as trilhas do Malacara na parte prática. Com o valor adquirido com a execução do projeto foi possível adquirir jaquetas de trilhas aos condutores.

Nos dias 25 a 28 de outubro de 2023, a APCE participou como parceira da cátedra da UNESCO em Humanidades: *Humanities International Association for Cultural Integrated Landscape Management* (APHELEIA) – "I Seminário Internacional APHELEIA: América do Sul". A entidade subscreve a declaração de princípios sobre ciência da sustentabilidade aprovada pela UNESCO em 2017 e identifica quatro vetores fundamentais para uma gestão convergente e sustentável das paisagens: "educação permanente; reorganização da matriz sociocultural e das relações intergeracionais; envolvimento dos diferentes atores territoriais; e estratégia crítica de comunicação." A participação foi importante, uma vez que a "logo" da APCE aparece num evento internacional de grande envergadura na UNESC. Relembrando que a UNESC, enquanto universidade comunitária mais uma vez sendo parceira de associações regionais, como no caso a APCE.

Presentes membros da APCE, ACONTUR, ICMBio e Urbia Cânions Verdes. Colocou-se que devido algumas ocorrências de pessoas ficarem trancadas no cânion Itaimbezinho e pegando como base as referências do histórico deste tipo de situação, somado às fortes chuvas de junho a novembro de 2023, foi feita uma IN - Instrução Normativa a qual o fechamento da trilha do Rio do Boi ocorrerá com base nas informações da defesa civil de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; e, pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

Na imagem abaixo, é possível perceber a presença de muitos condutores reunidos com a chefia do PNAS e PNSG na sede da APCE.

Figura 24 - Condutores reunidos com a chefia do PNAS e PNSG na sede da APCE.



Foto: Arquivo da APCE (2022).

Atualmente, a sede da APCE fica na comunidade de Vila Rosa, SN, na antiga escolinha, hoje Centro Integrado de Cultura, Educação e Turismo. O espaço é compartilhado com a Associação Praiagrandense de Canionismo (Apkanion). Neste espaço são realizadas as reuniões das associações e os mais variados tipos de cursos, como: o curso de Competências Mínimas do Condutor (CMC), Socorros em Ambientes Naturais, Canionismo Iniciante, Canionismo Avançado e SGS.

A fundação da APCE ocorreu em dezembro de 1997, tendo o estatuto encerrado em 09/09/1998. O CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - está inserida no processo turístico onde é seu espaço e natureza. Tem sua sede estabelecida com o aval e apoio da prefeitura municipal. Possui sócios, que são também microempresários, que sentem a necessidade de se fazer algo em conjunto pelo bem da humanidade. Com isto, é recorrente a necessidade de os condutores fazerem cursos de Canionismo, Socorros em Ambientes Naturais, CMC, Treinamento de Busca e Regate, Curso de animais peçonhentos e abelhas, Plantio de Sementes de árvores frutíferas e nativas, entre muitos outros projetos de crescimento pessoal, profissional e de cidadão.

4.2 ANÁLISE REFERENCIAL DOS ARQUIVOS IMPRESSOS (1997 A 2018) E DIGITAL (2019 A 2024) DA APCE

A análise referencial dos documentos visa responder ao problema da pesquisa: Em que medida o condutor de visitantes nas trilhas dos PNAS e PNSG representado pela APCE tem contribuído para o desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC?

Após a leitura dos documentos selecionados, do quadro documental e do resumo conceitual chega-se a um entendimento que todo este arcabouço histórico da APCE gira em torno da sustentabilidade e da governança onde estão os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral.

Trata-se de um sentimento ligado aos parques nacionais e sua relevância em termos de biodiversidade, geodiversidade, beleza cênica e histórico-social. Pode-se considerar em primeira vista que se trata de um olhar a natureza meio aos questionamentos ambientais proporcionados na obra Primavera Silenciosa de Rachel Carson (1962); como nos documentos que aparece o termo ecologia, arrisca-se a dizer de uma ‘ecologia profunda’ veiculadas a movimentos de autores como Arne Naess (1986), ainda nesse início de análise confere-se a Henrique Leff (2001) a valorização dos saberes ambientais proporcionados pelas comunidades tradicionais e ancestrais na promoção da qualidade de vida pelo desenvolvimento sustentável.

De Almeida (2023, p. 02), afirma que Primavera Silenciosa, muito citada pela tradição ambientalista, é a obra mais famosa de Rachel Carson, bióloga estadunidense, sendo considerada um marco quando se trata do movimento ecológico. O conteúdo dessa obra visava denunciar o uso desenfreado de pesticidas nos Estados Unidos e explicava como a aplicação dessas substâncias impactava as vidas existentes no meio ambiente. Apesar de ter havido outras obras da escritora de sucesso neste contexto na época, Primavera Silenciosa provocou intensa reação das indústrias químicas gerando uma série de atritos com a autora, por outro lado, despertou as pessoas sobre o impacto dos pesticidas na saúde humana e conseguiu reconhecida atenção ao movimento de regularização dessas substâncias.

Os condutores da APCE em um primeiro momento traziam um engajamento que parecem seguir esta linha de pensamento crítico da autora americana de combate ao uso do agrotóxico, mas também ao desmatamento, a defaunação, o cuidado com o resíduo sólido entre outras atividades relacionadas a busca desse equilíbrio ambiental entre atividade econômica mais sustentável para a preservação da natureza e o cuidado especial com os recursos naturais não renováveis.

Para Hoefel (1996, p. 70), o filósofo norueguês Arne Naess, criador do termo Ecologia Profunda (1989) tinha como objetivo compreender, articular e propor soluções para problemas ambientais. Trata-se de um questionamento para aprofundar nossa visão sobre as causas da crise ambiental que a humanidade está passando. E, a obra que veio a inspirar e motivar a criação desse termo "ecologia profunda" foi Carson (1962), uma vez que a autora trouxe contribuições científicas determinantes às regulamentações para o uso dos pesticidas. Ajudou a despertar nas pessoas uma reflexão mais profunda sobre o significado da vida e despertando-as a ética ambiental, considerando o aspecto filosófico e o ativismo ambiental.

Segundo Naess (1989, p.12), "O termo profundo aplica-se à profundidade com que se observa na busca das raízes dos problemas, negando-se ignorar o trabalho que pode revelar uma inesperada vastidão do problema." A preocupação ambiental deve ser de todos e política de estado, sendo necessário pensar e criticar as tendências dominantes do crescimento econômico.

Diante desse quadro, converge desde o início da criação da associação o forte interesse em participar de um novo modelo econômico para o município através do turismo. A 'indústria verde', os parques nacionais representavam esta visão e oportunidade única de reconhecer o 'jardim' perfeito e natureza exuberante e porque não cuidar disso tudo, já que a natureza é finita. Incentivar práticas sustentáveis como o café rural do seu Valmor na saída da trilha na comunidade do Rio do Boi, ou no café da dona Suézia no final da trilha do Malacara ou valorizar os produtos agroecológicos do Sr. Afonsinho, na comunidade de Pedra Branca ou de Sr. Wanderlei na comunidade de Zona Nova seriam exemplos de fortalecimento das comunidades locais.

Henrique Leff, sociólogo e economista mexicano faz grandes inferências que tratam de economia ecológica, sociologia ambiental, educação ambiental e ecologia

política. Discute o ‘Saber Ambiental’ a rigor faz críticas centradas no fracasso da realidade econômica considerando o sistema econômico dominante excludente, o que ele chama de desenvolvimento perverso-degradação ambiental-pobreza como um caráter ecodestrutivo. Leff (2001, p. 60) defende a produtividade ecotecnológica que “conjuga a produtividade ecológica com a inovação de sistemas tecnológicos adequados à sua transformação, mantendo e melhorando a produtividade global através de projetos de uso integrado de recursos...”. Aliviando assim a pressão aos recursos naturais.

Para Leff (2001, p. 60), “O desenvolvimento sustentável converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população”. Tendo como desafio criar mecanismos viáveis que projetam as economias locais ao mercado nacional e até mundial, desde que este produto preserve suas identidades étnicas, autonomia cultural e condições ecológicas que fortaleça o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Considerando o movimento ambiental são incorporadas reivindicações que são de lutas por resguardar as demandas tradicionais em razão dos direitos humanos e justiça social. Um movimento ambiental mais plural na cultura, na política, na democracia.

A associação de condutores como sociedade civil organizada foi fundada nessa matriz pensando nos ecossistemas e etnias, compromissada com as gerações futuras e solidária com a justiça social. “Estas mudanças não serão alcançadas sem uma complexa estratégia política, orientada pelos princípios de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizada pela reforma do estado e pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil (Leff, 2001, p. 64).” Tendo sensibilidade com questões de pobreza e buscando fazer o melhor e potencializado pela qualidade de vida.

Para Ribas e Hickenbick (2012), o papel dos condutores ambientais locais como trabalhadores da área do turismo que partilha ecodesenvolvimento turístico, remodela-se e dissemina-se perspectivas de valorização social.

Para que essa valorização social ocorresse dois fatos foram decisivos para a criação da APCE, o primeiro fato (1997), assinatura do Termo de Cooperação Técnica que se refere a Implementação do Plano Emergencial do PNAS e desenvolvimento do Ecoturismo, uma parceria entre o IBAMA e da UNESC. Ou seja, o princípio que vai

marcar a trajetória é pelo desenvolvimento do ecoturismo. O segundo fato, em que foi designado o Relatório de Atividades, foi disponibilizado o curso de Condutor de visitantes em 1997. Disciplina: Técnicas de Excursionismo. Sendo estes jovens credenciamentos pelo IBAMA para conduzir visitantes.

Porém, apenas este curso de condutores não daria um nível de experiência para a compreensão do turismo. Então, como isso é possível por parte desses jovens condutores dessa primeira turma de condutores e até mesmo das próximas turmas dos anos seguintes conseguirem trabalhar o desenvolvimento do ecoturismo se os mesmos não tinham formação em turismo ou ecoturismo? Que base conceitual vai sustentar tudo isso nessa primeira missão que vai se estender por mais de uma década?

Cogita-se em primeiro plano, que a resposta está em entender que os primeiros condutores são filhos de agricultores com uma linha ecológica, agroecológica, muito mais próxima do turismo rural. Muitos dos condutores têm formação no Instituto Federal de Santa Rosa do Sul a qual são condutores com formação em Técnico agrícola.

Por conseguinte, Kinker (2002, p. 147), vai argumentar que o condutor de visitantes, a pessoa cadastrada pela UC, a qual recebeu capacitação específica, portanto é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, tendo como princípio básico o desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado. Outro aspecto da importância do condutor é a contribuição que este faz para o monitoramento dos impactos socioambientais nos locais de visitação.

Algumas ações e projetos da APCE ou de outras iniciativas que a associação participou vai dar a dimensão de como se daria o início do desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC, como exposto no Ofício, 06/1999, da UFRGS para a APCE que desde fevereiro de 1998, desenvolvia-se o projeto "Ecologia e Conservação do Puma concolor no Parque Nacional de Aparados da Serra - Cambará do Sul/RS e Praia Grande/SC". Em questão de aprender sobre a fauna e a flora local, sobre os animais ameaçados de extinção, o projeto trouxe grande aprendizagem para os recém condutores.

Com base nesse projeto inicial, a APCE desenvolveu outro projeto com atividades de educação e interpretação ambiental na escola estadual com turmas do ensino médio despertando os alunos para a consciência ambiental, ou seja, os condutores de ecoturismo começavam a passar para os jovens estudantes os seus conhecimentos

adquiridos que fazia parte da rotina dos condutores nas trilhas com visitantes de todo o Brasil e do exterior. Estas práticas na natureza com visitantes estavam sendo levadas aos estudantes através de aulas teóricas e práticas.

Neste sentido Sutil (2022) afirma a importância dos espaços de natureza protegidos como ferramentas conhecidas e consolidadas para a conservação da natureza. Isto vai se conformar com os excertos a seguir. Conforme a solicitação da APCE (1999): "A atuação da Associação nas trilhas do PNAS, e seu entorno, foi consolidando na região uma nova possibilidade de emprego e renda para moradores locais, gerando, também, uma nova demanda de pessoas interessadas em cursos das áreas afins."

Esta afirmação da condutora e presidente da APCE sobre a atuação da associação das trilhas do PNAS parece materializar um pacto com a comunidade local com possibilidade de emprego e renda, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável através do turismo, uma vez que um novo tipo de trabalho surge para despertar nos jovens uma possibilidade de ficar no lugar onde estão sem deixar de conquistar seus sonhos. É a natureza promovendo o bem-estar para a população local e abrindo múltiplas possibilidades para o futuro em uma cidade na qual outras da região acreditava no turismo.

A prefeitura municipal apoiava a iniciativa ao turismo (1999): "A população Praiagrandense vem despertando para a possibilidade de um desenvolvimento sustentável através do Turismo". Mesmo que nem todos os setores estivesse m interessados no turismo. Até certo ponto, isto é compreensível pela desinformação sobre a relevância do turismo como um setor econômico extremamente a se considerar em curto espaço de tempo. É compreensível pelo fato de o município ser na época dependente da agricultura, pela indústria de fibra e moveleira. No entanto, Praia Grande poderia despertar um dia e o apoio da prefeitura municipal seria fundamental para este começo do turismo na esfera da organização, das estratégias e das ações que poderiam vir a partir do governo municipal e pela secretaria de cultura, esporte e turismo recém implantadas.

Outra iniciativa bem importante na época veio dos Condutores da APCE, a qual criaram o Projeto de Educação Ambiental, "Filhos da Terra" (2001), que adotou uma linha de pensamento educacional, acreditando que somente através da educação é que as

pessoas poderiam entender e exercitar a plena cidadania. O projeto colocou os alunos diretamente com os problemas ambientais e a preservação do Meio Ambiente.

De acordo com Brandenburg (1996) a ciência vem mostrando que a maioria dos recursos naturais utilizados como matéria-prima não são renováveis. Como assim existem coisas na natureza que uma vez tiradas a natureza não a fará novamente? Então, até cair esse entendimento deve haver muita sensibilização desde logo cedo com as crianças para que se tornem adultos mais responsáveis. Uma das alternativas seria a de evitar excesso de bens de consumo, pois isso acelera o desgaste ambiental e provoca a exploração dos recursos naturais não renováveis. Este entendimento leva o ser humano a rever este pensamento, no entanto, é persistente a falta de sensibilidade humana frente a destruição do meio ambiente.

O desenvolvimento do turismo também pode ser medido pela conquista da sede própria da APCE que ocorreu em 14 de julho de 2001 cedida pela prefeitura municipal. Sede da APCE e CAT organizado pela APCE foi muito importante para resolver de imediato esta lacuna relacionada ao turismo em Praia Grande/SC duran te sua permanência até 2008. Neste período a associação conseguiu fazer um trabalho bem importante na promoção e divulgação do turismo, ser um receptivo dos turistas que chegavam na cidade e buscavam informações, distribuição em loco de material informativo, parceria com as pousadas a qual direcionava os hóspedes para o CAT a fim de receberem informações mais precisas das trilhas e atividades de aventura.

Outra conquista relevante não apenas para APCE, mas para Praia Grande 2002, é importante destacar no que tange ao Comitê Setorial das Entidades Recreativas sem fins lucrativos que firmava uma cadeira no Conselho Consultivo do PNAS. A princípio parece algo simples, mas não é. A cadeira no conselho equivale à participação da associação na tomada de decisão referente ao que acontece no parque e no seu entorno, nas participações nas tomadas de decisão referentes ao plano de manejo e uso público, como exemplo.

O que essas conquistas desses espaços de debate revelam até agora? A resposta mais imediata que se poderia dizer até agora é que cada conquista equivale a um degrau de contribuição no desenvolvimento do turismo que a APCE interveio de maneira direta.

Conforme Kinker (2012), a credibilidade do condutor ambiental acaba se diferenciando dos outros profissionais de turismo, como na situação da conquista da sede da associação, na promoção e divulgação do turismo e/ou na entrada da APCE como membro efetivo no conselho consultivo do parque. É como se o condutor ambiental fosse orientado por especial compreensão, por isso gerando confiança podendo assim promover o uso respeitoso e contextualizado dos saberes locais e memórias populares quando estivesse em seu momento interpretativo com os visitantes, valorizando o etnoconhecimento em relação aos conhecimentos científicos gerando um laço de comprometimento com a comunidade em que atua e reconhecendo as verdadeiras atividades tradicionais sustentáveis e o estímulo ao envolvimento comunitário.

Da análise inicial estes dois trechos talvez sejam os mais impactantes no reconhecimento do trabalho que vinha sendo feito no início do turismo em Praia Grande (2002). O primeiro: “Declaro para os devidos fins que a APCE realiza um importante trabalho na ligação da comunidade de Praia Grande com os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, contribuindo de forma objetiva para o desenvolvimento turístico do município e na conscientização da preservação das UCs.” Quase que aqui responde de forma documental a tese. O segundo trecho, “Além disso, o grupo canaliza a atividade de condutor local como uma alternativa econômica para os jovens de Praia Grande, assumindo os princípios de uma organização coletiva e solidária, tendo a natureza como motivadora para as atividades que exercem.” É de uma sutileza e sinceridade como se coloca esse ponto de vista em relação ao trabalho do condutor reconhecendo sua importância para o desenvolvimento do turismo nas UCs e ao entorno tendo a natureza como um todo, um jardim a ser preservado, pois a natureza em si já é uma fonte de renda com o ecoturismo.

Essa situação do município de Praia Grande, que tem o potencial, porém não sabia que tinha, faz parte da realidade de muitos municípios que tendo a natureza a seu favor não usa por diversos motivos, no entanto há os municípios que percebem novas formas de atender a demanda econômica em seu território e descobrem a vocação para o turismo de natureza ou cultural, ou seja, reconhece as potencialidades para o seu território. Fernandes (2011) reforça essa ideia ao demonstrar a força do turismo em seu aspecto positivo a qual interage nos setores econômicos primário, secundário e terciário, desde o

posto de gasolina, farmácia, toda a parte de gastronomia, serviços de hospedagem, lojas, atividades de ecoturismo, turismo de aventura, o cultural com artesanatos e apresentações artísticas, e se for bem orientado o turismo local a valorização profunda da agricultura local, ecológica, agroecológica ou tradicional.

Enfim, nada disso vai adiante se o município não sabe onde quer chegar. Atualizar o plano municipal de turismo a cada dois anos é essencial, um plano de ações estratégicas que assegure as conquistas mais elementares do turismo, que são as pessoas do local.

Assunção (2012) é enfático em afirmar que o turismo enquanto categoria é um fenômeno complexo, pois está vinculado às áreas das ciências sociais e humanas. Por si só, para o estudioso do turismo já é um fenômeno complexo, não só por razões culturais, de lazer e aventura, mas pela rede nele envolvida como o tempo livre, o rendimento, condições locais para turismo, aceitação local ou não, porque se a comunidade não quer fica mais difícil fazer turismo. A categoria turismo se encaixa em princípios científicos, portanto não é aleatório. O destino turístico escolhido pelo turista para gastar seu tempo livre, geralmente nas férias, nos feriados ou finais de semana, vai depender da qualidade dos serviços oferecidos.

O turismo em Praia Grande com a APCE na avaliação documental constrói-se pela dinâmica ecológica e agroecológica. E, nesta parceria a Epagri e a Acevam vão oportunizar uma forma de pensar o turismo ainda mais focado no ecoturismo, e os cursos oferecidos complementam uma forma de olhar para dentro da floresta.

É impossível conhecer a APCE sem conhecer as suas origens de estudos conceituais para a sua formação original. A lista de cursos que a associação participava ou desenvolvia vai por esta linha de pensamento, como: plantas medicinais, mostra fotográfica, campanha semana estadual da água doce, segurança alimentar e nutricional, fossa séptica, exposição e estudo do turismo ecológico, turismo cultural, turismo rural, turismo de aventura, empreendimentos de economia solidária, políticas para o desenvolvimento sustentável, cursos de educação e sensibilização ambiental, cursos de geologia, geomorfo logia, fauna e flora, estudo dos solos, agravos da saúde humana causadas por agrotóxicos, sistema de inspeção municipal uso veterinário, cursos sobre a

mata atlântica, bioconstrução, bem comum, rede ecovida de agroecologia, cooperar com a terra, valores humanos entre outros temas nessa linha.

Até o ano de 2018, buscava-se não deixar o município cair nas armadilhas negativas do turismo quando mal planejado, um turismo local sem números, sem pesquisa e tal, que é muitas das vezes ligadas ao "turismo de massa". Um município que tem vocação para o turismo voltado para o ecoturismo com fortes vertentes ecológicas, agroecológicas, e turismo rural, não deve implementar políticas visando um turismo de especulação imobiliária, por exemplo, "turismo predatório", aquele que não mede as consequências das ações e nem houve a comunidade local. A qual o impacto negativo é muito profundo e desastroso para a economia turística do próprio município com grandes empreendimentos fechando, vinda à falência, desastre ambiental, vulnerabilidade social. É necessário repensar o plano municipal em consonância com a vocação municipal.

De acordo com Oliveira (2011), esta preocupação vem à tona quando se observa que o ecoturismo pouco avançou, como o ecoturismo étnico, cultural, quilombola, principalmente nas UCs e ao entorno em que de fato poderia ser despertado o reconhecimento dos modos de vida e respeito mútuo, oportunizando a obtenção de renda ao expressar seus elementos culturais.

O que Eltz (2021) considera em relação à participação social, também é uma luta da APCE, pois a associação de condutores não está apenas para conduzir visitantes com extremo profissionalismo, mas de participar de todas as tomadas de decisões referentes ao município não só pela questão social foi colocado, mas as questões relativas ao planejamento, uso e ocupação do solo e dos recursos naturais, na contribuição de todos no trato da conservação dos recursos de uso comum.

4.2.1 JORNADA 2018-2024

4.2.1.1 Fechamento do Parque. Plano de Manejo. Concessão dos PARNAS PNAS/PNSG. COVID-19. Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Certamente, todos estes desafios em curto período de tempo testou o jovem município turístico Praia Grande. Basicamente, duas décadas depois grandes enfrentamentos colocaram à prova todo o trade turístico, mexendo com todos os setores envolvidos na cadeia econômica construída que concerne ao turismo. Mais uma vez, foi fundamental a luta das pessoas envolvidas nas associações, nas pressões exercidas nos setores de governança e na união dos envolvidos com o setor do turismo.

Felizmente, muitas coisas se encaminharam positivamente, mas o tamanho do desgaste emocional poucos vão ver. As diferentes formas de pensar o que é o turismo e a verdadeira vocação do município são arranhadas ou desencaminhadas por tomadas de decisões que uma vez assinadas não podem ser canceladas.

Para Fratucci (2007), os conflitos e as contradições estão relacionadas às ações do agente público (Estado) na gestão do turismo. São aqueles discursos dos governantes que na frente prega o desenvolvimento sustentável, contudo na prática disseminam informações e ações contrárias. Um dos exemplos mais clássicos que ocorre é o preconceito com as comunidades locais tradicionais, no discurso falam em sustentabilidade, porém não promovem ações de promoção destas culturas de fato. Distanciam os povos tradicionais ou as pessoas mais vulneráveis das percepções e oportunidades que o turismo promove, revelando conflitos de interesse dos agentes do turismo. Razão pela qual o município turístico torna-se bruscamente conflituoso justamente pelo discurso contrário à sua prática.

Em relação a estes temas conforme o autor (Op. cit.) fica muito evidente no fechamento do Parque, na construção do Plano de Manejo, na imposição da Concessão dos PNAS/PNSG, no gerenciamento do turismo na COVID-19 e nem tanto na construção do chancelamento do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul.

Enfim, em 12 de agosto de 2021 foi assinado o Contrato da Concessão pela Urbia Cânions Verdes. Como demonstrado nos registros documentais, a APCE teve um forte embate de discussão de como seriam os acordos dos trabalhos relativos aos condutores, principalmente na Trilha do Rio do Boi, no cânion Itaimbezinho.

Diante de tantas reuniões, ofícios e relatórios que a APCE desempenhou com a chegada da Urbia Cânions Verdes, algumas se destacam como:

- Isenção de ingressos de visitação, estacionamento e prioridade na entrada dos PNAS e PNSG para transportes turísticos dos municípios de ent orno aos PARNAS;

- Compra facilitada de ingressos de visitação no PARNAS para condutores e guias, agências e operadoras;

- Credenciamento dos condutores de aventura na trilha do Rio do Boi;

- Implementação de um sistema de agendamentos para a trilha o Rio do Boi;

- Nível do Rio do Boi;

- Disponibilizar informações de mudanças nos PNAS e PNSG para com a Urbia;

- Isenção de ingressos para grupos escolares da rede pública dos municípios de entorno dos PNAS e PNSG;

- Disponibilizar resultados de pesquisas;

- Criação de um comitê das associações, PARNAS e associações;

- Compra do ingresso da Trilha do Rio do Boi valeria para a visitação das bordas dos cânions Itaimbezinho e Fortaleza.

Para Rosab (2024), aborda o tema concessão com base na sinceridade dos atores locais entrevistados, não que uma concessão seja de todo ruim para o desenvolvimento regional, mas o modo como essa concessão é construída e os limites de seu poder sim podem alterar um destino turístico. Ou seja, as coisas ficam mais complicadas para a população, os parques nacionais se fecham ainda mais para as comunidades, tudo se torna mais burocrático.

> Por fim, o processo de concessão mostrou-se pouco legítimo, devido à ausência de consultas e devolutivas adequadas aos conselheiros e à comunidade local; pouco transparente, em razão da omissão frequente de informações relevantes ou da sua disponibilização inadequada; pouco responsável, diante da falta de prestação de contas amplamente criticada; pouco inclusivo, com várias sugestões da comunidade do entorno sendo ignoradas ou sem impacto nas decisões; injusto, ao excluir os interesses das comunidades locais em diversas ocasiões; desconectado, caracterizada por conflitos e falta de integração; e, por fim, pouco resiliente, devido à carência de capacidade adaptativa e flexibilidade no processo de concessão (Op. cit. , p. 167).

O autor (Op. cit.), reforça que a região estudada, é movida por marcadores de múltiplos interesses, os órgãos públicos e ambientais transitam seus trabalhos de forma fragmentada e não sistemática . Considera um olhar mais holística frente à s estratégias de conservação da biodiversidade, adepto à interseção de designações internacionais, como Reservas da Biosfera[9] e o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, o que poderia promover uma gestão integrada dessas forças atuantes e participativa dos membros que nela transitam, conciliando conservação ambiental e desenvolvimento sustentável das comunidades locais, no sentido de não descaracterizar os ambientes em transformação pelo categoria do turismo resultante da força econômica em detrimento do morador local.

Em relação a atualização do Plano de Manejo, a APCE procurou estar presente nas discussões relacionadas, uma vez que o último Plano do PNAS datava de 2004. A APCE de todas as etapas em que cabia a sua participação, inclusive participou no 05 de maio de 2023, na Oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo dos PNAS-PNSG. A versão final do Plano de Manejo foi entregue em outubro de 2025.

Sobre o fechamento dos parques e abertura pelas mãos dos atores envolvidos no turismo nos Aparados da Serra. A precarização em que se encontrava os PNAS e PNSG era nítida e revoltante ao mesmo tempo. Parecia tudo caso pensado, os editais para contratação dos trabalhadores das diferentes frentes não ocorreram e os parques ficaram à mercê da sorte. O agravamento e as críticas se acentuaram em 2016, 2017 e 2018, não só pela falta de pessoal para trabalhar, mas nas estruturas abandonadas, como placas, banheiros sem condições de receber visitantes, bancos e mesas em péssimo estado, etc. E não por coincidência, “O projeto básico para Concessão foi elaborado e divulgado pelo ICMBio em 2018, no ápice da dificuldade do Núcleo de Gestão Integrada dos dois Parques conseguirem manter minimamente os Parques em funcionamento” (Rosab, 2023, p. 9). O que se seguiu foi praticamente um desmonte dos PNAS e PNSG para que a concessão tivesse êxito. A prova maior está na união do trade turístico da região em prol do não fechamento do parque porque o Estado parecia não estar preocupado com a economia provinda do turismo nesse momento. Empresários, associações de condutores

[9] Reservas da biosfera são conforme a UNESCO, 1971, “áreas de ecossistemas terrestres e costeiros, internacionalmente reconhecidas dentro da estrutura do Programa MAB (Man and Biosphere)”. (Webber, 2011, p.170).

ambientais e simpatizantes uniram-se em trabalho voluntário, doação de material e valores e dinheiro para que os parques nacionais não fechassem por falta de recursos do governo federal que não chegava ao parque para a mínima condição de atendimento ao visitante.

O autor faz um relevante alerta:

> A questão não se reduz a desconsiderar a concessão como uma oportunidade de desenvolvimento. Trata-se sobre expandir as possibilidades de parcerias e de gestão destas Unidades de Conservação para dar uma melhor finalidade para cada área protegida. Nesse sentido, nota-se que para concessão em Parques Nacionais, os órgãos públicos deveriam estar mais atentos ao que diz respeito aos impactos socioambientais nas comunidades ao entorno dos Parques. Afinal, contratos como esses deveriam ser realizados para justamente promover a proteção de áreas ao mesmo tempo que desenvolve social e economicamente todos os atores envolvidos com as Unidades de Conservação (Op. cit. , p. 16).

Diante desse contexto, das situações inéditas ocorridas nesta fase, é que em 13 de abril de 2022, ocorre a Chancela do Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da Unesco.

Rosa (2016) já colocava na época que o Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul em pleno desenvolvimento, constantemente reavaliado por uma forte equipe de gestão alcançaria êxito, pois passava por um processo contínuo de articulação com a sociedade civil e jurídica. Os estudos dos órgãos competentes comprovaram uma zona de espetacular potencial geológico e geomorfológico, que potencializava a pesquisa científica multidisciplinar seguindo critérios de relevância internacional, por seus importantes geossítios que elucidam a formação da Bacia do Paraná.

É importante colocar esta informação, pois os interessados no assunto, mas que não acompanharam o histórico de lutas poderão entender que o Geoparque Caminhos dos Cânions Sul começou em 2017 e logo ganhou a chancela. Estes estudos mostram os esforços de muitas pessoas, entidades, sociedades civis, instituições de ensino para que o geoparque fosse reconhecido pela Unesco. É distorcida a ideia de que apenas a partir de 2017, com o Consórcio Intermunicipal do Geoparque e a chancela em 13 de abril de 2022, realmente o Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul começou a acontecer. Ocorreu

devido ao processo de governança, primeiramente, que deu a base de acordo com a GGN/UNESCO para que o título fosse concedido (Sung et al., 2019).

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas será realizada de forma compartimentada, por perguntas para facilitar as interpretações.

5.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

Os resultados apresentados nesta primeira parte dizem respeito a sete variáveis socioeconômicas: *i*) faixa etária, *ii*) sexo, *iii*) nível de instrução (escolaridade), *iv*) estado civil *v*) faixa de rendimento, *vi*) cor ou raça e *vii*) ano de associação à APCE. Os resultados encontram-se dispostos na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Variáveis socioeconômicas.

Características socioeconômicas	Número de entrevistados	%
Faixa etária		
Menor de 19 anos	-	
19 a 24 anos	-	-
20 a 29 anos	3	13,63
30 a 39 anos	9	40,90
40 a 49 anos	7	31,81
50 a 59 anos	3	13,63
60 a 69 anos	-	-
70 anos ou mais	-	-
Sexo		
Masculino	17	77,22
Feminino	5	22,72
Outro	-	
Nível de Instrução		
Ensino Fundamental	-	-
Ensino médio incompleto	-	-
Ensino médio completo	6	27,27
Curso superior incompleto	1	04,54
Curso superior completo	9	40,90
Pós-Graduação:	5	22,72
Especialização	-	-
Mestrado	1	04,54
Doutorado	-	-
Estado Civil		
Solteiro (a)	8	36,36
Casado (a)	5	22,72
União estável	9	40,90
Divorciado/Separado (a)	-	-

Viúvo (a)	-		-
Faixa de rendimento			
Menos de 1 SM	-		-
Até 1 SM – R$1320,00	-		-
De 1 a 2 SM - entre R$1320,01 e R$2640,00	8	36,36	
De 3 a 5 SM - entre R$3960, 01 e R$6600,00	12	54,54	
De 6 a 10 SM- entre R$7920,01 e R$13200,00	2	09,09	
De 10 a 17 SM – entre R$13200,01 e R$22440,00	-		
Cor ou raça			
Branca	19	86,36	
Preta	1	04,45	
Parda	1	04,45	
Amarela	-		-
Indígena	1	04,45	
Ano de Associação a APCE			
1998	2	09,09	
2000	1	04,54	
2001	1	04,54	
2002	1	04,54	
2007	2	09.09	
2008	1	04,54	
2011	2	09,09	
2013	1	04,54	
2014	1	04,54	
2015	1	04,54	
2018	1	04,54	
2019	1	04,54	
2020	2	09,09	
2021	5	22,72	

Fonte: Autores, 2024. SM = salário mínimo (na época das entrevistas (5/23-12/23 R$ 1.320,00, desde 1/26 R$1.621,00).

No dia de hoje, 01 de junho de 2025, a APCE tem 45 associados no total, sendo 33 associados do sexo masculino 73,33%, e, 12 associados do sexo feminino, 26,66%. Para a presente pesquisa foram entrevistados 48,88% dos associados da APCE.

Observa-se que na questão referente à idade dos entrevistados, a maior parte da amostra se concentra entre 30 a 39 anos (40,90%) e 40 a 49 (31,81%). Esta descoberta sugere que os condutores de visitantes da APCE são predominantemente de meia idade.

Quanto à composição de gênero da entrevista, nota-se que os condutores homens representaram 77,22% e as condutoras mulheres representaram 22, 72% da amostra. Isto indica uma clara predominância do sexo masculino na condução de visitantes na APCE. A entrevista também mostrou que a condução de visitantes em trilhas de longa distância, de terrenos hostis e temperaturas adversas nos cânions não é uma

atividade exclusiva dos homens, mesmo com a boa representação do sexo feminino nesta atividade ainda são poucas mulheres participando deste tipo de trabalho se comparado a participação dos homens. “Nesse contexto, percebe-se baixa participação das mulheres na condução de visitantes nos PARNAs pesquisados, bem como na atuação em atividades na natureza (Cottes , 2018 p. 172).

Em termos de escolaridade, os resultados apontaram que o segmento predominante dos entrevistados possuía qualificações de ensino superior, totalizando 40, 90% da amostra, seguida da formação do ensino médio com 27,27% da amostra, com curso de pós-graduação representaram 22,72% da amostra, sendo que formação de mestrado representou 4,54%. Do total dos entrevistados, 4,54% possuía curso superior incompleto.

Na pesquisa (Op. cit.), nos dois parques brasileiros investigados 62% possuíam algum nível de educação básica, enquanto que 38% estavam concluindo ou concluíram algum tipo de curso superior.

A qualidade da escolaridade, que demonstrou uma maioria de condutores com ensino superior, sugere que ao longo dos 28 anos de associação, os condutores perceberam que deveriam investir não só nos cursos obrigatórios como curso de competências mínimas para um condutor ou cursos de primeiros socorros e outros, mas também na conclusão do ensino médio e também investir no curso superior (sendo os condutores formados em variados cursos de graduação), e, também, o mestrado que eleva o nível de profissionalismo dos condutores. “Assim, acredita-se que a aprendizagem formal, adquirida em instituições de Ensino Superior, também pode trazer subsídios valiosos ao trabalho de condução em UC, especialmente no que se refere a construção de uma base de competências conceituais, procedimentais e atitudinais específicos à atuação na natureza” (Op. cit., p. 173).

Dos entrevistados que possuíam curso superior notou-se uma variedade de formação como oceanografia (1), processos gerenciais (1), administração (1), engenharia agronômica (1), geografia (2), educação física (2), tecnólogo gestão de turismo (3), gestão ambiental (4).

É possível perceber que os visitantes que visitam as trilhas do Rio do Boi e do Malacara possuem nível de escolaridade elevado (Silva et al., 2025). A necessidade de

obter um nível de diálogo a altura do visitante sem perder a essência e a naturalidade do cidadão local são imprescindíveis para a boa guiada.

O nível de escolarização mostrado e os outros cursos obrigatórios deste trabalho, mostra que a busca de conhecimento constante para o trabalho de condutor é obrigatória para não ficar para traz, uma vez que o respectivo trabalho se dá em muito pela linguagem, ou seja, é necessário não só informar, mas interpretar a natureza, o condutor precisa sensibilizar o visitante com a natureza visitada.

Sobre o estado civil, os entrevistados responderam que 40,90% estão em união estável, seguido de 36,36% de solteiro, enquanto que 22,72% correspondem aos casados.

Quanto ao quesito de distribuição de renda entre os entrevistados, os dados revelaram que o grupo mais proeminente é composto por condutores cuja renda varia de três a cinco salários mínimos, representando 54,54% da amostra.

Os resultados revelaram ainda que 36,36% dos participantes possuem uma renda variando entre um a dois salários mínimos, enquanto 9,09% se enquadram na faixa de renda de 6 a 10 SM. Certamente é uma renda satisfatória de modo geral, podendo em alta temporada com condições climáticas favoráveis aumentar a renda dos condutores, por outro lado, na baixa temporada as condições de garantias desse percentual de renda estão condicionadas a bons feriados e finais de semana com clima favorável às trilhas.

Quanto ao quesito cor ou raça, os dados apontam que 86,36% dos condutores entrevistados são brancos, enquanto 13,35% são preto, pardo ou indígena. Estes resultados podem ser relacionados ao fato de que a região sul é particularmente notável por sua alta porcentagem de indivíduos brancos contrastando entre 72,6% branca, 21,71% parda, 5,0% preta e 0,4% amarela (IBGE, 2022).

Em relação ao ano de associação à APCE, dos vinte e dois condutores entrevistados, treze condutores, 59,09%, correspondem ao ano de 1998 a 2017, e nove condutores, 40,90%, correspondem ao ano de 2017 a 2024.

Em resumo, o perfil socioeconômico do condutor de visitantes da APCE entrevistado é em sua maioria: do sexo masculino , de média idade, em união estável, da classe C[10] , brancos e com ensino superior completo.

[10] De acordo com o IBGE (2022) de 3 a 5 SM.

A seguir, apresentam-se as análises das respostas referentes as 16 perguntas programadas com o objetivo de entender se a atuação dos condutores de visitantes da associação contribuiu para o desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC. A perguntas sugerem respostas em dois tempos, respostas dos condutores mais velhos e condutores associados a partir de 2020. Como explicado anteriormente, a partir de 2020, outros motivos entusiasmaram o turismo local como o Geoparque, a concessão e o plano de manejo e uso público.

5.2 ANÁLISES DAS RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS

> "Foram mais de uma semana de curso em 97'. Eu lembro que era o seu irmão, o falecido Rodrigo. Pela manhã e pela tarde que era assim, geologia, biologia, geografia, parte histórica. Várias pessoas vieram de Brasília, alguns professores de São Paulo também. Primeiros socorros, nossos primeiros socorros foi um curso assim gigante, mas teve uma simulação dentro do Rio do Boi, tem uma ideia, a gente fez a trilha do boi, a parte total. E como deslocar a pessoa que está lá. Acontece sabe, mas foi lá dentro do cânion, não foi no salão, sabe, porque tu socorrer a pessoa num salão, no piso liso é uma coisa lá no cânion é outra (Entrevistado, F. M.)."

> "O ecoturismo é uma coisa que tem que ter amor, tu tens que gostar daquilo ali. Porque se tu entrar só porque está bonito, porque o outro está indo e tal, vai te tirar fora, vai ficar um pouco tempo. E é uma atividade que também exige muito da gente porque os visitantes querem aprender (Entrevistado, P. B.)."

5.2.1 O trabalho do condutor de visitantes nos Parques

Os entrevistados foram indagados sobre como é para eles exercer a profissão de condutor de visitantes nos PNAS e PNSG, na trilha do Rio do Boi ou na trilha do Malacara. Quando comparado à s respostas dos dois grupos, observa-se diferenças no sentido de estar no ofício de trabalho com os visitantes e ao mesmo tempo sentir-se frustrado com a gestão do parque.

Parte dos entrevistados foram otimistas quanto a exercer o trabalho de condutor de visitantes. Para T. R. "*é muito valoroso poder estar em contato com a natureza*". Já F. M. "*mostrar o que nós temos de belo para alguém que é de fora, internacional, é gratificante*". Enquanto que G. R. "*a gente se esforça para que ele volte com recordações*". Por sua vez, M. H. "*é um brilho nos olhos estar conduzindo e levar*

aquela experiência geológica aos visitantes". Enquanto que E. P. "*para mim é um trabalho muito gratificante*". E, por fim, F. M., embora ressalta um pensamento positivo em relação ao trabalho do condutor, também coloca uma certa frustração com o trabalho de condutor de visitantes em relação à gestão dos parques "*como condutor, infelizmente, a gente sente uma desvalorização da própria administração dos parques*".

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020: O entrevistado T. R. sentiu-se muito grato por estar trabalhando na natureza e conhecendo novas pessoas.

> No sentido de conduzir nesses ambientes naturais de interior de cânions, é muito valoroso poder estar em contato com a natureza, a gente trabalha conhecendo tantas pessoas legais, sabemos dos desafios, mas é muito legal, estar em contato com essa natureza, com esses paredões, com essa exuberância toda, e também lidar com os desafios.

O entrevistado F. M. acreditou que o trabalho do condutor é gratificante, mas acha que os condutores são desvalorizados pela gestão dos parques.

> Sempre fui daquele *[sic]* sentimento de rede, mostrar o que nós temos de belo para alguém que é de fora, internacional, é gratificante. Mas hoje, como condutor, infelizmente, a gente sente uma desvalorização da própria administração dos parques. Eles não estão nos valorizando tanto como a gente queria. Porque a gente está mostrando a natureza para preservação, para poder usufruir daquele tipo, numa trilha do Rio do Boi, mostrar a para *[sic]* essa galera de fora a importância de preservação.

O entrevistado G. R. mencionou que a segurança e o bom trabalho do condutor fazem com que o visitante leve boas recordações.

> Não é que a gente tem que focar *[sic]* assim com as pessoas que estão ali, é energia de passar segurança e de passar tranquilidade, de orientar o suficiente para que todos vão e voltem bem e curtindo. É de bastante emoção, de bastante energia para que o visitante vá e volte tranquilo, volte bem. Com segurança e que curta um pouco. Curta o passeio também, a gente se esforça para que ele volte com recordações.

Os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e o Plano de Manejo revisado (ICMBio, 2025).

O entrevistado M. H. sentiu-se maravilhado desempenhando o trabalho de condutor na trilha do Rio do Boi.

> Hoje faz parte da minha vida, da renda familiar, isso é muito importante comentar. Mas como uma atuação lá dentro das trilhas entre o parque, é uma experiência única. É assim a trilha do Rio do boi, é um brilho nos olhos estar conduzindo e levar aquela experiência geológica aos visitantes.

O entrevistado E. P. considerou a atividade de condutor de visitantes gratificante.

> Então, para mim é um trabalho muito gratificante. Da gente estar levando o nosso turista aqui para conhecer um pouquinho da nossa região, a gente também tem a oportunidade de estar falando sobre nossa região. Sobre as histórias, tal como *[sic]* tudo começou.

Para Rosa (2025), o condutor atua liderando grupos de visitantes por um determinado momento em trilhas formatadas, sendo seu principal ofício da condução de visitantes nas trilhas compartilhar os conhecimentos do ambiente natural e cultural, sendo indispensável despertar nas pessoas o olhar efetivo e sensível para a natureza, despertando no visitante o engajamento em prol da conservação ambiental. O condutor de visitantes capacitado desenvolve a interpretação pessoal, interagindo diretamente com o público. Deve ser, idealmente, não é uma regra, um membro da comunidade, um indivíduo "nativo" que possua conhecimento prático do contexto biológico e cultural, esse histórico os diferencia de outros atores do turismo. De fato, condutor de visitantes assume uma importância na experiência do visitante, apresentando o contexto socioambiental local; torna mais rica a experiência do visitante, torna o passeio e a atividade segura, otimiza o tempo e usufruir com qualidade, desperta a sensibilização ambiental, exemplo de motivação, valorização do vocabulário local cultural, valorização da ancestralidade indígena e quilombola, fornece conhecimentos aos visitantes ao mesmo tempo que aprende com os mesmos, fortalecendo o diálogo e a troca de saberes.

De acordo com Maboni (2023, p. 216), “no campo ambiental, as parcerias estabelecidas entre as esferas pública e privada podem ser implementadas com o propósito de apoiar a visitação em unidades de conservação.” No caso dos condutores de visitantes estes recebem autorizações (ICMBio , 2019) mediante edital onde são exigidos indispensavelmente, curso preparatório de competências mínimas, curso de primeiros socorros e ainda trabalho voluntário na UC.

O condutor de visitantes atua assim como outros diversos atores como a própria chefia do parque, os analistas, a brigada de incêndio, o pessoal da concessão, das

parcerias com o terceiro setor, parcerias público-privada, para exemplificar, na gestão de uso público, na unidade de conservação, principalmente em parques nacionais. Conforme Maboni (2023), tudo isso ocorre pelo uso indireto dos recursos naturais que pode ser através de atividades recreativas, de educação e interpretação ambiental, sendo as UCs muito procuradas para pesquisa científica, turismo ecológico ou como de turismo rural entre outros.

Para Barbosa (2022), reforça que a atividade de condução de visitantes foi a única parceria estabelecida na modalidade autorização de uso que no ano de 2008, já possuía a Instrução Normativa ICMBio nº 8, já visualizando a necessidade de regulamentação da atividade de condutor de visitantes. Esta modalidade de autorização de uso no ano de 2019 procurou normalizar através de portarias à prestação de serviços como a condução de visitantes entre outros serviços. Este reconhecimento traz para o condutor mais segurança, estabilidade e vontade de buscar aperfeiçoamento para tornar a atividade de abordagem interpretativa mais agradável, temática, organizada e relevante (Ham, 1992).

5.2.2 Conhecimento dos aspectos bióticos e abióticos pelos condutores

Os condutores foram indagados como um condutor de visitantes conhece bem o PNAS e PNSG em seus aspectos bióticos e abióticos.

Quando comparado à s respostas dos dois grupos, observa-se semelhanças nas respostas no sentido de que consideram a importância do conhecimento a partir da leitura, da pesquisa e do modo científico, no entanto, ressaltam a aprendizagem empírica, da troca de conhecimentos adquiridos durante as atividades na trilha. Conhecimentos adquiridos pelas pessoas mais velhas da comunidade que explicam os nomes das plantas, dos animais e do clima. Abordam que os visitantes gostam das explicações e isso é empolgante.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020: O entrevistado N. N. acreditou estar sempre aprendendo com os próprios condutores parceiros ou com as pesquisas.

> Acredito que não tenho um conhecimento profundo a respeito dos parques, mas a gente conhece em certo aspecto. E na maioria das vezes, esse conhecimento vem sendo trocado entre condutores, que já trabalhei bastante tempo, entre pesquisas, então acho que nesse quesito de conhecimento tenho um conhecimento regular. O conhecimento básico, mas sempre estudando.

O entrevistado S. R. disse ter buscado informações que o tornassem capacitado para explanar as informações necessárias aos turistas na trilha.

> Acho que ao longo dos anos a gente foi buscando e pesquisando de forma autodidata, também participando de algumas reuniões do parque, fazendo alguns cursos e foi aprendendo um pouquinho de cada coisa. Estudando na biologia, na geologia, na geografia, umas explicações um pouco mais específicas. Mas acho que a gente tem um bom conhecimento das duas unidades de conservação.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs novo Plano de Manejo.

O entrevistado R. B. considerou que desde a sua formação técnica esteve engajado nos conhecimentos voltados à natureza.

> Considero que conheço bastante coisa, como do clima aqui na nossa Serra Geral, do espaço e ambiente. E desde a minha formação como técnico, eu já entendo bastante sobre plantas e a partir do momento que eu fui condutor busquei conhecimento, da fauna e flora e a questão de clima. Na previsão do tempo eu tenho uns conhecimentos empíricos que aprendi com o pessoal.

O entrevistado C. R. comentou que há uma troca bem grande de experiências com os visitantes, por isso é importante buscar conhecimentos.

> A gente está sempre procurando conhecimento. Cada vez mais, aprendendo e levando esse conhecimento, a gente troca experiências, há pouco tempo eu tive uma visita à noite no Itaimbezinho, onde o pessoal foi fotografar via Láctea, foi uma coisa enorme, uma experiência nova, mas foi muito boa. E essa troca de experiências diárias que a gente tem com as pessoas nos proporcionam ter esse conhecimento para poder levar as outras pessoas quando a gente fala de um puma, quando de uma formação geológica, formação dos cânions.

Para Boggiani (2018), a importância dos conteúdos científicos e empíricos na formação do condutor de visitantes, a qual começa no seu modo de ver a natureza como um todo, de forma sistêmica, explorando as demais áreas do conhecimento da região, do território onde mora, dos modos de vida da sua comunidade, da sua cidade, conectando saberes científicos geológicos e geomorfológicos mais específicos com saberes socioculturais. Pois, assuntos das geociências que são importantes na fala do condutor

podem ser melhor compreendidos quando são trazidos à roda de conversa de modo mais simplificado exemplos práticos do uso destes materiais na construção civil quando permitidos por licença ambiental. Como é o caso dos seixos rolados, que tem formação basáltica, na área dos PARNAS não podem ser retirados, contudo na construção de estradas, como brita entre outros usos é muito utilizado. Estes materiais são extraídos da natureza em lugares específicos e com licença ambiental.

Para Botelho e Rodrigues (2016), conquanto haja mecanismos no turismo que possam incluir as comunidades locais e tradicionais e demais residentes apoiando-se em parcerias por meio da prestação de serviços de fomento à visitação em UCs, sabe-se do potencial ambiental com expressões culturais, sociais e históricos diferenciados, no entanto na prática este tipo de valorização não alcança seus objetivos na maioria dos casos.

Contudo, Rosa (2025), salienta o protagonismo da APCE – Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo, no município de Praia Grande/SC, a qual a associação de condutores ambientais local, como intérpretes ambientais dos cânions, fomentar o ecoturismo incluindo residentes de comunidades locais e tradicionais, condutores vindo de outras cidades, na promoção dos PNAS e PNSG e ao entorno, tornando os atrativos relacionados ao turismo de aventura e ao ecoturismo como forma de integrar o visitante ao território visitado. Ou seja, desde 1997 a associação promove atividades para o desenvolvimento sustentável na comunidade, nas escolas e nas trilhas. Neste quesito, a APCE mostrou-se um pouco mais adiantada, de um certo modo iniciando um turismo de base comunitária, um desconforto para UC, quando a mesma deveria reagir em defesa dos cidadãos que ali residem. Considerando as Unidades de Conservação**,** o ICMBio possui diretrizes específicas para o Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais, integrando-o ao ecoturismo. Relevantemente, o TBC possui enquadramentos promissores que conversam com a dimensão ambiental, em áreas protegidas, em comunidades tradicionais, com a agricultura familiar, com o ecoturismo, em consequência com as atividades exercidas pelos condutores de visitantes.

5.2.3 Conhecimento histórico e sociocultural do PNAS e PNSG pelos condutores

Os conhecimentos acerca da história sociocultural do PNAS e PNSG para apresentar aos visitantes sustenta os princípios do ecoturismo.

Quando comparado à s repostas dos dois grupos, observa-se semelhanças no sentido.

O entrevistado M. P. é um pouco receoso em explanar sobre assuntos que envolvem a história do parque nacional. Para ele o "parque" quer que fale da fauna e da flora e nem tanto da história do parque, mas acha importante. Para o entrevistado P. S. é o que dá o tempero, pois existi am vários ciclos no passado no parque como o ciclo da madeira e do turismo. O entrevistado mais novo T. D. vê que é muito importante falar sobre a cultura e a história, contudo coloca que falta formação nessa área no turismo. O entrevistado P. B. fala que poucos visitantes não tem interesse sobre o tema, a grande maioria mostra-se interessado em aprender assuntos novos ligados a história local e a cultura.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado M. P. pensou que é importante realçar não só a flora e a fauna, mas os processos de regularizações.

> A gente sabe que o viés do ICMBio, do parque nacional é mais que a gente trabalhe *[sic]* a parte mesmo de fauna e flora, a biota, até porque a gente sabe que é uma área que teve litígio, está em processo de regularização. Nenhuma das regularizações são amigáveis. É importante mostrar tudo isso, principalmente na trilha do Rio do boi, que é uma trilha mais extensa.

O entrevistado P. S**.** falou que informar sobre a história local ao turista é o diferencial na trilha.

> Sim, é isso que dá o tempero e dá o diferencial na trilha. É o pessoal entrar na história local, identificar, entender melhor. As pessoas visualizam o Rio do Boi, como que ele é no local, onde tinha várias moradias. É, tem vários ciclos, tropeiros, ciclos das madeireiras. A vinda do parque nacional e como isso foi com a comunidade local, então é importantíssimo.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado T. D. mencionou que o condutor deve saber um pouquinho de cada tema para passar aos visitantes.

> O condutor de visitante tem que conhecer o mínimo sobre a formação dos cânions, sobre a região, a geomorfologia, fauna, flora, geografia, cultura, tropeirismo. Ele tem que saber no mínimo um pouquinho de cada coisa para poder estar passando para o visitante. Porque vai ter aquele visitante que está procurando uma foto, uma selfie, mas vai ter aquele visitante que vai sugar ele pegando informações.

O entrevistado P. B. colocou que os visitantes têm interesse em conhecer a história local.

> É, claro que os visitantes, eles *[sic]* são diferentes uns dos outros. Mas tem um visitante que só quer ir caminhar *[sic]* e não quer escutar história nenhuma. Mas, na grande maioria, os visitantes têm interesse em saber da cultura, em saber as questões ligadas à economia do lugar, do que gera a riqueza para a população.

De fato, tanto os condutores mais antigos quanto os mais novos apresentaram semelhantes respostas. Sabem da importância do conhecimento histórico cultural para apresentar aos visitantes. Também na formação do condutor local para obtenção do credenciamento este deve apresentar conhecimentos sobre este assunto optando pelo curso de formação de condutores de visitantes que apresenta na programação do curso este conteúdo em específico.

Conforme Pinto (2008), o ecoturismo como um seg mento do turismo, fortalece a formação sociocultural e estreita este diálogo com as mais diversas questões ambientais. O reconhecimento dos valores e da necessidade de preservação do patrimônio cultural e natural, viabiliza o fortalecimento da economia local, por este intermédio ocorre a educação e a interpretação ambiental, através da conscientização da preservação do meio ambiente, por este viés gera benefícios para a comunidade local. Quando o condutor em seu ambiente de trabalho na interpretação pessoal lá no ambiente natural e junto à comunidade se expressa dessa forma valorizando estes ambientes intrinse camente, o natural e o cultural, e como isso tudo harmoniza é um processo de despertar da consciência dos visitantes para que reflita o espaço onde ele vive e quais suas obrigações com os demais patrimônios naturais.

5.2.4 Participação nas atividades de Educação Ambiental nas escolas da região

O condutor de visitantes associado a APCE tem interesse em participar de atividades de Educação Ambiental quando procurado pelas escolas da região. Para Dias (2003), a Educação Ambiental (EA) é um processo de aprendizagem permanente que deve desenvolver conhecimentos, habilidades e motivações para cultivar valores e atitudes necessários para agir em relação a questões, problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis.

Quando comparado às respostas dos dois grupos, observa-se mais informações em comum do que diferenças de opinião a respeito da participação da associação e do associado da APCE nas atividades de Educação Ambiental. São experiências gratificantes. É uma via de mão dupla porque se aprende com as crianças, é uma troca, as crianças questionam e sabem de informações relevantes. Mas também é um desafio para o condutor, acaba que o trabalho se estende aos pais que vão junto na trilha. Todos acham positivo participar. Muitos já participaram como alunos e hoje participam como condutores levando os grupos nas trilhas e incentivando a educação ambiental nas escolas.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado A. A. disse ser uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional participar de atividades de educação ambiental.

> Estou associada à APCE há 17 anos. Desses 17 anos, eu já tive *[sic]* mais ativa nessa parte. Eu gostaria de estar mais, mas eu acho isso uma contrapartida muito legal do nosso trabalho assim, que é de oportunizar para as crianças da região, não só a parte de prática, natureza. Mas hoje a gente já começa a apresentar uma oportunidade de trabalho, de profissão para eles. E eu acho bem importante e acrescenta muito para a gente profissionalmente.

O entrevistado D. M. disse que é algo que agrega bastante não só para os estudantes, mas para a comunidade.

> Mas de um modo geral, é algo que agrega bastante. Já guiei algumas vezes ali no Malacara, fui uma vez também lá na Pedra Branca. Algo que o pessoal gosta bastante. E, como morador local, acaba levando para casa. Acaba com o que vem o pai, vem a mãe. Querem conhecer tio, sobrinho, enfim, e acaba com o que vai agregando mais assim para esses moradores.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado D. B. comentou que é prazeroso levar as crianças nas trilhas e gosta de ajudar.

> Sim, além de ser condutor, trabalho nas escolas. E nós já levamos alunos lá para fazer um reconhecimento, sempre trabalhando lá na escola. É muito prazeroso, estar levando os alunos da minha turma, como às vezes de outras turmas que fui ajudar também. A maioria das crianças não conhecem os cânions e assim tu consegues trabalhar muito mais na prática, mostrando.

O entrevistado E. P. colocou que é necessário estar bem preparado para ensinar e para aprender com as crianças.

> Eu já participei de algumas experiências no Malacara principalmente. Foi muito bacana porque eles vinham com uma ideia. Mesmo assim, até mesmo os alunos que me perguntaram sabem. É muito bacana, porque eu estou passando aprendizado. Como a gente aprende com eles também. A gente não pode dizer que não aprende com essa galera, mas a gente tem que estar bem preparado.

Para Dalpiás (2025) a Educação Ambiental insere-se no conhecimento socioambiental e suas conexões para a sustentabilidade. As escolas, principalmente, têm na educação ambiental um conjunto de estratégias e possibilidades que orientam e sensibilizam os estudantes. Pois, estudantes mais sensíveis às questões ambientais conseguem absorver melhor o que se passa na realidade da sua comunidade, sem deixar de pensar nas ações globais. Mesmo jovens promovendo e adquirindo responsabilidade socioambiental, visando a sustentabilidade e a promoção da qualidade de vida. Mais do que levar estudantes numa trilha, o condutor de visitantes voluntário cria espaço de memória formando sujeitos mais conscientes, capazes de intervir e transformar a realidade onde mora e valorizando sua comunidade nos aspectos natural e cultural.

Rosa (2021), afirma que o turismo como potencial apoio ao desenvolvimento da educação ambiental, uma vez que a própria UC potencializa estas atividades como ações indispensáveis entre uma maior interação sócio histórica com a área do entorno ao parque e a responsabilidade socioambiental dos moradores.

> Por fim, destacou-se a necessidade de práticas de educação ambiental nos diferentes setores sociais e reafirmou-se a importância do turismo como possibilidade de formação ambiental para a população, ao mesmo tempo que se utilizam ferramentas de educação ambiental para consolidar ainda mais essa linha de pensamento. Nessa perspectiva, identificou-se que a educação ambiental pode estimular e disseminar o conhecimento sobre responsabilidade ambiental e social. Assim, a educação ambiental contribui para o desenvolvimento de uma nova perspectiva sobre a proteção ambiental (Op. cit., p.117).

Para Dias (2003), a Educação Ambiental (EA) é um processo de aprendizagem permanente que deve desenvolver conhecimentos, habilidades e motivações para cultivar valores e atitudes necessários para agir em relação a questões, problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis.

Ainda para o Autor (Op. cit.), os objetivos da EA são os seguintes: (1) Promover a compreensão da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica; (2) Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir o conhecimento, o senso de valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; (3) Induzir novas formas de comportamento nos indivíduos e na sociedade em relação ao meio ambiente.

Em teoria, a definição de Educação Ambiental sugere algumas interpretações variando de acordo com o contexto. A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, apresenta em seu art. 1º:

> Entende-se por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Para Maboni (2023), a inserção da população local pode ocorrer por vários caminhos como a geração de conhecimento e o incentivo à população local no mercado de trabalho, com profissionais mais qualificados para a condução de visitantes a partir do direito à educação. São incluídas dimensão ambiental, dimensão do trabalho e dimensão do afeto, em relação aos valores relacionados aos parques nacionais, relacionados à memória e ao sentimento de pertencimento que correspondem às conexões positivas

ligados à natureza. A sensação de lembranças e histórias do território ocorre tanto com os visitantes, mas o próprio condutor vai conhecendo melhor o território a partir das vivências nessas áreas protegidas. E a educação ambiental enquanto prática se regenera a partir desse tipo de aspecto no contexto do sentimento de pertencimento ao lugar onde vive e trabalha, da sua própria conexão com o seu lugar de origem bem como sua cosmovisão como cidadão planetário, a dimensão imaterial e simbólico (Irving , 2015). Na dimensão política, aspectos ligados ao estímulo a um ambiente democrático na gestão ambiental, mesmo que ocorram divergências, faz parte do crescimento pessoal e profissional dos atores que trabalham com turismo, no segmento ecoturismo em UCs.

Por outro viés, é possível racionalizar a função social do ecoturismo, como verdadeira mudança social. Isto é, tirar o foco do ecoturismo como fenômeno social, a qual atende a contrapartida em relação a crise ambiental estabelecida e divulgada nas sociedades modernas. Recentemente, a natureza tem sido reconhecida pela produção de serviços ambientais favorecendo o ser humano. Por esta lógica, Layrargues (2004) coloca: “A natureza se configura então como a terceira força produtiva. Primeiro, o Mercado; segundo, o Trabalho; e, terceiro, a Natureza” (Layrargues, 2004, p. 3). A natureza é uma força econômica produtiva.

Nesse contexto, autor reforça um lado do conservadorismo que se tornou pragmático, porém, outra via se “atualizou na direção de formatos que apontam para a educação ambiental voltada à biodiversidade, ao ecoturismo, às unidades de conservação e determinados biomas” (Layrargues, 2014, 34). Mesmo com os entraves nos níveis de dificuldade de tocar projetos mais duradouros, a educação ambiental é vista com certa ânsia de aplicabilidade em ações do próprio ICMBio e do Geoparque, em níveis escolares, como uma tendência de respeito a este tema.

5.2.5 Importância do credenciamento para condução de visitantes

Diante da perspectiva de trabalho como condutor de visitantes é possível saber as dificuldades para a obtenção do credenciamento para condução de visitantes nas trilhas disponíveis pelo ICMBio no interior dos PNAS e PNSG.

Quando comparado à s respostas dos dois grupos, observa-se semelhanças no sentido.

Quando comparado à s respostas dos dois grupos, observa-se diferenças no padrão de credenciamento devido à s diferenças de época. O entrevistado F. R. considerou que mesmo no tempo dele, os órgãos responsáveis deveriam ser mais exigentes quanto a formação dos condutores e o acompanhamento pós-credenciamento deveria ser mais rigoroso. O entrevistado L. I. achou um pouco difícil, pois teve que estudar muito, produzir e apresentar relatório, mas que serviu como crescimento pessoal para atividade. Já os condutores mais novos, entrevistados L. F. e R. B. acharam fácil o acesso, só um pouco de burocracia, mas é normal. Tiveram o apoio dos guias credenciados nos estágios. Tinham facilidades em andar nas trilhas e nos matos, possuíam um certo conhecimento.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado F. R. cobrou maior empenho do ICMBio em se aproximar dos condutores de visitantes no senti do de aperfeiçoar o profissionalismo do mesmo.

> Acho que o credenciamento não é difícil. No curso de condutor de visitantes, faz os estágios no Rio do boi e você obtém esse credenciamento. Acho que o credenciamento ele *[sic]* poderia até ser mais robusto para que houvesse uma seleção melhor, mas que tivesse especialmente um acompanhamento por parte do próprio órgão que credencia. Eu vejo que o órgão que credencia está muito afastado do condutor. O órgão que credencia é o ICMBio, que poderia estar muito próxima *[sic]* do condutor credenciado.

O entrevistado L. I. mostrou-se como um condutor mais experiente e que cresceu com as oportunidades e desafios do trabalho de condutor.

> Na minha época, em 2001, que eu entrei foi meio burocrático assim. Demorou um pouquinho, tinha uma outra metodologia e tal, mas acredito que foi válido. Tive que me esforçar também para aprender, fazer um estágio, apresentar um relatório, então foi difícil, mas foi válido assim. Aquela fase ajudou a gente evoluir, adquirir o conhecimento para se tornar um condutor.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

Por sua vez, o entrevistado L. F. colocou que já tinha um certo conhecimento da natureza e o trabalho de condutor aperfeiçoou este saber ao passar estas informações aos grupos.

> No momento que eu decidi trabalhar de condutor que era algo que não sabia o que queria fazer aqui na cidade. Ingressei numa área onde eu já tenho um pouco de conhecimento, onde eu quero aperfeiçoar mais uma coisa que eu gosto de fazer, estar conectado com a natureza lá no meio do mato, no meio da trilha, conversando com o pessoal. O credenciamento para mim não foi difícil.

Já o entrevistado R. B. também achou fácil conseguir o credenciamento para atuar no parque como condutor.

> Eu acho que para mim foi bem fácil. Porque eu também já estava numa pegada de fazer trilha. Já tinha feito todas as trilhas. Já conhecia até um pessoal que fazia. Eu consegui me credenciar fácil, não é aquela burocracia. Os cursos, também. As entradas, os estágios, como já conhecia o pessoal da caminhada, eles me aceitaram e me levaram assim com bastante parceria.

Isso é ratificado havendo um empenho legal para que o condutor de visitantes consiga o credenciamento para conduzir grupos em trilhas autorizadas na Unidade de Conservação:

> Condutor de visitantes: pessoa física autorizada pelo ICMBio a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação, desenvolvendo atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos nas áreas de visitação (MMA/ICMBIO, 2019).

Kinker (2002), reforça o compromisso do condutor de visitantes depois que se torna uma pessoa cadastrada pelo órgão gestor da UC . Para alcançar este credenciamento ele teve que fazer o curso de competências mínimas para condutores, fazer o curso específico de primeiros socorros, pois recebendo a capacitação específica torna-se responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos. Durante a atividade nas trilhas na natureza, normalmente, como exemplo a trilha das Piscinas do Malacara no PNSG ou na Trilha do Rio do Boi no PNAS, seu objetivo é desenvolver atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado. A presença do condutor de visitantes nas trilhas pode contribuir para o

monitoramento dos impactos socioambientais nos locais, trilhas ou geossítios de visitação.

Obtido o credenciamento, nas UCs PNAS e PNSG, há trilhas com obrigatoriedade de contratação de condutores como a trilha do Rio do Boi e a trilha das Piscinas do Malacara (ambas em interior de cânion) e trilhas autoguiadas como as trilhas cânions Itaimbezinho e Fortaleza (caminhadas de bordas de cânion) conforme Plano de Manejo revisado do PNAS/PNSG (ICMBio, 2025). Na pesquisa de Maboni (2023), na realidade do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) e que o autor acredita ser nas demais UCs brasileiras, algumas trilhas são obrigatórias conforme justifica técnica de acordo com a Portaria do ICMBio, nº 769, de 10 de dezembro de 2019. Nesse exemplo, "a realidade da demanda de trabalho relaciona-se à forma como cada condutor busca mediar os contatos e a interlocução com os visitantes" (Maboni, 2023, p. 229). Os condutores de visitantes também dependem do período de maior fluxo de visitantes, as formas de contratação ocorrem pelas mídias sociais, indicação de pousadas e restaurantes, pelos próprios clientes, bem como através das agências de turismo local e no CAT .

Em relação aos fatores que influenciam a contratação dos condutores no PNCV (Maboni, 2023, p. 229) infere a:

> Visibilidade e uso de perfis individuais nas mídias sociais como meio de atingir mais visitantes; obtenção da contratação dos visitantes através de indicações por mais de um meio de comunicação; acesso aos recursos necessários e conhecimento técnico referente ao marketing digital; e realização do trabalho a partir de agências locais .

Num primeiro momento, o condutor de visitantes participa do edital disponibilizado pelo ICMBio conforme demanda da UC, com a obtenção do credenciamento, num segundo momento, outra jornada se inicia, aquela à qual o condutor vai fazer o seu nome perante os visitantes que chegam ao parque nacional motivados com as narrativas históricas e culturais que o condutor vai trazer para a trilha enquanto apresenta as características daquela natureza visitada.

Por outro lado, Nogueira (2011) reforça a importância para o trabalho de condutores ambientais, das atividades de ecoturismo empregadas nas atividades nos ambientes naturais e culturais, sendo que a principal discussão não é a obrigatoriedade,

mas um conjunto maior de fatores e dimensões que envolve a própria gestão do parque, na permanência, incentivo e até na manutenção das associações locais para que os condutores tenham esse suporte indispensável que mesmo de forma autônoma consiga manter-se profissionalmente.

Conforme OPAP (2020), a obtenção do credenciamento por parte do condutor de visitantes como uma das etapas mais legítimas é mais um mecanismo que visa formalizar as parcerias pública e privada. O interesse parte da esfera federal, tendo os parques nacionais como exemplo de envolver as comunidades locais no ordenamento do turismo, a autorização se sobressai dentre as modalidades formais de implementação. Além da autorização para a condução de visitantes, as UCs têm oportunizado parcerias junto às comunidades locais para serviços menores como venda dos itens de alimentação, artesanato, aluguel de equipamentos, transporte e embarcação. Encaminha-se anteriormente a estas conquistas de autorizações uma série de requisitos como capacidade profissional, equipamentos adequados e o porte da documentação necessária. O objetivo é a consistência da parceria uma vez que a contrapartida exige do trabalhador local beneficiado à qualificação mínima exigida e a capacidade de manter a atividade na prática no sentido de atender a demanda e ao mesmo tempo vivenciar os picos de baixo, médio e longo prazo, bem como a sazonalidade própria do turismo.

5.2.6 Valorização da atuação dos condutores pela gestão dos Parques

Condutor de visitantes, integrado à lista de condutores credenciados, são valorizados pela chefia e pelos analistas ambientais dos PNAS e PNSG.

Quando comparado à s respostas dos dois grupos, observa-se que tanto os condutores mais antigos quanto os mais novos se queixam da desvalorização do condutor de visitante diante do parque nacional. O entrevistado N. N. coloca que tem mais diálogo com os analistas do parque do que com a chefia, pois fica mais distante do condutor. O entrevistado S. R. coloca que faltou mais diálogo e parceria com o parque, em certos momentos havia até muito atrito entre ambos. O entrevistado P. S. coloca que os condutores poderiam ter sido melhor aproveitados ao longo desse tempo que há

condutores credenciados no parque. Um condutor mais novo, o entrevistado P. B. também colocou que os condutores fazem muito pelo parque e não são reconhecidos pelo ICMBio, desde a inibição de caçadores e coletores, ajuda a não deixar lixo na trilha, não fazer fogueira ou qualquer outro crime ambiental, o condutor está ali, o condutor são os olhos do parque. Outro entrevistado, M. H. diz que sempre que precisou, o parque respondeu de imediato e se sente valorizado pela chefia e pelos analistas do parque. De maneira geral, ficou claro na fala dos condutores o distanciamento que há entre os representantes das UCs e os condutores. Falas como "poderia ser melhor aproveitado", "a gente não tem voz de ação", "faltou mais diálogo, mais presença, mais parceria" comprovam uma certa insatisfação por parte dos condutores em relação ao modelo hierárquico da autarquia ICMBio e este conhecimento não chega até os condutores.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado N. N. disse ter uma boa comunicação principalmente com os analistas ambientais.

> Como condutor vivendo 14 anos aqui a gente tem mais abertura com a chefia dos parques. Mais com os analistas que chefia, a gente acaba não conhecendo o que entra e sai. Mas os analistas mais antigos, que já fizeram parte da chefia também, mas eu tenho comunicação fácil, mas não sei se é pelo fato de ser condutor. Sim, pelo fato de estar aqui bastante tempo e ter contato pessoal.

O entrevistado S. R. por estar há bastante tempo na APCE e de conhecer os servidores do parque fez uma retrospectiva a qual destaca a dificuldade de diálogo sincero dos agentes dos parques nacionais.

> Acho que toda a história na associação, desde da minha entrada, também, como condutora, cumprindo a escala no Itaimbezinho, na parte superior do que Itaimbezinho já existia um certo atrito com os servidores do Parque nacional. Alguns servidores eram mais atenciosos e mais prestativos. E outros um pouco mais rígidos na questão das leis, da legislação. A gente passou por vários processos de altos e baixos. Eu sinto que *[sic]* faltou sim, por mais que a gente teve uma abertura, acho que alguns servidores reconheciam isso com bons olhos como parceiros. O turismo é seguro na região. Existe pouquíssimos acidentes em função dos condutores. A presença dos condutores diminuiu *[sic]* os riscos nas atividades dentro do parque. Assim, faltou mais diálogo, mais presença, mais parceria.

O entrevistado P. S. mencionou que há um distanciamento entre parque nacional e condutores, e isso é um problema de gestão a não proximidade, dessa forma o condutor é mal aproveitado.

> Teve períodos e períodos. Atualmente, a leitura que eu vejo é o meu distanciamento com a gestão do parque. Penso que não existe uma conexão. Nós podíamos ser melhor aproveitado *[sic]*. Eu diria isso. Nós poderíamos ser melhor aproveitado *[sic]*, no sentido de contribuir com o parque em várias ações do parque. Eu acho que essa falha por parte do parque de não nos procurar como poderia é da gestão. Da minha parte talvez poderia estar mais disponível. Talvez outros condutores da sociedade hoje tenham essa relação mais próxima e eu estou um pouco mais distante.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado P. B. afirmou que o condutor é responsável por diversas atividades inerentes ao trabalho de condutor enquanto está atuando na trilha e fora dela.

> A gente não tem voz de ação, porque tu vejas bem que hoje quem faz todo o trabalho de limpeza de trilha, quem *[sic]* inibe muitas vezes os caçadores e coletores de estarem na trilha, quem faz o trabalho de educação ambiental junto com os turistas para que não fique lixo na trilha. Que tudo seja devolvido, a gente devia ter um reconhecimento maior do ICMBio. Acho que a gente devia ser mais considerado. Eu acho que poderíamos ter mais consideração, visto o conhecimento que a gente tem como local, como vivem.

O entrevistado M. H. disse ser bem otimista pelo fato de haver uma boa comunicação com a chefia e analistas do parque, ser respeitoso ajuda na interação e na dinâmica parque e condutor.

> De modo geral, eles me respondem muito bem. Sim, eu acho que eu tenho até uma boa dinâmica com eles. Tanto os analistas quanto o chefe do parque, precisamente os atuais. Sempre que eu questionei alguma coisa eles me responderam pontualmente, às vezes dá uma demora, depende da demanda, mas não sei se todos têm o mesmo privilégio. Acho que eu tive muito respeito com a unidade, com a responsabilidade que eles têm. Então, acredito que isso também ajuda muito na nossa interação.

Da Rosa (2025), é de suma importância o reconhecimento institucional conferido pelo ICMBio por meio da regulamentação da atividade e da valorização da interpretação ambiental ao condutor. Este sistema reforça a importância do condutor de

visitantes como figura estratégica na gestão das UCs e sua atuação ultrapassa os limites físicos dos parques, articulando-se com iniciativas de educação ambiental formal e informal, turismo sustentável, desenvolvimento local e governança participativa, como, por exemplo, no apoio às escolas no contexto da educação ambiental formal e no processo de sensibilização dos visitantes nas trilhas ou em outros ambientes como nos museus.

Para Honorato (2022, p. 7), o foco na questão da gestão do uso público está nas estratégias e instrumentos em relação à visitação em UCs:

> A complexidade da atividade ecoturística necessita de uma série de cuidados para que se cumpra o compromisso da formação de uma consciência ambientalista, como também a promoção do desenvolvimento regional e a minimização dos impactos causados. Desse modo, a gestão de uso público é responsável por estratégias e instrumentos para garantir que a visitação em unidades de conservação atue como um serviço ecossistêmico cultural e uma ferramenta de conservação. A partir da observação dos aspectos analisados, é possível considerar que a falta de estratégias e instrumentos que trabalhem os conceitos da sustentabilidade nas ações efetivas de planejamento e gestão, além da complexidade dos processos de ordenamento territorial contribuem com a desorganização do uso público e a consequente desconexão entre o turista, comunidades locais e a natureza como o espaço estudado.

O autor (Op. cit.), reforça o debate acerca do quão complexo é a dinâmica do setor turismo e o turismo de natureza com atividades de ecoturismo em UC tendo esta missão socioambiental. De Souza (2025) por um lado, é preciso visitar a natureza como benefício eficaz para o autocuidado, redução do estresse, restauração da atenção, saúde mental e emocional adquiridos através de práticas como banho de natureza, pausas contemplativas e atividades físicas ao ar livre são muito compensatórias. Por outro lado, é preciso repensar que este excesso de complexidade pode contribuir para a desconexão entre os atores turísticos locais, o visitante e a natureza.

5.2.7 Valorização da atuação dos condutores pela prefeitura municipal

A ideia é entender à proporção que o governo municipal em relação ao turismo valoriza o trabalho do condutor de visitante.

Quando comparado às respostas dos dois grupos sobre a valorização do governo municipal para com os condutores de visitantes, observa-se que pelos condutores

mais velhos entrevistados houve mais dificuldades no início (1997/2010) até o governo municipal perceber que o turismo era uma coisa viável, que teria futuro. Consideram uma falta de valorização por parte do governo municipal. Como um trabalho responsável por receber muit os turistas domésticos e internacionais era de se esperar que os condutores seriam prioridades para o desenvolvimento econômico. Os entrevistados mais novos C.R e T. D. apontaram algumas causas típicas de quem aprendeu e vive o turismo hoje em Praia Grande. Colocam que através dos condutores poderia inserir nas salas de aulas cursos voltados ao turismo, há poucos investimentos por parte do governo municipal. Outro entrevistado colocou que com a vinda das atividades de aventura principalmente do balão, os condutores migraram para estas atividades em decorrência das oportunidades que estas ofereciam.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

G. R. teve a impressão que melhorou um pouco para os condutores não por causa do apoio do governo municipal, mas porque o trabalho de condutor ganhou um espaço de trabalho que favorece um coletivo familiar.

> Acho que nunca houve essa preocupação. Eu não me lembro de existir alguma vez alguma preocupação do governo municipal em relação aos condutores. Assim é a própria sociedade local. Assim é, principalmente, no tempo que eu comecei em 2007, não tinha um bom olhar para isso. E hoje está diferente, porque o turismo tem crescido. Então, acho que as pessoas têm um pouco mais de informação e respeito, há muitas famílias, que trabalham com turismo, muitas famílias têm pousadas. Então, o condutor, eles perceberam que é muito importante, então hoje está um pouco diferente.

Para D. S. contou que na experiência dele a proporção que o turismo foi tendo mais visibilidade, as coisas em relação ao turismo foram se desenvolvendo.

> Hoje em dia, mais do que no início. No início foi bem complicado. Hoje em dia, com essa demanda que teve a cidade. A gente pode dizer que vai ser a primeira economia. A gente tem mais visibilidade. E eles sabem que o nosso papel, como eu falei, é importantíssimo para o desenvolvimento do turismo na cidade. Então, sim, acredito, hoje sim, no começo não.

Já L. R. colocou que a organização do turismo nunca foi prioridade da administração.

> Eu já sou um pouco mais crítico, porque eu nunca vi da parte da administração, procurar uma organização para organizar. Foi tudo deixado indo por conta reunido por conta, é

> igual hoje tu pegas as pousadas, tudo vai por conta. Não existe um controle, tu pegas as agências, é tudo por conta. Na minha opinião, o poder público deixou muito a desejar nesse quesito.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

C. R. concordou que os condutores poderiam ser bem mais valorizados, o poder público poderia dar mais assistência aos trabalhadores condutores. Já tem um pouco mais de divulgação e incentivo, mas está longe do ideal.

> É valorizado, entra também essa questão. A gente precisa de um pouco mais de valorização como condutores. A gente traz outras pessoas para poder divulgar a nossa cidade. Eu creio que a nossa cidade poderia ter um pouco mais de desenvolvimento nessa área, poderia ter um pouco mais de assistência para os profissionais que trabalham nessa área. Eles poderiam agregar essa parte dos cursos, dos ensinamentos. Então, acho que deixa bastante a desejar nessa área. Mas tem um pouco, hoje está tendo um pouco mais de divulgação sobre a questão dos parques. Das atividades e tudo mais. Que nos dá um pouco mais de visibilidade, então a gente está sendo assistido.

E T. D. afirmou que a atividade de condutor que é precursora no município acabou ficando um pouco de lado sendo substituída por outras atividades como o voo de balão.

> Eu acredito que, principalmente com a vinda de outras atividades de turismo na cidade, o balão, por exemplo, o condutor acabou ficando meio de lado. As trilhas, os cânions em si ficaram meio de lado. E esse resgate, cada vez está mais longe de acontecer e cada vez o condutor está ficando mais de lado, tanto que ele sabe que tem muito condutor hoje que deixou de guiar e está fazendo outras atividades. Então, acredito que pela questão da formação, de passar instruções, buscar treinamentos que o município deveria estar trazendo e hoje é um ato falho.

Conforme Serra (2024, p. 67), “a proposta de turismo menos predatório está atrelada à ideia de sustentabilidade, em que se pensa no presente, mas também no futuro, a partir do entendimento de que os recursos são escassos”. Este entendimento pressiona as prefeituras ao planejamento e políticas públicas de turismo, uma vez que o conceito de sustenta bilidade pode ficar mais no papel do que na prática. Da Cunha (2020, p.154), aborda o tema turismo sustentável, “este segmento surge como alternativa para garantir a exploração de maneira responsável e perpetuar os destinos turísticos para novas

gerações.” Nesta linha de raciocínio, Beni (2002), destaca que o turismo sustentável deve garantir e assegurar os fatores de diferenciação do destino turístico e a forma inteligente de usar os recursos naturais, histórico-culturais e temático-artificiais, por meio de um processo preservacionista estratégico de processo evolutivo dinâmico e coordenado, geograficamente delimitado.

Souza (2025), conforme percepção da Associação de Condutores de Visitantes de Itacaré (ACVI):

> Aliás, outro fator de extrema relevância é o distanciamento do poder público local, que inviabiliza parcerias com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), o ICMBio, as instituições de ensino superior do entorno, bem como a sinergia das secretarias de segurança pública e de turismo e demais órgãos municipais, que são imprescindíveis na ampliação do repertório de conhecimento profissional e segurança dos visitantes (Souza, 2025, p. 47).

Acaba que as associações de condutores tendem a buscar por si mesmas os cursos de capacitação, enquanto que com o apoio da prefeitura municipal obter-se-ia um grau maior de qualificação formal dos condutores. Seguem crescentes demandas que se encaixam no perfil do condutor, principalmente se este tiver curso técnico ou graduação, mesmo não sendo requisito para o trabalho de condutor. Alguns cursos como educação financeira, conservação ambiental e sustentabilidade e curso de língua estrangeira. É preciso enaltecer os conhecimentos práticos e informais, como identidade cultural, contudo, a busca constante por conhecimento complementa a formação pessoal do condutor tornando-o mais seguro no seu trabalho valorizando os serviços oferecidos perante o visitante (Op. cit.).

5.2.8 Preparação do condutor local para receber turistas diversos

Os perfis dos turistas são diversos (caminhantes experientes e iniciantes, de regiões diferentes do Brasil, estrangeiros, crenças individuais, opiniões políticas, futebolísticas, etc.) que procuram os PNAS e PNSG, interagir com esta demanda de público requer do condutor preparação de informação, visão ética e de responsabilidade sobre o que é pertinente discutir na trilha ou não é necessário a fim de evitar constrangimentos desnecessários.

Quando comparado às respostas dos dois grupos (condutores mais velhos e condutores novos entusiamados pelo geoparque concessão e novo plano de manejo dos parques), observa-se que há uma hegemonização das informações, como se estivessem seguindo a mesma escola de aprendizagem de condução de grupos. Talvez isso se deve ao fato desses condutores velhos e novos estarem circulando nas mesmas trilhas, participando das mesmas reuniões e renovando os conhecimentos nos mesmos cursos. Os entrevistados tendem, portanto, a colocarem um padrão de preparação, seja pela conversa com o cliente previamente fazendo uma apresentação bem reforçada, seja na chegada do cliente para fazer as atividades, esta leitura, olhar e essa sensibilidade acaba sendo um recurso de preparação. Como comentado, o conhecimento pode vir de leituras prévias autodidatas, ou cursos de técnico ou de graduação, é necessário esse aprimoramento. Como dito, a valorização dos conhecimentos passados por outros condutores sobre como comportar-se nas trilhas com os clientes de modo a filtrar informações mais relevantes no contexto do ecoturismo. Durante a caminhada já é possível traçar uma linha de conversa bem coerente que valorize a todos os visitantes. E por mais que as coisas vão se ajustando em termo de formação de grupo isto não quer dizer que de repente tenha que mudar para que as coisas se adequem e fiquem todos bem.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado A. A. apontou a necessidade de se fazer uma pré-venda colocando a realidade da atividade escolhida, reunir o grupo e fazer uma abordagem coletiva em relação aos percalços da caminhada.

> Hoje a gente tem uma pré-venda assim, bem organizada. Que a gente até criou procedimento de informações mínimas ao participante. A gente até aumenta um pouco a dificuldade da trilha nesse primeiro contato, para gente fazer um filtro. Esse foi um procedimento nosso, assim, de comercialização da guiada. E aí, quando chega e tem um perfil diferente? Antes de iniciar a atividade, a gente faz um "briefing" bem reforçado. Assim vai, faz vários combinados com quem está participando. Que a partir dali é um grupo. Não importa que não se conheça, mas aconteceu qualquer coisa com qualquer um procedimento de segurança, voltar. Te deixa bem claro o procedimento em relação a algum acidente e a tromba d'água se ver qualquer movimentação de chuva intensa é ver mudar a coloração do rio. Ah, caminhamos metade da trilha. Deu alguma coisa? A gente volta, devolve o dinheiro e tudo certo. Trabalha com esses combinados, mas o que ajuda muito é essa questão da venda antes e grifar *[sic]* o que já aconteceu. E, tipo, essa questão de idade, questão de dificuldade.

O entrevistado T. R. citou que no cotidiano das trilhas conduzindo os grupos é onde as experiências se concretizam nas trilhas e no contato direto com o visitante.

> Acredito que a grande preparação é a própria experiência nas trilhas nas atividades, acompanhando e valorizando o guia mais experiente. Acredito que essa preparação vem a partir de outros guias e de outras atividades que acontecem a partir delas que *[sic]* vai ganhando essa bagagem de conhecimento para conseguir dar com algumas situações. É como se a gente não buscasse o tempo todo estudar, é estar bem informado, mas a partir das experiências que a gente tem, que a gente ouve falar.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado M. H. disse evitar assuntos de cunho pessoal que possa gerar polêmica ou atritos entre os visitantes. Prefere trazer assuntos referentes a trilha como dos aspectos naturais e culturais, próprios do ecoturismo.

> Olha, bem diversificado mesmo. Alguns visitantes entram em contato comigo diretamente, esses visitantes que eu tenho comunicação anterior, a gente vai percebendo e entendendo como é que *[sic]* a dinâmica dele, da onde ele vem, tentando conhecer um pouquinho mais. Muitas vezes, grande parte dos meus visitantes, que eu conduzo, são visitantes por indicação de agência, não é por meio de parceria, às vezes, a agência passa alguma coisa prévia para a gente, mas muitas vezes é surpresa. É realmente durante a trilha que a gente vai tendo comunicação mais direta e eu sempre respeito o espaço. Conforme a gente vai conversando e entendendo a dinâmica do visitante. A gente vai tentando dar o espaço, mas claro, algumas regras. Eu tento evitar muito de conversar por exemplo, política, religião, são assuntos são *[sic]* muito complexos, que são decisões pessoais. Eu prefiro que não seja discutido na trilha. Evitar o máximo, então dentro da trilha eu gosto de a gente falar de como é que está a situação da cidade, como está a situação dos parques, o que está acontecendo, pessoalmente, questão do plano de manejo do parque. A gente fala esse assunto daqui a pouco vai ter outras atividades para vocês aqui dentro. Mas fujo bastante dessas questões políticas e religiosas. Gosto muito de levar essa questão de gênero não *[sic]* é um problema, nunca foi pra mim. A gente tem hoje o mundo *[sic]* público LGBT muito grande. Está vindo para as trilhas e isso é importante, então assim também nunca tive um problema com nenhum grupo.

O entrevistado E. P. revelou que as coisas acontecem de forma muito dinâmica na trilha havendo a necessidade de estar direcionando os assuntos durante a trilha para que o contato com a natureza seja o principal objetivo.

> Qualquer cantinho aqui no Brasil o gosto é diferente, jeito diferente, são maneiras diferentes, enfim, mas a gente na verdade tem que estar preparado. Então a gente tenta se preparar da melhor forma. Psicologicamente. Porque sabe que vai pegar assim uma pessoa que é mais ativa. Outra pessoa que já nem tanto e tal, mas é uma caixinha de surpresa. Cada atividade que a gente vai fazer, se a gente se prepara para uma trilha, a gente imagina que seria de uma forma. Não é que a gente vai trabalhar daquela forma ali, mas quando a gente começa a fazer atividade, a gente acaba tendo que mudar e no decorrer da atividade acaba mudando umas vinte e três vezes por causa dos perfis. Então, a gente tem que estar preparado para todo esse público.

Cotes (2017, p. 894-895), afirma que "Atividades na natureza, especialmente trilhas em ambientes naturais, envolvem o saber se movimentar e, ao mesmo tempo, a percepção do ambiente natural, o que requer uma complexa relação que abarca os sentidos (visão, audição, tato, olfato, paladar), além de raciocínio rápido e astúcia." Certamente, em trilhas, o condutor se prepara para o ambiente natural, isto implica vários fatores que só estando integrado aquele momento na natureza é que se pode sentir, medo, alegria, surpresa, cansaço, superação. Na caminhada pela manhã pode estar um lindo dia de sol, à tarde pode ter chegado uma tempestade. E saber lidar com o psicológico do grupo e tomar atitudes de líder é muito importante para passar segurança ao grupo.

Ainda, Cotes (2017, p. 895), salienta que "Ao percorrer uma trilha conduzindo visitantes no interior de uma UC, os olhos permitem tecer uma imagem da paisagem visual, os ouvidos possibilitam estabelecer uma representação sonora, o nariz um panorama olfativo, a boca a experiência do paladar, e a pele a sensação tátil." Enfim, cada visitante vai reagir a tudo isto de formas diferentes, o condutor nem tanto pois já é hábito dele, embora não precise deixar de vivenciar aquele momento, mas como todo profissional o foco acaba sendo a segurança de todos.

5.2.9 O condutor de visitantes como um elo entre o turista e a comunidade local

O condutor de visitantes é considerado um elo entre o turista e a comunidade local, através do ecoturismo consegue mostrar os potencias da cultura local e do meio ambiente.

Quando comparado as respostas dos dois grupos, observa-se que os entrevistados mais velhos e novos acreditam ser enquanto condutores de ecoturismo um elo entre o visitante e a comunidade. Pelos exemplos acima citados, quando na oportunidade de contato até mesmo antes da chegada do visitante na cidade já começa uma relação de negócio, mas também de informações essenciais ao turista. Ao chegar na cidade, e se dispondo a fazer as trilhas no decorrer da caminhada o condutor faz explanações que envolvem a sociedade, economia e a cultura, os aspectos naturais, e a forma interpretativa própria do condutor traz ao visitante esta ponte ou este elo de confiança indicando outros lugares essenciais para a comodidade e tranquilidade do visitante.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado L. I. mencionou que um condutor bem preparado favorece a satisfação do visitante uma vez que o condutor consegue conectar o visitante com o lugar visitado.

> Eu acredito que é bem importante quando com *[sic]* o turista tem contato com o condutor local, ele leva uma outra visão da cidade e consegue absorver mais informações. Um condutor bem preparado que consiga passar bastante informações da cidade ao turista, vai sair muito mais satisfeito. Com mais conhecimento da cidade e dos atrativos.

O entrevistado D. M. reforçou que o condutor durante a trilha ajuda nas tomadas de decisões sobre o que fazer, onde comer, onde comprar, quais outras atividades a serem feitas guiadas ou autoguiadas, eventos, atividades culturais de modo geral.

> A gente acaba ficando a fonte mais segura que tem para o visitante. Ele tem duas opções, quando ele tende para o destino ou ele já vai atrás do guia da agência para fazer os passeios, ele já vai atrás de uma hospedagem. Basicamente, acontece assim. Hoje a gente tem um Rio do boi, com os ingressos limitados, a gente procura ter um contato mais ágil para reservar e isso acaba gerando uma identificação maior, cliente e condutor. O que que tu me indicas para eu comer à noite? Então, muitas vezes ele nem se ligou lá no "flyer", ele só queria chegar na pousada e tomar um banho. Já foi pra trilha, então a gente vira um elo de comunicação muito forte. Não só um restaurante, mas o que fazer além da trilha. É o que tem mais na região, então, mas se amanhã, se o tempo estiver ruim, o que que eu posso fazer? São várias informações em que a gente vai passando e vai virando um melhor amigo, digamos, do turista.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado P. B. colocou que na sua opinião a maioria das pessoas envolvidas no turismo não se preparou minimamente, enquanto que o condutor credenciado, teve que se preparar para exercer o seu trabalho está mais preparado para apresentar aos visitantes valores ecológicos e culturais.

> Porque o que a gente vê é que o turismo deu um crescimento muito grande em Praia Grande. Aqui na nossa região e foi *[sic]* um crescimento assim, sem controle na minha opinião. Posso estar enganado também. O turismo passou a ser uma atividade secundária, não é onde as pessoas que têm outra atividade começou a trabalhar com hospedagem porque hoje um ponto forte do turismo e em toda a região é assim. A hospedagem gastronomia *[sic]* e guiamento. O que a gente vê *[sic]* que a maioria das pessoas que têm hospedagem, elas caíram de paraquedas no turismo. E não têm um preparo, não têm um conhecimento, inclusive sobre a região, sobre a fauna e a flora. Não tem um amor por aquilo, tem amor pelo dinheiro, pelo capital, mas não tem um amor pela terra, pelo lixo, pela reciclagem, pelo controle do lixo. Então, eu vejo que hoje o condutor de ecoturismo, pelo que eu conheço, do pessoal que trabalha na APCE. A nossa turma, tudo que trabalha. Eu acho que o condutor de ecoturismo ele é *[sic]* o principal elo de ligação.

O entrevistado C. R. considerou o condutor um dos pontos de apoio mais confiável desde o primeiro contato, essa relação visitante e condutor gira em torno da credibilidade e da atenção que o condutor oferece.

> Considero, com certeza isso é um elo bem forte, porque quando a gente faz o primeiro contato com o visitante, além de falar das atividades, a gente fala da cidade, porque muitos não conhecem, um restaurante, o lugar onde eles podem ir. A gente começa a falar e já começa a ter uma aproximação com esse visitante, muitas dessas pessoas que vêm algumas vezes é de *[sic]* uma agência por indicação. É alguém que viu o trabalho ou leu sobre o trabalho da gente. Criam confiança e nos passam credibilidade para poder passar essas informações. Então, com isso tu consegue falar de restaurante, pizzaria e de loja que às vezes procuram algum material. Isso passa a credibilidade*[sic]* , porque muitos vêm para cá em cima daquilo que a gente faz em cima daquilo que a gente fala, isso gera uma credibilidade bem grande, confiança e a transparência. Eu acho que esse é um grande elo, sim. O condutor traz as pessoas com mais confiança para a cidade e faz acreditar realmente.

Para Maboni (2023), a condução de visitantes é um elo fundamental no incentivo à mudança de atitudes por parte dos visitantes em relação à causa ambiental e à sua relação com o ambiente visitado (natural e cultural), através de atividades educativas

e interpretativas no decorrer da visita. Este trabalho do condutor de visitantes tem sido reconhecido em diversos documentos do Ministério do Meio Ambiente.

As UCs sustentam-se pelo apoio de diversos serviços para que ocorra a visitação, desde guarda-parques a agente de prevenção ao fogo, desde os analistas a chefia do parque, dentro deste escopo de trabalhador necessário ao funcionamento do parque, a atividade de condução de visitantes manifesta um grande potencial para a inclusão da comunidade local na disposição produtiva do setor do turismo.

Alguns trabalhos nas lavouras de moradores locais que causavam impactos negativos à natureza como uso do agrotóxico, queimadas, desmatamento, a qual seguiam um padrão de trabalho na terra ao contrário do agricultor agroecológico, por vias de obterem o entendimento do turismo muitas vezes acabam tendo novas oportunidades de trabalho mudando para uma atividade de relevância para a conservação dessas áreas naturais. De fato, esta compreensão análoga a um processo permanente de sensibilização ambiental de participação do morador em colabora r para a preservação da natureza encontra no condutor de visitantes o elo entre o meio ambiente natural e cultural da localidade e o visitante, contribuindo decisivamente para o planejamento turístico e a condução da atividade de visitação a atrativos naturais (Ribas, 2012; Canto-Silva, Cotes, 2017; Boggiani, 2018; Da Rosa, 2025).

Canto-Silva e Cotes (2017, p. 382) analisa a atuação dos condutores de visitantes em parques brasileiros em relação a gestão do uso público e valorização da comunidade local.

> Importante conclusão a ser retirada deste trabalho é o papel protagonista dos condutores locais na condução de visitantes nos Parques brasileiros. Isto fica muito evidente a partir dos dados analisados, corroborando as tendências nesse sentido observadas nos últimos anos e refletindo as iniciativas em prol de um turismo ecológico, baseado na inclusão das comunidades do entorno dessas áreas protegidas. Conclui-se, também, que a relação administrativa dos condutores de visitantes com os Parques ainda não é adequada em todas as unidades estudadas, necessitando a implementação de instrumentos legais que melhor ordenem a atuação desses profissionais. Por outro lado, a organização dos condutores de visitantes em associações, cooperativas e outros coletivos é uma realidade, embora ainda não predomine como forma de atuação nos Parques estudados .

As pesquisas mostram que apesar das dificuldades de se trabalhar em UCs, muito pela burocracia envolvida, os condutores de visitantes exercem um trabalho

excepcional constatadas as dificuldades encontradas. O trabalho do condutor é respeitado pelo visitante que o contrata ou a agência que ele faz parte, uma vez que é na maioria das vezes um trabalho na natureza que envolve família ou casal ou amigos e que a fala curiosa do condutor mesclado com o momento de banhos na cachoeira ou desfrutando da paisagem exuberante como jardim engrandece a figura do condutor de visitantes.

5.2.10 O condutor local como ferramenta de conservação para a regeneração da biodiversidade

Para o ICMBio, o condutor de visitantes é uma ferramenta de conservação da natureza sendo capaz de contribuir com a regeneração da biodiversidade enquanto está caminhando com o grupo na floresta utilizando-se da interpretação pessoal.

Quando comparado às respostas dos dois grupos, observa-se que acreditam nas potencialidades do condutor para esse viés de cuidado com a preservação da natureza. Entre o s entrevistados mais velhos, F. R. colocou o sentimento de pertencimento em relação ao parque e o M. P. apontou a ideia do condutor como um disseminador de conhecimento. Os entrevistados mais novos como T. D. um protetor da natureza, com o condutor o visitante não leva fauna, flora, não deixa lixo, nem risca as rochas; enquanto que para C. R. o condutor traz o conhecimento da importância da conservação da natureza. Ambas as respostas dos condutores velhos e novos acreditam que os condutores são a peça chave do quebra-cabeça da conservação.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado F. R. colocou que o condutor é mais do que uma ferramenta de conscientização em relação a conservação ambiental, acaba demonstrando que também pertence aquele lugar, por isso sente-se à vontade para cuidar do que é dela, que é do povo.

> O condutor faz muito mais do que ser uma ferramenta. O simples fato de que ele representa uma comunidade, exerce uma pressão muito positiva para o parque. É a comunidade que está entrando agora no parque para ajudar o parque, ele é uma ferramenta para ajudar a sua própria comunidade a cuidar do seu próprio patrimônio, que é o parque nacional, que é um patrimônio nosso, que às vezes a gente cria isso erroneamente, a gente cria uma barreira governamental. É como se o parque fosse, de fato, uma ilha, e que fosse de

> alguém, mas o parque é nosso. Ele é do povo. E temos representantes que ajudam a organizar a administrar. O fato dele entrar lá, acaba desmanchando um pouco esses muros. Porque ele entra no parque nacional, a comunidade entra no parque nacional e ela entra justamente para cuidar do que é dela. Então, a ferramenta é o povo cuidando do que é seu, para o bem comum.

O entrevistado M. P**.** disse que através da disseminação do conhecimento verde os visitantes tenderão a praticar ações que contribuam com a regeneração da natureza, valorizando matas nativas e corredores ecológicos.

> Eu acho que ele contribui com a regeneração. Não é tanto porque a gente não vai fazer plantio. A gente não está mais nem habilitado a fazer manejo das trilhas, manejo das exóticas. Tudo isso hoje depende de outros fatores. Mas eu acho que pela disseminação do conhecimento. Disseminar o conhecimento para que a gente tente desenvolver mais áreas verdes. A ideia do condutor como disseminador de conhecimento verde para que as pessoas tenham interesse e conheçam mais e a gente consiga atingir esse objetivo de ferramenta de conservação. Eu não acho que dentro da trilha assim a gente vá influenciar, a gente vai influenciar a cabeça dos visitantes para que eles retornem com uma consciência melhor de conservação da natureza. Por que é que as plantas nativas são importantes. Porque a gente precisa de corredores verdes.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado T. D. comparou uma trilha guiada por um condutor a qual são ressaltados os valores da unidade de conservação, enquanto que em uma trilha autoguiada é perceptível os danos deixados à natureza como lixo e degradação.

> Com certeza, porque é muito simples. Fazer uma trilha dentro da unidade de conservação com o condutor não vês lixo, não deixa o visitante coletar uma espécie, seja fauna, flora, uma pedra. Em uma trilha autoguiada tu vês lixo, degradação e danos à natureza. Acho que o condutor tem esse papel fundamental de manter e preservar não só os parques, a mata, a vegetação, enfim, a formação e tudo mais, cultural histórico da região.

O entrevistado C. R. falou que além da trilha ficar mais segura com o condutor, no ambiente da natureza há o despertar da conscientização por estar no lugar próprio para isto.

> O condutor traz o conhecimento da importância da preservação. Ele fala sobre a história de uma região. Hoje todo mundo faz trilha, mas a conscientização de se fazer uma trilha segura, uma trilha limpa, organizada. O condutor faz isso acontecer porque trilheiros a gente tem no Brasil e no mundo todo, mas em

> algumas trilhas a gente vê garrafa, lata, árvore cortada, e fogo em todo lugar e aqui é onde a gente tem o condutor trabalhando, a gente não vê isso, a gente vê trilhas limpas. A gente vê, é um lugar preservado, então isso mostra sim a importância do condutor.

Para Nascimento (2016, p. 428), o condutor de visitantes sendo uma ferramenta da conservação da biodiversidade, tendo o uso público como critério legal, depende obviamente da boa gestão e planejamento da UC para que esse objetivo seja alcançado.

> A condução de visitantes em áreas protegidas possui elevado potencial na geração de recursos para a sustentação dos Sistemas de UCs e a potencialização da sustentabilidade nas comunidades residentes no interior e no entorno destes territórios. Porém, embora o Brasil tenha 16,9% de sua área continental protegida sob a forma de UCs, tendo a maioria grande potencial para atividades relacionadas ao uso público, ainda há um longo caminho a se avançar quanto às bases legais que regulamentam a condução de visitantes nestes espaços protegidos. O desenvolvimento seguro da atividade deve ser realizado através da criação de normas e procedimentos que ao mesmo tempo incentivem a visitação e a atuação de condutores qualificados e propiciem o alcance do principal objetivo das UCs, a conservação da biodiversidade .

O autor (Op. cit.), ainda alerta que a visitação de turistas em UCs gera inúmeros benefícios e se encaixa no perfil brasileiro em um tipo de trabalho para geração de renda a qual o morador local consegue se inserir com facilidade. Contudo, insiste que o mal planejamento e gestão dos parques, é dado como potencial gerador de riscos trazendo impactos negativos nas ordens física, biológica e social.

Matos (2019) coloca que o ser humano traz em si à necessidade de integração à natureza, considerando também que cada pessoa tem percepção individual de sua relação com a natureza em diferentes graus quando inserido no contexto do ambiente natural. A busca pelo turismo na natureza é um dos serviços ambientais disponíveis pelas UCs e com o ecoturismo sendo bem acolhido pelos visitantes a tendência é de crescimento neste setor. As pessoas escolhendo o turismo de natureza em UCs que oferece serviços de visitação, certamente impulsionam e incrementam conhecimento da cultura e da economia local e regional.

5.2.11 Importância da associação APCE para os condutores

A importância de fazer parte de uma associação de Condutores locais como a APCE e os benefícios que a mesma lhe traz.

Todos os condutores entrevistados veem com um olhar bem positivo em relação a importância de uma associação de condutores para ecoturismo em um município que tem parte de sua economia voltada para o turismo. O entrevistado L. R. vê a associação como uma forma de organização dos condutores. O entrevistado A. A. coloca que a APCE desempenha uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do turismo da cidade. O entrevistado J. L. explica que a associação dá mais segurança ao condutor perante aos órgão públicos. O entrevistado M. H. diz que uma associação é fundamental para tornar uma comunidade turística mais organizada. Uma associação conquista ações e melhorias fundamentais que um condutor sozinho não conseguiria.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado L. R. manifestou apreço por fazer parte de uma associação de condutores pela organização que esta estabelece entre os associados.

> É muito importante fazer parte de uma associação porque como eu falei, a falta de organização é um problema muito grave. É uma associação funcionando, ela ajuda nisso, ela organiza, põe regras. Como é uma associação? Não é um falando, é uma associação, tem poder para buscar e levar. É positivo fazer parte da associação.

O entrevistado A. A. destacou que durante este tempo de vida da associação o maior legado seria a força da representatividade e da força coletiva:

> A APCE pelo tempo de vida e vejo um papel de contribuição para o desenvolvimento do turismo da cidade passa pela APCE. Ela tem um peso muito grande. Às vezes, é até maior do que a gente imagina que ela tem assim, pela idade dela, pela forma que ela se desenvolveu no decorrer dos anos. E deixou bastante representatividade, de força coletiva. Mas também a questão de vida. A vida da associação não é diferente, às vezes, a gente aproveita mais, às vezes aproveita menos, mas eu acho super importante assim para a gente se organizar de forma coletiva.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado J. L. afirmou que uma associação de condutores representa a valorização não só do condutor, mas do respeito ao turista:

> Então, com certeza, fazer parte de uma associação de condutores é representar com respeito o turista. Sabe que tem alguma uma *[sic]* expressão forte, de benefício e segurança. É aquela coisa certa nessas coisas que já estão se alinhando. E seria mais benefício, esses assim de a gente estar sempre procurando valorizar mais o guia perante um órgão público ou alguma coisa assim é aquela sociedade que vai ter voz.

O entrevistado M. H. sentiu-se mais seguro fazendo parte de uma associação, pois sendo uma comunidade organização conseguem levantar recursos para compra de equipamentos que dão mais qualidade ao trabalho do condutor:

> Sim, é fundamental. Primeiro, porque a gente por meio de associação é uma pessoa a mais. É uma comunidade mais organizada. A gente consegue buscar mais direitos, recursos ou até mesmo melhorar algumas ações dentro do município, dentro do parque nacional. Hoje, eu sou membro da diretoria da Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo. Também sou membro da associação Tigre Preto de Jacinto Machado. Então, estou em duas associações que eu acho que são fundamentais para a região. Acho que talvez uma das melhores ações que a gente tem conseguido, principalmente para mim que estou no Rio do Boi e que tem me dado mais segurança, talvez foi o rádio digital. A gente tem uma comunicação excelente lá dentro.

Souza (2025, p. 47) enfatiza que mesmo uma associação organizada que busque por qualificação através de capacitações organizada pela Associação de Condutores de Visitantes de Itacaré (ACVI) isto é positivo pois demonstra proatividade e organização comunitária, esses cursos podem apresentar limitações:

> A principal preocupação é a falta de padronização, atualizações metodológicas e embasamento técnico-científico, aspectos frequentemente presentes em formações desenvolvidas por órgãos especializados. Ademais, cursos organizados por grupos locais podem não contemplar a diversidade de conhecimentos necessários para lidar com os desafios contemporâneos da condução de visitantes, como o manejo ambiental, a mediação intercultural e o atendimento a visitantes com diferentes perfis .

A solução para curto prazo estaria na parceria entre a comunidade e associação de condutores e órgãos técnicos para potencializar a qualidade das formações, equilibrando a valorização dos saberes locais que é imprescindível ao ecoturismo com o acesso a conteúdo atualizados e sistematizados que nem sempre são muito fáceis de acessar.

Nesse sentido, (Eisenlohr, 2013), as trilhas podem ser consideradas uma importante oportunidade para refletir sobre à conservação e restauração dos ambientes naturais. Considera o trabalho do condutor na trilha seja uma ferramenta a favor da conservação e restauração por permitirem o contato do homem com a natureza e a conscientização da necessidade de conservar, por outro lado constituem uma fonte de transtornos a esses ambientes naturais.

Enquanto que Rosa (2025), dialoga com esses dois fatores inerentes ao acesso às trilhas por meio de caminhadas na natureza, que é o modo da conservação da natureza, restauração dos ecossistemas, no caso nas trilhas em estudo Rio do Boi (PNAS) e Malacara (PNSG) e a relação dos condutores de visitantes que compartilham esses ambientes visitados.

5.2.12 Conhecimentos dos condutores no tema geoparque

Conhecimentos sobre o território Geoparque Caminho dos Cânions dos Sul e suas especificidades para abordar o tema nas trilhas.

Quando comparado às respostas dos dois grupos de condutores entrevistados a menção ao geoparque fica em segundo plano, sendo mais tranquilo e favorável contextualizar sobre os parques nacionais. Comentaram que foi uma conquista recente e que ainda estão aprendendo mais profundamente e alguns cursos que foram oportunizados tem contribuído para o conhecimento do tema geoparque. Concordam que o básico é explicado aos visitantes, como a questão de envolver outros municípios da região e a visibilidade internacional que o geoparque oportuniza ao território. Sentem-se inseridos nas propostas, mas consideram que tem muito que ser explorado e vivenciado no futuro.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado G. R. considerou importante a conquista desse título de geoparque e isto agrega no trabalho do condutor, pois abre para mais informações diferenciadas como falar das paleotocas:

> Eu abordo o tema geoparque, algumas vezes eu me esqueço, mas procuro abordar assim com frequência. Tento incluir principalmente no início das trilhas. Primeiro falo dos parques, que a gente está entrando nos parques, mostro a plaquinha do geossítio. Falo como que a gente conquistou esse título. Do conjunto de ações para que a gente conseguisse esse título mundial. E não só aqui em Praia Grande, os outros municípios também. Pela presença dos parques, algumas ações voluntárias dos condutores pela formação geológica, que é a maior derrame de basalto que se tem conhecimento na história da Terra, da minha presença ali, das paleotocas, das inscrições rupestres em alguns geossítios.

O entrevistado D. S. disse sentir-se orgulho de mostrar aos visitantes que além de parque nacional o território é constituído de geoparque e isso se deve a importância geológica associada à diversidade cultural:

> Eu conduzo mais na trilha do Malacara e tem a plaquinha informando, que além de ser um Parque Nacional, a gente recebeu um título de ser um geoparque, que no mundo existem poucos e a gente tem a oportunidade de ter um aqui. Importância geológica e da diversidade de vida que existe a nossa história, a nossa cultura, está tudo relacionado. Porque hoje ainda o turista não está vindo por causa do geoparque. O turista vem para visitar os cânions e sabem da existência desse parque. Então, sim, a gente passa essa informação. A gente tem uma vantagem a mais além de ser parque nacional. A gente é um geoparque, passar essas informações na nossa trilha.

Para Caldeira (2024), o geoturismo atua como uma vertente do turismo sustentável focada em proteger, valorizar e quantificar a geodiversidade local. Essa modalidade promove a conservação e a disseminação do patrimônio geológico e geomorfológico, transformando esses recursos naturais em motores de desenvolvimento econômico para regiões e comunidades.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado J. L**.** reforçou o lado cultural do geoparque:

> Eu abordo bastante o assunto geoparque porque é uma cultura, é uma coisa inteligente. Os municípios que fazem parte comumente na nossa região aqui, o cânion Fortaleza, os morros testemunhos. A gente trabalha geralmente mais essa parte aqui do parque.

O entrevistado E. P. argumentou que no início não sabia muito sobre geoparque, mas que com o tempo entendeu melhor a proposta:

> Sim, tenho conhecimento, tive algumas palestras com o pessoal do geoparque. Foi assim de grande aprendizado, porque onde eles apresentaram a proposta do geoparque que é muito bacana. Como é que está a situação aqui do geoparque, a gente vai explicando para eles. Então para mim o geoparque tem muita coisa assim que ninguém sabia que está meio que escondido. Assim que o geoparque veio buscando todas essas raízes e abrindo portas também.

Miranda (2025), apresenta a potencialidade oriunda da expansão e consolidação dos Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil, o geoturismo como novo segmento do turismo capaz incentivar o desenvolvimento econômico sustentável a partir da geodiversidade. Afirma que além dos cânions, vales, cachoeiras, pensando em território se destaca por abrigar um patrimônio paleontológico único, denominadas de Paleotocas ou Biotúneis[11] com latente interesse de visitação, pois já há um público que procura com frequência. Este trabalho reforça a preocupação para com a sustentabilidade destes destinos, em especial com a capacidade de carga das trilhas que levam até estes atrativos e a segurança dos visitantes. Também se preocupa com a Capacidade de Carga Turística (CCT)[12] na trilha Portal do Palmiro, caminho de acesso a Paleotoca Toca do Tatu, aberta à visitação em Timbé dCo Sul/SC.

Por sua vez, Einsenlohr (2013), a implantação de trilhas interpretativas e educativas em áreas naturais ou em restauração é uma estratégia fundamental para conectar a comunidade à preservação ambiental, partindo do princípio de que o conhecimento gera conservação. Essas trilhas funcionam como ferramentas científicas e pedagógicas, onde árvores reprodutivas (matrizes) são identificadas, plaqueadas e monitoradas para a coleta de sementes e o acompanhamento de seus ciclos biológicos. No aspecto didático, a sinalização dos indivíduos conforme seus grupos sucessionais — pioneiras, secundárias e climácicas — ilustra as fases do desenvolvimento florestal. Ao envolver ativamente a população local no aprendizado sobre fenologia, beneficiamento e coleta de sementes, o projeto promove o engajamento comunitário e fortalece o sucesso das ações de adequação ecológica da região.

---

[11] De acordo com Valdati (2024), são as paleotocas são túneis escavados por animais da Mega e Grandefauna, atualmente extintos, que os utilizavam para diversos fins.

[12] De acordo com Cifuentes-Arias (1992) Capacidade de Carga Turística passou a ser utilizada no campo do planejamento turístico como uma maneira de ajudar a desenvolver destinos mais sustentáveis.

Silva (2025, p. 4), lembra outros atributos dessa paisagem que são caminhos que no passado representava o movimento de rebanhos e mercadorias pelas passagens em declive da Serra Geral:

> Os atributos da paisagem natural, moldados principalmente pela topografia e flora, criam cenários propícios para o desenvolvimento de trilhas que atravessam a área. Essas trilhas são atualmente utilizadas para impulsionar o geoturismo, aproveitando a paisagem cultural e os assentamentos históricos como elementos fundamentais .

Da Silva (2023), realça o embasamento advindo do Geoturismo, que é considerado ferramenta para a preservação da geodiversidade, reforça que o ecoturismo segmento do turismo como duas forças que fomentam a conservação, a economia e a educação. O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul está em processo de desenvolvimento, sendo importante envolver todos os atores do turismo sobre a manutenção constante das ações estabelecidas com o processo de construção do segmento. Todos os envolvidos nesta parceria como exemplo a população local, gestão (pública e privada) e pesquisadores o resultado será a oferta de um produto mais satisfatório aos visitantes, que conserve seus geossítios e traga benefícios para a população local.

Aqui foram colocadas algumas abordagens que dão uma noção que o geoturismo está presente na atuação dos condutores de visitantes. Mesmo que na atuação nas trilhas a menção ao território de fato há uma concordância de que o condutor poderia ser mais valorizado ou chamado a participar do processo de desenvolvimento do geoparque uma vez que ele está em contato direto com o visitante.

5.2.13 Relação profissional dos condutores com a concessionária

A relação profissional dos condutores de visitantes em relação a Concessionária Urbia Cânions Verdes, uma vez que ela presta serviços nos parques nacionais cobrando ingresso de entrada nos principais atrativos das UCs.

Quando comparado às respostas dos dois grupos, observa-se que ambos os grupos de condutores a reclamação é geral. Tanto os condutores mais antigos quanto os novos afirmam grandes problemas que atrapalham a relação Urbia e condutores, como falta de diálogo e apoio a sociedade local para visitação aos parques nacionais, falham em contribuir com o desenvolvimento regional e local. A presença da Urbia passa uma mensagem negativa pelo fato de ter trazido mais burocracia. Outro problema apontado é a falta de gestão em todos os sentidos: de pessoas, de recursos, financeira, de marketing e de administração.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado S. R. disse que a comunicação com a Urbia é bem falha. Houve pouco investimento, as comunidades locais não têm acesso facilitado aos parques nacionais.

> Estou achando bem difícil o diálogo com a Urbia e a forma que ela está trabalhando. Há pouco investimento nos anos que ela está aqui. Pouquíssimo investimento que ela fez pelo que ela tem cobrado. Eu acho que um dos piores problemas que vejo também é a questão do acesso da comunidade local no Parque Nacional. É uma burocracia assim. Eu mesmo fiz duas tentativas de levar a família ao Itaimbezinho. Que sou daqui, sou condutora e até agora não desenrolou e um passa para o outro, passa para o outro.

O entrevistado P. S. considerou sua relação com a concessionária profissional, também percebe que a comunicação precisa melhorar para o bem do turismo regional:

> Minha relação é profissional. Tenho muitas ressalvas sobre o posicionamento deles, acho que eles pecam em vários sentidos, um dos sentidos é justamente estar mais abertos ao diálogo, a comunidade local. Eles poderiam dar contribuições maiores para o turismo nosso regional e aqui municipal, do que estão dando. Eu penso que estão em um caminho que é um pouco diferente do que seria, ao meu ver, o mais adequado, minha relação com ele é profissional, só isso.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão de serviços das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado C. R. questionou o modo como a concessionária Urbia Cânions Verdes gerencia os serviços nos parques tornando o contato com os condutores burocráticos e inflexíveis, isso deu uma queda no número de visitantes:

> A minha relação com a Urbia, digamos que ela é meio termo. Eles são burocráticos, eles são inflexíveis. Creio que deu um baque grande para a gente aqui com essa concessão. Não sei se foi um bom negócio. Na minha opinião não, mas a gente consegue ter um retorno às vezes demorado, mas quando a gente precisa a gente conversa, consegue resolver o que a gente precisa algumas vezes, mas a minha relação com a Urbia é bem fria, assim, bem neutro, digamos assim. Não tenho muito o que falar. Não sei se era isso. O intuito não é, mas é para mim, é negativo.

O entrevistado T. D. referiu-se a concessionária como uma empresa que ainda não acertou a melhor forma de fazer a gestão dos serviços no parque que ela se propôs:

> Na verdade, assim, a relação tem duas coisas, uma quanto aos profissionais que lá trabalham, eles são funcionários, então eles não têm, muitas vezes a culpa do que a gestão impõe. Eu acho que o maior erro da concessão é a má gestão. Aplicação de políticas que eles aplicam de repente em outros parques e querem aplicar num parque nacional que não dá certo. Então, eles têm um papel extremamente importante, que deveria ser o elo entre condutores, ICMBio e a concessionária para que o visitante tivesse uma experiência legal nos cânions inclusive botando nesse elo outro personagem que é o geoparque mesmo.

Rosab (2024), não sendo mera coincidência, mas as falas dos condutores de visitantes se encaixam nos resultados da pesquisa. Nesse sentido, sentindo-se coagidos, com medo e o psicológico abalado pelos conflitos e incertezas gerados a partir dos primeiros dias da gestão da concessionária nos principais atrativos turísticos dos PNAS e PNSG:

> Dessa forma, o processo de concessão dos PNAS-PNSG, que inicialmente propunha trazer melhorias estruturais e estimular a economia local, acabou gerando conflitos, incertezas e dificuldades operacionais tanto para a concessionária quanto para os atores envolvidos no turismo regional. A falta de planejamento adequado, a dificuldade de gestão compartilhada e a morosidade burocrática são elementos que precisam ser revisados para garantir a efetividade do modelo de concessão adotado (Op. cit. , p. 166-167).

E m relação ao objetivo principal da pesquisa - avaliar a qualidade de governança do processo de concessão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral:

> Por fim, o processo de concessão mostrou-se pouco legítimo, devido à ausência de consultas e devolutivas adequadas aos conselheiros e à comunidade local; pouco transparente, em razão da omissão frequente de informações relevantes ou da sua disponibilização inadequada; pouco responsável, diante da falta de prestação de contas amplamente criticada; pouco inclusivo, com várias sugestões da comunidade do entorno sendo ignoradas ou sem impacto nas decisões; injusto, ao excluir os interesses das comunidades locais em diversas ocasiões; desconectado, caracterizada por conflitos e falta de integração; e, por fim, pouco resiliente, devido à carência de capacidade adaptativa e flexibilidade no processo de concessão (Op. cit., p. 167)

O potencial da região dos PNAS e PNSG é assinalada por múltiplos interesses sociais, econômicos, políticos e ambientais. Sendo assim, demanda vigilância por uma gestão mais organizada e unificadora por parte dos órgãos públicos e ambientais. Estratégias de conservação da biodiversidade, aliadas à interseção de designações internacionais, como Reservas da Biosfera e Geoparques. Pois, quando se busca o equilíbrio no processo de gestão ambiental pela qualidade de vida, o caminho mais curto é pela conservação ambiental e desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

Segundo Maboni (2023), em sua pesquisa realizada no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a concessionária representou uma nova dinâmica aos condutores, pois a iniciativa privada passou a se envolver na gestão do PNCV. As atividades que a concessionária começou a operar dentro do parque, como a venda de ingressos, mostra uma nova realidade com pontos negativos e positivos na visão dos condutores. Considerando este período de pesquisa no PNCV, um dos pontos positivos para os condutores seria a parceria e implantação de novas trilhas no parque atraindo assim mais visitantes, podendo a concessão ser um apoio à gestão do uso público na UC. Um dos pontos negativos sinalizados pelos condutores do PNCV é a facilitação de entrada dos visitantes com veículos sendo tais investimentos estruturais vistos com impactos ambientais negativos.

5.2.14 Relação dos condutores com a Comunidade Quilombola

O condutor de visitantes tem a oportunidade de desenvolver parcerias com a Comunidade Quilombola São Roque oferecendo trilhas, produtos oferecidos pela comunidade como almoço, café, contação de histórias.

Quando comparado à s respostas dos dois grupos, observa-se que o entrevistado mais velho M. P. coloca que não vê vantagem em vender as trilhas na comunidade quilombola, pois o pessoal de lá se fechou para isso. Não demonstram interesse em negociar. O entrevistado mais velho F. R. também lembrou desse afastamento da comunidade quilombola : "Numa época era mais livre, as pessoas transitavam com mais facilidade e os condutores de fora da comunidade faziam as trilhas. Com as novas leis do quilombo[13], este se fechou, está mais blindada, se protegendo mais". Os entrevistados mais novos apontaram, como o P. B., a riqueza cultural, de diversidade, conhecedores de história. O entrevistado L. F. como um representante quilombola disse que sempre tenta divulgar a comunidade de modo geral, concorda que poucos da comunidade estão conduzindo visitantes, mas concorda que é importante estar com os equipamentos em dia. Acredita-se que não tem a ver com questões de preconceito de raça ou etnia, mas com os rearranjos de ofertas de trilhas e o modo como a comunidade do quilombo São Roque está se organizando para ofertas estas trilhas aos visitantes, agências e operadoras.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado M. P. colocou que embora tivesse vontade de estreitar parceria com a comunidade quilombola o pessoal que o atendeu não demonstrou interesse, mas acha importante haver uma integralização maior:

> Eu não faço venda porque quando eu fui lá o pessoal não me mostrou interesse em que eu vendesse para eles. Não vi vantagem em vender isso. Não me trouxeram nada que me fosse atrativo vender, mas quando o turista me pede eu falo que tem a comunidade que eles fazem as trilhas e que o turista pode contratar a trilha com eles. Às vezes, o turista quer fazer a trilha. Eu tenho parceria com alguns condutores lá. Eu acho que eles não são muito abertos a essa integralização. Eu tentei bastante, mas não nunca *[sic]* deu certo.

13 "Os quilombos ou mucambos são considerados, do ponto de vista dos moradores do povoado, como locais de moradia dos chamados pretos livres, que fazem parte de um conjunto formado também pelos escravos que ficavam nas fazendas e colaboravam ativamente com os fugidos, havendo assim planos de intersecção organizacional entre ambos – cativos e libertos." (O'dwyer, 2002, p. 30)

O entrevistado F. R. mencionou que a comunidade se fecha e isso acaba implicando na venda. Por outro lado, a comunidade se reconhece e sabe do seu valor:

> Eu acho que a comunidade de *[sic]* quilombola acabou se fechando muito. Não é para ter essas relações também comerciais mais fáceis. Eu acho que a comunidade poderia estar um pouco isolada. Eu acho que poderia ter muito mais venda lá. Tem todo um patrimônio para ser ainda desenvolvido e muitas empresas não vendem. Muitos guias não vendem lá por conta desse distanciamento. Essa dificuldade, acho que poderia ser um pouco mais flexível. Mas a comunidade, por outro lado, ela se reconhece. Eu entendo que é muito mais benefício *[sic]* hoje da comunidade do que o contrário, ou seja, ela se reconhece como comunidade quilombola.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado P. B. diz preocupar-se com a situação no quilombo, mas no momento que a comunidade se acertar de verdade vai ser importante para o turismo de modo geral, pois a comunidade tem um grande potencial:

> É uma comunidade muito forte, com um potencial muito grande. Tanto cultural como as pessoas que estão lá, de diversidade. É um parque natural. A região é importante e como a gente está conseguindo também se virar por aqui e houve um certo fechamento. Então, no momento não tenho buscado divulgar para eles.

O entrevistado L. F. refletiu sobre a comunidade ser uma comunidade tradicional e não local, sendo assim os condutores de lá embora tenham dificuldade de estarem alinhados com os equipamentos, por outro lado dominam a arte de contação de história e guardam na memória muita história da comunidade São Roque:

> No meu ponto de vista, os condutores locais que a gente tem hoje lá que está atuando somos eu e o meu irmão Edson. O Rudnei, que hoje é presidente lá da comunidade e o tio Paulo, é o senhor dos antigos moradores. A gente tem experiência, a gente busca se aperfeiçoar, está buscando um conhecimento em toda área lá da região, principalmente. Nós somos mais novos. Acho que o pessoal como condutor, ele tem que buscar se aperfeiçoar mais. Não é tanto da história o pessoal mais novo, principalmente, não é ser conhecedor de toda a história. Buscar se aperfeiçoar em termos de equipamento e coisas do tipo. Assim é algo que eu, como um dos representantes da comunidade no turismo aqui na cidade, a gente está sempre divulgando à comunidade. A gente está buscando que eles vêm se adaptar *[sic]* melhor a isso, buscar *[sic]* sempre crescer junto com a gente, buscando estar se aperfeiçoando. Mas em termos de conhecimento da região das trilhas, isso eles têm. É uma coisa muito

> interessante que o pessoal daqui gosta de ir lá guiar, mas às vezes não conhece a história que nem o povo de lá.

Para Salvaro (2017) o Quilombo São Roque é estratégico na formação cultural do Município de Praia Grande, principalmente quando se fala em crescimento econômico inclusivo e sustentável:

> O Quilombo São Roque, localizado nos atuais municípios de Praia Grande (litoral sul do estado de Santa Catarina) e Mampituba (litoral norte do Rio grande do Sul). O mesmo foi reconhecido como tradicional quilombola em 2004 pela Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura e, encontra-se incluso dentro do Parque Nacional Aparados da Serra, o que limita a agricultura no local, umas das principais atividades quilombola. Recebeu essa denominação devido ao Santo Padroeiro da comunidade, mas também é conhecido por Pedra Branca, devido a referência a esse "monumento" da natureza, que se encontra na localidade (Op. cit. , p. 115).

Continuando, ele (Op. cit.) observa que a riqueza cultural a partir do modo de plantar destaca-se neste trabalho como informações dos vários aspectos ligados as práticas agrícolas antigos, mas que ainda se usa como o uso do cargueiro, a qual se utiliza para o transporte dos produtos da roça normalmente em terrenos inclinados; as plantações e os alimentos mais produzidos como a mandioca, o milho e o feijão, as plantações de morango do seu Afonsinho, sem nenhum tipo de agrotóxico; a atafona de farinha de mandioca; o uso do método da coivara para limpar a plantação; os métodos para descascar o feijão, entre outros.

Dos Santos Carmo (2018, p. 305), nesse contexto deve-se valorizar a voz da comunidade com as narrativas sobre o tempo dos escravos e sua historicidade:

> Na visão dessa comunidade quilombola, o território, constitui-se em espaço identitário do grupo ou de pertencimento, e por meio da sua memória e das relações de parentesco estabelecidas entre si, eles reconhecem a sua referência histórica de quilombo e herança das terras e garantias ao reconhecimento jurídico de sua propriedade.

Como ressalta o autor (Op. cit.), os conflitos que já eram recorrentes na Comunidade Quilombola São Roque (Pedra Branca) devido a múltiplos fatores, como fazendeiros comprando terras e pressionando, madeireiros, acabaram por se intensificar a partir da criação e ampliação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral,

que são áreas protegidas a qual tem a pretensão de salvaguardar o espaço natural da ação humana.

Conforme o PUP dos PNAS e PNSG, (ICMBIO, 2025, p. 26), sendo o que se tem de mais atual sobre o tema: “Território Quilombola São Roque – possui parte dos seus limites no interior das UCs, já reconhecidos pela portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, (2018). Esse território vem sendo gerido através de Termos de Acordos entre a comunidade e o ICMBio.” O Quilombola São Roque é considerado um fator relevante que influencia e gera reflexos na dinâmica de visitação dos parques.

Para Bursztyn e Sansolo (2010), sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) no Brasil, em relação aos aspectos analisados têm-se foco dos projetos; localização geográfica; relação com áreas protegidas e comunidades tradicionais; origem da operação turística; tipos de propriedade e formas de gestão dos empreendimentos; atividades de planejamento participativo, a qual os autores identificaram que 54% dos projetos realizados no entorno e no interior das UCs revelam a falta de compreensão das iniciativas de TBC ao se desenvolver nestas áreas, e qual seria o tipo de arranjos institucionais melhor aplicados nestes contextos.

Entende-se, portanto, que a Comunidade Quilombola São Roque, comunidade Tradicional, encaixa-se neste perfil direto para serem sujeitos protagonistas em UCs, principalmente em parques nacionais, como esse exemplo que parte da comunidade está no entorno e parte está no interior dos PNAS e PNSG.

> o turismo vem sendo interpretado na literatura especializada como um fenômeno social, multifacetado e dinâmico que não pode ser dissociado das inúmeras dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais que caracterizam a sociedade contemporânea” (Lima, 2022, p. 2).

Ness a perspectiva essas dimensões que influenciam e são influenciadas envolvem turistas e moradores das localidades que se propõe a viver estas experiências geradas pelas motivações de ambos. Sendo o turismo uma atividade econômica considera-se o que se diz sobre as políticas públicas, tendo gerado interesse de pesquisa no meio acadêmico. Nesse sentido, o TBC “passou a ser interpretado e debatido na literatura acadêmica e nas narrativas de políticas públicas, como uma alternativa para o

desenvolvimento socioeconômico local” (Op. cit. , p. 3). Com isso, o TBC vem dentro do planejamento turístico tem potencial para transformar as dinâmicas socioeconômicas locais respaldando o fortalecimento das tradições locais.

5.2.15 Integração dos condutores nas estratégias de governança

A inserção dos condutores de visitantes nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC.

Quando comparado às respostas dos dois grupos, observa-se que os condutores mais velhos concordam que a APCE é uma associação antiga e forte no turismo, por isso tem a obrigação de participar mais das relações do turismo. O entrevistado N. N. coloca que os condutores só tê m voz ativa por causa da APCE. O entrevistado A. A. disse que é perceptível como os Apceanos estão envolvidos nas principais associações do município, porém são sempre os mesmos. O entrevistado L. R. comentou que em anos anteriores já participou de muitas reuniões da APCE e de outras associações. Hoje, não participa mais, pois estava desanimando, acredita que os condutores deveriam ser mais críticos.

O entrevistado mais novo M.H. é bem otimista em relação à participação dos condutores na governança do município através das associações que são responsáveis por ditar o turismo no município tem sempre condutores atuantes nos interesses relacionados ao turismo e outras causas como ambientais e culturais. O entrevistado P. B. disse que perdeu o encantamento em participar das reuniões e das ações de governança devido à s questões políticas que movem muita gente mais pelo interesse pessoal do que pelo bem comum.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado N. N. ressaltou que a participação dos condutores na governança do turismo é importante, no entanto pouco participam e são sempre os mesmos. Se houvesse mais participações havia muito mais integração entre prefeitura e condutores:

> Tem algumas pessoas que são condutores que fazem e dedicam um pouco do seu tempo voluntariamente para poder participar de algumas relações que tê m de turismo e ambiental. É necessário que participe para conseguir ser associado. E num segundo ponto, é que falta muita participação de *[sic]* condutor, ao mesmo tempo que a gente não tem tanta voz ativa, de repente, a gente tem a voz ativa através da APCE. E na questão de participação de condutores, falta muita participação. Os condutores são desleixados com isso, embora tenha um ou outro que participe. É super importante essa participação. Com certeza seria um elo muito importante, até de integração entre prefeitura e condutores.

O entrevistado A. A. reforçou que mesmo sendo os mesmos condutores que participam das reuniões e tal, fica claro a importância da associação nas tomadas de decisões nos conselhos do município:

> Eu acho que em um contexto geral que a associação APCE hoje é a entidade mais forte dentro do município na parceria, uma entidade de turismo. Então, eu vejo os condutores da APCE bem atuantes, não são todos. Acaba sendo sempre os mesmos *[sic]*. Mas se for ver essas pessoas que vão, elas têm ligação com a associação com a APCE. Então eu vejo dessa forma, são bastante sócios também. Mas eu vejo que você tem Apceanos no COMTUR.

O entrevistado L. R. acrescentou que a falta de continuação de projetos a médio e longo prazo faz com que boas iniciativas parem antes de se consolidar:

> A participação foi parando e pronto. Eu não sei se é cultura, o que é, tu vês um destino que nem Gramado. Ele sem ter atrativo turístico. Eles fizeram uma coisa consolidado *[sic]* mundialmente. Nós aqui com maiores *[sic]* atrativos turísticos que a gente tem, a gente não consegue uma associação, as coisas, os projetos. A gente termina parando. Eu sempre fui muito, corri muito e terminei, parando, diminuindo.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados a partir de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado M. H. considerou importante a inserção do condutor na governança uma vez que a associação começa a ter voz ativa no município, assim atuando não só nas trilhas, mas fora delas nas tomadas de decisões:

> Um pouco aquela pergunta lá inicial, hoje estamos sendo mais atendidos. Mais atendido pelo município, isso contribui muito para o COMTUR funcionar melhor. Isso contribui muito para a associação de conseguir a ter mais voz dentro do município. Então, assim a gente está mais inserido, a gente tem

> condutores dentro da associação que estão realmente em pontos estratégicos. Seja no COMTUR, seja numa ação da Secretaria de turismo, seja na gestão dos parques também. Algumas reuniões a gente também está atuando que nem eu, tenho o comitê de bacia hidrográfica do Rio Mampituba e do Rio Araranguá.

O entrevistado P. B. colocou que a participação dos condutores na governança não é prioridade para os mesmos, embora tenha participado, vê com decepção como ocorrem as participações:

> Eu acho que não, mas deveria. Esse *[sic]* é uma coisa que eu peco também. Da minha parte assim, eu participei de muita reunião, muita coisa e fui me decepcionando com as pessoas. Então, hoje gosto de ficar mais no meu canto. É, perdi um pouco do encantamento. Perdi um pouco do encantamento assim para por todos esses processos de política do jogo de interesse.

Sung (2019), dos processos de governanças mais ativos e exemplares que atua no território, sendo assim não só nas unidades de conservação ou ao entorno, mas algo maior em termos de governança é o Geoparque Caminhos dos Canyons do Sul, que de uma forma ou de outra envolve os condutores de visitantes. O histórico do projeto é bem robusto, tendo iniciado em 2007 sendo chancelado apenas em 2021. Envolvendo o maior número de atores possíveis até o reconhecimento pela Unesco.

Rodrigues (2015), enfatiza que no desenvolvimento da regionalização do turismo a governança regional estabelece a organização com participação do poder público (executivo, legislativo e judiciário) e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas (empresas, associações e empreendedores individuais), com o objetivo de organizar o programa em âmbito regional. A colaboração do setor público, do privado e do terceiro setor faz-se entender que estas podem assumir caráter jurídico diferenciado, como fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio e outros colegiados.

Trazendo para o contexto da APCE, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, que participa em âmbito municipal e regional, tendo uma cadeira na Instância de Governança Regional (IGR).

Nascimento (2021, p. 7) correlaciona a participação social na governança do turismo:

> A governança no turismo se apresenta como um tipo de gestão compartilhada entre o poder público, o setor privado e a sociedade. Neste cenário, a participação social é compreendida como fator relevante na elaboração e na execução de ações para o desenvolvimento do turismo, tornando-se um conceito 'politicamente correto', com respaldo no discurso acadêmico e nas diretrizes das políticas públicas. No entanto, observa-se que a investigação sobre a participação social e os seus efeitos no contexto dos destinos e regiões turísticas, encontra-se incipiente, há escassez de debate e compreensão sobre os tipos de participação praticados nos espaços e instrumentos da gestão pública do turismo .

Ele (Op. cit.), conclui que há múltiplas experiências de governança no Brasil, no entanto, a participação social é incipiente/escassa nas regiões turísticas, há pouca discussão sobre o envolvimento comunitário em áreas de turismo e o debate sobre a inclusão social nas regiões turísticas é limitado. A prática de governança ocorre de forma fragmentada, inserida ou circulando nas IGRs, ficando aquém do verdadeiro processo de gestão. Em relação ao que segura a participação foi possível constatar o apego ao lugar, orgulho da região, benefícios individuais e confiança.

Dos Santos (2022) engloba a visão do poder público no sentido de haver a necessidade de que planejamento turístico e governança são indissociáveis da construção do turismo sustentável. Governança que não traz para suas ações práticas ambientais não se sustenta mais, porém, há poucas pesquisas nesse campo a qual o planejamento sustentável e a governança turística não são antagônicas, pelo contrário juntas na pluralidade e na diversidade porque em consonância com isso deve-se observar as condições locais do destino turístico, sendo o turismo um setor econômico estratégico em nível municipal e local, sendo assim responsável pelos impactos ambientais.

Para Lima (2022, p. 6), tanto no cenário regional quanto no nacional, "o turismo vem sendo, progressivamente, reconhecido, pela gestão pública, no caso brasileiro, como um vetor potencial relevante para o desenvolvimento do país". Com isso, políticas públicas são consideradas peças-chave para regulamentar e criar expectativa ao setor, os quais, empenham-se em cumprir objetivos, metas e ações no esforço de atenuar os desníveis socioeconômicos, levando em conta ações estratégicas para este fim, como, iniciativas para a redução das desigualdades regionais e, em âmbito nacional para a distribuição da renda (Op. cit.).

No contexto da Instância de Governança Regional, em especial IGR Caminhos dos Cânions do Sul, a qual esta análise está inserida, ainda na perspectiva da governança do turismo no município de Praia Grande/SC, Stoll (2021), considera os diversos atores e suas interações a qual produzem políticas, práticas e efeitos definem os padrões de governar. Dentre os atores mais presentes nestas discussões estão os empreendedores do trade responsável pelo setor hoteleiro, assim como os próprios condutores de visitantes aqui pesquisados, pois a associação APCE possui uma cadeira no Conselho da IGR – sede em Araranguá/SC.

Quando se considera a busca do desenvolvimento regional do turismo, deve-se levar em consideração: "que as IGRs sejam institucionalizadas e que a formação seja plural, para que atores estatais e não estatais, ao participar ativamente, possam imprimir múltiplas visões e representar diversos interesses" (Op. cit. , p. 178). A partir disso, a autora constatou que a IGR Caminho dos Canyons não está institucionalizada trazendo, entre outros empecilhos, as dificuldades para a atuação mais focada no desenvolvimento regional do turismo. Aponta ainda outra problemática que é a não priorização da atividade turística empurrando o turismo para segundo plano, como normalmente é constatado nas intenções econômicas municipais. Outro agravante de destaque está no que não valoriza a pluralidade dos autores, ou seja, deixando de lado os atores não estatais nas responsabilidades como as associações e ONGs. Isso fica evidente na não melhoria de categorização dos municípios, relegando, isto é, baixo fluxo turístico registrado e baixo número de hospedagens oficiais. Pelo mínimo de organização das IGRs, os municípios acabam não se subordinando, mas recebem destas uma certa atenção, a qual recebem certo apoio nas questões voltadas para estratégias no turismo, indicação de equipamentos ou até mesmo, lembrar de focar em ações que remetam ao desenvolvimento sustentável (Op. cit.).

Muito embora a análise das perguntas trata das participações dos condutores da APCE nas tomadas de decisões relacionados à governança ao nível do turismo municipal de Comtur, Apetur e nos mais diversos conselhos consultivos, é fundamental fazer este aporte com a governança uma vez que o turismo não se faz de modo isolado. Assim, como foram identificadas fragilidades no município como relataram os condutores, a nível de plano de governança regional não é diferente. foram identificadas

as fragilidades identificadas foram: “na mobilização de informações, na confiança, na colaboração e na cooperação” (Op. cit. , p. 177) . Entende-se que a desinformação tende a fortalecer a desconfiança nas intenções do grupo, obviamente, a tendência é que o grupo vai se desarticulando, ficando algumas ações restritas a um grupo de interesse em particular em det ri mento dos demais. Pode-se dizer que as IGRs, tendem ao fracasso quando exclui os grupos plurais nas suas formações e na participação dos atores a qual deveria sustentar a sua base de rede no turismo. Desse modo, “as IGRs estudadas também não foram identificadas como arranjos de governança com relações colaborativas” (Op. cit. , p. 178).

De acordo com Stoll (2021, p. 178),

> Diante do exposto, é possível afirmar que não há efetivamente a conformação de arranjos de governança, uma vez que as IGRs não são plurais em formação e participação. Isso posto, atores estatais e não estatais não estão interagindo e em consonância para ação coletiva visando maximizar resultados. Diante dessa constatação, é possível identificar que o PRT é uma política pública implementada a partir da ação estatal e caracterizada empiricamente como um modelo analítico de implementação prospectivo Top-Down, onde a implementação acaba por ter uma orientação hierárquica. Sobretudo, a partir da identificação que muitos atores estatais centrais na implementação são percebidos desempenhando funções inerentes aos seus cargos no governo municipal. Isso posto, demonstra desalinho da função desses atores ao compor a IGR, onde os cargos e funções no governo municipal não devem influenciar na representatividade na IGR .

Para concluir estas informações deveras importantíssimas, Stoll (Op. cit. , p.178) arremata colocando que não foi possível o quanto e como suficiente a região possui atrativos de relevância turística, pois não basta ter as mais belas paisagens e equipamentos, deve-se levar em consideração a implementação e a gestão da política pública, pois isto importa muito no desenvolvimento do turismo regional. As IGRs moldam o Plano de Turismo Regional (PTR), se por pela orientação de origem através das IGRs formadas valorizassem de “forma plural, com atores participativos, vinculados uns aos outros com laços densos e alinhados aos objetivos da política pública é possível atingir resultados mais efetivos no turismo (Op. cit. , p. 178). Pensando de forma local ou regional, o primeiro passo seria a contribuição para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos e da comunidade.

5.2.16 Visão do condutor sobre o desenvolvimento do turismo

A visão do desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC a partir da percepção dos condutores de visitantes nas trilhas.

O início da condução de visitantes com a associação em 1997 encontrou no município um lugar que não se pensava no turismo como setor econômico. Com a criação da associação APCE em parceria com o IBAMA/ICMBIO e prefeitura municipal começaram a pensar os primeiros planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC.

Observa-se nas respostas dos condutores associados antes de 2020:

O entrevistado T. R. colocou que no começo houve essa indicação particular, mas muitos condutores se tornaram empreendedores e desenvolvendo outras atividades o que aumentou a clientela:

> Eu acho que até um certo período o condutor de visitantes foi essencial para que o próprio visitante que vinha conhecer falasse para outras pessoas e a partir dessas traziam mais pessoas. Atualmente o condutor contribui para essa divulgação, para esse crescimento do turismo a partir do empreendedorismo mesmo. Então, ele por si só, sendo condutor local, muitas vezes não é tão procurado quanto uma agência, uma operadora por questões de fazer pacotes. Os condutores lidam com a cultura da região ou estão mais preocupados com os registros fotográficos dos turistas do que propriamente com a sensibilização. Então, se cada um fosse valorizado e de uma forma financeira também por causa do trabalho que faz, provavelmente a gente teria algo mais sustentável a longo prazo, mas atualmente, os condutores não estão sendo só condutores, são os empreendedores.

O entrevistado F. M. mencionou o fato de Praia Grande já ter vocação para o turismo por ser rota histórica do tropeirismo, porém não havia despertado, particularmente acredita outras possibilidades de turismo pode se desenvolver como o turismo rural, gastronômico e contemplativo:

> Vejo assim, aqui houve uma baita *[sic]* evolução. Praia Grande como tu bem sabes, sempre foi uma cidade visitada. Ver a galera subir a serra, sempre parava a gente ali na pracinha na Abel Esteves. Perguntava: onde fica tal lugar, onde que é Pedra Branca, onde é que é? Sempre houve essa visitação para Praia Grande, desde a época do tropeirismo houve esse fluxo de turistas para o litoral

> desciam a Serra do Faxinal. E é daí que vem a minha vertente de conduzir as pessoas também, sabe? Porque muitas vezes o pai parava, o Fabrício vai te levar lá em tal lugar para conhecer. "O meu primeiro salário, foi um sanduíche." E então, eu vejo que Praia Grande está se desenvolvendo. Não está bem desenvolvida, mas está indo e nós temos um leque de coisas para ser desenvolvido ainda. Tem engrenagens que estão paradas que é o turismo rural. Praia Grande não é só ecoturismo, nós temos tanta coisa na Praia Grande, tem o turismo gastronômico para ser desenvolvido, tem o turismo contemplativo, tanta coisa.

O entrevistado G. R. considerou o turismo muito dinâmico em Praia Grande. Em pouco tempo foram construídas muitas pousadas e o ecoturismo ganhou espaço considerado juntamente com o turismo de aventura:

> Desde que eu comecei a me envolver com o turismo até hoje mudou bastante. No início, em 2007, os visitantes que vinham a Praia Grande eram somente ecoturistas. Pessoas que gostavam muito das trilhas de cânions, das paisagens mais naturais, aventura, também de rapel, do canionismo. Mas é turismo de aventura. Mudou bastante, especialmente nos últimos dez anos. Tem um público diferente, assim que vem. Cresceu bastante. Assim mudou, aumentou bastante, proporcionou oportunidade para muitas pousadas novas. E muito impressionante até nesse último tempo. No início, foi mais devagar o desenvolvimento e mais recentemente aumentou mais. Está faltando um pouco de organização da prefeitura municipal. É que nessa questão está meio desordenada na parte sanitária.

O entrevistado D. S. ressaltou a força do turismo em Praia Grande como renda complementar ou para quem diversifica a atividade turística encontra oportunidades de trabalho:

> Deu um salto muito grande, quando eu comecei a conduzir e me credenciei nos parques nacionais, a gente conduzia 12 vezes no mês. A gente tinha que ter outros meios de sobreviver, outros trabalhos. Cada ano aumenta o número de visitantes. Teve uma época que teve muita família vindo, muita aventureiro. Hoje, na cidade cresceu o número de turistas, aumentou devido ao balão, devido às atividades de 4/4. Caiu um pouquinho agora nessa questão de visitar, de fazer as trilhas. Acho que em 2012 foi para mim, um ano maravilhoso, teve muita demanda, muita gente. Só tem a questão que não tinha condutor como agora. Economia lá em cima e o turista fazendo trilha.

O entrevistado l. I. acreditou que o desenvolvimento vem pelo destino aparados e pela diversidade de trilhas que tem em Praia Grande. Se não fossem alguns problemas como de divulgação poderia vir todos os tipos de público impulsionando mais a economia:

> Algumas coisas poderiam estar melhores, melhorou bastante, teve momentos até melhor que agora, a gente tem um grande potencial na cidade. Que são os cânions e tem o balão, agora compete um pouco com as trilhas, pode ser colocado um pouco claro que é um outro público, pessoal que vem para balão, mas não tem informação das trilhas. A gente tem um repertório de trilhas, a cidade *[sic]* muito boa, na região dos aparados. Falta divulgação para alavancar, talvez ainda mais, ter mais público. Porque o público, já que o turismo é um público bem seleto. Então, tem muita coisa a ser trabalhada para esse desenvolvimento e para mais turista vir para Praia Grande, para região dos aparados.

O entrevistado N. N. pontuou que o turismo evoluiu bastante, muitos condutores viram no ecoturismo uma oportunidade de mudar de vida, passaram a valorizar mais a comunidade local e os princípios do ecoturismo:

> Desenvolveu porque há 14 anos, quando eu vim, a gente não tinha tanto guia local, por exemplo, como condutor local e tanto é que estavam trazendo de fora que foi o meu caso. Fiz esses trabalhos voluntariamente em pista de skate, conversando com os moleques. Inclusive, tem um monte hoje que trabalham com turismo por conta disso, que o papo era, se vocês não começarem a trabalhar aqui com turismo. Isso aqui vai crescer, vai desenvolver e vai vir um monte de gente de fora. Às vezes, vai vir pessoas legais, mas vai vir pessoas que não merecem estar aqui também. Então o morador local vai ser descartado. Então hoje, pelo menos, é dentro da minha crítica relacionada a respeito de condutor. Não valorizar comunidade *[sic]* local assim ou não valorizar a questão do princípio do ecoturismo. Antes era uma segunda fonte de renda. Agora virou fonte de renda principal. Mas é interessante ver guias que estavam se intoxicando com veneno de fumo, que não tem serventia nenhuma para ninguém, vindo trabalhar com ecoturismo. Então assim, nesse quesito acho que o turismo evoluiu bastante nesses 14 anos que eu tenho visto.

O entrevistado D. M. lembrou que o turismo em Praia Grande desenvolveu bastante se comparado com outros municípios:

> Desenvolveu, digamos assim, um pouquinho acima da média. Falando na região da Amesc, na região sul, mas também a gente não tem assim municípios que vão ser grande referência na região. A gente passou de Cambará do Sul hoje falando em questão de *[sic]* desenvolvimento. Aí vai a questão de estrada *[sic]* , a questão do próprio município, o voo de balão, que é algo que acaba puxando bastante. Mas se a gente for pegar municípios próximos como Timbé do Sul ainda está começando, Jacinto Machado também. Lauro Muller, que é a cidade que está embaixo da Serra do Rio do Rastro, Bom Jardim da Serra também, não desenvolve o turismo. Então a gente vai observando assim, que o balão é algo que te deu um "up". Porque a galera que tinha um poder lá, um terreno, resolveu fazer um Chalé.

O entrevistado S. R. relatou que o turismo desenvolveu, mas mudou sua característica mais própria do ecoturismo como costumava a conduzir os grupos. A

impressão que passa hoje é de um turismo superficial. Aquele movimento ecológico com vínculos na valorização histórica e cultural meio que se perdeu para um turismo superficial e que embora aqueça o setor econômico não agrega e nem valoriza a cultura local. O geoparque pode trazer de volta a valorização da agricultura ecológica e da propriedade rural, de tomar água da fonte e participar desse movimento em prol da conservação da natureza:

> Nos últimos anos, a gente sempre teve um público de ecoturistas. Pessoas que tinham perfis de montanhistas que vinham com a sua mochila. Eram pessoas que iam para outros parques, outros lugares do mundo fazer trilhas. Tinham uma certa consciência ambiental e cultural. Nos últimos anos que eu *[sic]* tenho percebido que são pessoas menos ecoturistas, pessoas mais de "Instagram" que vem com propósito de fazer um turismo chique de propaganda. É com perfil um lado mais superficial, o público mudou bastante. É um público que vem querer conhecer tudo, fazer voo de balão, conhecer todo o parque, mas de salto alto, sua saia de couro. Sua bolsinha de 2.000 reais. Postar a foto no Instagram. Uma das situações que me chocou bastante foi quando fui fazer passeio de balão. Fui como condutora, fui vestida bem caracterizada bota de trilha, anorak. Nossa, me senti a mais mal *[sic]* vestida. Cheguei lá, parecia que a turma estava indo numa festa. A festa de gala. Meu Deus! Eu fiquei um pouco, fiquei bastante triste nesse sentido. Não me senti à vontade, inserida. E vi que os propósitos mudaram de perfil do público mudou bastante. Tenho impressão que é o público que faz o checklist, tipo, fui para Gramado, fui para Bento Gonçalves tomar vinho, fui para a Praia Grande voar de balão nos cânions, pois sabe, fui no Cristo Redentor fazer o passeio de bondinho, não é um turismo que contribui, que agrega, que troca, enfim. E eu acho que a gente tem que repensar e pensar no público da região que eu tenho uma grande esperança no geoparque. Assim, em parceria com as empresas, porque é *[sic]* as empresas meio que atropelaram o movimento ecológico. A turma está visando dinheiro. Eu acho que o geoparque vem para agregar. Eu acho que a gente tem as empresas, que tem uma afinidade que tem essa visão para a ecologia. Se ela se atentar, vão lucrar igual ou mais que essas outras empresas que estão sem noção, buscando e aproveitando de ir ao parque buscando esse turista estrangeiro que valoriza a conservação, que valoriza a cultura local, que quer um ambiente preservado, que quer conhecer a propriedade rural. Conhecer a banana, o moranguinho, a cachaça e vai pagar bem. Por isso, eu acho que é questão de olhares. Acho que foi uma onda que veio, um "tsunami". E agora está em processo de voltar, arrumar, tirar a lama, limpar as casas, limpar as roupas de novo, plantar árvore*[sic]* . E arrumar esse campo e ver que a gente pode ganhar muito dinheiro com o turismo ecológico. Acho que a tendência do mundo é o turismo as pessoas pagarem por áreas preservadas, pela agricultura sem veneno, por áreas preservadas por água pura. Poder tomar água mineral, tomar uma água direto do rio. Acho que é uma tendência do mundo diante da situação climática.

O entrevistado L. R. corroborou com outros entrevistados que afirmam que a concessão dos serviços nos PNAS e PNSG acabou podando o desenvolvimento do turismo em Praia Grande, pois os altos valores dos ingressos para acesso aos atrativos

espantaram o público de idosos, de famílias e de estudantes selecionando que pode contemplar a natureza, os cânions e quem não pode:

> O turismo em Praia Grande teve muitas fases. Só foi crescendo, digamos assim, de 99. E o condutor? No fim, ele sempre bem dizer foi um braço principal que o turista descobre o destino, vem para uma pousada e o condutor fazendo aquele trabalho. O turismo foi crescendo. Tivemos uma fase da pandemia que atrapalhou um pouco mas continuou o desenvolvimento. Para mim, o calcanhar de Aquiles até hoje foi esse trabalho malfeito da concessão com a Urbia. Esse trabalho da Urbia terminou travando o turismo de aventura. Hoje, tu estás vendo uma trilha do Rio do Boi lotada. É que antes a gente via com naturalidade. Agora demorou isso *[sic]* acontecer. Claro que a gente teve um ano de chuva que quase não dá para fazer a trilha do Rio do boi. O cara lá *[sic]* que vem visitar o parque vai gastar uma fortuna para visitar o parque com a família. Ele vai para outro lugar. Então diminuiu o público porque os valores mudam. E como é que tu vais trazer outro público. Então, atrapalhou muito essa questão do turismo e aventura. A concessão que ficou pra mim, na minha opinião, não pela concessão, mas pelo trabalho mal feito, que foi feito, que se esperava que ia trazer, se esperava um trabalho diferente. Porque eu pensava, quando botava no Globo Repórter ou no Fantástico, era um boom de turismo que, meu Deus do céu, mas não dava conta. Eu pensei, poxa, a Uber vai fazer um trabalho incrível de revista de divulgação, porque ela vai precisar de gente aqui para fazer dinheiro e nós não vamos dar conta. Ela só soube subir preço, não soube divulgar. Botou o ingresso que na minha opinião não é caro, está pelo atrativo que é, mas pelo público que vinha, esse público não veio. Outro público é família, excursão. Tu ias em Cambará tinha uma excursão de terceira idade, agora não vem mais. O condutor sempre contribuiu muito para o turismo de aventura.

O entrevistado A. A. reclamou sobre a ideia de que o turismo evoluiu, porém não há dados contundentes e contínuos para afirmar que evoluiu. A internet facilitou na divulgação dos atrativos e dos destinos turísticos, e também ajuda a ter um investimento mais assertivo:

> Então, até um mês atrás, eu achava que tinha evoluído. A gente vai voltar de novo para a questão do poder público. Hoje você não tem uma coleta de dados, você não sabe de nada. Tu investes aqui sem saber de nada, assim investe num achismo. E é até legal tu fazer uma pesquisa assim desse porte, porque são informações pra gente tentar entender o que tem aqui. Mas eu fiquei bem preocupada porque eu acho que está crescendo. Eu vejo hoje as coisas muito mais fáceis do que há 15 anos, 20 anos. Hoje, você tem acesso da internet, você consegue pesquisar outros lugares. Se você consegue ter um investimento mais fácil e mais assertivo. Então eu vejo que nessa parte de divulgação a gente evoluiu bastante.

O entrevistado P. S. resumiu no seu ponto de vista a trajetória do turismo em Praia Grande que iniciou por uma perspectiva ecológica, foi se desenvolvendo devagar,

porém contínua dando tempo da comunidade se preparar. O desempenho turismo esteve ligado a eventos televisivos que impulsionava a vida das pessoas, depois as redes sociais ajuda a alavancar essa divulgação e a pandemia que potencializou moradores de áreas urbanas a procurarem momentos para estarem ao ar livre em ambientes naturais como que tem em Praia Grande:

> Porque eu consegui acompanhar essa trajetória e partiu de um sonho, "turismo", que muitas vezes nós mesmos, que éramos condutores locais, não entendia muito bem o que significa esse sonho. Mas acreditava muito nisso, ao longo dos anos que passava ia evoluindo nesse sentido. Ele começou com o turismo focado no ecoturismo, turismo de natureza para preservar ao máximo o município para Praia Grande se fortalecer nesse turismo. E isso foi conquistando espaço na comunidade local, dentro do município. Pessoas foram reconhecendo, acreditando e investindo. Teve ao longo dessa trajetória um distanciamento por parte do parque nacional, que era a principal referência nesse processo, até porque todas as atividades turísticas de natureza, todas não, mas a maior parte dentro do parque nacional, houve um distanciamento com o município, que foi uma luta, uma batalha e tal conquistar esse espaço. Foi evoluindo e, na minha avaliação, essa evolução foi interessante porque foi lenta. Isso foi dando tempo para o pessoal refletir se preparar. Não foi aquela coisa muito rápida, não é essa evolução. Ela sempre esteve muito ligada a algum episódio de visibilidade nacional. Algum Globo Repórter, Esporte espetacular, alguma novela, outras minisséries que acontecia na região, não necessariamente em Praia Grande, mas em Cambará do Sul, São José dos Ausentes. Então isso dava uma repercussão nacional. Aumentar o fluxo de visitantes quando aumenta o fluxo de visitantes, aumentava o número de empreendimentos. E a pandemia para o turismo? Ela deu um choque muito forte. Aumentou muito a visitação de um mês para o outro. Mas também vê a questão das redes sociais. Isso popularizou mais o nosso município, nossas vidas naturais, mais ligado à pandemia. E a pandemia foi um marco aqui com relação ao turismo, não estou nem falando com questão que foi a pandemia e tal. Estou falando no momento da pandemia estava super grande o turismo.

O entrevistado T. D. refletiu sobre o desordenamento turístico que envolve o município de Praia Grande seria o principal problema do desenvolvimento turístico em Praia Grande:

> Eu acredito que assim, no geral, o desenvolvimento está sendo bem desordenado. Desordenado em todos os sentidos, a gente teve uma pandemia que deu um "boom" no nosso turismo e a gente não estava preparado para isso. Os investimentos que são feitos na cidade, em todos os sentidos, muitas vezes são feitos errados. Não é feita uma análise de mercado que realmente precisa ser inserido. Pessoal, vai lá e constrói uma pousada. O cara vai lá e faz o curso de guia, vai lá e compra um balão, faz uma atividade e não olha o que realmente a cidade está precisando.

O entrevistado M. P. considerou o condutor que pode estar na ativa alcança uma renda satisfatória para os padrões de Praia Grande:

> Eu acho que o turismo vai se desenvolver cada vez mais, a gente já tem superlotação nas trilhas, teria que ter mais opções. A gente poderia começar a falar em ter mais opções de verdade. Mas, acho que é promissor. Se bem organizado e rentável e ganha-se bem para o que se faz. Dentro do pedido da exigência para se tornar um condutor e vendo os ganhos que tu podes ter que a gente sabe quem guia todo o dia 4 pessoas por dia, 4 dias por semana, o cara está ganhando bem em Praia Grande.

O entrevistado F. R. comentou sobre a explosão imobiliária para atender o turismo que mudou Praia Grande, trazendo também aspectos negativos como construções irregulares em margens de rios e encostas:

> O turismo acabou fazendo com que houvesse um "boom" imobiliário, ele transformou também isso. Nós também não podemos esquecer desse lado que existe dentro do turismo. As cidades normalmente pequenas, são municípios pequenos, onde o grupo de administração pública, às vezes, não tem órgãos muito fortes, não é para conter esse avanço demográfico que existe. Quando o turismo *[sic]*, ele expande muito rápido, aconteceu aqui na nossa pandemia. Um crescimento exagerado de casos no interior ou próximo a rios que foram de maneira muito rápida e sem controle.

Em contrapartida, os condutores mais novos, associados depois de 2020, impulsionados pela expectativa gerada pelo Geoparque, Concessão das UCs e novo Plano de Manejo.

O entrevistado L. F. comentou que o turismo está se desenvolvendo com aberturas as novas atividades turísticas, mas deixando de lado o ecoturismo a qual se encaixa mais as características de Praia Grande:

> No meu ponto de vista está desenvolvendo bastante mesmo. Cada vez se modernizaram mais, eu creio que falta aquela visão maior para o ecoturismo. Já falei para algumas lideranças da cidade. Foi dali que surgiu o turismo na cidade e vejo que isso é pouco valorizado. A visão daqui é o balão e acaba que aquela questão do ecoturismo, do pessoal que trabalha dentro da trilha. Eu creio que isso teria que ter uma atenção maior. O turismo hoje na cidade está crescendo. É através daqueles que já plantaram aquela semente lá atrás no ecoturismo. Acho que está crescendo, está desenvolvendo, só que está desenvolvendo, deixando essa parte mais de lado um pouco.

O entrevistado R. B. percebeu que o ecoturismo foi deixado de lado, já não se valoriza tanto a cultura e a natureza com profundidade, um dos motivos é que o turismo está desorganizado:

> Vamos falar um pouco sobre o ecoturismo. Eu acho que Praia Grande, já não é mais um local de ecoturismo, é porque alguns praticam. Poucos praticam, guias, pousadas, lugares. Até o próprio centro da cidade não comporta o ecoturismo. Em questão do ecoturismo ele baixou bastante. Desde quando eu comecei ou antes mesmo das histórias que me contavam, baixou bastante o ecoturismo e o turismo da Praia Grande está vindo desorganizado.

O entrevistado M. H. diz considerar-se um condutor de sucesso e dentro da atividade de ecoturismo atende bem a demanda de visitantes, mantendo valores clássicos do ecoturismo mesmo que venham outras atividades com outros perfis o ecoturismo tem um significado especial para o visitante:

> Estamos em ascendência positiva. Eu nunca imaginei estar conduzindo tanto. Eu posso me considerar um condutor que sou bem ativo. Mas assim, de 2014, quando realmente eu tenho a minha credencial é que vi um avanço gigante. Hoje, tem o estopim, foi após pandemia. Teve uma procura gigante para atividades de ecoturismo. Teve, sim, a importância da atividade do balão na cidade. A gente sabe que o balão acabou contribuindo para o aumento de visitantes da cidade. E o visitante chegando aqui vai buscar outras atividades. Se não naquele momento, mas em outro momento, sabe que tem atividade de trilha e ecoturismo. Sou um condutor bem ativo em função de tudo isso. Essa demanda a gente teve uma crescente grande de gastronomia, que melhorou de hotelaria. Então, sem dúvida, a gente aumentou muito a questão de leitos de hospedagem e isso fez aumentar também o número de condutores atuando. Então, tem pessoas que estão vivendo só de turismo. Eu atualmente não só disso, mas quem sabe daqui um tempo, só viver da atividade turística.

O entrevistado J. L. entendeu que, por mais que avançásse mos ao longo dos anos em alguns pontos de desenvolvimento do turismo, mesmo assim não somos vistos pelo Ministério do Turismo em termos de enviar investimentos para a área do turismo. A dica que ele traz é que o próprio município deveria se adequar, a começar pela sinalização e serviços básicos que muitas vezes são oferecidos aos visitantes:

> Sim, está se desenvolvendo, só que o turismo e ecoturismo são 2 coisas totalmente diferentes. O turismo está crescendo, só que para o município não está desenvolvendo porque por um investimento para o Ministério do Turismo não importa. Foto, vídeo isso pra eles não significam nada. Enquanto não houver uma regularização de uma norma de condutores de operadoras e, enfim, para que o Ministério do turismo enxerga a Praia Grande como potencial turismo, não vai adiantar de nada, porque a gente vem para cá, a pessoa para

> cá, foto todo dia isso aqui. Só que o Ministério do turismo, quando a gente precisa investimento num curso, numa especialização ou mais recursos para essa área, não vem, porque não tem relação nenhuma. É, eu vejo muito nessa parte, a gente tem um público grande de pessoas. Procuram só que ao mesmo tempo, a da base que é dos condutores ele não mostra para o Ministério do Turismo. A gente está crescendo, é melhor uma sinalização melhor, uma estrada melhor. É isso porque a gente tem bastante turismo. Isso a gente não mostra para eles que a gente tem um potencial turismo assim. Eles nunca vão estar chegando para nós aqui.

O entrevistado E. P. percebeu uma mudança no crescimento do turismo em Praia Grande pelas construções novas, no interior do município mais gente morando e mais pousadas sendo construídas, isso reforça o potencial para o ecoturismo que o município tem pela frente:

> Eu vejo o turismo como uma das principais fontes econômica *[sic]* aqui da cidade que gera muito emprego. Galera que tem as pousadas e tudo mais. A gente dá uma olhada em torno aqui, porque eu lembro quando ia ao centro da cidade, que não tinha nada e para os interiores era uma casa longe da outra e agora a gente vê que mudou um pouquinho, está um pouco mais povoado, negócio está mais estruturado um pouco, então foi com a chegada do turismo e com mais força. E vejo a Praia Grande como um potencial gigante ainda pela frente. É para crescer mais ainda na questão do ecoturismo, porque cada vez mais a galera está buscando esse contato com a natureza. Então, eu vejo que futuramente Praia Grande vai ser turístico mesmo.

O entrevistado C. R. mencionou as conquistas obtidas para o desenvolvimento do turismo nos últimos anos, principalmente a partir de 2018, como a pavimentação da Serra do Faxinal e o título do Geoparque. Na pandemia, Praia Grande mostrou que estava preparada para receber visitantes tanto para descanso quanto para atividades de ecoturismo e de aventura. A divulgação pelos próprios visitantes é a melhor propaganda:

> Mas não se esperava que chegasse aos patamares que hoje está. Digamos que hoje o desenvolvimento ele veio a passos largos a nossa cidade. A cidade não está preparada para comportar o que hoje está acontecendo. Claro que uns trabalham mais, outros trabalham menos, mas isso vai de cada profissional, de cada área. Mas eu vejo um desenvolvimento bem legal e para o futuro, saindo o asfalto na Serra do Faxinal. A criação do geoparque recebendo esse selo, a importância da conscientização das pessoas. Em termos de hospedagem, em termos de gastronomia, agências, campings, enfim, outras atividades mostram o crescimento. Então mostra que realmente está acontecendo o desenvolvimento, as portas estão se abrindo, a cidade está desenvolvendo*[sic]* . E eu creio que isso vai acontecer muito mais num futuro bem próximo. E, de 2018 para 2025, que é o que a gente está hoje, a gente pegou um período bem complicado que foi a pandemia. Mas logo após a pandemia começou esse

> crescimento. É uma corrente, porque o que acontece a gente *[sic]* leva para uma atividade 10 pessoas, elas divulgam a nossa cidade, elas divulgam nosso trabalho. Cada uma dessas pessoas posta uma foto, posta um vídeo e lá outra pessoa, mesmo que seja um casal diferente do público de outro. Então, é o elo da corrente que vai se fortalecendo. Hoje faz isso chegar nos dias atuais como uma cidade que ela roda direto. No final de semana ou em dia de semana, tem gente visitando Praia Grande, eu creio que o desenvolvimento está acontecendo, sim, é uma coisa real. E a gente tem que tentar acompanhar isso também.

O entrevistado D. B. considerou a falta de sintonia em relação ao turismo com viés para o ecoturismo. Apesar do turismo ter evoluído são inúmeras as possibilidades que não estão sendo aproveitadas:

> Acho que o turismo em Praia Grande teve evolução. De lá para cá evoluiu bastante. E ainda tem muito a desenvolver nesta parte das trilhas. Tem mais opções de trilhas agora e outras atividades. Tem um potencial muito grande e tem muito a crescer. Vejo que o pessoal está muito atarefado, tem muita demanda. Acho que não está satisfatório o ecoturismo no município, o turismo não está com foco no ecoturismo. Nós estamos presos no Rio do Boi e no Malacara, sendo que temos muitas outras trilhas como a do Churriado e Pedra Branca. Precisamos ter mais comunicação via rádio nas trilhas.

O entrevistado P. B. colocou que o turismo de luxo vai se sobressair sobre o ecoturismo, embora o ecoturismo ocorra, e cada condutor ou empresário nesse ramo, individual ou coletivo tente se organizar, as principais decisões vêm de fora sem a presença do todo. Esta visão é interessante, de um lado grandes empresários faturando com o turismo de luxo, por outro atores do turismo focado no ecoturismo com valores opostos, pois como falou entrevistado “o ecoturismo tem que ter amor”:

> Eu acho que os movimentos acontecem muitas vezes de fora para dentro. A gente não consegue de dentro para fora, nós vamos trabalhar com o ecoturismo. Nós vamos fazer só trilha. É que tem coisa que vem por cima da gente, entendeu? E também não tem como tu criar. Não vou ficar só no ecoturismo. E aí o cara tem que ser estrategista. E se preparar, olhar para si, olhar para sua vida. Cada um está a pensar no todo, fazer a tua parte. Eu vejo que a Praia Grande, ela está partindo para o turismo de luxo. E esse vai ser o caminho e é um caminho que não vai ter volta. Embora o ecoturismo também, nunca vamos perder o ecoturismo. Mas o ecoturismo vai ser um conta gotinha. É, então o que eu vejo assim, que o ecoturismo vai continuar nessa conta gota, e que o ecoturismo não vai deixar nenhum condutor rico. O ecoturismo é uma coisa que tem que ter amor, tu tens que gostar daquilo ali. Porque se tu entrar só porque está bonito, porque o outro está indo e tal, vai te tirar fora, vai ficar um pouco tempo. E é uma atividade que também exige muito da gente porque os visitantes querem aprender.

Trazendo como inspiração a pergunta dezesseis, (Qual a sua visão do desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC desde que você começou a conduzir visitantes nas trilhas?), o objetivo dessa discussão referenciada é entender sobre a luz da ciência um pouco mais sobre o desenvolvimento do turismo à atividade de condução de visitantes.

Butler (1980), argumenta que o fenômeno do turismo em excesso não deve ser desconsiderado, nem tanto por preferir uma ideia mais ecossustentável, o que já seria razoável decisão, mas para resguardar, por um lado, a possibilidade de oferecer aos turistas estadias em locais muito procurados e, por outro, respeitar as necessidades daqueles que vivem nesses locais durante todo o ano e merecem ser valorizados, respeitados e integrados ao turismo. Realizar ações para conter o turismo demasiado significa proteger os investimentos realizados, revertendo o processo de paralis ação, que é quando o local turístico deixa de ser atrativo, fazendo com que a população rejeite o setor turístico e os atores do turismo não tenham a mesma confiança de antes.

Logo que se coloca em pauta o desenvolvimento do turismo em sincronia imediata entre o desenvolvimento econômico e na esteira dessa informação seguem planejamentos voltados para o desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e outras estratégias de desenvolvimento. Quando bem planejado o desenvolvimento do turismo alavanca economicamente países, estados, municípios, bairros, comunidades locais e comunidades tradicionais desde que, e nesse ponto algo acontece para ações inclusivas ou seletivas. Qual a natureza do turismo em questão: predatório, humanista, enriquecedor, ético? Pela ação seletiva a tendência é priorizar um dado setor da sociedade gerando o turismo a curto prazo entre em declínio, portanto os recursos financeiros deixam de entrar no comércio local. Pelas ações inclusivas, o turismo desperta oportunidades econômicas para todos, retificando desigualdades econômicas e sociais contribuindo para a geração de emprego e renda (Op. cit.).

Scótolo (Op. cit.), coloca que o desenvolvimento do turismo pode ser visto como oportunidade de o município alavancar sua economia:

> O desenvolvimento de um determinado local de interesse turístico está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local. Considerando que cada região (em esfera macro ou micro), cada país, cidade,

> vilarejo ou comunidade possui características próprias que devem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico, seria ousado afirmar que o turismo sempre é gerador de desenvolvimento local (Op. cit. , p. 37).

Scótolo (Op. cit.), cabe considerar que pensar demasiadamente nos produtores de bens e serviços, em investimentos financeiros para atrair e atender turistas, acreditar que o turismo existe por esta consolidação do destino turístico e um girar sem fim criam novos produtos e estratégias, para manter as entradas de recursos econômicos olhando apenas para os aspectos econômicos do turismo. Esta é uma realidade, de políticas de desenvolvimento ofertando novos produtos e serviços turísticos esquecendo-se dos demais aspectos que envolvem a atividade do turismo. No declínio do turismo, ao voltar para trás e enxergar os porquês dos fracassos, questões como preservação da cultura local, poluição ambiental, sonora e visual, enobrecimento urbano, exploração sexual, problemas de trânsito, aumento do custo de vida, dentre tantas outras, são deixadas de lado no plano de turismo.

Se o turismo for de natureza, preza-se pelo desenvolvimento do turismo sustentável que tem na bagagem o ecoturismo, turismo rural, turismo de base comunitária, etc. Implantar um turismo de luxo nos aspectos do turismo com visão cultural e natural sem um amplo planejamento estratégico do setor público tende ao fracasso. E um esvaziamento dos investimentos ficando para trás grandes empreendimentos frutos de grandes investimentos. A de pensar na verdadeira vocação turística do município, a partir disso criar um planejamento para o desenvolvimento. Apostar na divulgação ou no número de turistas como se fosse os sustentáculos de um município atraentemente turístico nunca foi a solução.

Neste sentido, Lane (1994) faz a seguinte pergunta: Por que desenvolver estratégias de turismo sustentável? Traz como exemplo os negócios bem-sucedidos que "desenvolvem-se de acordo com planos e estratégias de negócios cuidadosamente elaborados (Op. cit., p. 13-14)." Dentre os planos busca-se conciliar demandas concorrentes, evitar investimentos desperdiçados, e pesquisar nichos de mercado onde um sucesso especial possa ser alcançado. Entre os atributos favoráveis cita-se: "o desenvolvimento da estratégia deve ser usado para incentivar um diálogo contínuo entre o governo, empresas de turismo, comunidades e outros interesses sobre o futuro de uma

área e o papel do turismo nesse futuro" (Op. cit. , p. 14). Outro atributo citado que interfere no sucesso é entender que a estratégia pode ser usada para orientar e incentivar o investimento em infraestrutura de transporte, serviços públicos, marketing, informação e interpretação, resultando na qualidade do turismo diferenciando assim do turismo convencional.

> A maioria dos planos turísticos convencionais é dominada pelas necessidades de crescimento do setor turístico. São planos de marketing ou planos de investimento de capital. Geralmente, são elaborados para aumentar o fluxo de visitantes, o número de visitantes, o faturamento e a criação de empregos. Os planos buscam explorar os recursos nacionais e comunitários e eliminar as restrições. Outros tipos de plano são frequentemente escritos puramente em termos de uso do solo e planejamento físico; podem ter pouca consideração pela comunidade, cultura ou empreendedorismo (Op. cit. , p. 14).

Scótolo (2015), explica que o desenvolvimento local deve partir dos interesses da comunidade, isto contribui para o sentimento de pertencimento de comunidade fortalecendo os laços comunitários e a luta para manter as características naturais e culturais.

> Entende-se que para que haja desenvolvimento local é preciso que haja um movimento endógeno que descubra e cultive as características potenciais da localidade, como os fatores socioculturais – costumes, tradições, etnia, religião, rituais, celebrações, laços afetivos e familiares, história e memória, grau de confiança e cooperação entre os atores, vocação trabalhista e produtiva da população – e fatores geográficos – clima, solo, relevo, hidrografia, fauna e flora, entre outros –, pois são tais características que irão contribuir para que a economia local se potencialize. Entende-se, ainda, que é imprescindível que os recursos naturais e culturais locais sejam preservados a fim de tornar o desenvolvimento local sustentável e, assim, oferecer qualidade de vida à população local (Op. cit. , p. 47).

Sendo assim, as comunidades locais podem utilizar seus potenciais criativos e desenvolver-se a partir de estratégias turísticas que busquem fortalecer a economia local e trazer qualidade de vida para sua população, aproveitando suas características naturais, históricas e culturais. Uma das formas de incentivar o desenvolvimento do turismo local seria através de políticas públicas.

De Carvalho (2000), as políticas públicas em turismo são, basicamente, as decisões e ações que os governos (federal, estadual e municipal) tomam para organizar e investir no turismo. Essas ações são oficializadas e têm respaldo na lei, aparecendo em:

Planos e programas; Projetos específicos; Metas a cumprir; Orçamentos públicos. Como o turismo envolve muitas áreas diferentes, desde hotéis e restaurantes até transporte e agências de viagens, as políticas do setor precisam da colaboração de diversos órgãos do governo e empresas privadas. Essa variedade de envolvidos torna a implementação dessas políticas um processo complexo e, muitas vezes, difícil de colocar em prática. Por isso, o turismo acaba sendo impactado também por outras políticas do governo que não são diretamente sobre turismo, mas que o afetam fortemente. Por exemplo: projetos de infraestrutura (estradas, estações de trem, rodoviárias, aeroportos, portos); políticas de desenvolvimento das cidades; iniciativas para gerar emprego e renda; ações de preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico.

Henz (2010), transfere a ideia de que para haver um desenvolvimento organizado e planejado da atividade turísticas, seguindo um viés harmônico dos setores que envolve o turismo, o Estado torna-se responsável por propiciar, construir e apoiar todo o tipo de infraestrutura necessária ao desenvolvimento turístico desde acessos a urbanização adequada buscando sempre um equilíbrio cuidadoso nas políticas de planejamento e desenvolvimento do turismo.

E o desenvolvimento do turismo para o ecoturismo?

Neste caso, Oliveira (2011), desenvolvimento econômico pela linha do ecoturismo pode trazer valorização e equilíbrio socioambiental local:

> A ideia de que o turismo tem poder de alavancar o desenvolvimento econômico e social, mobilizando e dinamizando economias locais e regionais está atrelada ao desenvolvimento da capacidade de deslocamento populacional entre diferentes áreas, gerando novos fluxos produtivos. É possível afirmar que estes novos fluxos se intensificaram mundialmente com a revolução urbano-industrial, com a expansão do acesso às redes de comunicação e informação e desenvolvimento de meios de transporte mais rápidos e eficientes, marcadamente a partir de meados do século XX (Op. cit. , p. 186).

Oliveira (Op. cit.), com os efeitos do turismo os lugares mesmo distantes começaram a ter mais acesso aos bens de consumo, integrados às rodovias, aeroportos e portos, investimento em comunicação transformando as relações sociais e econômicas. Esses avanços de fluxos rápidos de acessos, informações e infraestruturas são exemplos

do poder que o turismo gera nos lugares dando uma explosão de crescimento em urbanização. A imagem extrativista para com a natureza vista como consumo:

> A intensa apropriação da natureza e o simultâneo processo de urbanização nas últimas décadas têm contribuído para a transformação da "natureza" em objeto de desejo por meio de símbolos que representam a possibilidade de consumo desta natureza, por meio da aproximação proporcionada pelo turismo (Op. cit. , p. 187).

Seria de fato necessário recorrer a manutenção do equilíbrio da natureza, pois se torna frágil diante das pressões de urbanização gerando impactos positivos e negativos. Se negativos podem alterar profundamente a dinâmica econômica e social local.

O autor (Op. cit.), conta do caso da Praia Do Forte (BA) onde as benfeitorias trazidas para aquele local como saneamento, água e energia serviu para os novos moradores com poder aquisitivo melhor se instalarem e aproveitando dos novos postos de trabalho, enquanto que os pescadores foram afastados de seus locais de origem pelo aumento do valor dos impostos urbano. Um lugar antes simples, rústico e hospitaleiro se transformou em um lugar impossível de morar, desse modo os fluxos da modernidade advindos do turismo se transformaram em irrealidade para os moradores locais.

Trazendo (Op. cit.) ricos questionamentos sobre a implantação paulatina do ecoturismo em seus pontos fortes e fracos. Considera importante a natureza como forma de conscientização, sensibilização e conhecimento, no entanto vê como necessário considerar a relação do meio natural e social. É preciso repensar sobre o grande fluxo urbano se jogando para os atrativos naturais tornando-os intensamente explorados devido aos novos negócios que se abrem a cada dia. O turismo de aventura, o turismo rural e o ecoturismo envolvem diretamente a visitação em ambientes naturais, muitas das quais não oferecem nenhuma proteção legal.

O ecoturismo, como já mencionado, prevê na visitação às áreas conservadas mediante o trabalho de educação e interpretação ambiental, em educar e ser educado. Porém, o aumento de visitação a essas áreas naturais tem no seu caminho a prerrogativa do ecoturismo. Desde ess es pontos surgem muitos questionamentos sobre se realmente seguem-se as ações definidas para a correlação homem e natureza, ou seja, se medidas e intervenções corretas estão sendo tomadas? Há a ideia do mínimo impacto no uso dos

espaços em ambiente s naturais visitados, desde as infraestruturas, saneamento básico e transformação local para recebimento do visitante.

Ele (Op. cit.), alerta sobre o excesso de visitação em ambientes naturais e a falta de estruturas adequadas:

> A ausência ou fragilidade destas infraestruturas e de valorização do trabalho em turismo implica em potenciais impactos negativos, como: geração de problemas sanitários, contaminação ambiental, desrespeito à capacidade de suporte ambiental ou ainda, em médio e longo prazo é possível o desencadeamento de um processo de desvalorização deste patrimônio ambiental e turístico.
> A ausência de guias capacitados aliado ao elevado número de visitantes, que nem sempre respeita a capacidade de suporte do meio receptor, também possibilita o desenvolvimento de outros tipos de impactos negativos, como a circulação de visitantes em áreas mais frágeis, prejudicando o equilíbrio da fauna e flora e a geração de trilhas secundárias induzindo o desenvolvimento de processos erosivos (Op. cit. , p. 190).

Considera-se que estes entraves nas UCs têm soluções, como por exemplo é necessário valorizar as comunidades receptoras com seus principais atrativos como promover os aspectos históricos e culturais. Quanto mais houver o distanciamento da comunidade receptora, mais preenche este espaço uma sociedade de consumo, jogando os moradores locais para a periferia.

> É possível perceber que a homogeneização dos lugares por meio da imposição dos padrões de consumo globalizados, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico do setor hoteleiro e turístico e oportuniza a inserção desta localidade no mercado turístico global, fragiliza e exclui os valores tradicionais da cultura local que paradoxalmente apontariam seu valor diferencial em um mundo que se padroniza (Oliveira, 2011, p. 191).

A educação ambiental é o meio mais eficaz para alcançar uma maior conscientização da sociedade sobre os temas relacionados à s questões ambientais. Desenvolver ações que envolvam as pessoas ao coletivo em consequência em prol do meio ambiente. Uma das atividades mais promissoras para envolver neste gesto é através do ecoturismo, uma vez que não há ecoturismo verdadeiro sem educação ambiental. As ações próprias do ecoturismo que advém da educação e interpretação ambiental ajudam a desenvolver uma consciência ambiental.

Em nenhuma hipótese o ecoturismo deve ser superficialidade, excesso de promoção do conforto e o apelo à segurança como no meio urbano. A riqueza da aprendizagem ambiental está na própria surpresa que a natureza oferece, de admirar e respeitar aspectos diferentes para que se possa vivenciar os espaços da comunidade visitada, pois é preciso vivenciar os espaços visitados e os habitantes que ali vivem. A ideia da ligação afetiva (Op. cit.) é a melhor oportunidade para desenvolver ações educativas que promovam reflexão e transformação, sendo que esta atividade educativa pode ser desenvolvida pelo ecoturismo.

Para o autor (Op. cit.), até mesmo os ambientes já modificados e deteriorados pela ação humana podem ser objeto de estudo e de análise, promovendo-se reflexões acerca dos interesses envolvidos na transformação destes espaços, dos impactos gerados e sobre possíveis soluções. Para a consciência ambiental requer estímulo, questionamentos e percepção sobre a possibilidade de ações coletivas. As reflexões e ações coletivas promovidas por parte das atividades ecoturísticas podem, portanto, valorizar e dinamizar os trabalhos de educação ambiental ao mesmo tempo em que reintegram o indivíduo na sociedade e fortalece o sentido de cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a atuação dos condutores de visitantes da Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE) em relação à contribuição da associação no desenvolvimento do turismo na região turística dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, município de Praia Grande/SC. Nesse sentido, a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a entrevista semi-estruturada permitiram compreender o contexto histórico da fundação da APCE e seus desdobramentos ao longo de sua história. Entende-se como origem desse percurso, o primeiro curso com o IBAMA, o planejamento estratégico pela UNESC em 1997, passando pelos desafios oriundos ao trabalho do condutor de visitantes nas duas primeiras décadas do século XXI.

Nesse cenário, para o turismo regional tomam formas três forças que vão delinear o turismo atualmente, quais sejam: primeiro, as áreas de concessão dos PARNAs (12 de agosto de 2021); segundo, os propósitos advindos da chancela do Caminhos do Sul Geoparque Mundial da Unesco (13 de abril de 2022); e, terceiro, em relação às UCs, a conclusão do Plano de Manejo e Uso Público protagonizado pelo ICMBio com o apoio das organizações envolvidas no turismo e na conservação do meio ambiente.

A APCE foi fundada em dezembro de 1997, tendo sido concluído o seu Estatuto e Regimento Interno em setembro de 1998. É uma associação sem fins lucrativos e se encaixa como uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Conforme seu estatuto, os objetivos da associação são:

I - Representar os associados em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

II - Orientar, apoiar e estimular as iniciativas dos guias e condutores locais que visem desenvolver suas potencialidades;

III - Fiscalizar as atividades e ações dos guias e condutores locais no exercício de suas funções;

IV - Contribuir para a preservação dos ecossistemas naturais e para o desenvolvimento sustentável da região dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da

Serra Geral;

V - Promover encontros, cursos, campanhas e outras atividades educacionais visando a formação dos(as) associados(as) e interessados(as);

VI - Incentivar e promover ações que contribuem para a Educação Ambiental e cultural da comunidade de entorno dos Parques Nacionais;

Parágrafo único – A associação atuará sem discriminação de gênero, política, racial, religiosa ou social.

Entre os objetivos citados, destaca-se o objetivo VI, sobre educação ambiental. Vale lembrar que nesse estudo foi possível constatar as ações efetivas e levadas a sério pela APCE quando o assunto é EA. Entre as diversas ações, os projetos de EA como as parcerias com à UFRGS, com a Escola de Educação Básica Bulcão Viana de Praia Grande, das escolas do município e de outros municípios vizinhos foram matrizes para os trabalhos de EA como estava previsto pelo IBAMA na época como ação indispensável às associações ligadas aos PARNAs.

A APCE surge no contexto em que os PNAS e PNSG passam por reestruturação física e de modelo de gestão, a qual documentos e acordos são firmados como Termos Técnicos do IBAMA com a UNESC, do IBAMA com a APCE, e das mesmas com a prefeitura municipal de Praia Grande/SC, em se tratando desse município, basicamente funda-se o turismo em nível de arranjos parque e instituição, assim como parque e sociedade civil nos PNAS e PNSG demais órgãos públicos.

O objeto da presente pesquisa foi o condutor de visitantes, este tem como base e ofício de trabalho o documento do Diário Oficial da União, órgão: MMA/ICMBIO, Portaria nº 769 de 10 de dezembro de 2019, a qual versa “pessoa física autorizada pelo ICMBIO a atuar na condução de visitantes na unidade de conservação, desenvolvendo atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos nas áreas de visitação”.

Os condutores de visitantes associados à APCE são todos sócios credenciados nos PNAS e PNSG. As trilhas de ecoturismo mais visitadas pelos condutores são as trilhas do Rio do Boi, no cânion Itamibezinho e a trilha das Piscinas do Malacara, no cânion Malacara. Todos devem possuir o curso de primeiros socorros atualizados. A APCE possui ação coletiva a partir do seu estatuto e regimento interno. Diante disso, a

associação está presente nos principais conselhos e representações que envolvem turismo e meio ambiente como Conselho Municipal de Educação para a Educação Ambiental, Representante no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, GT para o conselho consultivo dos PARNAs PNAS e PNSG, Instância de Governança Regional, Conselho Municipal de Turismo, Representantes do Sistema de Gestão de Segurança.

A metodologia do presente trabalho teve uma estrutura descritiva/explicativa com uma abordagem qualitativa a partir da estratégia de estudo de caso e o tipo de pesquisa foi exploratória. A metodologia aplicada nesta pesquisa seguiu três passos a partir do problema da pesquisa que foi analisar a atuação dos condutores de visitantes da APCE, com referência principalmente às trilhas do Rio do Boi e do Malacara, PNAS e PNSG, bem como a contribuição da associação no desenvolvimento do turismo no município de Praia Grande/SC. Primeiro ponto: pesquisa bibliográfica; segundo ponto: pesquisa documental; e terceiro ponto: pesquisa a partir de entrevista semi-estruturada.

Na pesquisa bibliográfica foi possível constatar que as atividades dos condutores de visitantes proporcionam que estes estejam inovando-se, empreendendo e desenvolvendo o seu potencial na natureza. Com base neste campo de análise, seguem alguns resultados: tem suas raízes nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo; insere-se na integração do geoturismo à dinâmica dos Parques Nacionais; promove a justiça ambiental e a sustentabilidade; promove práticas integrativas sustentáveis com empreendimentos turísticos; envolve-se com a gestão pública e governança; visa utilizar-se dos significados dos recursos naturais e culturais para provocar conexões pessoais entre o público visitante e o patrimônio protegido; a interpretação ambiental oportuniza que o visitante de passagem obtenha informações significativas do meio ambiente visitado; o condutor de visitantes apoia a educação ambiental desenvolvida principalmente através de projetos escolares; contribui com a missão do ICMBio na proteção ao patrimônio natural e na promoção socioambiental dos parques nacionais e área ao entorno. A atuação dos condutores da APCE em Praia Grande/SC é fundamental para o sucesso do ecoturismo regional. Eles superam a função de guias ao atuar como educadores e mediadores socioambientais nas trilhas locais.

Na pesquisa documental do presente trabalho teve uma estrutura descritiva/explicativa com uma abordagem qualitativa a partir da estratégia de estudo de

caso e o tipo de pesquisa foi exploratória mesclando dados oriundos de documentos impressos e arquivos digitais e um painel interativo chamado *Ecodocs*. Ao todo, a pesquisa se baseou em 85 documentos que foram analisados. Como resultados principais, a pesquisa documental mostrou: 1 – Um novo trabalho "o condutor de visitantes"; 2 - A parceria entre a UNESC e o IBAMA foi fundamental para criação das estratégias turísticas e o incentivo ao ecoturismo; 3 - Através das atas e ofícios ficou claro que a APCE esteve envolvida diretamente na agenda do turismo municipal de 1997 a 2024, recorte documental da pesquisa; 4 - Orientou os condutores de visitantes na contribuição com o desenvolvimento do turismo. Portanto, a associação destacou-se entre os diversos atores turísticos de forma genuína e inclusiva para o desenvolvimento econômico, social, histórico e ambiental no município de Praia Grande/SC.

Na pesquisa a partir das entrevistas semiestruturadas, utilizou-se de entrevistas com 22 condutores de visitantes que responderam a 16 perguntas. Como resultados, aponta-se na visão dos entrevistados que o turismo em Praia Grande (SC) passou por uma transformação acelerada na última década, diversificando seu público de ecoturistas de aventura para visitantes de maior poder aquisitivo e transformando a condução. O setor turístico consolidou-se com a APCE, que unificou antigos e novos profissionais em prol do desenvolvimento sustentável, da conservação ambiental nos parques nacionais (PNAS e PNSG) e da superação de crises históricas. O amadurecimento comunitário e institucional culminou em marcos importantes, como a concessão dos parques e a chancela do Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da Unesco, posicionando a comunidade local como peça-chave na resiliência e expansão da economia turística regional. Atuando como um elo vital entre os turistas e a comunidade, esses trabalhadores buscam continuamente a formação acadêmica e o conhecimento sociocultural para promover a educação ambiental e a conservação nas trilhas dos parques nacionais. Apesar do sucesso econômico, a categoria enfrenta severos desafios institucionais, destacando-se a falta de valorização por parte do governo municipal e da chefia dos parques, além da perda crítica de sua cadeira no Conselho Consultivo em 2017. Ademais, os condutores criticam a atuação da concessionária Urbia Cânions Verdes, vista como elitista, burocrática e distante da realidade local por afastar a comunidade do entorno. Para o futuro, o trade aponta a necessidade de maior organização pública para

ordenar o crescimento, o fortalecimento de parcerias com comunidades tradicionais (como a Quilombola São Roque) e a integração com o Geoparque Caminho dos Cânions do Sul, garantindo que a expansão turística não comprometa a sustentabilidade e a identidade cultural da região.

De modo geral, os resultados apresentados por um caminho ou por outro, chocam-se inevitavelmente pelo desenvolvimento sustentável. Desde os primeiros documentos investigados até a orientação e a prática das ações voltadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável e até mesmo a aplicação da Agenda 2030 através das políticas públicas estão voltadas à sustentabilidade. Para o sucesso do ecotuismo ou para o sucesso do Geoturismo em relação ao desenvolvimento econômico do território senão pelo investimento responsável em políticas públicas seguras que atendam a toda população com igualdade de justiça ambiental.

Então, os resultados deixam bem claros que a contribuição da APCE para o desenvolvimento do turismo nestes quase 30 anos de associação em Praia Grande ocorreu pelo desenvolvimento sustentável do turismo tendo o ecoturismo como principal vetor de incentivo aos condutores de visitantes.

O perfil socioeconômico dos 22 condutores da APCE entrevistados mostrou que em sua maioria: é do sexo masculino, de idade média, de união estável, da classe C, brancos e com ensino superior completo.

Nesse contexto, a APCE tem no futuro o compromisso de difundir cada vez mais o ecoturismo no município de Praia Grande/SC, pois é o elo mais próximo com os PARNAS em termos de ações de conservação dos elementos culturais e naturais das UCs, mas também tem o compromisso de aprender mais sobre o geoturismo uma vez que o território Geoparque traz muitas oportunidades de novos conhecimentos atrelados a origem da terra, a valorização da identidade, da cultura local e do patrimônio de um território.

No entanto, para trabalhos futuros, sugere-se abordar as seguintes questões:

1) Fazer uma abordagem mais profunda sobre a história de vida do condutor de visitante como descendência, origem, é provável que esse tipo de abordagem implique no modo de conduzir os visitantes nas trilhas bem como o modo particular de apresentar a natureza ao visitante.

2) Condutores de visitantes e os espaços inclusivos tanto dos visitantes LGBTQIA+ quanto de condutores que se declaram pertencentes a esta identidade e como ter a postura adequada, humana e profissional torna-se um diferencial para atrair este público visitante e garantir o atendimento.

3) Sobre os danos físicos causados ao condutor de visitantes uma vez que este fica exposto às intempéries do clima como chuva, sol escaldante, frio, vento e, também, em decorrência do esforço físico, com lesões de tornozelo, joelho e quadril. Muitos encerram a atividade precocemente por não conseguirem atuar por causa destes tipos de problemas de saúde.

Em consequência da necessidade de delimitação deste estudo, algumas limitações foram encontradas durante a produção da tese, por causa disso não foram investigados com profundidade termos como o Turismo de Base Comunitária**.** Este assunto aparece em voltas ao ecoturismo, ao trabalho do condutor de visitantes nos PNAS e PNSG e ao entorno, no ICMBio, no entanto, os enquadramentos para a formalização do TBC dependem de Leis e Decretos Estaduais e Federais que pouco recebem assessoria para a sua execução.

Os temas Geoparque bem como o tema Concessionária chamaram a atenção e ganharam destaques ao longo da pesquisa, no entanto foram discutidos o suficiente para esta tese quando discute a relação destes temas com o trabalho do condutor de visitantes, mas não estão elencados como objetivos específicos deste trabalho. Diante disso, houve um esforço de não deixar de fora da pesquisa estes temas tão relevantes. Por vias de caracterizar melhor estas abordagens na rotina do condutor haveria a necessidade de mais aprofundamento de leituras.

As limitações ocorreram no plano das comunicações do mundo online que promove interações online, a qual está disponibilizado ferramentas e uma diversidade de configurações de comunicação e obtenção de dados para a pesquisa qualitativa. Muito embora, a fim de vendas das atividades, o condutor de visitantes esteja nas plataformas como Facebook, Instagram, documentários, Youtube, inclusive site de agências, de sites de associações de condutores de visitantes entre outras formas de comunicação, em específico não foram investigadas nesta pesquisa estas ferramentas de apoio às vendas incluindo divulgação e marketing ao condutor de visitantes. Os direcionamentos

principais ocorreram através da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental em sua maior parte impressa por se tratar de documentos anteriores a comunicação digital e de documentos encontrados em arquivos digitais da APCE. Outro ponto foram as entrevistas que ocorreram pela Microsoft Teams através de reuniões virtuais.

Para esclarecer ao leitor, sou pesquisador dessa tese e, também, associado à APCE fazendo parte da organização da mesma. Sou condutor de visitantes nos PNAS e PNSG, sendo assim conduzo nas trilhas deste estudo, trilhas do Rio do Boi e Malacara, portanto possuo credenciamento fornecido pelo ICMBio para atuar nestes ambientes naturais. Sinto um orgulho imenso em fazer parte dessa associação sediada no município de Praia Grande/SC. Portanto, minha relação como pesquisador, como membro da APCE e o turismo no território são intrínsecos na medida em que as pautas que a associação vivencia são os objetivos que tenho como modo de vida.

Por fim, como parágrafo final, observa-se numa visão mais holística que os principais agentes envolvidos no turismo desde a escala maior no Ministério do Meio Ambiente até o condutor de visitantes, todos querem o que é simples, leve e harmonioso para a mente tranquila e o corpo saudável. A natureza é a principal parceira da humanidade. Nela está tudo. Está a perfeição divina e os seres humanos estão nessa grande teia respirável. Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral apresentam escarpas com vales e cânions profundos com vários tons de verdes que vai acolchoando a paisagem nos mínimos detalhes. Como diz um amigo professor: “Sim, isso tudo, é um grande jardim”.

7 REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 15505-2: **Turismo de aventura – Caminhada – Parte 2: Classificação de percursos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2019. 14p

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.

AGUIAR, Eduardo José Slomp. **Resgate Vertical**. 2ª Edição. Curitiba: Associação da Vila Militar – Departamento Cultural, 2016. ISBN 978-85-915489-1-0

ALMEIDA, Maria Auxiliadora. **Conhecimento ecológico tradicional sobre aves para a gestão do ecoturismo no Parque Nacional do pantanal matogrossense**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Universidade do estado de Mato Grosso. Brasil. Cáceres, Mato Grosso. 2011.

ALMEIDA, Igor Carneiro de; SILVA, Grislayne Guedes Lopes da; RAIMUNDO, Sidnei (2023). Qualidade na prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais: o caso da concessão no Parque Nacional do Itatiaia. ***Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)***, *16*(3). https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.15151

AREND T, E. J. **Introdução à economia do turismo**. Campinas: Alinea,1999.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagem, espaço e cultura**. Barueri, SP. Manole, 2012.

ALVES, Mário Aquino. **O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização**. O&S, v. 11, n. Edição Especial, p. 141-154, 2004.

BACK, Álvaro José. **Bacias Hidrográficas: Classificação e caracterização física (com o programa Hidro Bacias para cálculos)**. Florianópolis: Epagri, 2014. 162 p.

BARBOSA, C. R. R.; GUAITANELE, C.; SACRAMENTO, C. O reflexo do olhar nacional para as autorizações para a prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação. **Revista Cientifica BioBrasil**. v. 12 n. 3, 2022: Gestão do uso público: turismo e lazer em áreas protegidas.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARTHOLO, R. (2009). **Sobre o sentido da proximidade implicações para um turismo situado de base comunitária**. In: Bartholo, R.; Bursztyn, I; Sansolo, D. G. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. (pp. 45-54). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

BAPTISTA, L., & MOREIRA, J. C. (2017). Ecoturismo de base comunitária no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR: A ótica das comunidades de entorno. **PASOS Revista de Turismo Y Patrimonio Cultural**, 15(1), 195-210. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2017.15.010

BENI, Mario Carlos (2002). Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora SENAC.
BORGES, A. L. M; SILVA, G. B. Mário Carlos Beni: contribuição para o estudo do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo– RTC**, Natal, v. 4, ed. Especial, p. 41-61, abr. 2016.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12ª ed. rev. e atualiz. – São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2007.

BENI, Mario Carlos. (Organizador). **Turismo: planejamento estratégico e gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP. Manole: 2012.

BERTO DE ALMADA, José Alexandre (2020). Abordagens geográficas sobre o turismo. *Pensar Geografia*, *4*(1), 2–14. https://doi.org/10.26704/pgeo.v4i1.2133

BOGGIANI, Paulo C. 2018. **A importância dos condutores de visitantes na divulgação das Geociências em unidades de conservação**. Terræ Didatica, 14(4):463-466. URL: http://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/.

BORBA. Fernanda Mara. **O patrimônio cultural do percurso do reconhecimento quilombola em Santa Catarina**. Orientadora: Janice Gonçalves. (Tese) Doutorado. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 388 p. Florianópolis, 2021.

BOTELHO, Eloise Silveira; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, *[S. l.]*, v. 16, n. 2, 2016. DOI: 10.18472/cvt.16n2.2016.1202. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1202. Acesso em: 16 jan. 2026

BRAMWELL, B.; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n. 4-5, p. 411-421, 2011.

BRASIL, Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. **OS e OSCs**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do programa nacional de publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. 1998.
BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ibama. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral**: encarte 3 -anexo: volume iii - relatórios temáticos. 2. ed. Brasília: Mma, 2004. 317 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-de-aparados-da-serra/arquivos/dcom_pm_parna_de_aparados_da_serra_volume_3_anexo_encarte_3_aparados.pdf Acesso em: 28 ago. 2021.

BRILHA, José B. **Património geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. Braga: Palimage, 2005

BRILHA, José B. **Enquadramento legal de suporte à proteção do patrimônio geológico em Portugal**. In: Ciências Geológicas: ensino e investigação e sua história. v. 2. [Braga]: Universidade do Minho, 2010.

BRIGHTWELL, Maria das Graças S. L. **Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o município de Praia Grande/SC: Dimensões escalares e Conflitos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis/SC. 2006.

BRITO, Daguinete Maria Chaves. Conflitos em Unidades de Conservação. PRACS. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**. UNIFAP, nº 1, dezembro de 2008.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Lutas pela definição de concepções de justiça na construção no Parque Nacional de Aparados da Serra, SC/RS**. Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade. UFRGS. Porto Alegre/RS. 2003.

BUTLER, Richard. **The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources**. Canadian Geographer 24:5-l 2, 1980.

BURGOS, A., & MERTENS, F. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,** 13(1), 57-71. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.004

BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. **Anais do IV congresso Latino Amaricano de Investigacion Turistica**. CD-ROM, Montevideo (Uruguay), 2010.

BURSZTYN, I., BARTHOLO, R. & DELAMARO, M. (2009). Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: ursztyn, I., Bartholo, R. & Sansolo, D. G. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diver sidade de olhares e experiências brasileiras. (pp. 76-91). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

CALDEIRA, Isadora; NAZAR, Thallita Isabela S. M.; BENTO, Lilian. (2024). Geografia cultural e geoturismo para o desenvolvimento local: estudo de caso da Cachoeira da Usina em Guarda-Mor, Minas Gerais: Cultural geography and geotourism for local development: case study of Cachoeira da Usina in Guarda-Mor, Minas Gerais. Espaço em Revista. 25. 210-239. 10.70261/er.v25i2.74761.

CAMPOS. Juliano Bitencourt; MIZIESCK, Mikael. **A Arqueologia dos Povos Originários na região do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul**. In: Leandro Bazotti; Tatiana Bressel. (Org.). Guia dos cânions dos Aparados da Serra Geral. 1ed.Viamão: Ed. dos autores., 2022, v. 1, p. 54-61.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; SANTOS, Marcos César Pereira; ROSA, Rafael Casagrande da; RICKEN, Claudio; ZOCCHE, Jairo José; **Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense**. Cadernos do LEPAARQ, v. 10, n. 20, p. 9-40, 2013.

CANTO-SILVA, Celso Roberto; SILVA, Jordana Santos da. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. **RETUR. Revista brasileira de pesquisa em turismo**. São Paulo, 11 (2), pp. 347-364, maio/agosto. 2017.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de Mutação**. CAPRA, F. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

CARNEIRO, L. **Entre duas naturezas: Contribuições da educação ao ar livre pela aventura para a formação em administração**. Orientador: Maurício Custódio Serafim. Tese (Doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG. Programa de Pós-Graduação em Administração. 259 p., 2023.

CARSON, Raquel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969; Gaia, 2010.

CEZARO, Herom Silva. **A arte pré-histórica do Extremo Sul Catarinense-SC: um estudo de caso de sítio de arte pré-histórica "Toca do Tatu" e das ocorrências Malacara, Josafaz I e Salto da Serrinha**. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS. São Leopoldo, RS. 2016.

CEZARO, Herom Silva.; CAMPOS, Juliano Bitencourt; SANTOS, Marcos César Pereira. **Uma Possibilidade de Interpretação a Partir do Mundo Simbólico dos Grupos Jê Meridionais**. In: Fabricio Antônio Antunes Soares; Leandro Goya Fontella. (Org.). Repensando os Indígenas na História. 1ed.Criciúma: Ediunesc, 2020, v. 1, p. 179-198.

CHAGAS DE ALMEIDA, Thiago; LUIZ EMMENDOERFER, Magnus. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163. Disponível em:

https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163. Acesso em: 21 mar. 2024.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOTURISMO, [1]., 2011, Arouca (Portugal). Anais... Arouca: [s. n.], 2011.

CORDEIRO, Itamar ; KOROSSY, Nathalia ; SELVA, Vanice. (2013). DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE DE CARGA TURÍSTICA A PARTIR DO MÉTODO CIFUENTES ET AL. (1992): Aplicação à Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE). Turismo - Visão e Ação. 15. 057. 10.14210/rtva.v15n1.p057-070.

CORIOLANO, L. N. M. T. (2009). **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. In: Bartholo, R., Bursztyn, I., & Sansolo, D. G. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. (pp. 277-288). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

CORVINO, Renata Carreira. **A influência do tropeirismo na formação do município de Praia Grande - SC**. Tempos Acadêmicos, N.1, Criciúma, v. 3, n. 1, p. 21-41, 2005. Anual.

COSTA, Nadja Maria Castilho da; COSTA, Vivian Castilho da; MELLO, Flávio Augusto Pereira. **Planejamento de trilhas no contexto do manejo e gestão do ecoturismo de unidades de conservação urbanas**. OLAM. Ciência e Tecnologia. Rio Claro/SP, Brasil, Ano VII, Vol. 7, No 3. Pág. 115. Dezembro/2007. www.olam.com.br

COTES, Marcial; SALLES, William das Neves; SCHIAVETTIS, Alexandre; NASCIMENTO, Juarez Vieira do. (2017). Necessidades formativas de condutores de visitantes em Parques Nacionais. *Revista Brasileira De Ecoturismo (**RBEcotur),** 10*(4). https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6656

COTES, Marcial; SALLES, William das Neves; BRASIL, Vinicius Zeilmann; SCHIAVETTIS, Alexandre; NASCIMENTO, Juarez Vieira do. Perfil dos condutores de trilhas de longa duração em parques nacionais brasileiros. **R. bras. Ci. E Mov** 2018; 26 (1): 167-177.

DA CRUZ, Simone Lobato Ferreira. Condutores de visitantes de Jamaraquá–FLONA do Tapajós, Belterra (PA): características socioeconômicas, acadêmicas e profissionais. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 14, n. 4, 2021.

DA CUNHA, David Nunes; DE JESUS, Grayceane Bomfim Santos. Turismo Sustentável: uma breve revisão sistemática. **Anais do Fórum Regional de Administração**, 2020.

DA SILVA, José Gustavo Santos; FONSECA, Ricardo. **Percepção do geoturismo pelos atores locais do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul**. Planejamento e

Gestão Territorial. Organizadores: Nilzo Ivo Ladwing e Thaise Sutil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

DALPIÁS, Jucélia Tramontin; ROSA, Tarcísio Roldão da; CAMPOS, Juliano Bitencourt; MILIOLI, Geraldo; SILVA, José Gustavo Santos da. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA BÁSICA CATARINENSE A PARTIR DOS CONCEITOS BASILARES PARA SUA PRÁTICA**. Espaço em Revista, Catalão, v. 27, n. 1, p. 62-77, 2025. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v27i1.74900 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74900

DALPIÁS, Jucélia Tramontin; LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul: fomentando conhecimento, valorização e desenvolvimento territorial sustentável**. 2019.

DE ALMEUDA, B. L. Primavera Silenciosa (1962) de Rachel Carson: o clássico livro ambiental. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 17, 2023. DOI: 10.47692/cadhistcienc.2023.v17.39186.Disponível em: https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/39186. Acesso em: 13 nov. 2025.

DE CARVALHO, Alan Francisco. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 3, n. 1-2, p. 97-109, 2000.

DE SOUZA, Fernando César. As práticas de conexão com a natureza como caminhos para o autocuidado e o bem-estar dos profissionais de saúde no Estado de São Paulo, Brasil. **Revista 2i: Estudos de Identidade e Intermedialidade**, v. 7, n. 12, p. 57-73, 2025.

DIAS, Darlan Airton. **Conflitos socioambientais decorrentes da presença humana em unidades de conservação: estudo de caso da Comunidade Quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**. 2010. 290 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental, princípios e práticas**. 8.ed. Gaia, 2003.

_____. **Elementos para Capacitação em Educação Ambiental**. Ilhéus: Editus, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DOS SANTOS CARMO, Gabriela Mariane; DA SILVA, Naiara Machado; HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. O Território Invisível: Quilombo São Roque" Os Filhos da Pedra Branca", Praia Grande, SC, Brasil. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 297-315, 2018.

DUDLEY, Nigel. **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. IUCN, Gland, Switzerland. 2008.

DUDLEY, Nigel & STOLTON, Sue. **Defining Protected Areas: An International Conference in Almeria, Spain**. IUCN, Gland, Switzerland. 2008.

EMBRATUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**: 2ª edição. Brasília, 2010.

ELTZ, Morgana Ricciardi de Castilhos. **Desafios da gestão participativa e integrada da porção litorânea do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em Santa Catarina**. In: LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). Planejamento e gestão territorial: áreas protegidas. Criciúma, SC: UNESC, 2021. Cap. 15.

FENKER, Eloy Antonio. **A valoração econômica dos recursos naturais na criação de Unidades de Conservação Federais (UCF) no Brasil: Um estudo empírico no Estado de Santa Catarina**. Universidade do Vale do Itajaí. PPG em administração. Tese. Biguaçu, 2013.

EISENLOHR, P. V., MEYER, L., MIRANDA, P. L. S. de ., REZENDE, V. L., SARMENTO, C. D. e ., MOTA, T. J. R. de C., GARCIA, L. C., & MELO, M. M. da R. F. de .. (2013). Trilhas e seu papel ecológico: o que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas?. Hoehnea, 40(3), 407–418. https://doi.org/10.1590/S2236-89062013000300002

FERREIRA, Daner Rosskamp; VALDATI, Jairo. Geoparks and sustainable development: Systematic review. **Geoheritage**, v. 15, n. 1, p. 6, 2023.

FERREIRA , H. C. H. Turismo Comunitário, Tradicionalidade e Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Defesa do Território Nativo: Aventureiro-Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2 , p. 361-379, 2014.

FERNANDES, Ivan Pereira. **Planejamento e organização do turismo: Uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade ambiental**. Rio de Janeiro, RJ. Elsevier, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 22. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online ISBN 9786555596748.

FLEIG, R., Nascimento, I. B. do, & Valdati, J. (2022). Geoparques: desenvolvimento sustentável e agenda 2030. ***Revista Do Departamento De Geografia***, *42,* e193925

. https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.193925

FOLKE, C. et al. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 30, p. 441-473, 2005.

FRATUCCI, Aguinaldo César. **Os processos de turistificação do espaço e atuação dos agentes produtores**. Artigo apresentado no X ENTBL, 2007, João Pessoa – PB.

FRANCK, Alessandro Gustavo. **Mapeamento de Perigo a movimentos de massa úmida com o SHALSTAB e Hyper KANAKO na bacia do Rio do Boi, região sul do Brasil**. 2022. 129 f. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. - 4. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GEOPARK ARARIPE. **Histórias da Terra, do Meio Ambiente da Cultura.** Crato, CE: Governo do Estado do Ceará/Secretarias das Cidades/Projeto Cidades do Ceará, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas, 1996.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, Brent. **Tourism: Principles, Practices, Philosophies**. Twelfth Edition. Hoboken, New Jersey, USA: John Wiley. 2012.

HAM, S. Interpretación ambiental – **Una guia práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequenos**. Golden Colorado, USA: Fulcrum Publishing, 1992.

HASSLER, Márcio Luiz. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**. Uberlância. 17 (33): 79-89. Dez. 2005.

HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; ANJOS, FA dos. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: saberes e fazeres do turismo interfaces**, 2010.

HONORATO, Vitor Barbato **O planejamento turístico no Parque Nacional do Iguaçu : perspectivas sobre as estratégias e instrumentos de gestão de uso público utilizados pelo ICMBio**/Vitor Barbato Honorato. -- Rosana, 2022.

HOSE, Tomas. **Selling the story of britain's stone: environmental interpretation**, [S. l.], v. 2, n, 10, p. 16-17, 1995.

HOSE, T. A. **European "geoturism": geological interpretation and geoconservation for tourists**. In: BARETTINO, D.; WIMBLEDON, W. A. P.; GALLE-GO, E. (Ed.). Geological heritage: its conservation and management. Madrid, Espanã: ITGE, 2000, p. 127-146.

HOEFEL, João Luiz. Arne Naess e os oito pontos da Ecologia Profunda. **Temáticas, Campinas**, v. 4, n. 7, p. 69-89, 1996.

HUMPHREY, A. **SWOT analysis for management consulting**. SRI Alumni Newsletter, Stanford Research Institute, 1960/2005.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Contratação de concessão de uso destinada à revitalização, modernização, manutenção, operação e gestão de áreas dos parques nacionais de aparados da serra e serra geral. Concorrência internacional. 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/estudo_minuta_contratacao_concessao_uso_destinada_revitalizacao_modernizacao_manutencao_operacao_gestao_de_areas_dos_parnas_de_aparados_da_serra_e_serra_geral.pdf

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Criação Parque Nacional de Aparados da Serra. RS/SC. Decreto n.º 47,446, de 17 de Dezembro de 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D47446.htm

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2022. Núcleo de Gestão Integrada. Portaria nº 475, 15 de junho de 2022. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portarias-2022/portaria_475.pdf

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2023. https://www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra/quem-somos.html

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Interpretação ambiental nas unidades de conservação**. Disponível em https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf Acesso em: 18/10/2024.

ICMBio. Plano de Uso Público dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Chefe do Núcleo de Gestão Integrada Aparados da Serra Geral: Eridiane Lopes da Silva. Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. (2025).

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Revista Floresta e ambiente**. Seropédica/RJ. V.13, n.2, p. 89 - 96, 2006

IRVING, M. A; MATTOS, F. F.; RODRIGUES, O. G. C. Rede TAPIS (Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social): inovação na construção compartilhada do conhecimento. In:IRVING, M. A. et al. (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**.1. ed. Rio de Janeiro: FoliDigital: Letra e Imagem, 2015. p. 21–50.

IUCN. V Congresso Mundial de Parques da IUCN. Acuerdo de Durban, Durban (África do Sul): 8 a 17 de setembro de 2003.

KINKER, Sônia M. S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas/São Paulo: Editora Papirus, 2002.

KOLB, Alice Y.; KOLB, David A. Experiential learning theory: a dynamic, holistic approach to management learning, education and development. **The SAGE handbook of management learning, education and development**, v. 42, p. 68, 2009.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANE, Bernard. Sustainable rural tourism strategies: a tool for development and conservation. **Journal Of Sustainable Tourism**, [S.L.], v. 2, n. 1-2, p. 102-111, 1 jan. 1994. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/09669589409510687.

LAYRARGUES, P. P. A função social do ecoturismo. Boletim Técnico Do Senac, v. 30, n. 1, p. 38-45, 2004.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, v. 17, p. 23-40, 2014.

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. A. **Geologia geral**. São Paulo, SP: Companhia Ed. Nac., 1989.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orfh, Petrópolis, RJ. Vozes: 2001.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel; NEVES, Sandro Campos. **Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens**. Universidade Estadual de Santa Cruz (Brasil). Vol. 5 Nº2 págs. 209-223. 2007. https://doi.org/10.25145/j.pasos.2007.05.016

LIMA, Marcia. **O uso da entrevista na pesquisa empírica**. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco qualitativo. Sesc. São Paulo/CEBRAP. São Paulo, 2016.

LINDERBERG, Donald. **Ecoturismo: um guia para planejamento e Gestão**. Kreg Linderberg, Donald E. Hawkins (orgs.); prefácio de David Wester; Tradução de Leila Cristina de M. Darin; revisão técnica de Oliver Hillel; 5ª ed. – São Paulo, editora Senac São Paulo, 2005.

LIMA, Marcelo Augusto Gurgel; IRVING, Marta de Azevedo; OLIVEIRA, Elizabeth. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, *[S. l.]*, v. 16, p. 2094, 2022. DOI: 10.7784/rbtur.v16.2094. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2094. Acesso em: 20 jan. 2026.

LUZ, Gustavo Silveira. **Composição, estrutura e dinâmica de bandos mistos de aves em remanescente de Floresta Atlântica Submontana no Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2018.

LUMMERTZ, Frank Cardoso. **Cânions e história: Comunidade tradicional, Cultura popular e Ecologia nos Aparados da Serra**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação/FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. 2009.

LUMMERTZ, Frank Cardoso. **A roça da estância: memória e experiência de trabalhadores nos Aparados da Serra, 1940-1986**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis

LUMMERTZ, M. Condutores de visitantes em PARNAS: contribuições para o ecoturismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 2, p. 112-130, 2013.

MABONI, Natalia de Oliveira; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; CANTO-SILVA, Celson Roberto. A condução de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO): parcerias e efeitos na gestão da visitação. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, *[S. l.]*, v. 16, n. 3, 2023.
DOI: 10.34024/rbecotur.2023.v16.15168. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/15168. Acesso em: 16 jan. 2026.

MAMEDE, Simone; BENITES, Maristela; SABINO, José; ALHO, Cleber José Rodrigues. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.4, nov 2017/jan2018, pp.938-957.
https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6662

MANES, Lucas Martins; LOPES JÚNIOR, Wilson Martins (2023). Turismo e sustentabilidade: os equipamentos de hospedagem em Trindade, Paraty (RJ). **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, *16*(5).
https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.14573

MANTESSO-NETO, Virginio et al. O que há de geológico nos atrativos turísticos convencionais no Brasil. **Jornal DOI: http://dx. doi. org**, v. 10, p. 2012_1_49_57, 2012.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa. Projeto da ONEESP. 2008.

MARCHIORETTO, Maria Salete. **Balduíno Rambo – O Botânico**. Balduínia. n. 40, p. 27-31, 15-VI-2013.

MARRARA, Thiago; CESARIO, Natália de Aquino. **Chamamento público para as parcerias sociais: Comentários a Lei 13.019/2014**. RDDA. V. 3, 2016.

MATOS, Victória Oliveira. **A importância da experiência do visitante em áreas protegidas: conhecer para conservar**?. Universidade de Brasília. Faculdade de Tecnologia. Brasília/DF. 2019.

MAZZALI, Laís Helena; DIAZ, Lucas Ribeiro; KOBIYAMA, Masato; CAMPAGNOLO, Karla. **Aplicação da NBR 15505-2:2019 na Análise dos Trechos da Trilha do Rio do Boi, no Parque Nacional de Aparados da Serra, Sul do Brasil**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Biodiversidade Brasileira. 11(4): 134-147, 2021. DOI: 10.37002/biobrasil.v11i4.1688.

MEIRA, Celso Maciel de; KUSANO, Elizabete Sayuri; HINTZE, Hélio Cezar. **Apontamentos históricos sobre a profissão do guia de turismo**. Revista de Turismo Contemporâneo, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, 2018. DOI: 10.21680/2357-8211.2018v6n1ID12618. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/12618.

MENDONÇA, Rita. **Educação ambiental e ecoturismo**. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (orgs). Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Manole; 2005, p. 154-169).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MTur). 2026. https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/manual-de-desenvolvimento-de-projetos-turisticos-de-geoparques

MIRANDA, Luciano. **Capacidade de carga turística aplicada à trilha Portal do Palmiro, Timbé do Sul, SC: Caminhos dos Cânions do Sul Geoparque Mundial da UNESCO**. 2025. 134 p.; il. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2025. Orientação: Juliano Bitencourt Campos.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e interpretação ambiental**. 1. ed. rev. atual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. 157 p.; il.

NAESS, Arne. **The deep ecological movement: some philosophical aspects**. 1986. Mimeo.

NASCIMENTO, Cristina Alves et al. A regulamentação da atividade de condução de visitantes nos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação do Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, p. 516-532, 2016.

NASCIMENTO, Edson Domingos. **A participação social na Governança do Turismo**. 321f.: il. Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2021. Orientadora: Profa. Dra. Rosana Mara Mazaro.

NOGUEIRA, S. M. B. **Ações sustentáveis para o desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação**. In: TELES, R. M. S. (org.) Turismo e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 61–86.

NONNEMACHER, Lara Cruz; Franck, Alessandro Gustavo; Kobiyama, Masato. **Avaliação preliminar de segurança de turistas na trilha do Rio do Boi no Parque Nacional de Aparados da Serra. XXIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**. ABRHidro. 24 a 28 de novembro de 2019. Foz do Iguaçu – PR.

NYE, J. S. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: PublicAffairs, 2004.

O'DWYER, E. C. (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, C.F. **Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.4, n.2, 2011, pp.184-195.

OBSERVATÓRIO DE PARCERIAS EM ÁREAS PROTEGIDAS, OPAP. Carta Aberta – Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v 13, n.2, maio-jul. 2020, pp. 435-441.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. São Paulo: Hucitec, 2014 [1975].

PEREIRA, Beatriz Souza; DELVIZIO, Evanir Azevedo; BUENO, Fernando Protti. **Unidade de Conservação: um termo brasileiro para áreas naturais protegidas**. Turismo, lazer e negócio. Editora Atena. 2019.

PEREIRA, Sabrina da Rosa. **Sistema de gestão da Segurança (SGS) como ferramenta na prevenção de incidentes e acidentes na trilha do rio do boi - Parque Nacional de Aparados da Serra**. Sombrio, 2022. 107 f. TCC (Graduação em Tecnologia em Gestão de Turismo) - Instituto Federal Catarinense, Câmpus Avançado Sombrio, 2022 Disponível em: https://pergamumweb.com.br/pergamumweb_ifc/vinculos/00001f/00001f23.pdf. Acesso em: 2 set. 2022.

RABAHY, Wilson Abrahão. (2019). Análise e perspectivas do turismo no Brasil. ***Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo***, *14*(1), 1–13. https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903

REFATTI, Fagundes Marina. **Previsão hidrológica como ferramenta para auxiliar no critério de fechamento da trilha do Rio do Boi (SC)**. Dissertação. UFRGS. 2021. 148 f. Orientador: Fernando Mainardi Fan.

RIBAS, Liz Cristina Camargo; HICKENBICK, Claudia (2012). O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil. **Revista Turismo Em Análise**, *23*(1), 143-165. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v23i1p143-165

ROSA, T. R. da, Campos, J. B., Carneiro, L. C. da R., & Silva, J. G. S. da. (2025). Condutores de visitantes do município de Praia Grande/SC: os intérpretes ambientais dos cânions. **Revista Territorium Terram**, 8(esp. 1), 135–159. https://www.seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/5881

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 13, p. 2, 2019.

RODRIGUES, Felipe Ishara. Overtourism–As novas e velhas questões do turismo de massa. **Trabalho de Concluso de Curso. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP**, 2021.

RODRIGUES, Joana; CARVALHO, Carlos Neto **Geoturismo e desenvolvimento local**. Idanha-a-Nova: [s. n.], 2009.

RODRIGUES, S.L.; Souza, M. **O papel das Governanças na regionalização do turismo**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.2, mai/ago2015, pp.234-250.

ROLDÃO da Rosa, TARCÍSIO; MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; BASQUEROTE, Adilson Tadeu; MENEZES, Eduardo Pimentel; BRISTOT, Vilson Menegon; CAMPOS, Juliano Bitencourt; MILIOLI, Geraldo. **Environmental education in Brazil: A look from Law Nº 9.795**. Internacional Journal for Innovation Education and Researt, 0(12), 107-119. 2021

RONSANI, Gilberto. **Praia Grande, Cidade dos Canyons, 180 anos de história**. Praia Grande/SC. Ed, do autor. 1999.

ROSA, Tarcísio Roldão et al. Condutores de visitantes do município de Praia Grande/SC: os intérpretes ambientais dos cânions. **Revista Territorium Terram**, v. 8, n. esp. 1, p. 135-159, 2025.

ROSA, Tarcísio Roldão da. **Das unidades de conservação ao projeto Geoparque caminhos dos Canyons do Sul (SC/RS)**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

ROSA, Tarcísio Roldão; CAMPOS, Juliano Bitencourt; SILVA, José Gustavo Santos; MIRANDA, Luciano; ZOCCHE, Jairo José. Núcleo de Gestão Integrada Aparados da Serra Geral e a sua indissociabilidade com o ecoturismo. **Open Science Research VIII**, [S.L.], p. 1014-1024, 2022. Editora Científica Digital. http://dx.doi.org/10.37885/221211169.

ROSA , Taiene Freitas da. **Avaliação da qualidade de governança do processo de concessão nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral: "uma guerra de narrativas"**. Dissertação (Mestrado). Orientador: Valério Alécio Turnes. Universidade do estado de Santa Catarina. UDESC/PPGPLAN. Florianópolis/SC. 181 p. 2024.

ROSA , Taiene Freitas da; ROSA , Tarcísio Roldão da; CARNEIRO, Lucas Carregari da Rosa. **As interfaces da concessão de serviços nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPPAS. Anais...Curitiba(PR) UFPR, 2023. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/XIENANPPAS2023/621496-AS-INTERFACES-DA-CONCESSAO-DE-SERVICOS-NOS-PARQUES-NACIONAIS-DE-APARADOS-DA-SERRA-E-DA-SERRA-GERAL. Acesso em: 22/11/2024

REBELLATO, Mauricio; LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. Geoparque: uma mobilização coletiva com foco no desenvolvimento sustentável. **Physis Terrae-Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente**, v. 5, n. 2, p. 271-287, 2023.SANDLER, Ronald L. **Character Ethics: Virtue, Vice and the environment**. In: _____. Environmental Ethics: theory in practice. New York: Oxford University Press, 2017.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. **Unidades de conservação brasileiras**. Megadiversidade. Volume 1, nº 1, julho de 2005.

OLIVEIRA, Brayan Ricardo de; OLIVEIRA, Milson Lopes de; MARIA-BARBOSA, Paulina Maria; DRUMOND, Maria Auxiliadora. **Gestão de Áreas Protegidas e reflexões sobre Unidades de Conservação**. ISSN 1806-7409 www.naturezaonline.com.br

OLIVEIRA, Carlos Alfredo Ferraz. **Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da Unidade**

de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2011, pp.53-66.

PÃOZINHO, Fernando Campelo; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima (2022). Formação de condutores de visitantes e o plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur),** *15*(5). https://doi.org/10.34024/rbecotur.2022.v15.14003.

PELUSO JÚNIOR. Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 1991.

POTEETE, Amy R. JANSSEN, Marco A. OSTROM, Elinor. **Trabajar juntos: acción colectiva, bienes comunes y múltiples métodos en la práctica** / Amy R. Poteete; traducción Lili Buj Niles con la colaboración de Leticia Merino. México: UNAM, CEIICH, CRIM, FCPS, FE, IIEc, IIS, PUMA; IASC, CIDE, Colsan, CONABIO, CCMSS, FCE, UAM, 2012.

PINTO, Aline de Jesus. **Ecoturismo e formação sócio-ambiental dos guias de turismo de Lençóis – BA (Chapada Diamantina)**. Curso de Pós graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UESB (Campus de Itapetinga-Ba). Instituto Construir e Conhecer. Goiânia. Enciclopédia Biosfera nº 5. 2008. ISSN 1809-0593.

SANTOS, Anna Lethicia et al. Cooperação dos Geoparques mundiais da Unesco para a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 31, n. 00, p. e024009, 2024. DOI: 10.33081/31e024009. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/9799. Acesso em: 20 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Ed. da USP, 2007.

SARTI, Antonio Carlos; Queiroz, Odaleia T. M. M. **Espaço, paisagem, lugar, território, e região – a organização do espaço turístico**. (Organizador: Mario Carlos Beni). Livro. Turismo: planejamento estratégico e gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP. Manole: 2012.

SALVARO, Talita Daniel; ABREU, Igor Antônio Gonçalves de. **Entre Memórias: a agricultura remanescente quilombola de São Roque/Praia Grande-SC**. 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009 www.rbhcs.com ISSN: 2175-3423

SCHNEIDER, Carina; Ashton, MARY Sandra Guerra. Lei Geral do Turismo no Brasil e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um estudo da sua relação com a identidade cultural e a qualidade de vida. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em**

Cultura e Sociedade, *[S. l.]*, v. 11, 2025. DOI: 10.23899/qw9jbf81. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2636. Acesso em: 8 fev. 2026.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SERRA, Monique de Oliveira. **Turismo e trabalho: informalidade, precarização e organização dos trabalhadores que atuam nos passeios no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Orientador: Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega. 2024. 215f. Tese (Doutorado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SILVEIRA, Clóvis Malinverni da Silveira; RUSCHEL, Caroline Vieira. **Pequeno Mapa do Comum**. (25-46 p.) Livro: O Comum e os Comuns – Teoria e prática para um bem viver planetário. Organizadores (Caroline Vieira Ruschel; Geraldo Milioli). Criciúma, SC: Eduinesc, 2023. p. 643.

SILVA, JGSd, Filho, REF, Campos, JB *et al.* **Caracterização do Perfil dos Geoturistas do Geoparque Global da UNESCO Caminhos Dos Cânions Do Sul: Um Estudo de Caso em Praia Grande (Santa Catarina, Brasil)**. *Geopatrimônio* **17** , 110 (2025). https://doi.org/10.1007/s12371-025-01158-6

SILVA, José Gustavo Santos da; FONSECA FILHO, Ricardo Eustáquio; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do; CAMPOS, Juliano Bitencourt; LADWIG, Nilzo Ivo; BACK, Álvaro José. GEOPARQUES MUNDIAIS DA UNESCO NO BRASIL: NOVAS FORMAS DE GESTÃO INTEGRADA DOS TERRITÓRIOS. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 25, n. 100, p. 176–195, 2024. DOI: 10.14393/RCG2510070678. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/70678. Acesso em: 2 ago. 2026.

SOUZA, Dhonatan Silva; COTES, Marcial. Condutores de Visitantes em Itacaré (BA): análise sociodemográfica e demandas profissionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 25, n. 1, p. 32-54, 2025.

STOCK, Andrei; SCHIOCHET, Valmor. **Governança no desenvolvimento sustentável de territórios rurais: o caso do Território Rural do Alto Vale do Itajaí**. 2018.

STOLL, Carolina Braghirolli. **Arranjos de governança na implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do brasil: estudo de caso nas regiões com cânions no sul do país**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas. Orientadora: Prof.ª Drª Luciana Leite Lima. 2021. Porto Alegre/RS.

SELAU, Paulo Giovane. **O Potencial Turístico dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e a Identificação dos Fatores Influentes ao Desenvolvimento Turístico no Município de Praia Grande (SC)**. 2011. 175 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

SHENG-HSHIUNG; Tsaur, Hsiu-Yu Teng. **Exploring tour guiding styles: The perspective of tour leader roles**. Graduate Institute of Recreation, Tourism and Hospitality Management, National Chiayi University, No. 580, Shin-Ming Road, Chiayi City 600, Taiwan, ROC.

SILVA, Amanda Pereira dos Santos. **Histórico da educação profissional no setor do turismo: experiências dos condutores de ecoturismo de Ilha Grande – Piauí/Brasil**. II CONEDU – Congresso Nacional de Educação. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

SILVA, Marta Maria Aguiar Sisnando. TURISMO: v. 10, n. 399, setembro, 2025. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, v. 10, 2025. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/revista/cse/article/view/3271. Acesso em: 8 fev. 2026.

SILVA, Tatiane Evaristo da; CRISPIM, Maria Cristina; ANDRADE, Maristela Oliveira de; REGALA, Paloma de Souza. (2021). Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, *14*(3). https://doi.org/10.34024/rbecotur.2021.v14.11416

SCHOBBENHAUS FILHO, C. **Relatório de viagem a Portugal: Geoparque Arouca e Naturtejo**. [S. l.]: Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 2010. Disponível em: . Acesso em: 3 maio 2014.

SUNG, C. L., BELTRÃO, L. M. V., MELO, M. D., SILVA, D. J. da, & CRISTIANO, S. da C. (2019). O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul – Brasil. *Caderno De Geografia*, *29*(59), 1042–1063. https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n59p1042

SUTIL, Thaise. **Framework para zoneamento de áreas de proteção ambiental**. 2022. 182 p.: il. Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2022.

SUNG, Chen Lin et al. O processo de governança na construção do Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul–Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 59, p. 1042-1063, 2019.

SZYMANSKI, Fernanda Dagostin; VASCONCELLOS, Sofia Melo; KOBIYAMA, Masato; COREUIL, Claudia Weber. **Análise de inundações em bacias montanhosas**

no Sul do Brasil por meio de monitoramento e modelagem. Revista Brasileira de Geografia Física. V. 15, N. 03 (2022) 1564-1582.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **O pensamento contemporâneo e o enfrentamento da crise ambiental: uma análise desde a psicologia social**. In: CARVALHO, Isabel Cristina Moura de; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. (Org.). Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009, p.221-234.

TOSUN, C. Expected nature of community participation in tourism development. **Tourism Management**, v. 27, n. 3, p. 493-504, 2006.

UNESCO. **Geoparques globais**: diretrizes para geoturismo sustentável. Paris: UNESCO, 2015.

VALDATI, Jairo; GOMES, Maria Carolina; WEINSCHUTZ, Luiz; RICETTI, João; BECHTEL, Arthur. (2024). Proposta de classificação das paleotocas com base nas características fisionômicas e morfológicas. Revista Brasileira de Geografia Física. 17. 10.26848/rbgf.v17.3.p1905-1920.

WESTER, David. **Ecoturismo: um guia para planejamento e Gestão**. Kreg Linderberg, Donald E. Hawkins (orgs.); prefácio de David Wester; Tradução de Leila Cristina de M. Darin; revisão técnica de Oliver Hillel; 5ª ed. – São Paulo, editora Senac São Paulo, 2005.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n. 1, p. 137-152 – out. 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO E ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:____/____/____
Entrevistador (a):_____
Entrevistado (a):_____

1.1 Faixa Etária
( ) Menor de 19 anos
( ) 19 a 24 anos
( ) 20 a 29 anos
( ) 30 a 39 anos
( ) 40 a 49 anos
( ) 50 a 59 anos
( ) 60 a 69 anos
( ) 70 anos ou mais

1.2 Sexo:
( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Outro

1.3 Nível de Instrução:
( ) Ensino Fundamental
( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino médio completo
( ) Curso superior incompleto
( ) Curso superior completo
( ) Pós-Graduação
( )Especialização
( ) Mestrado
( ) Doutorado

1.4 Estado Civil:
( ) Solteiro (a)
( ) Casado (a)
( ) União estável
( ) Divorciado/separado (a)
( ) Viúvo (a)

1.5 Qual é sua FAIXA de rendimento médio mensal? O salário mínimo (SM) aqui considerado é o salário base de 2023 – R$ 1320,00
( ) Menos de 1 SM
( ) Até 1 SM – R$1320,00
( ) De 1 a 2 SM - entre R$1320,01 e R$2640,00
( ) De 3 a 5 SM - entre R$3960, 01 e R$6600,00
( ) De 6 a 10 SM- entre R$7920,01 e R$13200,00
( ) De 10 a 17 SM – entre R$13200,01 e R$22440,00

1.6 Cor ou raça:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

1.7 Ano de associação na Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo – APCE.

_____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

1-Como é para você exercer o trabalho de condutor de visitantes nos PNAS e PNSG, na trilha do Rio do Boi ou na trilha do Malacara?

2-Como um condutor de visitantes, você acha que conhece bem o PNAS e PNSG em seus aspectos bióticos e abióticos?

3-Quão necessário é obter conhecimentos acerca da história sociocultural do PNAS e PNSG para apresentar aos visitantes?

4- Enquanto condutor de visitantes associado a APCE, você participa de atividades de Educação Ambiental quando procurado pelas escolas da região? Se sim, como foi para esta experiência?

5-Quão difícil foi para você obter o credenciamento para condução de visitantes nas trilhas disponíveis pelo ICMBio no interior dos PNAS e PNSG?

6-Como um Condutor de visitantes, integrado à lista de condutores credenciados, você se considera valorizado pela chefia e pelos analistas ambientais dos PNAS e PNSG?

7- Como condutor de visitante, você se sente valorizado pelo governo municipal em relação ao turismo no município?

8-Sendo os perfis dos turistas muito diversos (origem, crenças) que procuram os PNAS e PNSG, de que forma você se prepara para receber esta demanda de público?

9-Você considera o condutor de visitantes um elo entre o turista e a comunidade local?

10-Conforme o ICMBio, o condutor de visitantes é uma ferramenta de conservação da natureza. Você acredita neste potencial do condutor (a) em contribuir com a regeneração da biodiversidade?

11-Como um associado da APCE – Você acha importante fazer parte de uma associação de Condutores locais e quais benefícios que a mesma lhe traz?

12-Em relação ao Geoparque Caminho dos Cânions dos Sul, você tem conhecimento do tema Geoparque e suas especificidades para abordar o tema na trilha?

13–Em relação a Urbia Cânions verdes, uma vez que ela presta serviços nos parques nacionais cobrando ingresso de entrada, como tem sido a sua relação profissional com a mesma?

14-Em relação à Comunidade Quilombola São Roque, como um condutor de visitantes, você faz parcerias com a comunidade? Por exemplo, venda de trilhas, de produtos (almoço, café, contação de histórias).

15-Como você vê a inserção/presença dos condutores de visitantes nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC?

16– Qual a sua visão do desenvolvimento do turismo em Praia Grande/SC desde que você começou a conduzir visitantes nas trilhas?

APÊNDICE C – QUADRO DE PESQUISA DOCUMENTAL

Indicadores ambientais

1. O trabalho do condutor de visitantes nos Parques;
2. Conhecimento de aspectos bióticos e abióticos pelos condutores;
3. Conhecimento histórico - sociocultural do PNAS e PNSG pelos condutores;
4. Participação nas atividades de Educação Ambiental nas escolas da região;
5. Importância do credenciamento/autorização para condução de visitantes nas trilhas;
6. Valorização da atuação e/ou papel dos condutores autorizados pela gestão dos Parques;
7. Valorização da atuação e/ou papel dos condutores autorizados pela prefeitura municipal;
8. Preparação do condutor local para receber turistas diversos;
9. O condutor de visitantes como um elo entre o turista e a comunidade local;
10. O condutor local como ferramenta de conservação para a regeneração da biodiversidade;
11. Importância e benefícios da associação local APCE para os condutores;
12. Conhecimento dos condutores locais no tema geoparque nas trilhas;
13. Relação profissional dos condutores locais com a Urbia Cânions Verdes e com a cobrança de ingressos;
14. Relação/parcerias dos condutores com a Comunidade Quilombola São Roque;
15. Integração dos condutores nas estratégias de governança do turismo no município de Praia Grande/SC;
16. Visão do condutor local sobre o desenvolvimento do ecoturismo e turismo em Praia Grande/SC.

APÊNDICE A - QUADRO DE PESQUISA DOCUMENTAL COMPLETO.

Data	Tipo de texto	Assunto	Entidade	Responsáveis
Porto alegre, RS, 24 de novembro de 1997.	Termo de Cooperação Técnica.	Implementação do Plano Emergencial do Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e desenvolvimento do Ecoturismo.	IBAMA / UNESC	Superintendente do IBAMA – RS: Nelton Vieira dos Reis. Reitor da UNESC – SC: Edson Carlos Rodrigues.
Cambará do Sul, RS, 13 a 23 de dezembro de 1997.	Relatório de atividades	Curso: Condutor de visitantes. Disciplina: Técnicas de Excursionismo. Aprovados e Reprovados no curso. Credenciamentos.	IBAMA para a APCE	Consultor: Clever Ricardo Chinaglia
Praia Grande, SC, 11 de fevereiro de 1998.	Ata número 01 da APCE Local: Escola Municipal Parque Avenida (Atualmente: E. M. Alba Lucy).	Pautas principais: Fundação da APCE, discussão e aprovação do estatuto e a eleição da diretoria. Foram considerados sócios da fundadores os condutores que fizeram o "Curso de Condutores de Visitantes" promovido pelo IBAMA em Praia Grande/SC, em dezembro de 1997. Os primeiros objetivos da APCE foram assim definidos: "Contribuir para a preservação dos ecossistemas naturais e para o desenvolvimento sustentável da região do PNAS e PNSG e seus entornos, e também que os condutores locais se propõem a conduzir os visitantes com segurança, prestando maior número de informações possíveis e	Da APCE para a APCE	Coordenação da APCE: Fernanda Niedermeier Vice-coordenação: Fabrício M. Magaginin Secretária geral: Maria Inês da Rocha Tesoureiro: Lourivone P. Evaldt

		causando o mínimo impacto ambiental.		
Praia Grande, SC, 09 de maio de 1998.	Ata número 02 da APCE Local: Escola Municipal Parque Avenida (Atualmente: E. M. Alba Lucy).	A diretoria da associação informou aos sócios da visita ao PNAS e a reunião com o seu diretor Fernando A. da Nóbrega, foi informado da ABERTURA DO PARQUE NO DIA 28 DE MAIO DE 1998, também do funcionamento das trilhas do Rio do Boi, Cotovelo e Vértice. A trilha do Rio do Boi e Vértice só serão permitido o acesso com os condutores. Na trilha do Cotovelo serão permitidos grupos de até 15 pessoas. Outra decisão tomada foi quanto ao uniforme da APCE, que será uma camiseta e boné amarelos com escritos em azul.	Da APCE para a APCE	Coordenação da APCE: Fernanda Niedermeier Vice-coordenação: Fabrício M. Magaginin Secretária geral: Maria Inês da Rocha Tesoureiro: Lourivone P. Evaldt
Praia Grande, SC, 30 de agosto de 1998.	Ata número 03 da APCE (Assmbleia Geral) Local: Pousada Caminhos da Serra.	Afirma-se que depois de muitas averiguações com órgãos competentes definiu-se que o registro da APCE deveria ser sem fins lucrativos. Início da discussão sobre um convênio de Cooperação Técnica com o PNAS. Definidas questões do Regimento Interno.		

		Recomendação para que todos os associados providenciem o seu Kit de Primeiros Socorros.		
Sombrio, SC, 09 de setembro de 1998.	Certidão	"Certifico que revendo neste cartório o livro A-O3 de Registro de Pessoas Jurídicas, nele encontrei registrado hoje, às folhas 226, sob nº de ordem 408, o Extrato do Estatuto da "ASSOCIAÇÃO PRAIAGRANDENSE DE CONDUTORES PARA ECOTURISMO - APCE", sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em dezembro de 1997, com tempo de duração indeterminado, com sede à Rua Abel Esteves de Aguiar, 544, Praia Grande, neste Estado. Apontado sob o nº da ordem 4938 do Protocolo nº 01."	Do cartório de Sombrio/SC para a APCE	Cartório de Sombrio. Oficial Substituto: Adilso da Silva Pereira
Cambará do Sul, RS, 28 de abril de 1999.	Ofício nº 30/99 PNAS	Convênio de Cooperação Técnica entre a Associação de Condutores e a chefia do PNAS	IBAMA e APCE	Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega Presidente da APCE: Fernanda Niedermeier
Praia Grande, SC, 18 de maio de 1998.	Lei Municipal, nº 897/98	Cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras Providências	Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC.	Prefeito Municipal: Lúcio Leonir Casagrande
Praia Grande, SC, 01 e 02 de fevereiro de 1999.	Programação de seminário	Seminário Municipal de Turismo de Praia Grande – SC:	COMTUR – Conselho Municipal de Turismo	Moderador: Sérgio Cordioli

		Diretrizes para o Desenvolvimento Turístico Municipal Sustentável		
Porto Alegre, 30 de junho de 1999.	Ofício, 06/1999	Desde fevereiro de 1998, estamos desenvolvendo o projeto "Ecologia e Conservação do Puma concolor no Parque Nacional de Aparados da Serra - Cambará do Sul/RS e Praia Grande/SC". Este projeto possui como objetivo principal realizar um diagnóstico da situação dos predadores naturais da região, ou seja, verificar as áreas de ocorrência de Puma concolor (leão-baio) e outros predadores ameaçados, registrar o grau de preservação destas áreas e realizar atividade de conscientização com a comunidade vizinha ao Parque. Acreditamos que a interação do nosso grupo de pesquisa e a associação de condutores possa ser de grande valia para ambos, possibilitando a troca de experiências e informações entre pessoas com diferentes leituras do meio ambiente da região. Desta forma, gostaríamos de convidá-los a integrarem-se ao Projeto de acordo com as possibilidades da associação. Para tanto, avaliado este convite consideramos necessária uma reunião para maiores esclarecimentos aos interessados.	Da UFGRS para a APCE	Biólogo Maria de Fátima Maciel dos Santos Presidente da APCE: Fernanda Niedermeier.

Praia Grande, SC, 12 de julho de 1999.	Ofício nº 203/99	*Desenvolvimento sustentável através do turismo; *Solicitação para consolidar esta importante experiência de envolvimento da juventude do entorno na condução de visitantes no PNAS; *Oportunidade de trabalho como guia local.	Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para o IBAMA	Prefeito Municipal: Lúcio Leonir Casagrande Ouvidor Chefe Procurador do IBAMA, Brasília/DF: Doutor Carlos Back Pereira.
Praia Grande, SC, 12 de julho de 1999.	Ofício nº 202/99	(IDEM) conteúdo ofício acima.	Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para o IBAMA	Prefeito Municipal: Lúcio Leonir Casagrande Ouvidor Chefe de Departamento Unidades de Conservação do IBAMA, Brasília/DF: Senhor Gilberto Salles.
Praia Grande, SC, 15 de julho de 1999.	Solicitação/Ofício	-1º ano da APCE; -Pedido de entrega de certificado; *Minuta de cooperação técnica; *Reabertura do PNAS 1998; *Criação do COMTUR (junho de 1998); *Cooperação Técnica: IBAMA/UNESC.	APCE ao IBAMA	Presidente da APCE: Fernanda Niedermeier. Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega
Praia Grande, SC, 29 de julho de 1999.	Ofício nº 216/99	(IDEM) Conteúdo: Ofício nº 202/99; Ofício nº 203/99.	Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para o IBAMA	Prefeito Municipal: Lúcio Leonir Casagrande

				Ministro do Esporte e Turismo: Doutor Rafael Greca de Macedo
Praia Grande, SC, 02 de agosto a 10 de outubro de 1999	Projeto Piloto Cronograma	Projeto Piloto de Educação Ambiental no PNAS "Conhecendo a vida Selvagem".	COMTUR APCE UFRGS	Presidente do COMTUR: Maria Inês da Rocha. Presidente da APCE: Fernanda Niedermeier Bióloga Maria de Fátima M. dos Santos CPG – Ecologista UFRGS
Praia Grande, SC, 02 de agosto a 10 de outubro de 1999	Proposta Piloto	Proposta Piloto de Educação Ambiental no PNAS "Conhecendo a vida Selvagem". Introdução; Justificativas; Objetivos; Procedimentos. Base de conteúdo.	COMTUR APCE UFRGS	Presidente do COMTUR: Maria Inês da Rocha. Presidente da APCE: Fernanda Niedermeier Bióloga Maria de Fátima M. dos Santos CPG – Ecologista UFRGS
Cambará do Sul, RS, 26 de março de 2000	Ofício nº 028/00	*Proibição de entrar mais de 15 pessoas por grupo na trilha do Cotovelo; *Aquele condutor que entrar com 16 turistas na Trilha do Cotovelo terá como pena por desacato, um Auto de Infração, a proibição de transitar na Trilha sem condutor e	Do IBAMA Para a APCE e ACONTUR	Gerente do PNAS: Paulo Cezar Reys Bastos

		seu ingresso no Parque está sujeito ao pagamento das taxas cobradas aos visitantes, pois assim será tratado.”		
Cambará do Sul, RS, 12 de abril de 2000	Memorando, nº 104/00 - PNAS	Envio de documentos para as associações: APCE e ACONTUR. *Plano de Manejo; *Plano de Ação Emergencial.	Do IBAMA Para ACONTUR e APCE	Gerente do PNAS: Paulo Cezar Reys Bastos
Praia Grande, SC, março de 2001	Projeto	.. “O Projeto de Educação Ambiental “FILHOS DA TERRA” quer adotar uma linha de pensamento educacional. Acreditamos que somente através da educação é que as pessoas poderão entender e exercitar a plena cidadania. O projeto coloca os alunos direto com os problemas ambientais e a preservação do Meio Ambiente, depende de cada um de nós. A ideia de integrar o ensino teórico com o prático, estimulando a criatividade, é fundamental para formação pessoal e intelectual.” ...	APCE	Condutores da APCE: *Rodrigo Roldão da Rosa; *Abrisi Regina Lanzarini
Cambará do Sul, RS, 21 de abril de 2001	Ofício nº 12/2001 - PNAS	*Sobre o Plano de Manejo do PNAS deve-se cumprir a capacidade de carga da Trilha do Cotovelo.	Do IBAMA Para ACONTUR e APCE	Gerente do PNAS: Paulo Cezar Reys Bastos

		* “Dessa forma termos 12 grupos de 15 pessoas até às 15 horas, já que cada grupo leva 2 horas em trânsito e o parque fecha às 17 horas.”		
Praia Grande, SC, 06 de maio de 2001,	Ata de Assembleia Geral	Aprovação do Estatuto Social da APCE e procedida a eleição da diretoria para o biênio 2001-2003.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Edileia de Aguiar Pereira Vice-presidente: Maria Schirley Rodrigues Secretária: Poliana de Luca Tesoureira: Jerena Maria Luchetta Ryll
Praia Grande, SC, 10 de julho de 2001	Ofício nº 139/01	Ofício da Prefeitura a APCE, sobre a solicitação da condutora Renata Corvino em relação ao transporte de guias para o PNAS, itinerário de Cambará do Sul (RS) à Praia Grande (SC).	Prefeitura Municipal de Praia Grande para a APCE	Presidente da APCE: Edileia de Aguiar Pereira Prefeito Municipal: Elizeu Lima
Praia Grande, SC, 14 de julho de 2001.	Ata de reunião mensal	Desde 2001 a APCE passa a ter uma sede própria cedida pela prefeitura Municipal de Praia Grande. Localização atrás da igreja matriz.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Edileia de Aguiar Pereira Vice-presidente: Maria Schirley Rodrigues
Praia Grande, SC, 27 de julho de 2002	Comunicado	“E ao deixarmos os cargos do Conselho Administrativo da APCE não poderíamos deixar de expressar nosso apreço e agradecer	Da APCE para a Prefeitura Municipal de Praia Grande	Presidente da APCE: Edileia de Aguiar Pereira Vice-presidente:

		pela valiosa colaboração e apoio que recebemos da Secretaria de Turismo." "Para a APCE foi muito importante a concessão do espaço para a sua sede social, a divulgação de seu trabalho na rádio comunitária, bem como junto aos turistas e órgãos oficiais e especialmente o trabalho desenvolvido em parceria na informação e divulgação do turismo." "Mas queremos de modo especial agradecer a defesa feita quando da formação do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Aparados da Serra. Graças a defesa ardorosa da Sra. Josélia Teixeira é que a APCE teve sua inclusão assegurada, pois cogitava-se deixá-la de fora e incluir outras entidades que não fazem parte das comunidades de entorno e nem participaram da história do Parque como a APCE." Entre outras coisas importantes.		Maria Schireler Rodrigues Secretária: Poliana de Lucca Tesoureira: Maria Jerena L. Rill
Cambará do Sul, RS, 03 de abril de 2002	Ofício Circular nº 01/02 - PNAS	(1) A Trilha do Cotovelo passa a ser autoguiada; (2) Licitação Pública para Exploração da trilha do Rio do Boi	Do IBAMA para a APCE	Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega Presidente da APCE: Edileia Aguiar Pereira

		e Trilha da Mula, esta a ser implantada; (3) *Portanto, até a realização do processo licitatório acima mencionado, no qual contamos com a participação da Associação representada pela Vossa Senhoria, não podemos proibir que pessoas habilitadas, conhecedoras das trilhas existentes, tanto no Interior do PNAS, quanto no PNSG, possam conduzirem seus grupos por essas trilhas."		
Praia Grande, SC, 28 de julho de 2002.	Ata de reunião mensal	Conquista da sede da APCE. Local: centro de Praia Grande.	Da APCE para a APCE	
Brasília, DF, 09 de agosto de 2002	Portaria nº 95, de 06 de agosto de 2002	Imprensa Nacional - A fonte oficial da informação. Diário Oficial - nº 151 -seção 1, quarta-feira, 7 de agosto de 2002. Portaria nº 95, de 06 de agosto de 2002. "Considerando o histórico atrativo turístico que também exerce o PNSG desde à existência de canyons de excepcional beleza cênica em seu interior; Considerando a necessidade de se atender um melhor controle sobre o atrativo turístico do PNSG, de modo a evitar-se danos aos seus	Da Presidência do IBAMA para o chefe do PNAS e PNSG, e desde para os condutores locais.	Presidente do IBAMA: Rômulo José Fernandes Barreto Mello Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega Presidente da APCE: Edileia Aguiar Pereira

		recursos naturais, assim como garantir a segurança dos turistas, resolve: Art. 1º Restringir a visitação pública no PNSG que ocorrerá somente nas trilhas da borda sul do Canyon Fortaleza, e mediante monitoramento de servidores do PNAS/PNSG. Art. 2º Proibir a prática de camping, permanência noturna e o uso de fogueiras no PNSG. Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias.”		
Cambará do Sul, RS, 16, de agosto de 2002	Ofício Circular nº 24/02 - PNAS	“Pela qual fica restrita a visitação no Parque Nacional da Serra Geral apenas nas trilhas da borda Sul do Canyon Fortaleza, mediante monitoramento de nossos servidores.” “Essa medida visa manter um melhor controle sobre o fluxo turístico no parque, de modo a evitar-se danos aos seus recursos naturais, assim como garantir a segurança daqueles que nos visitam.”	Do IBAMA para a Secretaria de Turismo de Praia Grande	Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega Secretaria de Turismo de Praia Grande: Josélia S. Teixeira

Cambará do Sul, SC, 17 de agosto de 2002	Ofício Circular nº 25/02	"Ao cumprimentá-lo (a), encaminhamos em anexo, minuta do Regimento do Conselho Consultivo do PNAS, elaborada pela comissão do Conselho, instituída na última reunião ordinária, para que Vossa Senhoria possa analisá-la e caso necessário, sugerir alterações para serem discutidas e analisadas na próxima reunião, que desde já, fica marcada para o próximo dia 09 de setembro 2002, nas mesmas condições estabelecidas anteriormente."	Do IBAMA para a APCE	Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega Representante da APCE no Conselho Consultivo: Flávio Getúlio Lima
Praia Grande, SC, 04 de setembro de 2002	Ofício nº 149/02	Ofício nº 149/02 da Prefeitura de Praia Grande/SC, 04 de setembro de 2002, para o superintendente do IBAMA, Sr. Rudney Ritter Morgado. "Diante do exposto, vimos propor uma parceria com o IBAMA através do credenciamento dos condutores locais e as empresas que operam o Ecoturismo em nosso município e em Cambará do Sul. Esta parceria poderá contribuir no sentido de que estando os grupos acompanhados pelos condutores, treinados e conscientizados, estes atuam também como guardas voluntários, informando os responsáveis competentes sobre entrada ou acampamento de	Da Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC a superintendência do IBAMA, Porto Alegre/RS	Superintendente do IBAMA, Porto Alegre/RS: Sr. Rodney Riter Morgado Prefeito Municipal: Elizeu Lima Secretaria Municipal Esporte e Turismo: Josélia Silveira Teixeira

		pessoas desavisadas ou com atitudes que não condizem com a preservação do parque." "Acreditamos que somente unidos conseguiremos atingir nossos objetivos, por isso, contamos com o seu empenho e colocamo-nos a disposição para possíveis esclarecimentos."		
Cambará do Sul, RS, 09 de setembro de 2002.	Minuta do Regimento Interno do Conselho Consultivo do PNAS (16/08/02)	Na minuta de 16 de agosto do Conselho Consultivo que tratava do Regimento Interno: 2.7 - Comitê Setorial das Entidades Recreativas sem fins lucrativos; 2.7.3 - Associação Praiagrandense de condutores para Ecoturismo - APCE;	Do IBAMA para a APCE	Chefe do PARNA: Fernando Athaíde Nóbrega Representante da APCE no Conselho Consultivo: Flávio Getúlio Lima
Praia Grande, SC, 12 de outubro de 2002.	Ata de reunião mensal	Durante uma semana, a APCE fez um trabalho de divulgação do município de Praia Grande, como também divulgou os PNAS e PNSG, no Hall de entrada da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). A divulgação foi considerada um sucesso, pois ajudou a dar visibilidade ao Ecoturismo nos cânions. A divulgação foi feita através de distribuição de cartões de visita, folders, amostras de fotos e exposições de outros materiais. A	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Flávio Getúlio Lima Vice-presidente: Leonardo dos S. Inácio Secretário: Tarcísio R. da Rosa Tesoureira: Abrisi R. Lanzarini

		iniciativa foi considerada um sucesso.		
Praia Grande, SC, 10 de novembro de 2002.	Ata de reunião mensal	Presença na reunião da funcionária da EPAGRI, sra. Bernadete a qual foi dar as instruções para o curso de ERVAS MEDICINAIS. Como este é um curso de interesse da APCE, pois é uma oportunidade para o condutor levar este tema e este conhecimento para o visitante, agregando no seu trabalho nas trilhas. Também de divulgar as espécies de plantas medicinais da Mata Atlântica.	Parceria da APCE com a EPAGRI	Presidente da APCE: Flávio Getúlio Lima Vice-presidente: Leonardo dos S. Inácio Secretário: Tarcísio R. da Rosa Tesoureira: Abrisi R. Lanzarini Funcionária da EPAGRI: Bernadete
Cambará do Sul, RS, 11 de fevereiro de 2003.	Ofício Circular nº 01/03	"Apresentação do diagnóstico prévio e o planejamento das Unidades de Conservação envolvidas no trabalho de elaboração do Plano de Manejo pela equipe técnica de Consultoria da Empresa Socioambiental e Técnicos do IBAMA/DF."	IBAMA SOCIOAMBIENTAL	Representante da APCE no Conselho Consultivo: Flávio Getúlio Lima
Criciúma, SC, 12 de fevereiro de 2003	Certificado	"Certificamos que a ASSOCIAÇÃO PRAIAGRANDENSE DE CONDUTORES PARA ECOTURISMO - APCE participou do Projeto: PRIMAVERA E PAZ UNESC 2002, com a Mostra Fotográfica da Região dos Canyons	Da UNESC para a APCE	Coordenadora do Programa Cultura e Lazer: Amalhene Baesso Redding Diretor de Extensão e Ação Comunitária: Daniel Torres de Cerqueira

		- Praia Grande - SC, realizado no Espaço Cultural UNESC, promovido pela Diretoria de Extensão e Ação Comunitária da UNESC/Programa Cultura e Lazer, no período de 16 a 18 de dezembro de 2002."		
Praia Grande, SC, 21 de julho de 2003	Ofício nº 122/03	Conforme ofício nº 122/03 da Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para a APCE: "Cumprimentando-lhes cordialmente, vimos por meio deste, agradecer o apoio da associação, e parabenizá-los pelo brilhante trabalho que a mesma vem realizando em prol do desenvolvimento turístico de Praia Grande. Nosso objetivo, é justamente unirmos esforços e capacidades a serviço de um município, cujo futuro temos a responsabilidade de construir. Na certeza que esta parceria será sempre duradoura, ficamos gratos pela atenção e disponibilidade do grupo, e aproveitamos para colocar-nos a vosso inteiro dispor."	Da Prefeitura Municipal de Praia Grande para a APCE	Prefeito Municipal: Elizeu Lima Secretária Municipal Esporte e Turismo: Joice Silveira de Aguiar
Praia Grande, SC, 2003 (?)	Declaração	DECLARAÇÃO da Secretaria Municipal Esporte e Turismo - Joice Silveira Aguiar (2002) para a APCE: “Declaro para os devidos fins que a APCE (Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo)	Da Secretaria de Esporte e Turismo de Praia Grande/SC para a APCE	Secretária Municipal Esporte e Turismo: Joice Silveira de Aguiar

		fundada em 1998, realiza um importante trabalho na ligação da comunidade de Praia Grande com os PARNAS Aparados da Serra e Serra Geral, contribuindo de forma objetiva para o desenvolvimento turístico do município e na conscientização da preservação das UCs. Além disso, o grupo canaliza a atividade de condutor local como uma alternativa econômica para os jovens de Praia Grande, assumindo os princípios de uma organização coletiva e solidária, tendo a natureza como motivadora para as atividades que exercem.”		
Praia Grande, SC, 19 de novembro de 2003 (?)	Convite	Convite reunião "A pauta da referida reunião será a Campanha "Eco Santa Catarina" - Semana Estadual de Água Doce, para juntos, elencarmos ações a serem desenvolvidas no dia destinado ao evento. Para isso, contamos com o apoio e a participação de todas as pessoas e segmentos envolvidos."	Da Prefeitura Municipal de Praia Grande para a APCE	Secretária Municipal de Administração e Finanças: Ana Arleth B. Citadin Clock
Cambará do Sul, RS, 13 de maio de 2003.	Ofício	É um ofício muito significativo, a qual mostra o entrosamento das associações aos temas do PARNAS:	Da Associação ACONTUR para a Associação APCE	Presidente da ACONTUR: Marcelo Klippel Ferreira Presidente da APCE Flávio Getúlio

		"Esses são os números que havia prometido a APCE, a tabela e o gráfico 1 (um) são os de mais interesses para vocês, pois mostram os visitantes conduzidos na trilha do Cotovelo. Os números começam a partir de setembro de 1999 e vão até agosto de 2002, quando a ACONTUR saiu do PNAS."		
Praia Grande, 24 de setembro de 2003	Ofício, nº 011, 2003	Viemos por meio deste, informar que os representantes da APCE no projeto Consea - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, serão os condutores locais, Flávio Getúlio Lima e Leonardo dos Santos Inácio - se a colaborar em seu trabalho, para um bom desenvolvimento da Comunidade de Praia Grande/SC.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Flávio Getúlio Lima Representantes da APCE no Consea: Flávio Getúlio Lima e Leonardo dos Santos Inácio
Praia Grande, SC, 18 de novembro de 2003.	Convite	A EEB Bulcão Viana, em parceria com os alunos dos 2º anos I-II-III, estará desenvolvendo a I FEIRA DE TURISMO - PRAIA GRANDE-SC, que realizar-se-á no dia 18/11/2003, nas dependências da escola. A Feira tem como objetivo principal sensibilizar os cidadãos praiagrandenses de que preservar é essencial, e o cuidado com a natureza pode ser um cuidado com nós mesmos.	Da Escola de Educação Básica Bulcão Viana para a APCE	Diretor da Escola: Arlindo Tenfen Coordenador da Feira de Turismo: Rodrigo Roldão da Rosa

		A Feira também propõe educar as pessoas a se comportar e agir perante o mundo, perante a natureza e o meio em que vivemos. Na oportunidade haverá exposição de TURISMO ECOLÓGICO, TURISMO DE AVENTURA, TURISMO CULTURAL, TURISMO RURAL.		
Praia Grande, SC, 25 de abril de 2004.	Convite	"Senhores (as), uma Associação como a APCE (Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo), que há 06 anos trabalha nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, é inaceitável que nos dias de hoje, não saibamos para onde estamos indo e onde queremos chegar!? A falta de compromisso e organização do grupo está sendo notável, talvez apenas nós não sabemos disso ou fingimos que não sabemos. A função do condutor local, não seria apenas levar pelo caminho, temos uma missão bem maior a cumprir, a partir do momento que decidimos lidar com pessoas, sei também que não somos apenas nós os culpados por algumas coisas não funcionarem em nossa cidade, mas pode ser a partir de nós a mudança real e harmônica da sociedade e do meio ambiente.	Da APCE para APCE	Membro da APCE: Rodrigo Roldão da Rosa

		Com estas palavras é que eu Rodrigo Roldão da Rosa gostaria de convidar a todos os sócios da APCE para refletir, no momento apenas "refletir". *O que está sendo prioridade em nossas vidas? *A APCE se inclui dentre estas prioridades? *O que você está fazendo para o crescimento da APCE? Apenas guiando? *Você não acha que uma empresa como a nossa, que de certa forma abriu caminhos em nossa vida, mereça uma participação concreta? *Reflitam sobre estas perguntas e argumentem na reunião. Sua presença é indispensável. Obs.: A não participação na reunião sem justificativa, responde todas as perguntas acima."		
Curitibanos, SC, 12 de junho de 2004	Convocatória	"I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária de SC. O GT Catarinense de Economia Solidária tem a honra de convocar todos os empreendimentos de economia solidária, do estado de Santa Catarina para o 1º Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária."	Do GT Catarinense de Economia Solidária para a APCE	Comissão Organizadora do Encontro: Sandra e Idalina

Cambará do Sul, RS, 28 de julho de 2004	Comunicado	Comunicado sobre o Plano de Manejo dos PNAS e do PNSG; Limitação de trilhas; Penalidades - crime ambiental: "Desse modo, até a implantação efetiva do referido Plano de Manejo, as trilhas para visitação restringem-se unicamente àquelas já implantadas, ou seja, as do Vértice, Cotovelo e Rio do Boi no PNAS e Pedra do Segredo, Mirante, e borda do Malacara. Como temos recebido denúncias de acesso indevido aos Parques, inclusive para práticas de rapel e travessias de cânions, lembramos que tais práticas incorrem em crime ambiental."	Do IBAMA para as associações locais de ecoturismo	Chefe do PNAS e PNSG: Sr. Renzo Bassonetti
Torres, RS, 17 de agosto de 2004	Ofício / Convite	O objetivo deste ofício é convidá-lo para o Seminário: "Políticas para o Desenvolvimento Sustentável" ... Nessa ocasião estaremos recebendo o Sr. Gilney Amorim Viana, secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente... Durante o Seminário será feito o anúncio formal da inclusão da Bacia do Mampituba no Programa Gestão Ambiental Rural (Gestar)... Políticas: 1. Ecoturismo; 2. Agenda 21; 3. Educação Ambiental; Agroecologia.	Da ONG Natureza Viva para a APCE	Presidente da APCE:

Praia Grande, SC, 21 de fevereiro de 2005	Convite	O Prefeito Municipal de Praia Grande, João José de Matos, convida Vossa Senhoria para participar de reunião com a equipe do Departamento de Geociências da UFSC onde será tratado sobre a Promoção sócio-econômica das comunidades vizinhas ao Parque Nacional de Aparados da Serra, mediante usos conservacionistas dos recursos naturais.	Da Prefeitura Municipal de Praia Grande/SC para a APCE	Prefeito Municipal: João José de Matos Presidente da APCE: Cristiano da Rosa Pereira
Praia Grande, RS, 14 de março de 2005.	Ofício, nº 01/2005	Para: Proprietários de pousadas Assunto: Alteração nos preços das trilhas. "A APCE - Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo, vem através deste comunicar-lhes as alterações nos preços das trilhas conduzidas pelos condutores da associação nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral. Os novos preços seguem anexados no mesmo."	Da APCE para o trade de Praia Grande/SC	Presidente da APCE: Cristiano da Rosa Pereira
Praia Grande, SC, 21 de março de 2005.	Declaração	"Declaramos para os devidos fins que a Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo, CGC: 02.744.489/0001-31, possui conta corrente com o número 005.713-4, nesta agência bancária 164-3 de Praia Grande."	Do Banco BESC para APCE	Ger. Administrativo: Celso W. da S. Moraes Estagiária: Josilaine Santos da Silva

Praia Grande, SC, 18 de maio de 2005.	Convite	A Prefeitura Municipal de Praia Grande, em parceria com a CDL, convida Vossa Senhoria e família, para participar da abertura do Natal Iluminado no dia 18/12/25 (domingo próximo), às 20 horas na Praça São Sebastião, onde contaremos com a participação do Coral Madrigal Vozes e a Banda Eterna Aliança, de Criciúma.	Da Prefeitura Municipal para APCE	Prefeito Municipal: João José de Matos
Praia Grande, SC, 27 de junho de 2005.	Convite	A Epagri de Praia Grande convida para participar do Seminário "Agravos a Saúde Humana Causados por Agrotóxicos", com o Dr. Lenine Alves de Carvalho. O ministrante é médico epidemiologista, pesquisador em saúde pública. Foi um dos autores da pesquisa que relacionou distúrbios de comportamento ao uso de agrotóxicos na região fumageira do Rio Grande do Sul, na década de 80.	Da EPAGRI para a APCE	Equipe local da EPAGRI
Jacinto Machado, SC, 21 de fevereiro de 2006. Local: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Jacinto Machado.	Ata de Reunião	Grupo de trabalho para Reestruturação do Conselho Consultivo. Representante da APCE: Rodrigo Roldão da Rosa. "Após breve exposição da Analista Ambiental Tatiana Figueira de Mello, a mesma apresenta o novo	Do IBAMA para a APCE	Participantes da APCE no Conselho: Paulo Selau; Rodrigo Roldão da Rosa Novo chefe dos PARNAS PNAS/PNSG: o analista ambiental Deonir Geovane Zimmermann

		chefe do PNAS e PNSG, o analista ambiental Deonir Geovane Zimmermann, engenheiro agrônomo formado na UFSC com mestrado em Agroecossistemas pela mesma universidade."		
Praia Grande, SC, 06 de dezembro de 2006.	Comunicado	Ao cumprimentá-los, informamos a todos os parceiros que atuam no setor de hospedagem da cidade de Praia Grande, que a pousada Cabanas Magia das Águas está sob nova direção.	Da Agência Rota dos Canyons para a APCE	Proprietária da Agência Rota dos Canyons
Praia Grande, 11 de fevereiro de 2007.	Ata de reunião Mensal	Criação de um ARQUIVO HISTÓRICO da APCE: "Esta ideia visa recuperar documentos, fotos, projetos e etc., que foram feitos desde que foi criada a associação de condutores locais. A proposta é de servir como fonte de pesquisa para os interessados, como pesquisadores universitários, para novos condutores, entre outros. Mas também para que o Arquivo Histórico sirva para salvaguardar a memória da associação que luta por causas tão importantes, contudo nem sempre é reconhecida. Tudo que se fez e todos que passaram pela APCE até então deixaram uma semente plantada contribuindo para o que ela é hoje."	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Vice-presidente: Geovani P. de Aguiar Secretária: Kamila D. Pereira Tesoureira: Abrisi R. Lanzarini

Praia Grande, SC, 31 de março de 2007.	Ata de reunião mensal	A parceria entre a APCE e a ACEVAM está indo bem principalmente em relação ao curso de Sensibilização Ambiental, que até o momento está sendo um sucesso, com programações de confraternização e saídas a campo como no Parque Municipal de Maracajá e no Morro dos Conventos.	Da APCE para a APCE e ACEVAM	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Vice-presidente: Geovani P. de Aguiar Secretária: Kamila D. Pereira Tesoureira: Abrisi R. Lanzarini
Praia Grande, SC, 18 de junho de 2007.	Convite	A Epagri convida para uma palestra sobre o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), com o Médico Veterinário Marcelo Silva Pedroso, que acontecerá no dia 21/06 (quinta-feira), às 14 horas no Auditório da Prefeitura.	Da EPAGRI para a APCE	Extensionistas da EPAGRI: Sílvio Roberto Daufenbach
Praia Grande, SC, 14 de julho de 2007.	Ata de reunião mensal	Projeto PDA Mata Atlântica. O condutor Paulo Geovani começou a reunião citando que a APCE conseguiu em um ano de projeto PDA equipamentos como: computador, rádio, impressora, mesa de escritório. Oportunidades de divulgação, cursos, viagens técnicas, adesivos, folders, divulgação escolares, parcerias com agências, logo da APCE. Mais condutores procuraram a APCE, motivação, credibilidade na cidade, divulgação em jornais, veículo	Da APCE para a APCE e ACEVAM.	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Vice-presidente: Geovani P. de Aguiar Secretária: Kamila D. Pereira Tesoureira: Abrisi R. Lanzarini

		disponível (carro), e colocação de placas. Divulgação em colégios de Criciúma, palestras agendadas.		
Praia Grande, SC, 21 de julho de 2007.	Ata de reunião mensal	Projeto de Bioconstrução a ser construído. O projeto de Bioconstrução visa contemplar a participação do IBAMA, a construção de um centro temático, e talvez um espaço para a APCE. O projeto conta com o apoio direto da ACEVAM e com a prefeitura municipal de Praia Grande.	Da APCE para a APCE, ACEVAM e IBAMA.	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Vice-presidente: Geovani P. de Aguiar Secretária: Kamila D. Pereira Tesoureira: Abrisi R. Lanzarini
Praia Grande, SC, 05 de setembro de 2007.	Convite	A Prefeitura Municipal de Praia Grande, através das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Turismo, juntamente, com os autores do Projeto Expedição Natureza - Santa Catarina - De Olho na Comunidade, tem a honra de convidar Vossa Senhoria para a Exposição de painéis que retratam as diferentes regiões do estado, visitadas pelo referido Projeto, incluindo o nosso Município, que, inclusive, abrirá a temporada de exposições.	Da prefeitura para a APCE	Secretária Municipal de Educação: Ana Maria de Moraes Gerente do Departamento de Turismo: Joice Silveira de Aguiar
Praia Grande, SC, 14 de setembro de 2007.	Convite	Reunião de apresentação de resultados da I Oficina de Planejamento Turístico.	Da prefeitura para a APCE	Secretária Municipal de Esporte e Turismo: Joice Silveira de Aguiar

Praia Grande, SC, 26 setembro de 2007.	Convite	*Reunião com o Diretor do PNAS, Deonir Zimmermann. *A apresentação do resultado da I Oficina de Planejamento Turístico. *Vistoria e abertura das trilhas do Malacara, Índios Coroados e Molha Coco.	Da prefeitura para a APCE	Secretária Municipal de Esporte e Turismo: Joice Silveira de Aguiar
Praia Grande, 21 de novembro de 2007.	Convite	A APCE - Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo; ACEVAM - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, tem a honra de convidar a Vossa Senhoria para participar do: "I Seminário Ambiental. Educação e Meio Ambiente."	Da APCE, ACEVAM e Secretaria de Educação convida Polícia Ambiental, UNESC, FATMA, EPAGRI, professor de História Elson, e ONG Sócio da Natureza	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Presidente da ACEVAM: Equipe técnica Secretária Municipal de Esporte e Turismo: Joice Silveira de Aguiar
Praia Grande, SC, 2007	Projeto Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul	Início do Projeto Geoparque Caminho dos Cânions do Sul. Quem deu a ideia da criação do geoparque foi Dr. João José de Matos, médico, prefeito e liderança na comunidade de Praia Grande/SC.	Divulgação regional para a comunidade do extremo sul catarinense.	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Prefeito Municipal: João José de Matos
Praia Grande, SC, 16 de fevereiro de 2008.	Ata de reunião mensal	Trecho da fala de posse da presidente da APCE condutora Sabrina: “Sabrina falou da sua história na associação, o quanto a APCE	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Sabrina da R. Pereira Vice-presidente: Leonardo dos S. Inácio

		representava na sua vida e que não mediria esforços de ver todos os objetivos da associação sendo colocados em prática. E que iria exigir que todos assim como ela fizessem bastante esforço, no sentido de que a APCE só irá para a frente se todos colaborassem, esforçando-se para o BEM COMUM, unidos, mais atuantes e representativos no nosso município.		Secretária: Rodrigo R. da Rosa Tesoureiro: Geovani S. de Aguiar
Praia Grande, SC, 25 de março de 2008.	Convite	Reunião de trabalho. Pautas: *Avaliação do Planejamento Turístico. *Sala do PNAS. *Reestruturação do Conselho Municipal de Turismo.	Da prefeitura para a APCE	Secretária Municipal de Esporte e Turismo: Joice Silveira de Aguiar
Praia Grande, SC, 24 de abril de 2008.	Convite	Convite para a "Reunião para organização do novo Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia (Sul de Santa Catarina). Assunto: Rede Ecovida; Certificação Participativa; Formação / organização do núcleo e nome.	Da ACEVAM (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba) para a APCE	Equipe técnica: Silvana Ferrigo
Praia Grande, SC, 25 de abril de 2008.	Ofício, nº 017/2008	... ... palestra com os representantes da ABBTUR.	Da Câmara Municipal de Vereadores de Praia Grande/SC para a APCE	Presidente da Câmara Municipal: Manuel Hendz da Rosa

		Essa apresentação faz parte do Projeto "O Turismo na Comunidade", que surgiu de uma iniciativa da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, tendo como mediadora a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - Seccional Santa Catarina (ABBTUR-SC), a qual articulou com os cursos de graduação em turismo e/ou turismo e hotelaria do Estado de Santa Catarina..."		
Praia Grande, SC, 12 de maio de 2008.	Ofício	"Na oportunidade em que cumprimentamos Vossa Senhoria, aproveitamos para informá-los que o "Projeto Cooperar com a Terra" realizará nos dias 17 e 18 de maio, com início às 8:00 horas, nas dependências da Associação dos Funcionários da CEPRAG, "Formação em Valores Humanos", este trabalho é mais um entre outros já realizados no município para a capacitação do grupo. Por isso, queremos convidá-lo para fazer a abertura do curso, e também, participar desta formação."	Ofício da Secretaria Municipal de Educação para APCE	Secretária Municipal Educação: Cely Pereira Lima Extensionista da EPAGRI Maria Bernadete Perius
Cambará do Sul, RS, 06 de junho de 2008.	Ofício, nº 018/2008/ Conselho Consultivo PNAS e PNSG	Ofício convocando os conselheiros a participarem da Assembleia Geral Ordinária.	Ofício do IBAMA para a APCE	Presidente do Conselho Consultivo dos PNAS e PNSG: Deonir Zimmermann

				Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira
Praia Grande, SC, 22 de julho de 2008	Ofício, nº 179/08	Ao cumprimentá-los, vimos por meio deste agradecer o trabalho prestado durante o passeio no Canyon Itaimbezinho oferecido à comunidade, em virtude da comemoração dos 50 anos de Emancipação Política de Praia Grande. Somos sabedores que este trabalho é de extrema importância na conscientização da comunidade, no que se refere a preservação dos Parques e o desenvolvimento turístico da região. Na certeza que essa parceria será sempre duradoura, agradecemos.	Da Prefeitura Municipal de Praia Grande para APCE	Prefeito Municipal: João José de Matos Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira
Praia Grande, 22 de janeiro de 2009	Ofício, nº 22 /2009	Cumprimentando cordialmente, vimos por meio deste, comunicá-lo que a APCE será representada na abertura da trilha de escape do Rio do Boi, mapeamento e setoriamento, que se realizará do dia 26 ao dia 28 deste mês pelos condutores Sabrina da Rosa Pereira e Leonardo dos Santos Inácio.	Da APCE para o GRUPAS (Grupo de Prevenção Aparados da Serra)	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira Presidente do GRUPAS: Josemar Contesini
Cambará do Sul, RS, 11 de fevereiro de 2009.	Edital de Convocação	GRUPAS - Grupo de Prevenção Aparados da Serra Associação do Programa Aventura Segura do Ministério do Turismo	Do GRUPAS para a APCE	Diretor Presidente do Grupas: Josemar Contesini Diretor Financeiro do Grupas:

		Edital de Convocação Convocação para Assembleia Geral Extraordinária do Grupo de Prevenção Aparados da Serra - GRUPAS.		Estéfano Santos Pereira
Praia Grande, 14 de março de 2009	Ofício, nº 23/2009	Cumprimentando cordialmente, a APCE vem por meio deste pedir autorização para a realização do 2º Encontro Sul Catarinense de Escalada e Montanhismo na comunidade de Pedra Branca. O encontro tem o objetivo de trazer pessoas das associações que escalam no estado de Santa Catarina para conhecer as belezas naturais do município de Praia Grande/SC.	Da APCE para o Remanescente Quilombola São Roque	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira Associação dos Remanescentes Quilombola São Roque
Praia Grande, 18 de março de 2009	Ofício, nº 02/2009	É com satisfação que convidamos os condutores locais atuantes no turismo em Praia Grande para uma Assembleia Geral Extraordinária, na sede da ACEVAM, dia 21/03/2009 (sábado), às 20:00 horas. Os assuntos tratados visam entender e esclarecer algumas mudanças reivindicadas pelos condutores locais para a APCE. Queremos apresentar estas mudanças e também obter sugestões que possam alinhar a associação as constantes mudanças	Da APCE para os associados da APCE	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira

		no turismo na região dos Aparados da Serra. A APCE pertence a todos os condutores Praiagrandenses. Você é um condutor? Acha necessária uma associação de condutores? Então, ajude-nos a construir uma APCE, com mais prestígio e qualidade.		
Praia Grande, SC, 21 de março de 2009	Ata da assembleia geral extraordinária	Fechamento da sede da APCE e apoio turístico ao turismo (atrás da igreja). Abertura do CAT (Centro de Apoio ao Turismo). Neste tempo a APCE funcionava como uma operadora, a partir desse momento o condutor sócio da APCE será independente e autônomo, podendo fazer clientes, conduzi-los quantas vezes puder buscar parcerias com pousadas, divulgar-se e divulgar a APCE.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira
Praia Grande, SC, 30 de março de 2009	Atestado	"Atesto para fins de comprovação junto à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte que a instituição abaixo especificada atua na produção artístico-cultural há pelo menos 02 (dois) anos, no município (s) de Praia Grande. Finalidade deste atestado: participação do processo de seleção	Da EPAGRI para a APCE EPAGRI (Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina)	Extensionista Rural da EPAGRI: Bernadete Perius

		para integrar a "REDE DE PONTOS DE CULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA."		
Praia Grande, SC, 31 de março de 2009.	Anexo/ofício	"Senhor Secretário: Encaminho a Vossa Excelência, anexo, o projeto intitulado "Cultura da Preservação - O Cartão de Visita do Aparados da Serra", acompanhado da documentação requerida, para inscrição na REDE DE PONTOS DE CULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, do PROGRAMA MAIS CULTURA, e obtenção do necessário apoio."	Da APCE para a Secretaria de Turismo Estadual	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira Secretário de Estado de Turismo, de Esporte e Cultura: Dep. Gilmar Knaesel
Praia Grande, 13 de maio de 2009.	Ofício, nº 04/2009	Cumprimentando-o cordialmente, a Associação Praiagrandense de Condutores para Ecoturismo (APCE), vem por meio deste, pedir um patrocínio e convidá-lo para participar da Abertura da Temporada de Montanhismo ATM 2009 - 2º Encontro Sul Catarinense de Escalada e Montanhismo. O evento será realizado nos dias 29, 30, 31 de maio, na comunidade Quilombola de Pedra Branca em Praia Grande - SC, que fica a 22 km da cidade. O encontro tem o objetivo de reunir as associações, comunidade e pessoas que praticam escalas e montanhismo	Da APCE para as empresas patrocinadoras de Praia Grande/ SC	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira

		para conhecer o lugar, município, a região dos cânions, praticar o esporte, trocar experiência e contribuir com a comunidade local, turismo sustentável e a preservação.		
Praia Grande, SC, 06 de agosto de 2009.	Convite	Convite para reunião. Pautas: *Desfile em homenagem ao dia sete de setembro. *Participação e representação das entidades municipais no desfile. Sua presença é indispensável para a realização e o sucesso deste evento.	Da prefeitura para a APCE	Secretária Municipal de Educação e Cultura: Cely Pereira Lima
Praia Grande, SC, 08 de agosto de 2009.	Convite	Convite para a Assembleia Extraordinária: "Cumpre-nos informar que o objetivo desta Assembleia será o cadastro 2009/2010 do associado condutor e a assinatura do Termo de Compromisso perante os objetivos da Associação dos Condutores de Ecoturismo. A ideia é formalizar o associativismo entre seus membros."	Convite da presidência da APCE para os associados	Presidente da APCE: Sabrina da Rosa Pereira (2008-2009) Vice-presidente: Leonardo dos Santos Inácio. Secretário: Tarcísio Roldão da Rosa Tesoureira: Aline Aguiar
Praia Grande, SC, 04 de abril de 2010. Local: Casa da condutora Monaliza	Assembleia Geral Ordinária	Uma das pautas foi a conclusão do projeto cultural para ser enviado à Câmara dos Vereadores no intuito de obter o apoio para a associação passar a usar a escolinha da Vila	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Monaliza A. da Silveira. Vice-presidente: Abrisi R. Lanzarine.

		Rosa, que estava abandonada, como a nova sede da APCE. O nome do projeto é "Escola Aberta dos Cânions", foi escrito pelas condutoras Aline, Monaliza e Daniela Schimidt.		Tesoureira: Daniela Mattos Secretária: Aline Aguiar
Praia Grande, SC, 30 de maio de 2010.	Ata de reunião mensal	"A próxima pauta foi a relação entre as operadoras e a associação... Hoje a associação não faz mais o trabalho de operadora. A maior preocupação é se todos os sócios resolver fazer de si a sua própria operadora, esquecendo assim o real sentido do associativismo, outra preocupação é se vai existir demanda para todas as operadoras, as vantagens das operadoras para os guias. Ficou decidido que os guias sócios que estão abrindo suas operadoras sentam-se para discutir e planejar uma apresentação para a associação." Bem importante este tema, pois evidencia o momento que a APCE deixa de fazer o papel de operadora e os sócios assumem este papel.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Monaliza A. da Silveira. Vice-presidente: Abrisi R, Lanzarine. Tesoureira: Daniela Mattos Secretária: Aline Aguiar
Praia Grande, SC, 21 de agosto de 2010	Ata da Assembleia Geral Extraordinária	A Sabrina da Rosa deu a sugestão de fazer a inauguração oficial da sede da APCE no dia 21 de setembro de 2010, que seria o dia da Árvore e aniversário do saudoso	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Monaliza A. da Silveira. Vice-presidente: Abrisi R, Lanzarine.

		Rodrigo R. da Rosa, condutor fundador da APCE. Sendo assim foi criada uma comissão para desempenhar esta tarefa. A escolinha vinha sendo reformada aos poucos e a APCE a utiliza de forma precária. Finalizada a primeira reforma, então se pensou na inauguração.		Tesoureira: Daniela Mattos Secretária: Aline Aguiar
Praia Grande, SC, 26 de novembro de 2010.	Convite	"A Epagri convida para reunião de apresentação do "Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina - SC Rural", que será implantado em todo o Estado no período de 2011 a 2016."	Da EPAGRI para a APCE	Equipe local: Extensionistas da EPAGRI *Sílvio Roberto Daufenbach *Bernadete Perius
Praia Grande, SC, 02 de abril de 2011	Ata de reunião mensal	Foi comentado sobre a TERCERIZAÇÃO (CONCESSÃO) dos PARNAS, foi salientado da necessidade de a APCE estar bem informada em relação a esse assunto.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Monaliza A. da Silveira. Vice-presidente: Abrisi R, Lanzarine. Tesoureira: Daniela Mattos Secretária: Aline Aguiar
Praia Grande, SC, 17 de setembro de 2013.	Moção de Aplauso concedido pela Câmara Municipal de Vereadores de Praia Grande, SC à APCE	O Poder Legislativo do Município de Praia Grande – SC, com aprovação unânime dos Vereadores, confere Moção de	Da Câmara de Vereadores para a APCE	Presidente da APCE: Edimiter Aguiar Thereza

		Aplauso para a APCE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade Praiagrandense.		Presidente da Câmara de Vereadores: Manuel Hendz da Rosa
Praia Grande, SC, 06 de novembro de 2013.	Certificado	Curso de Capacitação "Aspectos da geologia e geomorfologia do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul". Realizado no período de 15/10 a 12/11/2013.	Do IFSC para a APCE e demais condutores interessados.	Presidente da APCE: Edimiter Aguiar Thereza Diretor-Geral: Carlos Antônio Krause Coordenador Geral de Extensão: Eliton Pires Condutor: Tarcísio R. da Rosa
Florianópolis, SC, 2015.	Artigo Mestrado – UDESC/PPGPLAN	Considerações sobre a proposta de planejamento regional no extremo sul de Santa Catarina: Projeto geoparque caminhos dos cânions do sul	Divulgação para comunidade turísticas e demais interessados no tema geoparque	Autores: DA ROSA, Tarcisio Roldão; DE OLIVEIRA ROCHA, Isa; MARIMON, Maria Paula Casagrande
Florianópolis, SC, 2016.	Dissertação Mestrado – UDESC/PPGPLAN	Das unidades de conservação ao projeto Geoparque caminhos dos Canyons do Sul (SC/RS)	Divulgação para a comunidade turística e demais interessados no tema geoparque	Autor: Tarcísio Roldão da Rosa
Araranguá, SC, dezembro de 2016.	Artigo	Candidatura a Geoparque dos Caminhos dos Cânions do Sul/SC-RS: avanços do projeto	Divulgação para a comunidade turística e demais interessados no tema geoparque	Autores: Chen Lin Sung, Leila Maria Vasquez Beltrão, Maurício Dalpiaz Melo

Praia Grande, SC, 22 de novembro de 2016.	Ata de reunião mensal	"O associado Paulo Selau contextualizou para o grupo o atual momento do PARNA A parados da Serra sobre o assunto de concessão e fechamento. O mesmo tem participado ativamente das últimas reuniões e passou para o grupo a sua análise. Sobre a situação dos parques nacionais, todos os condutores estão debatendo ativamente os novos encaminhamentos. A APCE, com o que acontece no parque, terá voz ativa frente a estas relações públicas com comunidades, trade, prefeitura e parques nacionais. A cidade de Praia Grande também terá que se preparar ou adequar-se ao novo momento do turismo na região. Aline Aguiar sugeriu para os colegas disponibilizar-se ao trabalho voluntário no PARNA Aparados da Serra, tanto para ajudar a unidade de conservação, mas também para marcar presença.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Frank C. Lummertz Vice-presidente: Leonardo dos S. Inácio Secretário: Honório P. de Mattos Tesoureira: Daniela de M. Schimidt
Praia Grande, SC, 28 setembro de 2017.	Material de capacitação do Geoparques Mundiais da UNESCO.	Os geólogos Flavia e Jean disponibilizaram para professores, atores do turismo e afins, um material de capacitação em forma de slides com o título Geoparques Mundiais da UNESCO, GEODIVERSIDADE.	Dos geólogos para professores e atores do turismo (APCE).	Presidente da APCE: Frank Lummertz Geólogos: Flávia Fernanda de Lima Jean Carlos Vargas

Praia Grande, SC, 01 de março de 2018.	Ata da assembleia geral	Fazendo um balanço os associados concordaram que a APCE que o objetivo maior da APCE foi alcançado, que é formar bons profissionais e que o papel dos associados vai além pois alguns dos mesmos são empresários do ramo do turismo no município. Concordam sobre a boa reputação que o condutor adquiriu antes e depois da trilha e como o condutor se torna respeitado após fazerem seu trabalho bem feito e consideraram que a APCE tem se fortalecido.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Aline Aguiar Vice-presidente: Monalisa Anacleto Silveira Gezaela Reis Magnus Secretário: Marcelo S. Pupim
Cambará do Sul, RS, 18 de abril de 2020.	E-mail do PANAS/SG	Conselho Consultivo – PNAS/SG: Informes diversos. Preliminarmente, vimos perante a Vossas Senhorias, prestar algumas informações, a partir de dezembro/2019, quando assumi a chefia do NGI Aparados da Serra Geral, responsável pela gestão dos PNAS e PNSG; e em especial, aquelas pertinentes ao inédito momento atual: de isolamento social em consequência das medidas preventivas para controle de DISSEMINAÇÃO E CONTAMINAÇÃO DO COVID-19, pelas quais, sem exceção, todos	Do ICMBio para todos os colaboradores dos PANAS/SG	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Chefe do NGI Aparados da Serra Geral: Anivaldo Libério Chaves

		fomos impactados, ainda que em diferentes graus.		
Praia Grande, SC, 09 de junho de 2020	Ata de reunião mensal (on line)	Devido a pandemia da covid 19, na reunião foram discutidos a abertura dos PNAS e PNSG (cânion Itambezinho e cânion Fortaleza) e a expectativa ficou para a abertura das trilhas do Rio do Boi e Malacara. Alguns condutores comentaram que iriam guiar grupos outros não. Reforçou-se a importância da tomada de cuidados na condução dos grupos e manter o uso de máscara e uso do álcool em gel.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Vice-presidente: Nilton N. Eugênio Secretário: Marcelo S. Pupim Tesoureiro: Daniela de M. Schimidt
Praia Grande, SC, 10 de agosto de 2020	Ofício Sec. Tur. Nº 018/2020	Ao cumprimentar cordialmente, venho através deste, solicitar, quando possível, que a Secretaria de Turismo e Associações de Condutores Locais sejam informados, com no mínimo 48h de antecedência, os fechamentos dos parques, haja vista os transtornos causados quando não há uma prévia comunicação. Esta medida visa garantir não só o bom funcionamento da secretaria, mas também o trabalho dos Guias e das operadoras.	Da Prefeitura Municipal de Praia Grande / Secretaria de Turismo para o Chefe do PNAS e PNSG Major João José Correia da Silva	Prefeito Municipal; Henrique Maciel Secretário de Turismo: Jorge Duarte S, Junior Coordenador da APCE: Tarcísio R. da Rosa Presidente da Associação Tigre Preto: Bruna Teresa
Praia Grande, SC, 09 de março de 2021	Ata de reunião mensal	SGS – Trilha do Rio do Boi Criação do SGS do Rio do Boi com o instrutor Luca.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa

Praia Grande, SC, 12 de agosto de 2021.	Contrato	Contrato da Concessão pela Urbia Cânions Verdes	Da Urbia Cânions Verdes para a comunidade	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Prefeito Municipal: Henrique Maciel
Praia Grande, SC, 24 de setembro de 2021.	Ofício nº 14/2021/APCE	Assunto: Apresentação da Associação e propostas de parceria com a empresa CONSTRUCAP/URBIA Cânions Verdes. 1.Isenção de ingressos de visitação, estacionamento e prioridade na entrada dos PNAS e PNSG para transportes turísticos dos municípios de entrono aos PARNAS. 2.Compra facilitada de ingressos de visitação no PARNAS para condutores e guias, agências e operadoras. 3.Credenciamento dos condutores de aventura na trilha do Rio do Boi. 4.Implementação de um sistema de agendamentos para a trilha o Rio do Boi. 5. Nível do Rio do Boi. 6.Disponibilizar informações de mudanças nos PNAS e PNSG para com a Urbia. 7.Isenção de ingressos para grupos escolares da rede pública dos municípios de entorno dos PNAS e PNSG.	Da APCE para a Urbia Cânions Verdes	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Sra, Vaniza Schuler Assessora da Urbia Cânions Verdes Sr. Samuel Loyd Diretor da Urbia Cânions Verdes Porto Alegre, RS

		8.Disponibilizar resultados de pesquisas. 9.Criação de um comitê das associações, PARNAS e associações.		
Praia Grande, 04 de março de 2022.	Ata da assembleia geral	Participação da APCE nas instituições local, regional e estadual e federal como ICMBio e prefeitura municipal de Praia Grande/SC. Conselheiros no COMTUR: Guilherme e Sabrina Rosso. Conselho Municipal de Educação: Frank e Daniela Schimidt. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba: Murilo Hendz.	Da APCE para a APCE	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Vice-presidente da APCE: Tiago da R. Duarte Secretário: Guilherme M. Mainieri Tesoureira: Daniela de M. Schimidt
Praia Grande, SC, 13 de abril de 2022.	Chancela	Chancela pela UNESCO do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul	Para a comunidade	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Prefeito Municipal: Henrique Maciel
Cambará do Sul, RS, 21 de abril de 2021.	Ofício Circular SEI Nº 10/2021 – ICMBio Aparados da Serra Geral	Assunto: Funcionamento de trilhas com restrições/Covid 19 – Atualização nº 10 Não houve alterações na legislação do RS e SC sobre as normas de distanciamento controlado ou outras medidas de prevenção da	Do ICMBio para todos os colaboradores dos PARNAS	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Chefe do NGI Aparados da Serra Geral: Pâmella Alves Nogueira Paes

		COVID 19 nesta última semana. Desta forma, ratifico o seguinte: 1.No estado de SC as trilhas dos dois Parques Nacionais, PNAS e PNSG, seguem em operação com, no máximo, 25% do valor de referência das trilhas. Isso significa 33 pessoas/dia, ou 06 grupos de 05 pessoas e um de 03, incluindo o condutor.		
Cambará do Sul, RS, 10 de agosto de 2021.	Ofício Circular SEI Nº 15/2021 – ICMBio Aparados da Serra Geral	Ao Conselho Consultivo dos PNAS e PNSG Assunto: 63º Assembleia Geral Ordinária. 2.Oa pontos de pauta incluem: ... -Atualização sobre o andamento do PROCESSO DE CONCESSÃO DOS PARQUES; -Convocação de reunião da Câmara Temática de Uso Público e Visitação para DISCUSSÃO DA CONCESSÃO DOS PARQUES.	Do NGI -PNAS/SG para o conselho consultivo e demais colaboradores.	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Chefe do NGI Aparados da Serra Geral: Pâmella Alves Nogueira Paes
Praia Grande, SC, 20 de setembro de 2022.	Autorização para Termo de Adesão	Eu, Tarcísio Roldão da Rosa, representante legal da APCE, autorizo a adesão dessa organização ao Movimento Nacional ODS -Santa Catarina, assumindo o compromisso com a incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Da APCE para o Movimento Nacional ODS de Santa Catarina	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa

		(ODS) na prática da organização e atendendo aos seguintes pré-requisitos do referido Movimento, na condição de Organização Signatária...		
Praia Grande, SC, 24 de dezembro de 2022	Ofício nº 07/2022	Sugestões/propostas de preço nos ingressos e parceria com a Urbia. Conforme reunião do dia 09 de dezembro de 2022, no auditório da prefeitura de Praia Grande/SC, e pedidos de esclarecimento sobre o aumento repentino do valor da trilha do Rio do Boi, cânion Itaimbezinho, com a presença do Prefeito Fanica, membros da COMTUR, APETUR, APCE e Secretaria de Turismo. Conforme reunião no dia 20 de dezembro de 2022, no mesmo local, em devolutiva "o sr. Alexandre H. Neto revisou as demandas da reunião passada, e informou que as demandas em relação ao aumento do valor da trilha do Rio do Boi estão em análise pela diretoria e jurídico da Urbia e que ainda não tem uma resposta sobre as demandas."	Da APCE para a Urbia Cânions Verdes	Presidente da APCE: Tarcísio Roldão da Rosa Alexandre Hilgemberg Neto (Coordenador Comercial Urbia) Renan Pacheco (Supervisor comercial)
Praia Grande, SC, 20 de janeiro de 2023. Local: Sede da APCE, Vila Rosa, Praia Grande/SC	Ata de reunião mensal	Uma ideia que surgiu na reunião foi de fazer uma pesquisa no estacionamento do Malacara, anotando numa planilha quantas pessoas estão entrando na trilha,	Da APCE para os membros da APCE	Presidente da APCE: Tarcísio Roldão da Rosa

		origem do grupo, nome do condutor, data, horário de entrada e saída, estrangeiros no grupo. Servirá para fazermos uma análise.		
Praia Grande, SC, 05 de maio de 2023	Ofício, 03/2023	Oficina de Planejamento e Revisão do Plano de Manejo dos PNAS-PNSG. Resposta ao ofício circular SEI Nº 5/2023 – ICMBio Aparados da Serra Geral Viemos por meio deste nomear a associada da APCE, Aline Aguiar, inscrita no CPF nº 074.579.579-01, no endereço Rua Irineu Bornhausen, nº 126, Centro, Praia Grande, Santa Catarina, como representante oficial dos Condutores Locais de Praia Grande - SC para participar da Elaboração da Primeira Versão da Minuta do novo Plano de Manejo dos Parques, incluindo seu novo Zoneamento e a definição de suas normas.	Da APCE para o ICMBio	Presidente da APCE: Tarcísio Roldão da Rosa Chefe da NGI PARNAs PNAS/PNSG: Sônia Maria Sfair Kinker
Praia Grande, novembro de 2023	Projeto de Educação Ambiental Parceria entre a APCE e a CRESOL	Educação Ambiental: Da sala de aula às trilhas ao ar livre A APCE tem em um de seus objetivos a Educação Ambiental, pois é necessário refletir sobre os problemas ambientais e agir de forma a minimizar os impactos das atividades humanas à natureza.	Da APCE para a CRESOL (Cooperativa de Crédito)	Presidente da APCE: Tarcísio Roldão da Rosa Responsável da CRESOL: César Cechella

Praia Grande, SC, 10 de janeiro de 2024	Ata de reunião extraordinária	Presentes membros da APCE, ACONTUR, ICMBio e Urbia Cânions Verdes. Colocou-se que devido algumas ocorrências de pessoas ficarem presas, trancadas no cânion Itaimbezinho e pegando como base as referências do histórico deste tipo de situação, somado as fortes chuvas de junho a novembro de 2023, foi feita uma IN - Instrução Normativa a qual o fechamento da trilha do Rio do Boi ocorrerá com base nas informações da defesa civil de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; e, pelo INMET.	Da APCE para a ACONTUR, ICMBio e Urbia Cânions Verdes	Presidente da APCE: Tarcísio R. da Rosa Chefe do PNAS e PNSG: Antonio Cesar